



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GISELLE ABREU DE OLIVEIRA

DE FACULDADE ISOLADA À UNIVERSIDADE: 45 ANOS DA FEDERAL FMTM
EM UBERABA/MG (1960 A 2005)

UBERLÂNDIA, MG

2023

GISELLE ABREU DE OLIVEIRA

DE FACULDADE ISOLADA À UNIVERSIDADE: 45 ANOS DA FEDERAL FMTM
EM UBERABA/MG (1960 A 2005)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Doutorado Acadêmico) da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido

UBERLÂNDIA, MG

2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

O48
2023 Oliveira, Giselle Abreu de, 1985-
De faculdade isolada à universidade [recurso
eletrônico] : 45 anos da federal FMTM em Uberaba (1960 a
2005) / Giselle Abreu de Oliveira. - 2023.

Orientador: Humberto Aparecido de Oliveira Guido.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2023.488>

Inclui bibliografia.

1. Educação. I. Guido, Humberto Aparecido de Oliveira,
1963-, (Orient.). II. Universidade Federal de
Uberlândia. Pós-graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 31/2023/374, PPGED				
Data:	Vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e três	Hora de início:	8h e 30m	Hora de encerramento:	12h e 30m
Matrícula do Discente:	12013EDU016				
Nome do Discente:	GISELLE ABREU DE OLIVEIRA				
Título do Trabalho:	"De faculdade isolada à universidade: 45 anos da federal FMTM em Uberaba/MG (1960-2005)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"A crise do humanismo e as novas ontologias mediadas pelas tecnologias do ciberespaço. Um estudo do conceito de inumano na filosofia e na literatura do século XX"				

Reuniu-se, através da sala virtual RNP (<https://conferenciaweb.mp.br/webconf/ensino-remoto-humberto-guido>), da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Sandra Mara Dantas - UFTM; Wagner da Silva Teixeira - UFTM; Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU; Sauloéber Tarsio de Souza - UFU e Humberto Aparecido de Oliveira Guido - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Humberto Aparecido de Oliveira Guido, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada, com a recomendação da publicação da tese na forma de livro.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/08/2023, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wagner da Silva Teixeira, Usuário Externo**, em 28/08/2023, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Mara Dantas, Usuário Externo**, em 28/08/2023, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/08/2023, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sauloéber Tarsio de Souza, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/08/2023, às 20:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4772379** e o código CRC **30113372**.

DEDICATÓRIA

À memória dos meus avós, dedico.
Por terem me ensinado o que eu precisava saber para chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, porque “por Ele, para Ele e por meio Dele são todas as coisas”. Sou grata pelas oportunidades que recebi Dele ao longo da vida, permitindo que eu pudesse trilhar o caminho que me trouxe até aqui.

Sou grata à minha família, minha base e sustento em cada fase. Mãe, irmã, sobrinha, tios, tias, primos e prima, dar orgulho a vocês é minha motivação. Obrigada por sempre acreditarem em mim!

Gratidão ao meu noivo por ter dividido comigo as alegrias e as angústias desses anos de estudos e de elaboração dessa tese. Sem você, essa vitória não teria a mesma graça! Obrigada por todo apoio e equilíbrio emocional que pude encontrar em você. Essa conquista é da nossa família!

À família do meu noivo, que tem sido minha família também. Gratidão por todo apoio.

Aos meus amigos que celebram esse momento ao meu lado, por compreenderem a importância que ele tem pra mim, e por entenderem meu desejo de contribuir com a história da UFTM, universidade à qual me dedico para além desse trabalho de pesquisa.

Assim, agradeço de forma especial aos amigos da ASPEL, pela ajuda em tantos momentos, por segurarem as pontas para que eu pudesse me dedicar integralmente aos estudos e por confiarem que os resultados dessa pesquisa seriam importantes para o nosso trabalho.

Gratidão às pessoas que aceitaram ser entrevistadas e colaboraram com o desenvolvimento desse trabalho, permitindo, gentilmente, que eu pudesse registrar algumas de suas memórias e experiências.

Obrigada aos órgãos e departamentos que abriram suas portas para que eu pudesse ter acesso a fontes importantes para a compreensão do objeto de pesquisa.

Externo minha gratidão aos professores e técnicos administrativos do Programa de Pós-graduação em Educação da UFU, especialmente, àqueles que compuseram minhas bancas de qualificação e de defesa, Profa. Betânia e Prof. Sauloeber.

Agradeço também ao Prof. Wagner e à Profa. Sandra, por aceitarem compartilhar seus conhecimentos e contribuir em minha banca de defesa.

Por fim, agradeço ao Prof. Humberto Guido, meu orientador, por apontar caminhos para que essa tese fosse construída.

RESUMO

Por que a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM) permaneceu como instituição isolada de ensino superior por mais de quatro décadas após a sua federalização? Tendo essa questão como problema de pesquisa, é que a tese se apresenta, estando vinculada à linha de pesquisa "História e Historiografia da Educação", do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Partindo do ano em que a instituição foi federalizada, 1960, empreenderam-se esforços no sentido de compreender o processo que culminou na sua transformação em universidade. Conforme a delimitação temporal definida em cada capítulo buscou-se conhecer e analisar aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais que contribuíram para que a FMTM se mantivesse como faculdade isolada até 2005, quando, no contexto das políticas de expansão do ensino superior, foi criada a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). A partir das contribuições de autores como Cunha (1983, 2005), Germano (2005), Hobsbawm (2013), Le Goff (2013), Prost (2008), dentre outros, desenvolveu-se a fundamentação teórico-metodológica que embasou a análise crítica das fontes obtidas através de pesquisa documental e de História Oral, abordagem que permitiu registrar e considerar as memórias e experiências de sujeitos que vivenciaram fatos relevantes envolvendo o objeto de pesquisa. Nesse sentido, foram realizadas consultas aos arquivos físicos e digitais da UFTM, do Arquivo Público de Uberaba e do Arquivo Público Mineiro, bem como foram feitas entrevistas com dois ex-dirigentes da instituição, três professores (um aposentado), um ex-aluno da FMTM e um ex-integrante do Diretório Central de Estudantes de Uberaba (DCE) de Uberaba. A análise das fontes evidencia que são variados os motivos pelos quais a FMTM não se transformou em universidade até 2005, perpassando por questões internas – já que houve decisões institucionais que colaboraram para isso –; por políticas públicas de ensino superior que, em determinados contextos, não favoreceram o crescimento das instituições públicas que ministravam esse nível de ensino; por interesses de dirigentes e famílias tradicionais da cidade de Uberaba; dentre outras que são elencadas ao longo do trabalho. Espera-se, por fim, colaborar para o aprofundamento do conhecimento histórico sobre a UFTM, assim como para o avanço do campo da História e Historiografia da Educação.

Palavras-chave: Ensino Superior. Universidade Pública. História dos Cursos de Medicina no Brasil. Uberaba/MG.

ABSTRACT

Why did the Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM) remain an isolated institution of higher education for more than four decades after its federalization? With this issue as a research problem, this thesis is presented, being linked to the line of research "History and Historiography of Education", of the Graduate Program in Education, at the Federal University of Uberlândia (UFU). Starting from the year in which the institution was federalized, 1960, efforts were made to understand the process that culminated in its transformation into a university. According to the temporal delimitation defined in each chapter, we sought to know and analyze political, economic, social and cultural aspects that contributed to the FMTM remaining as an isolated college until 2005, when, in the context of higher education expansion policies, it was created the Federal University of Triângulo Mineiro (UFTM). From the contributions of authors such as Cunha (1983, 2005), Germano (2005), Hobsbawm (2013), Le Goff (2013), Prost (2008), among others, the theoretical-methodological foundation was developed that supported the analysis criticism of the sources obtained through documentary research and Oral History, an approach that allowed recording and considering the memories and experiences of subjects who experienced relevant facts involving the research object. In this sense, queries were made to the physical and digital archives of the UFTM, the Public Archive of Uberaba and the Public Archive of Minas Gerais, as well as interviews with two former directors of the institution, three professors (one retired), a former student of FMTM and a former member of the Uberaba Central Student Directory (DCE) in Uberaba. The analysis of the sources shows that there are several reasons why the FMTM did not become a university until 2005, passing through internal issues – since there were institutional decisions that collaborated for this –; by public higher education policies that, in certain contexts, did not favor the growth of public institutions that provided this level of education; by interests of leaders and traditional families of the city of Uberaba; among others that are listed throughout the work. Finally, it is expected to contribute to the deepening of historical knowledge about the UFTM, as well as to the advancement of the field of History and Historiography of Education.

Keywords: Higher Education. Public university. History of Medicine Courses in Brazil. Uberaba/MG.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
Aciu	Associação Comercial e Industrial de Uberaba
CAGV	Centro Acadêmico Gaspar Vianna
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cesub	Centro de Ensino Superior de Uberaba
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNRES	Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
Coresp	Conselho de Representantes Sindicais Profissionais
CTA	Conselho Técnico Administrativo
DAGV	Diretório Acadêmico Gaspar Vianna
Dops	Departamento de Ordem Política e Social
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Fazu	Faculdade de Zootecnia de Uberaba
FCETM	Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro
FEU	Faculdade de Educação de Uberaba
Fista	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Tomás de Aquino
Fiube	Faculdades Integradas de Uberaba
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMTM	Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
Geres	Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior
HC	Hospital de Clínicas
Ifes	Instituições Federais de Ensino Superior
Ipes	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JUC	Juventude Universitária Católica
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e da Cultura

PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Projeto de Lei
PNE	Plano Nacional de Educação
Polop	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PR	Partido Republicano
Prouni	Programa Universidade para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrata
PSP	Partido Social Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UDN	União Democrática Nacional
UEE	União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de São Carlos
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional Estudantil
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicamp	Universidade Federal de Campinas
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
Uniupe	Universidade de Uberaba
Usaid	United States Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Localização do município de Uberaba-MG	17
FIGURA 2	Prédio em reforma para funcionamento da FMTM – Década de 1950 (sem ano definido)	33
FIGURA 3	Primeira turma da FMTM em frente à Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro (1954)	35
FIGURA 4	Produção industrial no Brasil (1944-1959)	60
FIGURA 5	Juscelino Kubistchek com alunos do curso de Medicina da FMTM em sua chegada a Uberaba (2 de maio de 1958)	86
FIGURA 6	Quadro que se encontra na sede do DAGV com dedicatória de Juscelino Kubitschek (2 de maio de 1958)	87
FIGURA 7	Alunos do curso de Medicina da FMTM em passeata pela federalização da instituição (3 de junho de 1958)	88
FIGURA 8	Alunos trabalhando na reforma do prédio da FMTM (31 de março de 1959)	93
FIGURA 9	Barrica da MED (1959)	95
FIGURA 10	Quadro de formatura da primeira turma do curso de Medicina da FMTM (1959)	98
FIGURA 11	Chamada do CAGV para o estudo de Marx (1980)	119
FIGURA 12	Revista Veja, de 16 de outubro de 1968, com inscrições feitas pelos alunos do CAGV (1968)	123
FIGURA 13	Natureza das instituições brasileiras de ensino superior (1998)	177
FIGURA 14	Vagas em instituições brasileiras de ensino superior (1998)	181
FIGURA 15	Ofício do Conselho Regional de Enfermagem - MG à FMTM (1988)	206
FIGURA 16	Primeira turma de formandos do curso de graduação em Enfermagem e Obstetrícia da FMTM (1992)	207
FIGURA 17	Evolução das instituições de ensino superior de 2003 a 2008	223
FIGURA 18	Acadêmicos da FMTM na recepção ao presidente Lula (3 de maio de 2003)	230
FIGURA 19	Lula sanciona transformação da FMTM em universidade (29 de julho de 2005)	239

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Primeiras faculdades de Medicina criadas no Brasil (1808 a 1960)	24
QUADRO 2	Primeiras escolas superiores criadas em Uberaba-MG (1895 a 1960)	26
QUADRO 3	Universidades existentes no Brasil no ano de 1969	71
QUADRO 4	Instituições de ensino superior de Uberaba (1985)	139
QUADRO 5	Universidades criadas durante o governo militar no Brasil (1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985)	144
QUADRO 6	Universidades privadas criadas no Brasil (16 de março de 1985 e 31 de dezembro de 2002)	178
QUADRO 7	Universidades públicas criadas no Brasil (16 de março de 1985 e 31 de dezembro de 2002)	179
QUADRO 8	Instituições de ensino superior de Uberaba (1998)	182
QUADRO 9	Expansão de cursos de graduação na proposta de transformação da FMTM em UFTM (carta-consulta de 1993)	187
QUADRO 10	Universidades federais criadas no Brasil (2003 a 2007)	221
QUADRO 11	Universidades estaduais, municipais e privadas criadas no Brasil (2003 a 2007)	222
QUADRO 12	Primeiros cursos de graduação criados com a transformação da FMTM em universidade	242

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Populações rurais e urbanas estimadas no Brasil (1940 a 1960)	58
TABELA 2	Comparativo das instituições que pleiteavam sua transformação em universidade (1994)	191

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE FEDERALIZAÇÃO DA FMTM E OS PRIMEIROS ANOS DA FACULDADE FEDERALIZADA (1960 A 1964)	56
1.1 DEMANDAS E POLÍTICAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	56
1.2 A LUTA PELA FEDERALIZAÇÃO DA FMTM	78
1.2.1 Operação MED e a aprovação do projeto de federalização da FMTM	90
1.2.2 Primeiros anos da FMTM federalizada (1960 a 1964)	105
CAPÍTULO 2 – O GOVERNO MILITAR NO BRASIL E A TRAJETÓRIA DA FMTM (1964 A 1985)	112
2.1 AS POLÍTICAS DE ENSINO SUPERIOR DOS MILITARES E SEUS IMPACTOS NA FMTM	124
2.2 A UNIVERSIDADE DO TRIÂNGULO MINEIRO QUE NÃO SE CONCRETIZOU	148
CAPÍTULO 3 – O PROJETO DE TRANSFORMAÇÃO DA FMTM EM UNIVERSIDADE ESPECIALIZADA EM SAÚDE (1985 A 2002)	164
3.2 AS POLÍTICAS DE ENSINO SUPERIOR DOS ANOS DE 1990 E A EXPANSÃO DA REDE PRIVADA	176
3.3 A PROPOSTA DE TRANSFORMAÇÃO DA FMTM EM UNIVERSIDADE ESPECIALIZADA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	187
3.4 A CRIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO NO CONTEXTO DO PROJETO DE UNIVERSIDADE ESPECIALIZADA EM SAÚDE	200
CAPÍTULO 4 – DE FMTM À UFTM (2003 A 2005)	211
4.1 A POLÍTICA DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LULA	211
4.2 A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE TRANSFORMAÇÃO DA FMTM EM UNIVERSIDADE	226
4.3 PRIMEIROS CURSOS DE GRADUAÇÃO CRIADOS NA UFTM	242
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	251
REFERÊNCIAS	260
APÊNDICE A – ENTREVISTA EX-DIRIGENTE 1	281
APÊNDICE B – ENTREVISTA EX-DIRIGENTE 2	296
APÊNDICE C – ENTREVISTA PROF. FISIOTERAPIA	306
APÊNDICE D – ENTREVISTA PROF. NUTRIÇÃO	308
APÊNDICE E – ENTREVISTA PROF. TERAPIA OCUPACIONAL	310
APÊNDICE F – ENTREVISTA PROF. TERAPIA OCUPACIONAL	313

INTRODUÇÃO

A pesquisa que culminou na composição desta tese tomou a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM), em Uberaba-MG, como objeto de investigação, tendo como problema gerador a necessidade de compreender porque essa instituição permaneceu na condição de faculdade federal isolada durante 45 anos após a sua federalização em 1960. Nessa direção, ressalta-se que a FMTM foi fundada como instituição privada de ensino superior no ano de 1953, tendo passado a ofertar o curso de graduação em Medicina no ano seguinte. Apenas em 1989 foi criado o seu segundo curso de graduação, o curso de Enfermagem e Obstetrícia¹ e, em 1999, o curso de graduação em Ciências Biológicas-Modalidade Médica². A FMTM ofertou esses três cursos, dentre outros de pós-graduação e de nível técnico, até a sua transformação em Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) no ano de 2005.

Enquanto outras instituições da cidade e da região se organizavam sob a forma de universidade, como a privada Universidade de Uberaba (Uniube) e a Universidade Federal de Uberlândia-MG (UFU), a FMTM permanecia sendo uma faculdade isolada de ensino superior que, ora evitava sua vinculação a uma universidade federal já existente em outra cidade, ora buscava, ela mesma, transformar-se em universidade. É, portanto, o período entre a federalização, em 1960, e a transformação em universidade, em 2005, que constitui o recorte temporal desta tese.

Em vista disso, abre-se um parêntese para ressaltar a importância de uma delimitação clara relacionada ao tempo para as pesquisas no campo da História, já que ele constitui, por assim dizer, a matéria-prima do historiador. Hartog (2017, p.37) afirma que “se a relação com o tempo é, para todos e para cada um, a dimensão fundamental da experiência do mundo e de si, ela o é duplamente para o historiador”. Porque, no tempo, o historiador vive e trabalha, mas sobre o tempo, aquele que é definido em suas análises, ele atua para a construção da História. Portanto, essa relação do historiador com o tempo é fundamental para que ele consiga, figuradamente, sair de seu tempo e de seu lugar para encontrar-se com o objeto de pesquisa em outro tempo histórico, sem, todavia, deixar de estar no seu. Do mesmo modo, para Prost (2008),

¹ Atual curso de graduação em Enfermagem da UFTM.

² Atual curso de graduação em Biomedicina da UFTM.

essa comparação entre o passado e o presente supõe que o tempo da história seja objetivado. Visto do presente, é um tempo já decorrido, dotado consequentemente de certa estabilidade e que pode ser percorrido ao sabor da investigação. [...] O vaivém permanente, entre passado e presente, assim como entre os diferentes momentos do passado, é a operação peculiar da história. [...] Por estar imerso no tempo, o historiador o coloca, de algum modo, à distância de seu trabalho, balizando-o com suas pesquisas, delimitando-o com seus pontos de referência e fornecendo-lhe uma estrutura (PROST, 2008, p.104).

Assim, com esse entendimento, é que a tese se voltou para o denso período de 1960 a 2005, buscando distanciar-se dele, mesmo sabendo das limitações existentes pelo fato de esse tempo de pesquisa, em partes, coincidir com o tempo de vida da própria pesquisadora. O rigor científico e a busca pela imparcialidade na análise das fontes – destacando-se que imparcialidade difere de neutralidade – buscaram conferir o distanciamento necessário para o estudo do objeto de pesquisa.

Quanto à utilização do termo “denso” para referir-se ao recorte temporal definido, ele foi tomado emprestado de Ricupero (2014, p.13), para quem “densidade histórica” pode ser compreendida como a “quantidade e importância de acontecimentos por unidade de tempo”. Claramente, os 45 anos abarcados pela tese estão repletos de fatos que marcaram a história do país e, consequentemente, da FMTM. Passou-se por governos ditatoriais, pela repressão política, pela redemocratização do país, por uma maior abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro, por diferentes políticas educacionais³, sem contar as profundas mudanças que a sociedade brasileira vivenciou ao longo desse período, no que diz respeito à instrução escolar, às condições de vida da população e às perspectivas relacionadas à educação. Portanto, lidar com essa densidade histórica foi um dos desafios enfrentados pela presente pesquisa, tornando-se necessário eleger os pontos mais importantes a serem considerados nas análises, tendo por base a sua relação com o objeto de pesquisa.

Ainda em relação ao tempo na pesquisa, destaca-se que, sob a perspectiva da História e Historiografia da Educação, os anos anteriores de existência da FMTM, 1953 a 1960, foram investigados em outros trabalhos, com destaque para a dissertação de mestrado de Lopes (2016), configurando-se em um dos motivos pelos quais, nesta tese, optou-se por partir do ano de 1960. Todavia, isso não significa que aspectos relacionados à gênese da instituição não tenham sido retomados em diversos momentos

³ As políticas educacionais são aqui entendidas como respostas do governo a problemas reais, reconhecidos a partir de demandas da sociedade. Após identificá-los, o governo estabelece sua agenda e formula as políticas a serem implementadas, na tentativa de transformar estes problemas em solução ou em alternativas (CARVALHO, 2014).

durante a construção deste trabalho, pois a compreensão do processo de criação da FMTM é essencial para que se possa responder ao problema de pesquisa aqui apresentado.

Assim, foi preciso, ainda, considerar aspectos conjunturais, políticos e, não menos importantes, questões internas à instituição, que influenciaram na sua permanência como faculdade federal isolada durante o período já citado. Chama a atenção o fato de que, desde o início da década de 1990, a FMTM passou a pleitear ao governo federal a sua expansão e transformação em universidade federal especializada em ciências da saúde, por entender que reunia as condições necessárias para se destacar no ensino desse campo específico do saber, o que não se concretizou. Desse modo a pesquisa tentou construir respostas para o seguinte problema central: por que a FMTM se manteve como faculdade federal isolada até o ano de 2005?

No caminho trilhado para a compreensão dessa questão, sobretudo com o apoio das fontes de pesquisa que foram sendo perscrutadas, outras inquietações surgiram, tendo sido apresentadas e discutidas ao longo dos quatro capítulos que compõem a tese. Dentre elas, destacam-se: por que a FMTM só passou a demandar sua transformação em universidade nos anos de 1990? Por que seus projetos de transformação em universidade federal especializada em saúde, apresentados ao MEC a partir de 1993, não se efetivaram? Que condições e articulações políticas foram empreendidas para que a FMTM desse lugar à UFTM em 2005?

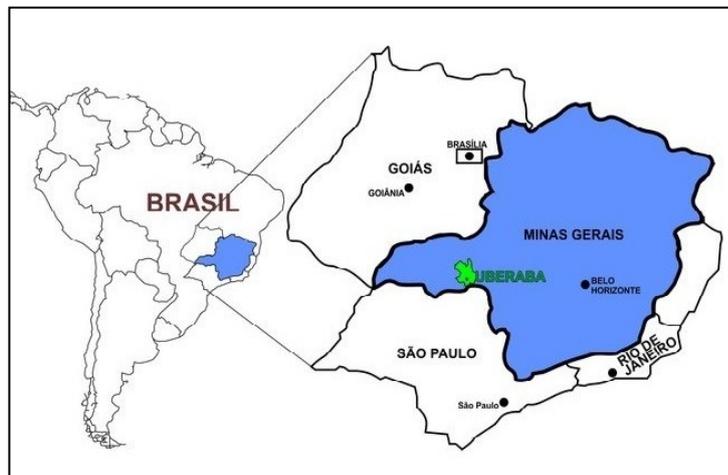
Essas questões que compõem o problema de pesquisa, bem como a descrição da vasta análise de documentos oficiais e depoimentos de sujeitos que vivenciaram a trajetória da instituição em diferentes épocas, são debatidas adiante, em subtópico destinado aos elementos teórico-metodológicos do trabalho. Entretanto, antes de explorá-los, serão apresentados alguns aspectos históricos relativos à cidade de Uberaba-MG, onde está situada a FMTM, e à própria instituição. Esse movimento se faz necessário para trazer ainda mais elementos que possam lançar luz sobre o objeto de pesquisa.

Uberaba-MG: lócus da pesquisa

A FMTM está localizada na cidade de Uberaba, em Minas Gerais, ocupando posição estratégica em relação aos estados de Goiás e São Paulo, conforme evidencia a

Figura 1, o que, em determinados momentos de sua trajetória, favoreceu o seu crescimento.

Figura 1 – Localização do município de Uberaba-MG



Fonte: GEOPARQUE UBERABA. Disponível em: <<https://www.researchgate.net>>. Acesso em: 06 jun. 2022.

Ainda que a história de Uberaba e região tenha sido apresentada em diversos trabalhos de pesquisa, cujos objetos são instituições de ensino situadas nessa localidade, julgou-se pertinente fazer uma breve gênese de sua constituição, a fim de fornecer subsídios para a compreensão histórica da trajetória da FMTM ao longo dos anos, desenhada pelo alinhavo de fatores externos, como as políticas educacionais do governo federal, os interesses de políticos locais, dentre outros; e fatores internos, como a atuação de dirigentes, servidores e alunos da própria instituição.

Assim, inicia-se destacando que Uberaba tem sua origem ligada à ocupação da região atualmente denominada Triângulo Mineiro, à qual pertence. Esta região, situada entre o Rio das Velhas e o Rio Grande, era conhecida como Sertão da Farinha Podre⁴ no século XVIII, tendo sido, inicialmente, habitada por diversos povos indígenas e quilombolas. Também eram atraídos para a região colonos interessados em seus metais e pedras preciosas, bem como em suas fontes de águas abundantes que, juntamente com as matas e o cerrado, eram vistas como propícias à criação de gado. Desse modo, a partir do extermínio e da dominação dos povos nativos que habitavam o local, foi se expandindo a colonização deste território.

⁴ Lopes (2016) aponta que, conforme tradição local, o nome Farinha Podre tem origem no fato de ter sido comum encontrar quantidades de farinha de mandioca deteriorada, esquecidas nas árvores por sertanejos que saíam a procura de ouro no interior do sertão.

Como uma das consequências desse movimento de expansão, em meados do século XVIII, foi instalado o julgado⁵ de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque – atualmente distrito do município de Sacramento-MG –, um importante núcleo minerador da época. Porém, com o declínio da atividade de mineração, já no final do século, a criação de gado passou a ser a principal atividade da região⁶. Nesse contexto, foram se estabelecendo ali novos arraiais que, anos depois, dariam origem à cidade de Uberaba, de Uberlândia⁷, e às demais que compõem o Triângulo Mineiro, além das que constituem o Alto Paranaíba.

Até o ano de 1820, o território que hoje constitui a cidade de Uberaba pertencia à Freguesia do Desemboque, quando foi dela desmembrado, dando origem à Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião do Uberaba⁸. Em 1836, houve sua elevação à categoria de vila, denominada Vila de Santo Antônio de Uberaba, e, em 1856, de cidade, Uberaba, com aumento importante de sua população e de suas atividades comerciais. Para Lourenço (2010, p.23), o crescimento de Uberaba teve relação com o “alívio da cobrança nas alfândegas internas e a condição de pouso obrigatório entre São Paulo, Goiás e Cuiabá”, fazendo com que crescesse o número de pessoas vivendo no local e, com isso, se amplificassem as relações de comércio. Ainda assim, sua principal atividade econômica girava em torno da pecuária e a maior parte da população dedicava-se à atividade pastoril e à agricultura de subsistência. Ressalta-se que um número expressivo de pessoas vivia em condições precárias, convivendo com fortes contrastes sociais, sob o domínio político e econômico de uma abastada elite rural. Contudo, apesar “da pobreza em que estava mergulhada boa parte da população urbana e rural, Uberaba apresentava, ao final do período imperial, um panorama favorável ao desenvolvimento das atividades econômicas” (FERREIRA, 2015, p.46), levando-se em consideração a precariedade em que se encontrava a maior parte das cidades brasileiras.

Um fato importante para a constituição da cidade de Uberaba, segundo Wagner (2006), foi a construção do Hospital Santa Casa de Misericórdia em 1858, pelo missionário Frei Eugênio Maria de Gênova. Essa instituição, quase cem anos depois, tornar-se-ia espaço de prática dos alunos do curso de medicina da FMTM. Sobre esse

⁵ O julgado era um núcleo de povoamento que dispunha de um juiz de fora, ou seja, um juiz nomeado pelo capitão-general da capitania, ou ainda, um juiz escolhido por eleitores locais (LOURENÇO, 2010).

⁶ O julgado de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque, até 1816, pertencia à capitania de Goiás. Nesse ano, por questões alfandegárias, foi transferido para a capitania de Minas Gerais, por meio do Alvará de 04 de abril de 1816.

⁷ Fundada como arraial São Pedro do Uberabinha na primeira metade do século XIX.

⁸ A palavra “Uberaba” origina-se do tupi e significa “rio brilhante” ou “águas claras”.

aspecto, Wagner (2006, p.63-64) afirmou: “A cidade, com a construção do Hospital de Misericórdia, estava reafirmando sua posição de destaque na região, pois somente as cidades com destaque regional possuíam uma instituição religiosa de filantropia”. Isso certamente contribuiu para que a cidade se destacasse, no futuro, como centro de medicina, e fosse considerada avançada para a época.

Também por sua localização estratégica, Uberaba atraía mercadores e se sobressaía como centro abastecedor do Triângulo Mineiro, o que favorecia o estabelecimento de uma economia de mercado. Havia, contudo, entraves relacionados ao escoamento de produtos para que esse crescimento comercial se consolidasse. A má conservação dos caminhos pelos quais ocorria o fluxo de mercadorias e de mão de obra foi apontada por Ferreira (2015) como sendo o principal obstáculo ao abastecimento do promissor mercado comercial uberabense, já que as estradas que ligavam Uberaba a outras localidades importantes como São Paulo eram, nas palavras dela, lamacentas e pantanosas. A autora acrescenta que, não apenas os comerciantes, mas também os fazendeiros locais se preocupavam com a melhoria das vias de transporte:

A despeito da expansão do café no oeste paulista na década de 1840, os cafeicultores também se viram forçados a solucionar a questão do transporte até o Porto de Santos. Nesse contexto, foram estabelecidas vias de acesso partindo da província de São Paulo rumo ao Rio Grande, na fronteira com o Triângulo Mineiro. Para Uberaba, convergiam os interesses de todo o Brasil Central, logo foi a primeira cidade a desenvolver-se na mencionada região, cuja alavanca foi a inauguração da estrada de ferro, em 1889 (FERREIRA, 2015, p.46).

Zago (2013) esclarece que a inauguração da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro⁹ no ano de 1889 – constituindo-se Uberaba como seu ponto final – propiciou uma importante ascensão comercial para a cidade, tornando-a entreposto entre São Paulo e toda a região oeste do Brasil. A estrada de ferro possibilitou melhorias urbanas ligadas à iluminação da cidade e ao seu sistema de calçamento, além da abertura de hotéis, restaurantes, cafés e teatros, que projetavam a cidade e atraíam comerciantes, imigrantes, literatos e outros grupos sociais. Houve, assim, importante crescimento da população urbana nesse período – considerando-se que a população era, majoritariamente, rural – com a ida de diversos imigrantes para a cidade, sobretudo, italianos, que trabalhavam, principalmente, no setor de serviços.

⁹ Primeira ferrovia a cortar o Triângulo Mineiro, tendo sede no estado de São Paulo. Foi inaugurada em 23 de abril de 1889.

No entanto, esse crescimento comercial teria durado pouco tempo. Em 1895 os trilhos da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro alcançaram a cidade mineira de Uberlândia e, em 1896, a de Araguari, desestabilizando a centralidade de Uberaba em relação a Goiás e a outras regiões (WAGNER, 2006; SOUZA, 2012; MACHADO, 2009). Com isso, “o comércio atacadista uberabense entrou num processo de decadência irreversível” (FERREIRA, 2015, p.49), recolocando a pecuária no centro das atividades econômicas da cidade.

Conforme Wagner (2006), outra questão importante pode ter atravancado o crescimento de Uberaba nesse período. Concentrando o poder político da cidade, os grandes latifundiários que ali viviam uniram-se contra o poder estadual que pretendia criar um imposto territorial e reduzir a taxa de exportação. Houve, dessa forma, tentativas de se criar o estado do Triângulo, sendo Uberaba cogitada como capital deste. Nesse contexto, “os slogans partiam da crença de que o Triângulo sustentava Minas e que o Estado retirava muito mais do que oferecia” (FONSECA, 2012, p.212). Por sua vez, a proximidade entre o Triângulo Mineiro e o estado de São Paulo promovia maior interação econômica entre eles, afastando a referida região mineira da capital Belo Horizonte. Tudo isso alimentava o desejo separatista, inclusive, com propostas de incorporação ao próprio estado de São Paulo.

Esse distanciamento entre Uberaba e o governo estadual pode explicar a não chegada de algumas instituições à cidade, inclusive educacionais, como forma de represália (WAGNER, 2006). Também foi uma das causas da supressão do Instituto Zootécnico de Uberaba, primeira instituição de ensino superior do município, criada em 1895 e fechada em 1898, por falta de recursos financeiros (FRANCO, 2020; MACHADO, 2009).

Ademais, movimentos separatistas na região ocorreram em outros momentos históricos¹⁰, no entanto, iam se exaurindo à medida que o governo estadual contornava a situação por meio do atendimento de demandas diversas que lhe eram apresentadas. Acredita-se que, em determinados momentos, esses embates entre a região triangulina e o governo estadual também tenham prejudicado o desenvolvimento de Uberaba e região (MACHADO, 2009).

¹⁰ Foram encontradas, por exemplo, diversas notícias sobre um movimento separatista do Triângulo Mineiro, nos jornais *Lavoura e Comércio* e *Correio Católico*, do ano de 1967. Há inclusive indícios de disputas em torno da cidade que seria a capital do novo estado. As notícias podem ser vistas nas edições do jornal *Lavoura e Comércio* de 3 de fevereiro, 3, 14, 21 e 27 de outubro; e nas do jornal *Correio Católico* de 12 e 18 de outubro, todas do ano de 1967.

Ainda nesse contexto, Pontes¹¹ (1978), memorialista da cidade¹², destaca um outro fato que teria influenciado no desenvolvimento de Uberaba. Ele rememora que, em 1911, a cidade perdeu a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que ligaria Uberaba a Coxim-MS. Ele assim descreve as consequências desse fato:

Uberaba, insulando-se, libertou-se, afinal, da dependência daquelas praças [cidades que seriam perpassadas pela estrada de ferro] e se entregou, animadamente, à agricultura e indústria pastoril, as quais colocam este município em lugar de marcado destaque no Brasil Central. A nossa indústria pastoril, que afirma a sua prosperidade máxima na criação do gado zebu, no decênio de 1910-1920, teve um desenvolvimento fantástico (PONTES, 1978, p.97).

No entanto, Wagner (2006) não analisa a questão sob uma perspectiva tão otimista. Para ela, a perda da referida estrada de ferro por razões políticas, significou a perpetuação das relações de poder dominantes e travancou o desenvolvimento comercial da cidade.

As perdas das “praças” que eram o sustentáculo do comércio uberabense ocasionaram, além da crise comercial, a perda definitiva da hegemonia comercial de Uberaba, até então. Em decorrência desses fatos, o município de Uberaba mudou suas atividades comerciais, transformando-se em um grande centro pecuarista pela criação de gado zebu (WAGNER, 2006, p.25).

A autora discute, ainda, como a alternância de coronéis na prefeitura da cidade prejudicou o seu crescimento. Havia grandes fazendas no município, geralmente pertencentes a famílias de renome, formando a elite¹³ da cidade, que monopolizava não só o comércio, mas também a política e o clero. Grande parte desses fazendeiros estava na liderança dos partidos políticos existentes à época e manipulava o eleitorado para se manter no poder, como acontecia em outras cidades do Brasil, em um sistema de coronelismo (SOUZA, 2012).

¹¹ Hildebrando de Araújo Pontes, engenheiro agrônomo de formação, foi um importante memorialista da cidade de Uberaba, tendo se dedicado à escrita de obras sobre a cidade e o chamado Brasil Central, inclusive, por encomenda da prefeitura de Uberaba, como ocorreu no início da década de 1930, dando origem ao trabalho intitulado “O município de Uberaba”. Nascido em 1879, no distrito de Jubaí, da cidade de Conquista-MG, Pontes faleceu em 1940, na cidade de Uberaba, onde passou a maior parte de sua vida.

¹² Sobre a utilização de memorialistas, esta pesquisa concorda com o pensamento de Lopes (2016), para quem os trabalhos de memorialistas devem ser tomados com a consciência de que podem ser comprometidos com opções políticas, saudosismos e apologias. Contudo, isso não desqualifica seus registros como fontes históricas a serem analisadas ao lado de outras fontes, que também precisam ser interpretadas com criticidade (POLLAK, 1992).

¹³ Esta tese está em acordo com o conceito de elite trazido por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p.385): “Por teoria das Elites ou elitista – de onde também o nome de elitismo – se entende a teoria segundo a qual, em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. [...] Em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância”.

A política e a economia da cidade giravam em torno da criação de gado zebu – embora houvesse algumas pequenas indústrias de cerâmica, cerveja, macarrão e dentre outras – e isso fez empobrecer a cidade do ponto de vista cultural, conforme analisa Wagner (2006). Isso porque, apesar de Uberaba ter se destacado no ramo pecuário, segundo a autora, o capital levantado pelos criadores não era reinvestido na cidade, já que a maioria deles comprava em outras localidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, deixando o comércio local no marasmo.

Conforme afirma Zago (2013), os contornos da cidade começaram a ser alterados por volta de 1930, quando despontaram comerciantes e profissionais liberais. A construção de estradas e as obras de redes de água e esgoto também trouxeram uma sensível melhoria ao aspecto urbanístico da cidade, seguindo o ideal de modernização perseguido por diversas cidades brasileiras¹⁴. Apesar disso, Uberaba mantinha “características conservadoras, devido ao poder econômico e político exercido pelos coronéis zebuzeiros” (SOUZA, 2012, p.44). Todavia, a partir da primeira metade de 1940, Uberaba se esforçou para superar uma economia quase que exclusivamente rural.

Os novos tempos indicavam o renascimento da área urbana e, conseqüentemente, de uma série de valores ligados à vida social na cidade. Naquele período, Uberaba já havia perdido grande parte de sua importância econômica, apesar de ainda se manter como o centro urbano mais influente da região (FONSECA, 2012, p.286).

O autor acredita, ainda, que no imaginário da população uberabense, alimentado pela elite e pela imprensa local, havia uma supervalorização da cidade e de sua importância no cenário do interior brasileiro. Assim, para a cidade que buscava alinhar-se aos ideais de modernidade e cultura da época, a educação assumia um papel primordial. Por isso, destaca-se a criação de três instituições de ensino superior no final dos anos de 1940: a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, a Escola de Enfermagem Frei Eugênio e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Tomás de Aquino.

Nas décadas seguintes, Uberaba seguiu adquirindo características cada vez mais urbanas, como acontecia com outras cidades da região. Em 1951, um informativo local apresentou dados da cidade, destacando o fato de haver 70.956 habitantes, dos quais

¹⁴ Diversos movimentos de cunho modernizante se espalharam pelo país na década de 1920, tais como o modernismo, voltado para a valorização da cultura nacional. Esses movimentos eram fruto da incompatibilidade entre o ideal de modernidade e as características de muitas cidades: analfabetismo, populações majoritariamente rurais, pouca industrialização, modelo econômico agrário-exportador, dentre outras (SOUZA, 2012).

cerca de 74% pertenciam à zona urbana. Esse informativo foi elaborado na gestão do então prefeito e médico Antônio Próspero (1951 a 1955), e demonstrava, dentre outros aspectos, o crescimento da população no perímetro urbano da cidade.

Foi nesse contexto de crescimento e urbanização que se deu a fundação da FMTM em 1953¹⁵, sob o regime de instituição privada. Seu funcionamento foi autorizado pelo Decreto Federal n.º 35.249, de 24 de março de 1954, assinado em solenidade realizada no Palácio Rio Negro, no Rio de Janeiro, pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, e pelo seu ministro da Educação, Antônio Balbino. O ato aconteceu sob o olhar do então deputado federal Mário Palmério¹⁶, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – mesmo partido do presidente Vargas e do então prefeito de Uberaba –, que havia levado o processo em mãos ao referido presidente.

Sobre esse aspecto, importa ressaltar que Palmério foi um importante protagonista na educação e na política de Uberaba, especialmente no que se refere à criação dos primeiros cursos superiores da cidade. Ele era aclamado no Triângulo Mineiro como detentor de ideias arrojadas no campo da instrução escolar e, como tinha ingressado há pouco na vida política, buscava consolidar-se não apenas como proprietário de instituições renomadas de ensino, mas como político que incentivava o desenvolvimento da região triangulina. Inclusive, seu envolvimento no campo educacional foi o carro-chefe de sua candidatura a deputado federal em 1950. Como parte de sua campanha estava

a ideia de que um programa político para o Triângulo Mineiro deveria necessariamente contemplar a criação de escolas superiores de medicina, engenharia, agricultura, veterinária, química industrial e ciências econômicas, tendo em vista a futura organização da “Universidade do Triângulo Mineiro” – instituição que deveria integrar os estabelecimentos a serem instalados em diversas cidades do Triângulo Mineiro (FONSECA, 2012, p.241-242).

¹⁵ Lopes (2016) reproduz fragmentos da crônica escrita pelo professor Valdemar Hial, ex-diretor da FMTM, na qual ele afirma que, apesar de 1954 ter sido o ano da autorização de funcionamento da faculdade, por ocasião de ter encontrado a primeira ata da instituição datada de 27 de abril de 1953, esta passou a ser considerada a data oficial de sua fundação. De fato, na entrada do primeiro prédio da FMTM consta “Fundada em 1953”.

¹⁶ Mário Palmério nasceu no ano de 1916, na cidade de Monte Carmelo-MG, tendo se mudado para Uberaba ainda na infância. Filho de família de prestígio, e acumulando importante capital cultural, teve forte participação política na região. Atuou como professor antes de ingressar na vida política, o que explica seu envolvimento com a criação de instituições educacionais. Em 1940 fundou o Liceu Triângulo Mineiro em Uberaba, colégio particular, depois de ter ofertado junto com sua irmã Lourencina Palmério um curso de Madureza, existente na época para preparar adultos para exames de certificação do ensino secundário. Criou, também em Uberaba, as Faculdades de Odontologia (1947), Direito (1951) e Engenharia (1956), além de colaborar politicamente para a criação da FMTM (1953). Mário Palmério compreendeu as aspirações de seu tempo, muito ligadas aos ideais de modernização, e conseguiu articulá-las à sua trajetória política (FONSECA, 2012).

Esse desejo de criar uma universidade na região não era exclusivo de Mário Palmério, já que outros políticos, como o uberabense e ex-deputado federal Fidélis Reis – da União Democrática Nacional (UDN) – e o ex-prefeito de Uberaba, Boulanger Pucci – do Partido Social Progressista (PSP) – também se valeram dele em suas campanhas políticas.

Dessa forma, observa-se que a Universidade do Triângulo Mineiro, enquanto ideia, existia desde antes da fundação da FMTM, assumindo diferentes projetos – que serão discutidos nesta tese – ao longo do tempo, até concretizar-se por meio da criação da UFTM no ano de 2005.

A FMTM

A instituição, inicialmente denominada Sociedade Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, foi a primeira faculdade de Medicina criada na região do Triângulo Mineiro, a quarta criada no estado de Minas Gerais (havia duas na cidade de Belo Horizonte e uma recém criada em Juiz de Fora) e a 22ª faculdade do país, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Primeiras faculdades de Medicina criadas no Brasil (1808 a 1960)

	<i>Ano de autorização</i>	<i>Instituição</i>	<i>Cidade/Estado</i>	<i>Vinculação atual</i>
1	1808	Escola de Medicina da Bahia	Salvador/BA	Universidade Federal da Bahia
2	1808	Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
3	1898	Faculdade de Medicina do Rio Grande do Sul	Porto Alegre/RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
4	1911	Escola de Medicina de Belo Horizonte	Belo Horizonte/MG	Universidade Federal de Minas Gerais
5	1912	Faculdade de Medicina Homeopática do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
6	1912	Faculdade de Medicina do Paraná	Curitiba/PR	Universidade Federal do Paraná
7	1913	Faculdade de Medicina de São Paulo	São Paulo/SP	Universidade de São Paulo
8	1919	Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará	Belém/PA	Universidade Federal do Pará
9	1920	Faculdade de Medicina do Recife	Recife/PE	Universidade Federal de Pernambuco
10	1926	Faculdade Fluminense de Medicina	Niterói/RJ	Universidade Federal Fluminense
11	1933	Escola Paulista de Medicina	São Paulo/SP	Universidade de São Paulo
12	1936	Faculdade de Ciências Médicas	Rio de Janeiro/RJ	Universidade do Estado

				do Rio de Janeiro
13	1948	Centro de Ciências da Saúde	Fortaleza/CE	Universidade Estadual do Ceará
14	1951	Curso de Medicina de Sorocaba	Sorocaba/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
15	1951	Faculdade de Medicina do Recife	Recife/PE	Universidade Federal de Pernambuco
16	1951	Faculdade de Medicina de Alagoas	Maceió/AL	Universidade Federal de Alagoas
17	1951	Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia do Estado da Paraíba	João Pessoa/PB	Universidade Federal da Paraíba
18	1951	Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais	Belo Horizonte/MG	Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais
19	1952	Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública	Salvador/BA	Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública
20	1952	Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	Ribeirão Preto/SP	Universidade de São Paulo
21	1953	Faculdade de Medicina de Juiz de Fora	Juiz de Fora/MG	Universidade Federal de Juiz de Fora
22	1954	Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro	Uberaba/MG	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
23	1954	Faculdade de Medicina de Santa Maria	Santa Maria/RS	Universidade Federal de Santa Maria
24	1956	Faculdade de Medicina de Natal	Natal/RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
25	1957	Escola de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Paraná	Curitiba/PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
26	1958	Faculdade de Ciências Médicas	São Luiz/MA	Universidade Federal do Maranhão
27	1959	Faculdade de Medicina da Instituição Pró-Ensino Superior do Sul do Estado	Pelotas/RS	Universidade Federal de Pelotas
28	1960	Faculdade de Medicina de Goiás	Goiânia/GO	Universidade Federal de Goiás
29	1960	Faculdade de Medicina de Santa Catarina	Florianópolis/SC	Universidade Federal de Santa Catarina

Fonte: Elaborado pela autora (2023)¹⁷; LOPES (2016).

Dentre as faculdades de Medicina existentes, 35% estavam na região Leste, conforme divisão regional vigente no Brasil em 1960. A referida região era composta pelos estados de Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Também com 35% das faculdades de Medicina, estava a região Sul, à qual pertenciam os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A região Nordeste concentrava 24% das mencionadas faculdades, enquanto as regiões Norte e Centro-Oeste tinham, cada uma, 3% dos cursos de Medicina do país. As regiões mais ricas do país concentravam, portanto, a maior parte das faculdades de Medicina criadas até 1960.

¹⁷ Os dados relacionados à vinculação atual das antigas faculdades de Medicina foram obtidos por meio de consulta às páginas eletrônicas das instituições de ensino superior existentes em cada cidade citada.

O cenário de criação dessas faculdades, bem como das outras escolas superiores criadas nesse período, era de efervescente industrialização e urbanização das cidades brasileiras, e em Uberaba não era diferente. No ano de 1960 foi aferido um aumento de 41,45% no índice de migrações do campo para a cidade, motivadas, sobretudo, pela presença de escolas, pela diversificação do setor de serviços, pelo desenvolvimento do comércio e por outros fatores que se somavam à melhoria considerável das condições de vida da população urbana (LOPES, 2016).

Ainda em relação ao quadro supracitado, nota-se que, das 29 escolas de Medicina existentes no Brasil até o ano de 1960, 14 foram criadas na década de 1950. Em outras palavras, de 1808 a 1949 (141 anos) foram criadas 13 escolas, e de 1950 a 1960 (dez anos) foram criadas 16. Esse processo pode ser compreendido em razão da expansão do ensino superior que perdurou nas décadas seguintes, conforme aponta Saviani (2010). Somente na década de 1960 foram criadas 35 faculdades de Medicina, e na década de 1970 houve a criação de mais 14 escolas.

O documento intitulado *Abertura de escolas de Medicina no Brasil: relatório de um cenário sombrio*, elaborado por Bueno e Pieruccini (2005), afirma que a criação de diversas faculdades de Medicina a partir da década de 1950 objetivava, dentre outras questões, sanar o problema da falta de médicos no país, além de trazer certo status para as instituições, cidades e estados, que tinham o ensino superior como símbolo de *progresso e modernidade* (ALVES; DANTAS, 2017). No entanto, conforme ressalta Souza (2020), não bastava que fossem criados quaisquer cursos, já que, historicamente, alguns deles eram mais prestigiados, como os cursos de Direito, Engenharia e Medicina.

A FMTM foi a oitava instituição superior a ser criada na cidade de Uberaba, porém a primeira a ofertar o curso de Medicina, como apresentado no quadro a seguir:

Quadro 2 – Primeiras escolas superiores criadas em Uberaba-MG (1895 a 1960)

	<i>Ano de criação</i>	<i>Instituição</i>	<i>Tempo de funcionamento</i>
1	1895	Instituto Zootécnico de Uberaba	Três anos
2	1927	Faculdade de Odontologia e Farmácia	Nove anos
3	1933	Faculdade de Direito de Uberaba	Um ano
4	1947	Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro (atual Uniube)	Em atividade
5	1948	Escola de Enfermagem Frei Eugênio ¹⁸	32 anos

¹⁸ Conforme Silva, Contim e Amaral (2022), apesar de haver referências ao curso de Enfermagem desta escola como sendo de nível superior, não foram encontrados atos regulatórios que autorizassem esse curso. Há apenas o reconhecimento do curso de Auxiliar em Enfermagem. Assim, apesar de constar no

6	1949	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Tomás de Aquino (Fista)	Incorporada pela Uniube
7	1951	Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro (atual Uniube)	Em atividade
8	1953	Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (atual UFTM)	Em atividade
9	1956	Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro (atual Uniube)	Em atividade

Fonte: Lopes (2016, p.41).

O aumento de escolas superiores em Uberaba a partir da década de 1940 foi, também, fruto de um ideal de nação fundado em princípios de *modernidade* e *progresso*, inaugurado com o Estado Novo (1937 a 1945). Entretanto, é importante destacar que, apesar de esse ideal aparecer como pano de fundo da ampliação do número de escolas superiores no Brasil, ele, sozinho, não explica a criação das instituições de ensino superior, já que nem toda cidade com alta taxa de urbanização teve criada, nesse período, uma faculdade ou universidade. Nessa direção, é preciso analisar, conjuntamente, fatores políticos, econômicos e sociais que tenham ligação com a fundação dessas instituições. É fato, todavia, que a crescente urbanização da cidade de Uberaba demandou o desenvolvimento da medicina local, o que teve influência direta na criação da FMTM. A importância da cidade na região – real ou fruto do imaginário social produzido pelos dirigentes locais (FONSECA, 2012)¹⁹ – atraía profissionais liberais e fomentava a abertura de escolas de diferentes níveis de ensino.

Desse modo, especificamente no campo da saúde, já no início do século XX²⁰, a cidade de Uberaba era considerada um centro avançado no campo médico-científico, tendo grande quantidade de médicos residindo no local, em sua maioria, formados no Rio de Janeiro (LOPES, 2015). O desenvolvimento do setor médico na cidade culminou com a criação de uma Sociedade Médica no ano de 1927, integrada por médicos de Uberaba e de outros municípios do Triângulo Mineiro, que ajudaram a projetar a cidade nos cenários regional e nacional. Uberaba passou então a sediar o Distrito Sanitário do Triângulo Mineiro e, além disso, realizou diversos congressos médicos que atraíam

Quadro 2, há controvérsias quanto ao fato da Escola de Enfermagem Frei Eugênio ter, de fato, ofertado o curso superior em Enfermagem.

¹⁹ Conforme Fonseca (2012, p.9-10), Uberaba, desde sua incipiente modernização nos anos de 1940, passou a ser difundida pela elite local, com apoio da imprensa, como “polo irradiador de civilização de toda a região central do Brasil”, ignorando a precariedade que ainda imperava na cidade. “No intuito de provocar o fascínio e a adoração das pessoas comuns, esses personagens se tornaram cúmplices em uma verdadeira ficção social”.

²⁰ A chegada dos primeiros médicos a Uberaba aconteceu em 1847, quando os suecos André Frederico Regnell e Augusto Westin vieram para a cidade.

considerável quantidade de especialistas e promoviam a apresentação de trabalhos relevantes. Merece menção o Congresso do Triângulo Mineiro, realizado por quatro anos a partir de dezembro de 1947, além do Congresso Médico do Brasil Central, com início em setembro de 1949. Uberaba foi, ainda, referência no combate à Doença de Chagas, lançando em 7 de maio de 1950 a *Campanha Nacional contra o Mal de Chagas*, que repercutiu internacionalmente. Algumas edições dos congressos eram realizadas em cidades vizinhas como Uberlândia e Araxá, a fim de dar visibilidade à sociedade médica de Uberaba.

Havia uma tradição médica em Uberaba forte e influente. Afinal, desde 1927 os médicos já se organizavam numa sociedade médica que, além da representação da categoria profissional, divulgava suas realizações e seus estudos para cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Eram médicos alinhados na política dos dirigentes de Uberaba e que, juntos, foram resolutos na busca do objetivo de consolidar o ensino superior médico na região. Eis porque cabe dizer que a FMTM foi fruto de articulações políticas, profissionais e de interesses privados diversos (LOPES, 2016, p.75).

Segundo FMTM (1979), a ideia de se criar uma faculdade de Medicina em Uberaba surgiu na citada Sociedade Médica em 1948, objetivando:

1º) oportunidade para os jovens da região fazerem curso superior em nossa cidade; 2º) melhoria de nível cultural regional; 3º) aprimoramento técnico-científico dos profissionais da saúde; 4º) desenvolvimento da pesquisa em torno da saúde (FMTM, 1979, p.5).

Portanto, a criação da FMTM visava, dentre outros aspectos, atender a um anseio da classe médica da cidade e da região, bem como vinha ao encontro das tentativas de se ampliar o número de instituições de ensino superior na cidade, já que suas três primeiras faculdades – Instituto Zootécnico de Uberaba, Faculdade de Odontologia e Farmácia e Faculdade de Direito de Uberaba – funcionaram por pouco tempo, como mostrou o Quadro 2. As outras faculdades existentes eram recém-criadas, estando em processo de consolidação naquele momento. Nota-se que, por parte das lideranças locais, havia um interesse de se alinhar o desenvolvimento socioeconômico ao desenvolvimento científico-cultural na cidade.

Ademais, a elite uberabense formada, sobretudo, por criadores e comerciantes de gado zebu, tinha interesse em formar seus jovens em cursos de prestígio como Direito, Engenharia e Medicina.

O desejo de parte da categoria médica e da elite da sociedade uberabense era formar seus filhos como profissionais da medicina. Para tanto, era necessário

prover a cidade com cursos superiores para fazê-la se projetar nacionalmente e se fazer de exemplo a outras cidades em que a palavra de ordem nacional era progresso; isto é, prosperar, progredir, avançar, formando bacharéis em Uberaba para que aí permanecessem e não tivessem o ônus do deslocamento para os grandes centros (LOPES, 2016, p.77).

Nesse aspecto, a criação da FMTM remonta, ainda, à insatisfação dos uberabenses em relação ao sistema tributário do estado de Minas Gerais. O Plano de Metas de Desenvolvimento implementado durante o governo de Juscelino Kubistchek, à frente do estado de Minas entre 1950 e 1954, impunha aumento da arrecadação de impostos no estado. Para isso, a Secretaria Estadual da Fazenda instalou nas entradas e saídas de cidades mineiras de médio e grande porte – o que incluía Uberaba – portões de arrecadação fiscal, que funcionavam sem interrupção, exigindo notas fiscais de produtos e multando quem não as apresentasse.

O referido sistema tributário gerou importante protesto popular na cidade de Uberaba, ocorrido no dia 23 de abril de 1952. Bilharinho²¹ (2009), memorialista uberabense, esclarece que, devido ao excesso de impostos estaduais e ao rigor e truculência da fiscalização, a população de Uberaba organizou “vigoroso quebra-quebra, atacando e depredando as repartições fiscais do Estado, as denominadas coletorias, retirando e jogando nas ruas e no córrego das Lages papéis, móveis” e outros objetos, impedindo a passagem de veículos, pelo menos, por toda a manhã, com pessoas postadas com porretes nas entradas da cidade (BILHARINHO, 2009, p.105). Várias pessoas foram presas e, conforme relata o memorialista, sofreram maus tratos pelos policiais. Segundo ele, a maior parte dos presos eram “criaturas de origem humilde” (BILHARINHO, 2009, p.105).

O fato foi, inclusive, noticiado pelo jornal americano *The New York Times*, de 26 de abril de 1952, sob o título “*Vermelhos lideram onda de tumultos no Brasil e causam prejuízos de \$6,000,000. Repartição de imposto de renda e outros prédios são destruídos em cidade de Minas Gerais*”. A notícia afirmava que o movimento havia

²¹ José Soares Bilharinho nasceu na cidade de Uberaba em 13 de dezembro de 1918, filho de Jaime Soares Bilharinho, vice-cônsul espanhol para o Triângulo Mineiro e Goiás, e de Luiza de Oliveira Bilharinho. Formou-se em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte-MG, voltou a residir em Uberaba em 1943, onde atuou como médico e, mais tarde, passou a se dedicar a registros históricos de determinados fatos ocorridos em Uberaba e da medicina na cidade. Após doze anos de pesquisas em jornais locais e de anotações de experiências e relatos, escreveu doze volumes da História da Medicina em Uberaba, tendo alguns volumes publicados pelo Arquivo Público Municipal de Uberaba. Casou-se em 1966 com Joana Bilharinho e faleceu em 1993, aos 75 anos, em sua cidade natal. Bilharinho integra a Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Fonte: Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Disponível em: <<http://academiadeletrastm.com.br/josesoaresbilharinho.php>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

sido, supostamente, liderado pelos comunistas. Por certo, o ambiente da Guerra Fria, liderada pelos Estados Unidos e pela União Soviética (1947 a 1991), que polarizou o mundo em capitalistas e comunistas, favoreceu tal interpretação.

Nesse cenário, o então governador Juscelino Kubitschek, que também era médico, pretendendo candidatar-se à Presidência da República pelo Partido Social Democrata (PSD), buscava apoio eleitoral e, para isso, tentou conhecer as demandas da cidade de Uberaba por meio de consultas às suas associações de classes. Juscelino temia que o apoio ao candidato do Partido Social Progressista, Ademar de Barros, aumentasse na cidade, o que desfavoreceria a sua eleição (BILHARINHO, 2009).

Assim, em 5 de abril de 1953, foi realizada uma mesa-redonda, organizada pelo então presidente da Associação Comercial e Industrial de Uberaba (Aciu), Durval Furtado Nunes, contando com a presença de representantes dos principais partidos políticos existentes na cidade, a saber: PSD, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Republicano (PR). Dentre eles, estavam presentes três médicos: Antônio Próspero, prefeito da cidade; Antônio Sebastião Sabino e Mozart Furtado Nunes, que viria a ser o primeiro diretor da FMTM. Naquela reunião, Juscelino foi recebido e manifestou sua boa vontade para com a cidade (LOPES, 2016). Afirmou, na ocasião, que havia ajustado com o deputado federal Mário Palmério a proposta de se fundar em Uberaba uma faculdade de Medicina, a exemplo do que havia sido feito em Juiz de Fora em 1952. Juscelino, com objetivos eleitorais, procurava adiantar-se no processo de expansão das escolas de Medicina no estado de Minas Gerais (LOPES, 2016).

Desse modo, quando recebeu a solicitação de seu partido político, PSD, para a reforma do prédio onde funcionava a penitenciária estadual de Uberaba, que abrigava cerca de 80 presos, o governador respondeu que não poderia atendê-la, já que instalaria nesse prédio a Faculdade de Medicina. “A surpresa foi geral” (BILHARINHO, 2009, p.107). A penitenciária ficava próxima à Santa Casa de Misericórdia que, posteriormente, serviria de hospital escola para a FMTM. Essa proximidade pode ter sido a motivação para a escolha desse prédio para o funcionamento da Faculdade de Medicina (ALVES; DANTAS, 2017).

Posteriormente, o deputado Mário Palmério, acompanhado de Lauro Fontoura e de seu filho, o advogado Fúlvio Fontoura, indicou ao governador do estado os médicos que se responsabilizariam pela fundação da faculdade de Medicina em Uberaba, os

quais eram vinculados aos partidos políticos PSD, PTB, UDN e PR. A representação dos maiores partidos políticos era importante para o apoio à futura candidatura de Juscelino Kubitschek, e a articulação entre esses partidos ficaria a cargo do deputado Mário Palmério.

A reunião de fundação da FMTM ocorreu em 27 de abril de 1953, na casa do advogado Lauro Savastano Fontoura, na rua Carlos Rodrigues da Cunha, n.º 39, estando presentes: (a) do PSD: os médicos João Henrique Sampaio Vieira da Silva, Antonio Sabino de Freitas, Alfredo Sebastião Sabino de Freitas, Paulo Pontes, José Soares Bilharinho, Carlos Smith e o próprio advogado Lauro Savastano Fontoura; (b) do PTB: os médicos Jorge Azôr, Hélio Costa, Odom Tormim, Hélio Angotti e o educador e deputado Mário Palmério; (c) do PR: os médicos Mozart Furtado Nunes, Allyrio Furtado Nunes e Jorge Henrique Marquez Furtado; (d) e da UDN: os médicos José de Paiva Abreu, Fausto da Cunha Oliveira e Randolpho Borges Júnior.

Na referida reunião, dentre outros aspectos, foi escolhido o nome da instituição – Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro – e eleito de forma unânime como seu primeiro diretor o médico Mozart Furtado Nunes, nascido em Uberaba no ano de 1903 e formado em Medicina em 1928, pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro.

Na mesma ocasião, foi criada a Sociedade de Medicina do Triângulo Mineiro, responsável por manter e gerenciar a FMTM, tendo sido eleito para primeiro presidente Lauro Savastano Fontoura, natural de Monte Alegre de Minas, nascido em 1903. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais também pela Universidade do Brasil, ficou responsável pela disciplina de Medicina Legal. Era o único professor sem formação na área médica, porém era um político influente. Além disso, conforme ata da reunião, todos os que se fizeram presentes nela foram considerados sócios-fundadores da FMTM.

O fundador e ex-diretor da instituição, Randolpho Borges Júnior (1960 a 1963), em palestra proferida no I Congresso Médico dos Ex-alunos da FMTM, no III Congresso Médico da SMCU e no VII Congresso Médico do Interior da AMMG, assim se referiu à fundação da FMTM:

A criação da FMTM teve sua origem, ainda que pareça incrível, num ato de vandalismo e sob a égide da política. Existe por toda parte o dito popular que Deus escreve certo por linhas tortas, e este aforismo se aplica perfeitamente bem a nossa Faculdade (BORGES JÚNIOR, 1983, p.1).

Em sua fala, Borges Júnior (1983, p.1-2) faz referência ao movimento popular realizado contra a cobrança de impostos estaduais na cidade. Não cabe a esta tese analisar a sua percepção do movimento, aparentemente negativa, já que o considera um “ato de vandalismo”, afirmando, em seguida, que os participantes eram “elementos mal encarados” e que o povo mineiro “sabidamente, não gosta de pagar tributos”. No entanto, sua fala deixa transparecer a ligação existente entre o fato e a criação da FMTM, já que a revolta popular atraiu o olhar de Juscelino Kubitschek para a cidade, resultando no processo que culminou com a criação da FMTM.

Em 29 de julho de 1953 foi aprovado pela Assembleia Legislativa Estadual o projeto de doação do prédio onde funcionava a penitenciária estadual à FMTM, local situado na Praça Manoel Terra, n. 330²², construído em 1910, em funcionamento até os dias atuais.²³ No entanto, o prédio precisou passar por diversas adaptações que se estenderam até 1955, quando pôde, então, abrigar as atividades da instituição. Na imagem a seguir, observa-se uma placa à esquerda que informa “Obras da Faculdade de Medicina. Realização do Governador Juscelino Kubitschek”.²⁴

²² O prédio faz parte do patrimônio histórico de Uberaba, tendo sido tombado pela Lei Municipal n.º 5.346, de 19 de maio de 1994. Devido à sua estrutura constituída de concreto armado, que não permite grandes modificações, o prédio encontra-se preservado até os dias atuais. A construção foi feita sob a direção do engenheiro Nicodemos de Macedo (LOPES, 2016).

²³ Atualmente funcionam nesse prédio salas de aula e laboratórios das disciplinas básicas da área da saúde (cursos de graduação em Medicina, Biomedicina, Nutrição, Enfermagem, Terapia Ocupacional, Educação Física e Fisioterapia, além dos cursos técnicos em Análises Clínicas, Enfermagem, Farmácia e Radiologia), além da administração do curso de Enfermagem, do Instituto de Ciências Biológicas e Naturais, do Centro de Formação em Saúde e os diretórios acadêmicos de cursos da UFTM.

²⁴ Conforme jornal *Lavoura e Comércio*, de 3 de setembro de 1957, na notícia intitulada *O presidio de Uberaba é um atentado à dignidade humana*, depreende-se que a penitenciária do estado que funcionava em Uberaba passou a ocupar um prédio na Rua Afonso Ratto, que se tornou alvo de denúncias das más condições de permanência dos presos.

Figura 2 – Prédio em reforma para funcionamento da FMTM – Década de 1950 (sem ano definido)



Fonte: Superintendência do Arquivo Público de Uberaba – Fotografia desconhecido.

Ainda para a manutenção da FMTM, foram destinados à Sociedade de Medicina do Triângulo Mineiro pelo governo estadual Cr\$20.000.000,00 em títulos da dívida do estado, cujos juros seriam revertidos para cobrir as despesas dos primeiros anos da instituição.

Assim, enquanto seguia a reforma do prédio da antiga penitenciária, a FMTM iniciou suas atividades nas dependências cedidas provisoriamente pela Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro – no local onde funcionava o Colégio Triângulo Mineiro –, fundada por Mário Palmério e autorizada a funcionar em 1947. Posteriormente, essa faculdade viria a fazer parte das Faculdades Integradas de Uberaba (Fiube) que, por sua vez, deram origem à Universidade de Uberaba (Uniube), na década de 1980²⁵. Em entrevista ao *Jornal da FMTM* de dezembro de 1998, o ex-aluno Wandir Ferreira de Souza lembrou que os alunos chegaram a ter algumas aulas no prédio da penitenciária, quando ainda era ocupado por presos e policiais.

Universitários, presos e policiais conviveram no edifício até o início de 1956. Tivemos aulas no Colégio Triângulo e no prédio da cadeia com algumas salas em funcionamento. Passávamos pelos guardas para entrar na sala de aula e sempre os presos nos pediam cigarros, chamando-nos de doutores (JORNAL DA FMTM, 1998, p.1).

²⁵ Mário Palmério intentava há tempos criar uma universidade na cidade de Uberaba. Em discurso proferido em 1949, na entrega de diplomas do Colégio Triângulo Mineiro, Palmério discorreu sobre o sucesso da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro e da recém-criada Faculdade de Filosofia São Tomás de Aquino, afirmando que Uberaba e o Triângulo Mineiro já tinham condições de abrigar uma universidade. Ele considerou: “Não fiquemos, entretanto, esperando que a Universidade nos caia do céu. [...] Ela só virá depois de um trabalho harmônico e persistente de todas as camadas sociais de nossa terra. É preciso que o povo sinta sua necessidade e que aqueles homens que se julgam capazes de fundá-la, unam-se e se disponham a tal empresa” (O TRIÂNGULO, 1949 apud FONSECA, 2012, p.227).

No final do ano de 1953, no prédio improvisado onde a FMTM utilizava salas de aula e laboratórios, foi recebida visita *in loco* do MEC, na pessoa do inspetor César do Val Villares, resultando no Parecer da Comissão de Ensino Superior n.º 2, de 8 de março de 1954. A visita culminou na autorização para funcionamento do curso de Medicina da FMTM, por meio do já citado Decreto federal n.º 35.249, de 24 de março de 1954.

O diretor da faculdade, Mozart Furtado Nunes, foi o responsável por contratar, em caráter de urgência, os 34 professores (33 médicos e um advogado) oriundos de Uberaba e de grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro para ocuparem as cadeiras do curso. Nesse contexto, foi lançado em 31 de março de 1954 o edital do primeiro exame vestibular para o curso de graduação em Medicina, que aconteceu em 15 de abril do mesmo ano, contando com 168 candidatos e 52 aprovados de diversos estados do país. A maioria dos aprovados era proveniente da cidade de Belo Horizonte, havendo alunos de outras cidades de Minas Gerais e de São Paulo²⁶. Considerando que o valor cobrado na inscrição do vestibular e na matrícula era de mil cruzeiros, o que correspondia a 83% do salário mínimo, infere-se que os alunos eram oriundos das classes média e alta.

A aula inaugural do recém-criado curso de Medicina foi ministrada em 28 de abril de 1954, pelo governador do estado de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek²⁷, recebido pelo prefeito de Uberaba, Antônio Próspero, por deputados e outras autoridades locais, além de por diversos populares. A solenidade aconteceu em salão nobre da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, e foi encerrada pelo deputado Mário Palmério.

A Figura 3 mostra alunos da primeira turma do curso de Medicina da FMTM no prédio da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, com o diretor Mozart Furtado Nunes ao centro da primeira fileira (sentados). A seu lado, outros professores

²⁶ Dos 52 aprovados, 41 concluíram o curso: 11 deles eram provenientes de Belo Horizonte; quatro, de São Paulo; três, de Uberaba; três, de Limeira; e os demais, de outras cidades de Minas Gerais e do estado de São Paulo.

²⁷ Aponta-se divergência quanto ao relato feito por Bilharinho (2009), já que este afirma que a aula inaugural do curso de Medicina da FMTM foi proferida em 28 de abril de 1954 pelo vice-governador de Minas Gerais, Clóvis Salgado, representando Juscelino Kubitschek. FMTM (1979) também afirma o fato de que Juscelino não pôde comparecer à aula inaugural. Já segundo Lopes (2016), o governador conseguiu comparecer ao compromisso.

do 1º ano do curso.²⁸ Observa-se que, na primeira turma, havia mulheres entre os alunos. Conforme Lopes (2016), três alunas²⁹ tinham se matriculado nessa primeira turma.

Figura 3 – Primeira turma da FMTM em frente à Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro (1954)³⁰



Fonte: Arquivo do curso de licenciatura em História da UFTM – Fotografia desconhecido.

O reconhecimento do curso de Medicina da FMTM veio em 1959, por meio do Decreto federal n.º 47.496, de 26 de dezembro, que daria legalidade aos diplomas emitidos pela instituição³¹. Em face dos trâmites burocráticos, a primeira turma do curso de Medicina foi diplomada no dia 6 de janeiro de 1960, mesmo ano em que ocorreu a federalização da instituição, por meio da Lei federal n.º 3.856, de 18 de dezembro, por intermédio de mensagem enviada ao Congresso pelo presidente Juscelino Kubitschek, após intensa mobilização de dirigentes, estudantes e sociedade local.

²⁸ A identificação das pessoas presentes no registro fotográfico está inscrita na fotografia original, disponível na sala de arquivos históricos do curso de licenciatura em História da UFTM.

²⁹ Esther de Melo Salerno (entrevista cedida ao jornal *Lavoura e Comércio* de 15 de abril de 1959), Nilza Martinelli Gomes e Zoé Sellmer (entrevista cedida ao jornal *Lavoura e Comércio* de 22 de abril de 1959).

³⁰ Na placa à direita lê-se: “Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro”.

³¹ Aqui há alguns outros pontos de divergência. Bilharinho (2009) afirma que o reconhecimento do curso de Medicina da FMTM se deu pelo Decreto n.º 45.496, de 1959. Já Lopes (2016) afirma que o reconhecimento foi dado pelo Decreto n.º 47.844, de 24 de dezembro de 1959. Entretanto, em consulta à página eletrônica da Câmara dos Deputados, pode-se verificar que o reconhecimento foi dado pelo Decreto federal n.º 47.496, de 26 de dezembro de 1959, alterado pelo Decreto n.º 47.844, de 05 de março de 1960, que fez a seguinte modificação: onde se lia "reconhecimento à Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro", passou-se a ler: "reconhecimento ao Curso de Medicina da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro".

O processo de federalização da FMTM será tratado no primeiro capítulo desta tese, no entanto, cumpre destacar que a instituição enxergava nesse processo a “salvação” que permitiria a continuidade do curso de Medicina, inclusive em regime de tempo integral, o que a diferenciava de algumas outras faculdades privadas. “A Faculdade de Medicina de Uberaba nasceu sob o signo do Tempo Integral, indiscutivelmente, hoje, a pedra de toque do progresso do ensino médico” (NUNES, 1960, p.23).

As anuidades pagas pelos alunos, junto com a dotação orçamentária anual disponibilizada pelo governo federal (rendas de apólices do estado), não eram suficientes para manter o oneroso curso da faculdade. Por isso, a direção da FMTM buscava outras fontes de recurso no MEC e passou a perseguir a federalização, conquistada em 1960. Sobre isso, Cunha (2007a) esclarece que, na época, os cursos de Medicina e Engenharia eram ofertados, predominantemente, por instituições públicas, justamente em virtude do seu alto custo.

Para permitir o custeio da FMTM, o aumento da contribuição dos alunos parecia não ser um caminho viável, isso porque a faculdade atraía alunos de situação financeira mediana, também em razão do fato de ser uma instituição nova, situada em uma cidade interiorana que não apresentava as mesmas oportunidades dos grandes centros urbanos.

A situação da FMTM não era exceção, pois, segundo Teixeira (2005), a classe média era maioria nas instituições de ensino superior na década de 1960, visto que os estudantes de classes abastadas se matriculavam principalmente em instituições privadas ou públicas de reconhecido prestígio social.

O grupo, como um todo, não é um grupo de jovens socialmente privilegiados. A sua categoria de privilégio está restrita ao fato de serem poucos os estudantes de ensino superior. Evidentemente, são raros os de classes operárias ou baixas (TEIXEIRA, 2005, p.232).

A esse respeito, o ex-professor Allyrio Furtado Nunes assim relatou em entrevista ao *Jornal de Uberaba*: “Com a fundação da FMTM, ficou evidente o acesso à medicina de estudantes de classes menos privilegiadas, mas isso na metade do século. Um avanço tremendo para Uberaba, para nossas vidas” (JORNAL DE UBERABA, 29 out. 1995, s./p.).

Depois de alcançada a federalização, a FMTM manteve a oferta apenas do curso de Medicina, e somente no ano de 1989 a instituição passou a ter seu segundo curso

superior: o curso de Enfermagem e Obstetrícia³², autorizado pelo Decreto n.º 97.081, de 21 de novembro de 1988.

Dez anos mais tarde, em 1999, tinha início o curso superior em Ciências Biológicas-Modalidade Médica³³, autorizado pela Portaria MEC n.º 266, de 28 de junho do mesmo ano. Apesar da criação dos dois cursos, a instituição continuou sendo uma faculdade isolada destinada a estudos vinculados à área da saúde³⁴. Ao longo desses anos, também foram criados cursos técnicos e de pós-graduação, todos no campo da saúde. Embora eles sejam citados em alguns momentos da tese, não serão objeto de análise, tendo em vista a delimitação temática e o problema definidos para a pesquisa. Entretanto, importa destacar que, nesse contexto, a FMTM desejava tornar-se uma universidade especializada na área da saúde e, por isso, todos os cursos criados estavam voltados para esse campo do saber.

Todavia, foi somente em 2005, com a política de expansão universitária do governo federal, cujo carro-chefe foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que a FMTM se tornou UFTM, por meio da Lei federal n.º 11.152, de 29 de julho de 2005. A mudança de status permitiu a criação de novos cursos, que abrangeram novas áreas do conhecimento. A FMTM deixou para trás, então, seu projeto de especialização em saúde, e abriu-se, também, para o campo das ciências humanas, sociais e tecnológicas.

A criação da UFTM veio acompanhada da implementação dos cursos de graduação em Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição, licenciatura em Letras-Português e Inglês e licenciatura em Letras-Português e Espanhol, autorizados pela Resolução UFTM n.º 5, de 21 de novembro de 2005. Nessa mesma resolução, estava prevista a criação dos cursos de graduação em Psicologia e Educação Física, que só passaram a ser ofertados a partir de 28 de julho de 2008 e de 3 de março de 2009, respectivamente.

No início de 2009, vieram os cursos de graduação em Serviço Social, licenciatura em Ciências Biológicas, licenciatura em Física, licenciatura em Geografia, licenciatura em História, licenciatura em Matemática e licenciatura em Química, autorizados pela Resolução UFTM n.º 4, de 25 de outubro de 2007.

³² Atual curso de graduação em Enfermagem.

³³ Atual curso de graduação em Biomedicina.

³⁴ Os contextos e objetivos da criação dos cursos de Enfermagem e Obstetrícia e de Ciências Biológicas-Modalidade Médica serão tratados no terceiro capítulo desta tese.

Os cursos de Engenharia foram criados em 2010, iniciando suas atividades em 22 de fevereiro, abrangendo Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química e Engenharia de Produção, autorizados pela Resolução UFTM n.º 4, de 25 de outubro de 2007, exceto o curso de Engenharia Mecânica, que foi autorizado pela Resolução UFTM n.º 2, de 27 de agosto de 2009. Esse último foi criado no lugar do curso de Engenharia da Computação, que estava planejado para ser ofertado junto com os primeiros cursos de Engenharia citados.

Posteriormente, foram criados, também, os cursos de licenciatura em Educação do Campo, cuja primeira oferta se deu em 1º de julho de 2014, por intermédio da Portaria MEC n.º 72, de 21 de dezembro de 2012; e o curso de licenciatura em Pedagogia (modalidade de ensino a distância), iniciado em 16 de outubro de 2020 e criado pelo Ofício Reitoria UFTM n.º 3, de 31 de janeiro de 2019.

Todos os cursos listados acima³⁵ estão alocados na sede da UFTM, na cidade de Uberaba. Já em de 2015, foi inaugurado o Campus Universitário de Iturama-MG, que oferta os cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, licenciatura em Química³⁶ e o curso de Agronomia³⁷.

Aspectos teórico-metodológicos

Considerando o breve percurso histórico apresentado, intentou-se responder, conforme já descrito, à seguinte questão: por que a FMTM, após a sua federalização em 1960, permaneceu como faculdade isolada de Medicina até 2005? Buscou-se analisar, ainda, se houve aspectos políticos, sociais ou econômicos que influenciaram a estagnação da oferta de cursos na FMTM, no período de 1960 a 2005, e por que Uberaba, apesar de ter sido pioneira na criação de escolas de ensino superior em sua região, não foi pioneira na criação de uma universidade pública. Essa questão emerge tendo em vista que a primeira faculdade de ensino superior pública da região foi a FMTM, porém, a primeira universidade foi criada na cidade vizinha, Uberlândia-MG, situada a cerca de 100 km de distância. A Universidade de Uberlândia (UnU), criada em

³⁵ A criação desses cursos será abordada no quarto capítulo da tese.

³⁶ Esses cursos de licenciatura tiveram início em 3 de março de 2015, autorizados pela Portaria MEC n.º 275, de 12 de maio de 2014.

³⁷ O curso de graduação em Agronomia teve início em 21 de março de 2016, criado pela Portaria MEC n.º 1.085, de 3 de dezembro de 2013.

1969, a partir da aglutinação de faculdades isoladas, foi federalizada e transformada em Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no ano de 1978.

Sobre esse contexto, Pereira (2012) e Silva (2021) afirmam que as duas cidades, Uberaba e Uberlândia, se envolviam em disputas políticas no que se refere ao desenvolvimento do ensino superior. A sociedade uberlandense demandava a criação de uma faculdade de Medicina, no entanto, Uberaba teve a precedência e, além disso, a primeira faculdade de ensino superior de Uberlândia só veio a ser criada dez anos após a criação da primeira faculdade de Uberaba. Souza (2020, p.441) acrescenta que um dos objetivos de Uberlândia era, justamente, “lançar a cidade no cenário das metrópoles regionais e superar a vizinha Uberaba”.

Essa antecedência de Uberaba teria motivado ainda mais a disputa política entre representantes dos dois municípios. Registros da imprensa deixam entrever a movimentação da sociedade e suas demandas ao aludirem à necessidade de um teatro e festivais de música e arte para Uberlândia, assim como às ações, em Uberaba, de escolas de Agronomia e Veterinária e em congresso de medicina. A esses elementos se aliavam referências ao desenvolvimento da região e do país, à escolha do local da nova capital, à presença de autoridades políticas federais em eventos locais da região; enfim, a pontos críticos afins a autoridades políticas uberlandenses que deixaram Uberaba ser preferida como lócus da Escola de Engenharia do Triângulo. Como se infere, se for acertada a suposição de que havia um sentimento de — “inferioridade” em Uberlândia relativamente à cidade vizinha, cabe dizer que a imprensa tendia a — “alimentá-lo” com alusões ao desenvolvimento do ensino superior em Uberaba (SILVA, 2021, p.120).

A esse respeito, Franco (2020) destaca a repercussão da criação da FMTM na imprensa da cidade de Uberlândia, trazendo trecho de matéria publicada no jornal *Repórter*, de 1º de maio de 1953:

Uberaba vai conquistando para si o que futuramente pode glorificar um povo, os meios intelectuais e científicos. Dizemos isto, não porque Uberaba, não mereça, mas, porque há poucos meses atrás, fizemos intensa campanha para que fosse criada em Uberlândia, a Faculdade de Medicina do Triângulo. Campanha empreendida unicamente com o intuito de dotar a nossa Uberlândia de um melhoramento expressivo, qual seja a criação de uma escola superior. Não teve a repercussão desejada, até mesmo a ilustrada classe médica a quem julgamos ter grande interesse por estar em seu âmbito, demonstrou indiferença, chegando ao ponto de muitos médicos negarem-se manifestar a respeito, quando por nós entrevistados. Outros com certo constrangimento se limitavam a dizer que Uberlândia não dispunha de meios. Alguns poucos se mostraram atenciosos, aceitando a nossa ideia, porém sem tomar o interesse devido para que ela atingisse a repercussão desejada. Os nossos dirigentes isso nem se fala, tal o seu indiferentismo. E há ainda outros que fizeram tudo contra, para que Uberlândia não tivesse a Faculdade de Medicina do Triângulo, dizendo que era um absurdo, um sonho irrealizável, pois não tínhamos elementos, recursos, meios, ou qualquer outro cabedal para isto. Estes nós mostraremos ao povo em outra oportunidade. Uberaba, cujos dirigentes não dormem no berço daquilo que encontraram feito,

arrastam como sua iniciativa e seu esforço, tudo o que pode chamar-se de progresso para o município e para uma região (O REPÓRTER, 1953 apud FRANCO, 2020, p.105).

No entanto, o processo histórico de constituição da UFU evidencia que essa instituição se notabilizou na expansão do ensino superior no que se refere à abrangência e variedade de seus cursos de graduação, o que não se replicou na instituição federal vizinha, UFTM, até 2005 (ZAGO, 2013).

Diante do exposto, inicialmente, a pesquisa tinha como hipótese, em relação à permanência da FMTM como instituição isolada de ensino superior, no período de 1960 a 2005, que as opções de desenvolvimento da cidade influenciaram na presumível estagnação do quantitativo de cursos da instituição. Considere-se que, enquanto Uberlândia optava por um projeto de desenvolvimento voltado para o terceiro setor da economia – notadamente o comércio atacadista, demandando formação de profissionais em áreas diversas –, Uberaba permanecia voltada para a agropecuária, o que poderia ter influenciado os rumos da educação superior na cidade.

Do mesmo modo, considerou-se como hipótese que protagonistas locais envolvidos em interesses políticos e econômicos próprios tenham beneficiado instituições privadas da cidade, em detrimento da FMTM. Nesse mesmo sentido, acredita-se que políticas públicas de financiamento do ensino superior possam ter contribuído para esse processo, na medida em que também privilegiaram o setor privado, como ocorreu, por exemplo, durante o Regime Militar no Brasil (1964-1985), que coincidiu com significativos vinte anos da trajetória abordada nesta pesquisa. Embora Uberlândia tenha conseguido se organizar para federalizar a UnU em 1978, os recursos disponíveis para as instituições públicas eram insuficientes. Além disso, o orçamento disponível era disputado por regiões que tinham menos universidades, como era o caso do Nordeste e do Norte.

Por último, considerou-se, ainda, que os setores dirigentes da sociedade uberabense da época não tenham demandado a ampliação da então FMTM, deixando-a restrita a uma parcela privilegiada da cidade e da região. Talvez não fosse do interesse das classes dirigentes locais a ampliação da instituição para atender a outros públicos de áreas diversas de formação. Sobre isso, Riccioppo Filho (2007) destaca que havia setores da sociedade que defendiam o monopólio do acesso ao ensino superior, o que contribuiu, inclusive, para o fechamento de algumas instituições superiores da cidade.

Sobre o fechamento da Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba em 1936, o autor afirma:

Independentemente das supostas irregularidades cometidas pela direção daquela instituição de ensino, o fechamento da Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba representou um duro golpe nas famílias de Uberaba e região que não pertenciam às elites econômicas. Apesar de pagas, as instituições dirigidas por Mineiro Lacerda eram a única opção para aqueles que não tinham condições econômicas para custear estudos superiores em outras localidades. Embora também servissem aos interesses de um grupo capitalista, aquelas escolas tiveram o mérito de incluir uma parcela da população que, de outra forma, estaria impossibilitada de obter o diploma de nível superior (RICCIOPPO FILHO, 2007, p.352).

Para confirmar ou refutar tais hipóteses, a pesquisa buscou compreender as forças políticas, econômicas e sociais existentes no período em recorte, fazendo análises que enxergam o objeto de pesquisa como parte de uma teia de relações em um contexto do qual ele não pode ser distanciado. Destarte, há que se considerar que esses fatores conjunturais mais amplos não determinaram o curso da história da FMTM, embora tenham tido influência sobre ele. Nessa direção, recorre-se a Prost (2008), para quem não é possível estabelecer leis imutáveis no estudo da sociedade, já que cada fato social é único. Gatti (2007) acrescenta que a pesquisa não produz verdades absolutas e imutáveis (dogmas), mas permite construir aproximações da realidade.

Contudo, a transitoriedade das circunstâncias e a instabilidade das forças sociais não impedem de extrair dos fatos históricos a sua relevância, pois, eles são singularidades vivas, que ajudam a elucidar outros fatos e fazem avançar os conhecimentos de sua área. Invoca-se, aqui, o conceito de “avanço da história”, que segundo Prost (2008) é alcançado por meio de pesquisas cujas questões fazem aprofundar o conhecimento histórico, ou seja, preenchem lacunas e trazem respostas que carecem de elaboração mais consistente. Dessa forma, a despeito do crescimento relatado por Gatti Júnior e Gatti (2015) quanto ao número de teses e dissertações sobre a história das instituições no Triângulo Mineiro, ressalta-se que não foram encontradas pesquisas de mestrado e doutorado que tenham se debruçado sobre a história da FMTM no período em recorte (1960 a 2005), conforme levantamento prévio nos repositórios de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), da UFTM, da Uniube e da UFU, o que também justifica a importância do presente trabalho.

Cita-se que Lopes (2016) dedicou-se à história da FMTM, de sua fundação, em 1953, até a sua federalização, em 1960, observando a falta de pesquisas que historiassem os primeiros anos da instituição. Sendo assim, a tese que aqui se apresenta buscou avançar nesse processo de construção histórica, investigando os anos posteriores da FMTM – sob a perspectiva do problema de pesquisa exposto –, partindo da sua federalização até a sua transformação em UFTM. Os limites impostos pelo tempo de duração dos programas de pós-graduação no Brasil, bem como as especificidades dessa nova universidade criada em 2005, foram critérios utilizados para a delimitação temporal desta pesquisa, ficando abertas possibilidades de novos estudos que possam avançar na construção da história da UFTM.

Nessa perspectiva, Lopes (2016) afirma que é necessário retomar a história da referida instituição para o fortalecimento da sua identidade, para dar voz aos sujeitos que participaram de sua trajetória e que já estão em idade avançada, e para que a compreensão do passado traga elementos para a elucidação do presente e para um vislumbre do futuro que se pretende construir.

Qual é o papel do historiador senão o de trazer um pouco mais de inteligibilidade sobre o mundo e um aumento de lucidez aos seus concidadãos? Nem mais nem menos do que os outros praticantes das ciências humanas e sociais, mas à sua maneira: como historiador (HARTOG, 2017, p.37).

Ainda para melhor entendimento acerca da escolha do objeto de pesquisa, é preciso mencionar o vínculo desta pesquisadora com a instituição, já que é servidora da UFTM desde 2012 e percebe, no cotidiano de seu trabalho como pedagoga, a carência de produção de conhecimentos históricos sobre a instituição. Nesse sentido, retomar a história da UFTM e socializá-la entre a comunidade acadêmica e a sociedade de forma geral se faz necessário, até mesmo para a construção do sentimento de pertencimento dos sujeitos, bem como para melhor compreensão das realidades vivenciadas pela instituição no presente.

Desse modo, a relevância da pesquisa estende-se à própria instituição pesquisada, pois, conforme afirma Hobsbawm (2013, p.26), “a forma do futuro é vislumbrada mediante a procura de pistas no processo de desenvolvimento passado, de forma que [...] quanto mais esperamos inovação, mais a história se torna essencial para descobrir como ela será”. A posição do historiador inglês corrobora o argumento de Magalhães (1998, p.2), que afirma que “compreender e explicar a existência histórica de

uma instituição educativa é [...] contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região”.

É nesse cenário que a pesquisa objetiva contribuir para a construção da história da FMTM no período de 1960 a 2005, buscando compreender porque a instituição permaneceu como estabelecimento isolado de ensino superior nesse período, levando mais de quatro décadas para se transformar em universidade. Além disso, intenta-se investigar as condições de criação dos cursos que compuseram a FMTM no período em recorte, inclusive dos cursos criados em 2005, bem como entender as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que abarcavam a instituição nesse momento histórico. Assim, a tese tem por objetivo, ainda, contribuir com o avanço dos conhecimentos na dimensão da História da Educação, nos domínios da História das Instituições e da História do Ensino Superior.

Do ponto de vista metodológico, o conceito de “dimensão” da pesquisa foi extraído de Barros (2004), para quem “uma dimensão implica em um tipo de enfoque ou em um ‘modo de ver’ (ou em algo que se pretende ver em primeiro plano na observação de uma sociedade historicamente localizada)” (BARROS, 2004, p.23). A dimensão, aqui, portanto, refere-se a um modo de ver os objetos de pesquisa, ou seja, à lente pela qual poderemos olhar para determinados fatos históricos. Todavia, é importante ressaltar que essas divisões no campo da História são feitas com base na predominância de perspectivas previamente delimitadas, porém não em sua exclusividade. Por isso, a construção histórica, em uma concepção crítica, demanda interlocuções entre diferentes subdivisões do campo de conhecimento, bem como entre a História e outras ciências (LE GOFF, 2013).

A pesquisa realizada situa-se, dessa maneira, na grande subárea da História da Educação, e as análises empreendidas durante o percurso investigativo valeram-se de trabalhos de autores como Cunha (1983), Germano (2005), Ghiraldelli (2009), Motta (2014), Saviani (2010), Hobsbawm (2013), Le Goff (2013), dentre outros referenciados ao longo da pesquisa.

Em relação aos “domínios” da pesquisa, que para Barros (2004) correspondem “a uma escolha mais específica, orientada em relação a determinados sujeitos ou objetos para os quais será dirigida a atenção do historiador” (BARROS, 2004, p.23), a tese abarca os campos temáticos da História das Instituições, já que investiga a trajetória

histórica de uma instituição de ensino; e da História do Ensino Superior, nível de ensino ministrado na referida instituição.

Para Gatti Júnior e Gatti (2015), o sucesso de pesquisas no campo da História das Instituições Escolares reside tanto na capacidade analítica do pesquisador, quanto no seu conhecimento aprofundado do contexto histórico e social onde se deram os fatos investigados. Do mesmo modo, considera-se sua capacidade de articular as evidências, depoimentos e outros documentos em prol da compreensão da realidade vivenciada pela instituição, conforme Sousa (2012) destaca:

A reconstituição da história da educação por meio da investigação de uma instituição – sua gênese, evolução, os aspectos do cotidiano escolar e até mesmo a trajetória de ex-alunos – permite compreender o significado político e sociocultural das transformações vivenciadas por esta instituição ao longo dos anos, bem como da sociedade na qual se encontra inserida (SOUSA, 2012, p.19).

Evidencia-se, assim, a pertinência da presente pesquisa, já que, a partir de suas análises, buscam-se elementos para a compreensão e construção de significados políticos e culturais em relação à própria UFTM. Novamente, servimo-nos de Prost (2008), para quem a legitimidade das pesquisas reside no encontro entre pertinência acadêmica e pertinência social, ou seja, a pesquisa contribui para o avanço dos conhecimentos científicos e, ao mesmo tempo, fomenta compreensões e transformações do real.

Outro aspecto relevante da metodologia de pesquisa utilizada, em uma perspectiva qualitativa, é que esta pesquisa adotou como abordagens o levantamento bibliográfico e documental, bem como a História Oral, tomando mais uma vez de Barros (2004) a definição de “abordagem”: “Uma abordagem implica em um ‘modo de fazer a história’ a partir dos materiais com os quais deve trabalhar o historiador (determinadas fontes, determinados métodos, e determinados campos de observação)” (BARROS, 2004, p.23-24). Para tanto foi feito amplo levantamento bibliográfico, abarcando livros, teses, dissertações, artigos científicos e outros materiais publicados por pesquisadores que se dedicaram à história das instituições escolares, sobretudo das instituições de ensino superior brasileiras. Por conseguinte, foram considerados os conhecimentos já produzidos na área, de forma a contribuir para o avanço do conhecimento histórico (PROST, 2008).

Na coleta e análise das fontes, optou-se pelo uso de abordagens relacionadas à História Oral, definida por Thompsn (2002, p.9) como sendo “a interpretação da história

e das mutáveis sociedades e culturas a partir da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências”. Com essa concepção, foram ouvidos protagonistas que tiveram relação com a FMTM entre 1960 e 2005. Dentre eles estão dois ex-dirigentes da instituição e três professores – uma já aposentada – que participaram da implementação dos primeiros cursos criados após a transformação da faculdade em universidade. Estes participantes foram localizados através de banco de dados institucionais, cujos depoimentos ajudaram a elucidar questões relacionadas ao problema de pesquisa. Suas experiências como gestores e docentes trouxeram novas interpretações sobre aspectos, sobretudo políticos, que influenciaram a FMTM em sua trajetória rumo à transformação em universidade.

As entrevistas prosseguiram com a tomada de depoimento de um ex-aluno da FMTM na década de 1960, que também integrou a diretoria do centro acadêmico do curso de Medicina. Ele participou ativamente do movimento estudantil e foi localizado a partir de publicações feitas com seu nome nos jornais que circulavam na cidade na época. Quando abordado, interessou-se pela pesquisa e se dispôs a compartilhar aspectos que julgou relevantes sobre o período em questão.

Como integrante do Centro Acadêmico Gaspar Vianna (CAGV), sua participação foi essencial para a compreensão – ao lado de outras fontes – do projeto de ensino superior da cidade de Uberaba e das aspirações do movimento estudantil durante o regime ditatorial. As declarações dadas demonstram a força dos estudantes não só em Uberaba, mas também no Triângulo Mineiro, bem como evidenciam a luta estudantil pelo atendimento de pautas relacionadas ao ensino superior. O depoimento desse entrevistado ajudou a elucidar o projeto de universidade que será analisado ao longo do segundo capítulo da tese.

É importante ressaltar que, em boa parte do período coberto pela pesquisa, havia o cerceamento da liberdade de imprensa pelos militares e, por isso, o depoimento desse ex-aluno foi essencial para que se pudesse construir a presente tese, sobretudo no que se refere às análises relativas aos anos de 1964 a 1985. Sua experiência remete a novas formas de interpretação das fontes, especialmente as ligadas à imprensa local, revelando questões sobre o enfrentamento militar contra os estudantes de Uberaba, o que, até o presente momento, não havia sido compartilhado com fins acadêmico-científicos.

Todos esses sujeitos foram convidados a participarem das entrevistas após conhecimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de forma digital no

Google Forms. As entrevistas foram gravadas em arquivo de áudio e/ou vídeo no formato Mp4. Em dois casos, os participantes preferiram responder às questões por escrito, havendo liberdade para que acrescentassem o que acreditassem ser pertinente. Nesse sentido, a pesquisa seguiu todas as orientações éticas do Comitê de Ética em Pesquisa da UFU, que autorizou a metodologia aqui proposta.

As entrevistas estão transcritas como apêndices da tese, com identificação das metodologias utilizadas, sendo omitidos trechos explicativos ou que não tinham relação direta com o problema de pesquisa. Isso porque, quando se trabalha com História Oral, é comum que as pessoas se sintam à vontade para fazer comentários diversos, inclusive em relação a outras temáticas, afins ou não.

Por fim, optou-se pela transcrição exata do que foi falado, havendo apenas correções de concordância gramatical, quando necessário. Os entrevistados foram, ainda, identificados de forma genérica, como Ex-dirigente 1, Ex-dirigente-2, Prof. Fisioterapia, Prof. Nutrição, Prof. Terapia Ocupacional e Ex-aluno CAGV, a fim de preservar a identidades deles, garantindo seu anonimato.

Os professores dos três cursos citados foram convidados a participarem da pesquisa para que se pudesse abordar o início dos primeiros cursos criados já na UFTM. Houve também a criação, no mesmo contexto, dos cursos de licenciatura em Letras-Português e Inglês e Letras-Português e Espanhol, todavia, foi utilizada como fonte de pesquisa um livro elaborado pelos cursos contendo depoimentos de professores, alunos e técnicos administrativos.

Foram consideradas, também, entrevistas realizadas com dois ex-dirigentes da FMTM editadas por pesquisadores do curso de licenciatura em História da UFTM no ano de 2014 como parte do projeto de pesquisa *História dos 60 anos do Curso de Medicina e 25 anos do Curso de Enfermagem: histórias, memórias e trajetórias*³⁸. Ao todo, o projeto realizou mais de 20 entrevistas com ex-alunos e servidores da instituição, gravadas nos estúdios da TV Universitária da UFTM. Os arquivos de vídeo em formato Mp4 encontram-se disponíveis na universidade, possibilitando sua

³⁸ No ano de 2014, o curso de licenciatura em História da UFTM deu início ao projeto de pesquisa intitulado *História dos 60 anos do Curso de Medicina e 25 anos do Curso de Enfermagem: histórias, memórias e trajetórias*. Segundo o documento com a proposta do referido projeto, o objetivo era realizar pesquisa documental e colher depoimentos orais que pudessem contribuir para o conhecimento histórico da instituição. Para isso, foram entrevistados ex-dirigentes, as entrevistas foram filmadas e estão arquivadas em formato Mp4 junto no curso de licenciatura em História da UFTM.

utilização em trabalhos de investigação acadêmica, conforme autorização dada pelos entrevistados quando participaram do referido projeto³⁹.

Os dois arquivos utilizados nesta tese foram disponibilizados para a pesquisa pelo curso de licenciatura em História da UFTM. Cita-se que esses dois ex-diretores também tiveram suas identidades preservadas, referenciados como Ex-dirigente 3 e Ex-dirigente 4.

Nesse cenário, em relação ao uso de fontes primárias de pesquisa, recorre-se a Thompson (1992, p.22), uma vez que, para ele, a abordagem da História Oral pode derrubar barreiras “entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história [...] pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”. Contudo, é preciso considerar que a memória não é infalível; ela é formada por esquecimentos e fatos que foram conservados. Porém, isso não é motivo para que a História Oral seja deixada de lado. Sua validade não está na veracidade total dos relatos, mas nas conexões que eles permitem ao pesquisador criar (THOMPSON, 2002).

Sabe-se que as fontes escritas ou documentais também são produtos da ação humana e passíveis de comprometimento político, de interesses familiares e de outras intencionalidades. Sobre isso, Pollak (1992) afirma:

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta (POLLAK, 1992, p.207).

Por isso, o intento da pesquisa não é afirmar uma verdade absoluta com base nos depoimentos colhidos – afinal, “a reconstituição integral do passado é coisa impossível” (TODOROV, 2002, p.149) –, mas analisá-los considerando que são suscetíveis a falhas, esquecimentos, omissões, saudosismos e outros sentimentos, por vezes, inevitáveis.

A memória não segue o modelo textual, linear. Não basta, portanto, colhê-la e reproduzi-la em extensas citações para que efetivamente tenhamos elaborado um conhecimento em História da Educação. Impõe-se trazê-la, rica e estranha, composta de reminiscências e esquecimentos, pérolas e corais, para compor “fragmentos do pensamento”, narrativa do tempo passado e presente (STEPHANOU; BASTOS, 2011, p.423).

³⁹ Em Silva, Contim e Amaral (2022) encontram-se alguns dos resultados deste projeto de pesquisa.

Recorreu-se, conjuntamente, a fontes documentais, por meio do levantamento, coleta, organização e análise de documentos que constam nos arquivos da UFTM, tais como correspondências, relatórios, atas, fotografias (utilizadas com objetivos ilustrativos), dentre outros, referentes ao período histórico delimitado. Houve diversas visitas à Reitoria da instituição, que guarda arquivo histórico com documentos referentes à sua fundação e outros eventos que se seguiram ao longo dos anos. Também o setor de Comunicação Social, a Pró-Reitoria de Planejamento e o curso de licenciatura em História da UFTM disponibilizaram arquivos com fotos, recortes jornalísticos e documentos oficiais diversos que contribuíram de forma importante para a compreensão do objeto de pesquisa.

Durante o trabalho de campo, também foram feitas visitas aos arquivos do Diretório Acadêmico Gaspar Vianna (DAGV) do curso de graduação em Medicina da UFTM, antigo Centro Acadêmico Gaspar Vianna (CAGV), criado em 1953, conforme será apresentado no capítulo 1. Nesse arquivo puderam ser consultadas atas do referido centro, recortes de jornais e revistas, além de informativos produzidos pelos próprios estudantes, o que configurou rico acervo para a pesquisa.

É interessante destacar que instituições tradicionais e que gozam de certo prestígio social, como é o caso da UFTM, contam com vasto acervo documental. Embora esses documentos nem sempre estejam devidamente organizados, trazem tantas informações que apresentá-las todas traria um aspecto laudatório à pesquisa. Assim, é papel do pesquisador selecionar as fontes e utilizá-las conforme seus objetivos de investigação.

Do mesmo modo, foram considerados como fontes de pesquisa os documentos que compõem o acervo físico e digital do Arquivo Público Municipal de Uberaba e do Arquivo Público Mineiro, integrando jornais, acervo fotográfico e escritos de memorialistas que retratam a época investigada.

É importante enfatizar, ainda, o uso dos jornais como fonte de pesquisa. Sobre a sua utilização, Luca (2015) relembra que jornais e revistas passaram a ser considerados como fontes históricas recentemente, já que, até meados de 1970, sua utilização não era comum na historiografia brasileira. Fazia-se história sobre a imprensa, mas não por meio dela, tendo em vista que esses documentos não se encaixavam nos ideais de objetividade, fidedignidade, neutralidade e credibilidade, além de não estarem suficientemente distanciados de seu próprio tempo. As objeções feitas a esse modo de

enxergar as fontes jornalísticas foram engrossadas pela Escola dos Annales⁴⁰, do início da década de 1930, movimento de renovação da historiografia que compreendia componentes econômicos, sociais e culturais, e que abriu novos horizontes para a pesquisa histórica, passando a considerar como fontes de pesquisa diversos elementos, escritos ou não, bem como alargou as temáticas de estudo. Sob essa perspectiva, Prost (2008) afirma que uma infinidade de elementos pode ser considerada como fonte de pesquisa, desde que o historiador faça uma análise contextualizada e crítica dessas fontes.

Dessa forma, foram considerados nesta tese importantes jornais de Uberaba – *Correio Católico*, *Lavoura e Comércio*, *Jornal de Uberaba* e *Jornal da Manhã* – que se destacaram em seu tempo trazendo matérias sobre a FMTM, consultadas por meio de plataformas digitais do Arquivo Público Mineiro e do Arquivo Municipal de Uberaba. Nesse último arquivo, como os jornais encontram-se encadernados em brochuras e organizados em ordem cronológica de publicação, os periódicos em tela foram consultados também presencialmente. Alguns volumes não estavam disponíveis para manuseio, em virtude de seu delicado estado de preservação. Nesse caso, o responsável pelo arquivo disponibilizou cópias digitalizadas ainda não disponibilizadas na página eletrônica da instituição. Também nos arquivos da UFTM, foram encontrados recortes de jornais referentes a fatos ocorridos na instituição ao longo dos anos abarcados por este trabalho, fornecendo elementos que ajudaram a elucidar o problema de pesquisa.

Os jornais acima citados, por sua numerosa utilização na escrita da tese, merecem apresentação, ainda que breve. Assim, tem-se que o *Correio Católico* foi criado em 10 de outubro de 1897, na cidade de Uberaba, com origem na transferência do antigo *Jornal de Uberaba*, criado em 1896, para padres dominicanos locais. O periódico circulou até o ano de 1972, quando foi extinto.

Já o jornal *Lavoura e Comércio* foi fundado em 6 de julho de 1899, tendo sua origem no Club da Lavoura e Comercio, criado em 23 de janeiro do mesmo ano, com objetivo de “promover a união dos grandes fazendeiros [de Uberaba], para defender seus interesses abalados pela crise que assolava o município” (WAGNER, 2006, p. 93, explicação nossa). O jornal circulou até o ano de 2003.

Os outros dois jornais locais utilizados têm tiveram sua fundação em anos mais recentes, existindo até os dias atuais. O *Jornal da Manhã* foi criado em 25 de julho de

⁴⁰ BURKE, P. *A Escola dos Annales, 1929-1989*, A revolução francesa da historiografia. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

1972, por Edson Prata, circulando de terça a domingo, enquanto o *Jornal de Uberaba* foi fundado no dia 7 de setembro de 1986, pelo jornalista Fabiano Fideles e pelo empresário Jaime Moisés, com circulação diária.

Esses quatro jornais, pertencentes à iniciativa privada, foram utilizados como importantes fontes de pesquisa, já que, além de trazerem informações relacionadas aos fatos históricos discutidos – para que pudessem ser analisados juntamente com outras fontes –, veiculavam as representações sociais da época, bem como demonstravam concepções da sociedade, principalmente, da elite uberabense. Sobre isso Souza (2020) afirma:

Concepções míopes sobre a fonte jornalística foram superadas gradativamente e os historiadores passaram a incorporar o jornal em seu ofício, reconhecendo que suas informações se constituiriam em rico manancial portador de múltiplas representações imagéticas que ajudam a compreender determinado objeto em contexto específico. [...] O historiador deve saber diferenciar os objetivos dos textos jornalísticos daqueles que produz em seu ofício, compreendendo que o jornalismo decorre de prática social vinculada diretamente ao modo de vida de alguns grupos sociais distintos, dentro da hierarquia da sociedade (SOUZA, 2020, p.439).

Do mesmo modo, a título de complementaridade de análise do objeto de pesquisa, outros jornais de diferentes cidades e épocas foram utilizados quando necessário, sendo devidamente referenciados no trabalho.

No que diz respeito aos escritos de memorialistas, considera-se que forneceram elementos importantes para a investigação, ainda que não tenham se preocupado com o rigor metodológico utilizado nas pesquisas historiográficas. Nesse sentido, destaca-se que o memorialista não é um historiador, já que não tem preocupações teórico-metodológicas próprias do campo da historiografia; antes, escreve com base em suas experiências, relatos, tradição oral e outros aspectos relacionados ao seu lugar na sociedade. Isso, porém, não invalida a utilização de textos memorialísticos, conforme salienta Domingues (2011):

Entendemos, então, que os memorialistas são fontes preciosas para o historiador porque são sistematizadores de consciências históricas. [...] Os memorialistas não escrevem sobre história porque simplesmente desejam competir terreno com os historiadores, como muitos acreditam, mas porque a história é um desejo e uma necessidade de todos (DOMINGUES, 2011, p.14).

Outras fontes foram apresentadas e analisadas ao longo da tese, assumindo-se uma postura crítica frente a elas, visto que é próprio da atividade investigativa o questionar as fontes, desconfiando daquilo que parece nítido à primeira vista. Sendo

assim, as perguntas que se impuseram foram: como foram produzidas as fontes? Por quem? Com que objetivo? Por que foram conservadas? Essas são algumas das perguntas que devem nortear a análise de fontes documentais e orais no campo da História. É importante lembrar que o documento não é neutro, como também não é neutra a escolha das fontes, tampouco o pesquisador.

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. [...] um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (LE GOFF, 2013, p.549).

Em suma, é preciso reiterar que as fontes históricas não carregam verdades em si nem são fontes de pesquisa por si sós. Elas se tornam fontes justamente quando o pesquisador as toma no contexto de sua investigação e passa a lhes fazer perguntas com o objetivo de formular análises e interpretações críticas a seu respeito.

As pistas, as marcas, os documentos, são fragmentos que não possuem uma verdade inerente, pronta a ser desvelada pelo pesquisador. A partir da operação particular de transformar vestígios em dados de pesquisa, o historiador/pesquisador produz um discurso, uma narrativa que constitui sua leitura do passado (STEPHANOU; BASTOS, 2011, p.417-418).

Le Goff (2013), com sua autoridade historiográfica, defende que a história também é feita a partir da ausência de documentos, ou seja, das lacunas deixadas pela documentação disponível sobre determinado objeto, algo como os silêncios da historiografia: “Falar dos silêncios da historiografia tradicional não basta; penso que é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços brancos da história” (LE GOFF, 2013, p.90).

Organização da tese

Tendo por base as concepções teórico-metodológicas apresentadas, a tese estruturou-se em quatro capítulos, organizados a partir de recortes temporais definidos tanto por questões políticas quanto por eventos considerados importantes do ponto de vista da história da FMTM. Todo o texto está organizado no entrelaçamento das

relações institucionais com o contexto político e social no qual a faculdade esteve inserida, corroborando o pensamento de Araújo (2019):

As correlações entre o singular, o local, o regional, o estadual e o nacional não podem ser evitadas, pelo contrário, precisam ser promovidas e exercitadas, se se quiser buscar uma perspectiva fundada na totalidade, a qual não anula o singular, muito menos o local ou o regional (ARAÚJO, 2019, p. 255).

Nessa perspectiva, o capítulo 1 compreende o recorte que vai de 1960 a 1964, cuja proposta é discutir o processo de federalização da FMTM, estabelecendo diálogos entre a instituição – e seus sujeitos – e as condições socioeconômicas em âmbito regional e nacional. Assim, o capítulo discute, inicialmente, a modernização e a urbanização pelas quais cidades interioranas como Uberaba passaram, bem como sua relação com as demandas e políticas públicas de ensino superior e, ainda, de que forma esse processo ajudou a tecer a história da FMTM nesse período. Em seguida, avança para o contexto da federalização da instituição, especificamente, analisando fatos e decisões políticas, tanto do governo, quanto de sujeitos envolvidos diretamente com a instituição, em prol de que passasse a compor o rol de escolas federais de ensino superior. Por fim, o capítulo traz questões sobre os desafios enfrentados pela instituição nos primeiros anos após a sua federalização, demonstrando que a sua transformação em universidade ainda não era, ao menos oficialmente, debatida internamente.

O capítulo 2, abarcando o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964 a 1985), intenta discutir as políticas de ensino superior do governo ditatorial e o impacto que elas tiveram na trajetória da FMTM, especialmente no que se refere à sua manutenção como faculdade isolada de ensino superior. A análise confronta a Reforma do Ensino Superior, empreendida em 1968, assim como o projeto de interiorização desse nível de ensino e a modernização da sociedade brasileira, perseguidos por parte dos militares. Desse modo, também se fez importante discutir a questão “público-privado” no âmbito da educação e compreender em que medida as políticas educacionais implementadas se entrelaçaram ao contexto da FMTM. Procurou-se entender, nessa perspectiva, as limitações existentes à transformação da FMTM em universidade, merecendo destaque o fato de que, em meados da década de 1960, cogitou-se a vinculação da instituição à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bem como a criação de uma universidade federal em Uberaba, a partir da

aglutinação das faculdades privadas com a FMTM. Nesse capítulo discutem-se as circunstâncias que terminaram por inviabilizar a realização desse projeto.

A criação dos cursos de graduação em Enfermagem e Obstetrícia, em 1989, e de Ciências Biológicas-Modalidade Médica, em 1999, é abordada no capítulo 3. Abarca-se a história e o contexto da criação desses dois cursos e, novamente, problematiza-se o porquê de a FMTM não ter sido transformada em universidade nesse período, que foi de 1985 a 2003 – término do último ciclo ditatorial brasileiro e vigência da Nova República –, culminando na posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, sob cuja gestão foi criada a UFTM. De forma não menos importante, esse capítulo é dedicado a compreender o primeiro projeto de transformação da FMTM em universidade especializada na área da saúde, encaminhado ao MEC no ano de 1993. Tendo em vista a sua não efetivação, a partir dele, vieram outros projetos com o mesmo objetivo que, pelos motivos apresentados no texto, também não chegaram a ter aprovação em todas as instâncias devidas. Todos os fatos discutidos nesse capítulo são analisados em diálogo com as políticas educacionais propostas à época, perpassando por questões relacionadas ao contexto neoliberal e pela escassez de investimentos na ampliação do ensino superior público federal.

No último capítulo da tese, capítulo 4, é retomado o projeto de interiorização e expansão da rede federal de ensino superior iniciado em 2003, envolvendo análises acerca de políticas públicas importantes nesse cenário, como o Programa Universidade para Todos (Prouni), iniciado em 2004, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) que, apesar de iniciado em 2007, portanto fora do recorte temporal da tese, foi gestado em anos anteriores. Voltando-se para esse contexto no qual diversas universidades federais foram criadas no Brasil, pode-se compreender de forma mais efetiva, na perspectiva da História e Historiografia da Educação, a transformação da FMTM em UFTM. Compõem os elementos de discussão deste tópico a tramitação do projeto de criação da referida universidade, assim como a criação dos primeiros cursos dessa nova instituição.

Em todos os capítulos são referenciadas questões de cunho político, não apenas pela experiência da pesquisadora na linha Estado, Políticas e Gestão da Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU, mas por se acreditar que a interlocução entre História da Educação e Políticas de Educação se faz necessária para a compreensão do objeto de pesquisa. Assim, há circunstâncias em que se precisou

recorrer a autores experimentados no campo das Políticas Educacionais, como Anderson (1995), Teodoro (2011) e outros, que ajudaram a elucidar aspectos próprios dessa área de análise.

Ainda no que diz respeito à elaboração dos capítulos, é importante ressaltar que nos dois primeiros, correspondentes ao período histórico que vai de 1960 a 1985, há prevalência no uso de fontes documentais, devido à abundância de matérias jornalísticas e depoimentos registrados em documentos da própria FMTM. A importância da criação desta instituição para a cidade e para a região favoreceu que sua história fosse retomada por memorialistas locais, bem como que houvesse destaque de seu cotidiano na imprensa local. Nesse sentido, destaca-se que o papel da imprensa era pujante naquele período, concentrando nas páginas de seus jornais as notícias que eram por seus dirigentes consideradas importantes para a população (ABREU et al., 2008).

No terceiro e no quarto capítulo, com recorte temporal que vai de meados de 1985 a 2005, há uma quantidade menor de referências à instituição nos jornais da cidade, o que justifica o seu menor uso nestes capítulos. Por outro lado, aparecem de forma destacada as entrevistas, tendo em vista a possibilidade de encontrar sujeitos protagonistas desse tempo histórico em condições de compartilharem suas memórias. Isso porque, muitos daqueles que tiveram atuação na história da FMTM em suas primeiras décadas de funcionamento já são falecidos.

Por último, são tecidas algumas considerações, que sintetizam aspectos importantes da pesquisa para a compreensão de seu objeto e para a construção de respostas ao problema inicialmente apresentado. Tendo em vista que não se pôde elaborar uma resposta única e imutável para a questão em análise, durante esse tópico, todavia, são discutidas aquelas que, apesar das limitações impostas ao trabalho, puderam ser construídas a partir das fontes utilizadas. Essas respostas compõem, afinal, a tese defendida, aproximando-se ou distanciando-se das hipóteses traçadas *a priori*, conforme será apresentado.

Algumas possibilidades de novas investigações científicas também são indicadas nesse tópico, levando-se em conta que o presente trabalho, por mais completo que fosse, jamais poderia esgotar as análises em torno do objeto de pesquisa. Há sempre outras fontes, outras perspectivas e outros referenciais teórico-metodológicos capazes de complementar, fazer avançar ou, até mesmo, refutar entendimentos elaborados nesta

tese. Servir como ponto de partida para outras pesquisas é – acredita-se – justamente uma das finalidades do trabalho aqui apresentado.

CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE FEDERALIZAÇÃO DA FMTM E OS PRIMEIROS ANOS DA FACULDADE FEDERALIZADA (1960 a 1964)

1.1 DEMANDAS E POLÍTICAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A análise histórica sobre o processo de federalização da FMTM revela uma trajetória marcada por avanços e retrocessos, tal como ocorreu em outras regiões e instituições no Brasil; logo, algo característico da realidade educacional brasileira no que diz respeito ao ensino superior. A situação da FMTM, especificamente, desvela interesses políticos e de grupos sociais específicos, que ora se aproximam, ora se afastam, tecendo a história da instituição. Nessa direção, inicialmente, este primeiro capítulo desenvolve, do ponto de vista histórico, um estudo crítico acerca da educação superior brasileira nos anos de 1950 e 1960, buscando identificar relações existentes entre as políticas de ensino superior vigentes à época e a federalização da FMTM. Também realiza discussões que articulam o espaço social, partindo da realidade educacional na sua abrangência geral para chegar à situação específica de uma história local, levando em conta questões que perpassam o macro e o micro, considerando que as realidades se entrelaçam no seu tempo histórico.

A FMTM foi criada e federalizada entre 1950 e 1960, momento em que a sociedade brasileira vivia a ampliação da demanda pela expansão do ensino superior, em meio à formulação de políticas que visavam à modernização e ao fortalecimento do nacionalismo. No caso em questão, o conceito de modernização está ligado à introdução na sociedade de produtos materiais (bens e mercadorias) e sociais (hábitos, costumes, valores, dentre outros) advindos da Revolução Industrial ocorrida na Europa Central a partir do século XVII (LOPES, 2008), o que coincidia com a colonização da América pelas potências mercantis europeias – aquelas decadentes, como Portugal e Espanha; e outras em sintonia com a formação capitalista, como Inglaterra, França e Holanda. Assim, os processos de modernização têm profunda relação com a industrialização e, conseqüentemente, com a urbanização, acentuada pelo início do êxodo rural que expandiu a rede de cidades brasileiras, muitas delas passando a abrigar parques industriais que atraíam cada vez mais as pessoas que viviam no campo⁴¹.

⁴¹ Lopes (2008) enfatiza que, no Brasil, as bases de exploração do café e da cana-de-açúcar, mesmo antes da intensificação da industrialização no país, já contribuíam para a urbanização de cidades como São Paulo, Porto Alegre, Recife, entre outras.

O ritmo de urbanização acompanha, grosso modo, as ondas de desenvolvimento industrial [...] Intensifica-se, fortemente, na década de 1890-1900 (atingindo mais de três vezes o crescimento da população global), para voltar a um nível pouco mais baixo nas primeiras décadas deste século e intensificar-se de novo a partir de 1940 (próximo a duas vezes e meia o aumento da população total) (LOPES, 2008, p.25).

Os investimentos em áreas industriais emergentes na América Latina cresceram após o término da II Guerra Mundial, quando o capitalismo ganhou novo impulso. Desse modo, no Brasil, atraídos pelas ofertas de emprego nas indústrias e no comércio das cidades – principalmente na região Centro-Sul (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte) –, os trabalhadores rurais deixavam o campo em busca de melhores oportunidades de trabalho e condições de vida.

Quanto mais urbano se torna um país, mais crescem os setores de serviços, menos as pessoas querem se submeter ao trabalho braçal e, então, mais os setores médios ou os aspirantes a tal exigem educação e escolas. Foi isso que ocorreu. Uma boa parte de nosso povo começou a sonhar com algo bastante simples: ver se seus filhos poderiam, uma vez fora da zona rural, escapar do “serviço físico bruto” (GHIRALDELLI JR, 2009, p.39).

Colaboravam com esse processo de migração do campo para as áreas urbanas, a concentração de terras, os baixos salários pagos aos trabalhadores rurais, suas más condições de trabalho, secas periódicas, falta de acesso à educação e a outros direitos sociais, inovações tecnológicas na agricultura – que demandavam cada vez menos pessoas para a realização do trabalho –, dentre outros aspectos que, conforme Cunha (1983), contribuíram para o aumento das taxas de urbanização⁴². Não se pode deixar de destacar, no entanto, que esse processo se deu de forma bastante acelerada e sob a égide do autoritarismo, fato que contribuiu para os grandes problemas infraestruturais enfrentados pelo país até os dias de hoje em grandes centros urbanos, como o crescimento das favelas, a ineficiência dos meios de transporte, a precariedade nos sistemas de educação, saúde e segurança, dentre outros.

Lopes (2008), ao referir-se à urbanização norte-americana, caracterizada pelo que chamou de “metropolização” – já que grande parte da população urbana concentrava-se em grandes metrópoles desde os anos de 1950 –, afirmou que, mais do que a migração do campo para a cidade, acontecia a transformação do próprio campo, pois as atividades econômicas e sociais, em espaços urbanos ou rurais, organizavam-se em função de sua localização relativa às grandes cidades, demonstrando quão profunda

⁴² Cunha (1983), no entanto, informa que as atividades agropecuárias de mineração do Centro-Sul competiam com as cidades no que se refere à atração das populações rurais.

era a inserção do modo de vida urbano em toda a sociedade, mesmo nas áreas rurais mais longínquas. Isso explica porque mesmo cidades com população majoritariamente rural, passaram a incorporar valores e formas de vida essencialmente urbanas.

Ademais, dados de recenseamentos feitos no Brasil entre 1940 e 1960 demonstram importante crescimento quantitativo das populações urbanas, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 – Populações rurais e urbanas estimadas no Brasil (1940 a 1960)

	<i>Censo de 1940</i>	<i>Censo de 1950</i>	<i>Censo de 1960</i>
População total	41.236.315	52.632.577	70.191.370
% População rural	68,76%	63,84%	55,07%
% População urbana ⁴³	31,24%	36,16%	44,93%

Fonte: Dados censitários de 1940 a 1960. Disponíveis em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t9_mg.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

Esse movimento ocorreu, também, na cidade de Uberaba, onde se observa que a população total passou de 59.984 habitantes em 1940 para 87.835⁴⁴ em 1960, enquanto a população rural da cidade passou de 48% para 18% no mesmo período. Já a população urbana foi de 52% para 82% entre as referidas décadas (BILHARINHO, 2009). O censo de 1960⁴⁵ mostra um aumento de 41,45% da população urbana em relação ao censo anterior, motivado pela presença de escolas, de profissionais liberais diversos, pelo desenvolvimento do comércio e por outros fatores que agregavam melhores condições de vida à população urbana (LOPES, 2016; BILHARINHO, 1980).

O aumento da urbanização ao longo das décadas de 1940 e 1960 contribuiu – assim como fatores políticos, econômicos e sociais que ainda serão discutidos – para que se fundasse na cidade de Uberaba uma faculdade de Medicina, já que essa

⁴³ Para serem consideradas áreas urbanas (cidade e vilas), as localidades deveriam ter pelo menos 10.000 habitantes, dos quais 10% deveriam ser eleitores; 200 domicílios; e serem responsáveis por, pelo menos, cinco milésimos da receita estadual de impostos. Essa organização vigorou até o final da década de 1980 (IBGE, 2017).

⁴⁴ O estado de Minas Gerais contava com uma população estimada em 9.698.118 habitantes, dos quais 0,9% residiam em Uberaba. A cidade mais populosa do estado era Belo Horizonte, com 683.908 habitantes, seguida de Juiz de Fora, com 181.389, segundo dados do *Censo Demográfico de 1960*.

⁴⁵ No ano de 1960, a cidade de Uberaba contava com uma população estimada em 87.581 habitantes, dos quais 43.291 eram homens e 44.290 eram mulheres. Essa quantidade equiparava-se à da cidade vizinha, Uberlândia, que, no referido ano, possuía 87.678 habitantes, constituindo-se como a cidade mais populosa do Triângulo Mineiro⁴⁵, seguida de Uberaba; Ituiutaba contava com 70.706 habitantes; e Araguari, com 51.785, conforme dados do *Censo Demográfico de 1960 – Minas Gerais*⁴⁵. As demais 18 cidades não alcançavam a marca dos 30.000 habitantes.

população urbana em crescimento demandava a presença de profissionais com formações específicas, dentre eles, os médicos.

A FMTM recém-criada atraía, assim, alunos de diversas cidades do país⁴⁶, no entanto, o relato de um ex-dirigente da faculdade – que foi aluno e, posteriormente, professor da instituição – deixa transparecer a natureza provinciana de Uberaba, a despeito de sua alta taxa de urbanização. Ao rememorar sua chegada à cidade como aluno no início da década de 1960, ele afirmou:

Uberaba era uma cidadezinha muito pequena, muito interiorana, muito provinciana. Até hoje é provinciana, mas era mais. Eram umas ruas muito estreitinhas. Eu, quando cheguei, me deu um desânimo. Eu quase voltei. Ah, vou embora! Vou prestar vestibular em Ribeirão Preto. [...] Mas aí eu pensei: vai ser aqui mesmo (EX-DIRIGENTE 3, 2014).

Tal declaração demonstra que, apesar de atrair alunos da região e de outros estados, a FMTM poderia não ser considerada uma das melhores opções à época, se comparada às faculdades de Medicina existentes nas capitais e em outras cidades, como foi citado o caso de Ribeirão Preto. Isso não apenas pela infraestrutura oferecida pela cidade de Uberaba, mas, até mesmo, pelo prestígio de que gozavam instituições mais antigas e conceituadas.

Fato é que Uberaba e diversas outras cidades interioranas do Brasil buscavam apresentar ares de modernidade e promover o seu desenvolvimento cultural, empreendendo esforços para a instalação de instituições de ensino superior, símbolos da almejada modernidade, já que elas traziam às cidades o status de *locus do progresso* (SOUZA, 2020). Também por isso, desde a década de 1940, assistia-se a um crescimento na criação de escolas superiores em Uberaba, embora nem todas tenham permanecido em funcionamento por muito tempo: “A criação de escolas de nível superior em cidades do interior de Minas Gerais pode ser vista como fruto de um ato de muita bravura em meados do século XX, ante a carência” (SILVA, 2021, p.111). Essa carência de recursos materiais e humanos era uma limitação que precisava ser vencida naquele contexto, especialmente em cidades do interior distantes das capitais e dos grandes centros urbanos.

Ademais, o aumento das populações urbanas replicava-se em diversas cidades do Brasil, estando ligado ao crescimento industrial. Apesar de o Brasil, em meados do

⁴⁶ Nas sete primeiras turmas de concluintes do curso de Medicina da FMTM, 17% dos alunos eram naturais de Uberaba; 13%, de São Paulo; 12%, de Belo Horizonte; 6%, de Campinas; e os demais, de outras cidades do Brasil, incluindo-se, dentre eles, também, quatro estrangeiros (LOPES, 2016).

século XX, ter uma economia quase que exclusivamente voltada para a exportação de produtos primários como café, açúcar e borracha, e de ter suprida sua demanda por manufaturados com importações, surgiam no país empresas voltadas para o suprimento do mercado interno. Durante a presidência de Getúlio Vargas, a política econômica buscava orientar-se pela substituição das importações, visando fortalecer a produção industrial brasileira de bens intermediários (papel, cimento, vidro, tecidos e outros) e de bens de capital (veículos, equipamentos industriais, máquinas, dentre outros) (FILHO, 2015). Esse processo intensificou-se durante o Estado Novo no Brasil, entre 1937 e 1945, terceira fase da Era Vargas⁴⁷, na qual se almejava proteger a economia nacional de um quadro internacional adverso, haja vista os efeitos da II Guerra Mundial.

A partir de 1951, após a vitória nas eleições presenciais do ano anterior, Getúlio Vargas deu prosseguimento às políticas econômicas de fortalecimento da indústria nacional que compunham o projeto nacional-desenvolvimentista que, na verdade, vinha sendo pensado desde a década de 1930. A fim de ilustrar o crescimento da indústria brasileira no período em questão, a figura a seguir mostra a elevação na produção industrial em todas as categorias de bens listados.

Figura 4 – Produção industrial no Brasil (1944-1959)

PRODUÇÃO INDUSTRIAL																	
I — ÍNDICES DO VOLUME FÍSICO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL — 1944/59																	
ANOS	ÍNDICES (Média mensal de 1948 = 100)																
	Resumo			Bens de produção						Bens de consumo						Construção civil (3)	Energia elétrica
	Total	Bens de produção	Bens de consumo	Extra-tiva mineral (1)	Cimento (2)	Vidro e cerâmica	Siderurgia (1)	Papel (2)	Borracha (2)	Produtos farmacêuticos (2)	Têxtil (2)	Calçados (2)	Produtos alimentares (1)	Bebidas (1)	Fumo		
1944.....	84	64	93	90	73	...	45	75	55	64	103	91	101	69	65	70	69
1945.....	86	68	93	91	70	81	43	76	79	83	96	98	98	82	55	83	76
1946.....	93	79	97	87	74	94	64	84	88	108	102	101	88	94	77	105	83
1947.....	93	86	94	89	82	95	70	91	88	101	95	83	93	94	111	90	90
1948.....	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1949.....	106	116	108	104	115	113	119	116	123	105	107	101	106	102	118	87	108
1950.....	118	135	117	104	125	129	153	133	140	123	114	112	118	120	133	92	117
1951.....	129	150	124	118	130	154	167	140	159	153	110	135	128	143	158	113	126
1952.....	137	157	130	120	145	161	174	140	172	143	116	124	137	155	172	149	138
1953.....	146	177	137	120	183	190	197	156	194	147	122	128	147	161	178	151	138
1954.....	156	193	147	126	217	188	229	161	193	158	144	122	139	165	205	144	154
1955.....	163	198	156	142	234	196	233	168	199	131	151	147	157	175	224	132	168
1956.....	173	294	...	265	...	186	133	188
1957.....	287	...	283	(4) 138	(4) 207
1958.....	337	...	372	...	215	(4) 140	(4) 233
1959.....	227

FONTE — Fundação Getúlio Vargas, "Conjuntura Econômica" — abril de 1960.
 (1) Índices ponderados com ajustamento das variações do calendário e sazonais. — (2) Índices simples com ajustamento das variações do calendário e sazonais. — (3) Índices simples. — (4) Dados sujeitos a retificação.

Dados censitários de 1940 a 1960. Disponíveis em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t9_mg.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

⁴⁷ As fases da Era Vargas são: Governo Provisório (1930 a 1934), Governo Constitucional (1934 a 1937) e Estado Novo (1937 a 1945).

Especificamente em relação à cidade de Uberaba, no ano de 1960, dentre as pessoas economicamente ativas, 26% estavam ligadas a atividades agropecuárias e extrativas (agricultura, pecuária, silvicultura e atividades extrativas), enquanto 14% realizavam atividades industriais. Os outros 60% estavam em atividades relacionadas ao comércio, à prestação de serviços, aos transportes, à comunicação e armazenagem, às atividades sociais, aos serviços administrativos governamentais, ao legislativo, à justiça, à defesa nacional, à segurança pública, dentre outras.

Para viabilizar a substituição das importações, o governo procurava definir proteções alfandegárias para as indústrias estabelecidas no Brasil, de modo a tornar os produtos importados mais caros que os nacionais. Muitas empresas estrangeiras aproveitaram-se dessas facilidades fiscais para se juntarem a empresas estatais a fim de dominarem o mercado interno, formando os conglomerados estrangeiros. Além disso, o governo incentivava a entrada de capital estrangeiro no país, ainda que de forma seletiva, direcionando-o, em especial, para investimentos nas indústrias do estado de São Paulo.

Vargas não foi, portanto, avesso ao capital externo na forma de empréstimos, sendo estes direcionados ao desenvolvimento da atividade industrial, objetivo maior de seu ideário. No entanto, no que tange às atividades que dariam suporte infraestrutural à indústria, além dos seus insumos básicos, siderurgia, energia elétrica e petróleo, como também serviços públicos, Vargas foi enfático ao admitir a necessidade de se manter tais atividades sob propriedade e domínio nacionais, invocando questões de soberania (FILHO, 2015, p.45).

Com a eleição de Juscelino Kubitschek para a presidência da República em 1956, o projeto nacional-desenvolvimentista seguiu a todo vapor. O referido político, mineiro natural de Diamantina, era médico, formado pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, e assumiu a presidência do Brasil depois de ter sido governador do estado de Minas Gerais, de 1951 a 1955. O nome de Kubitschek está intimamente ligado à história da FMTM, já que a fundação da instituição se deu quando ele era governador do estado de Minas, e sua federalização aconteceu no último ano de seu mandato como presidente.

Em diversas ocasiões, visitando a cidade de Uberaba, participou das aberturas da Exposição-Feira de Gado Zebu na cidade, promovida anualmente pela Sociedade Rural

do Triângulo Mineiro⁴⁸ no Parque Fernando Costa⁴⁹, bem como de outros eventos e inaugurações de outras instituições⁵⁰, agendando encontros a fim de ouvir os clamores de representantes de setores diversos. Em não raros momentos, foi aclamado pelo povo uberabense e pela imprensa local (o que não significa que não havia, na cidade, oposição ao seu governo). Os próprios alunos da FMTM, em revista comemorativa dos dez anos de existência da instituição, assim mencionaram o ex-presidente:

A FMTM cumpre sua missão sagrada e patriótica de formar médicos para o Brasil. É imperativo de consciência reconhecer que esta obra que hoje é orgulho da intelectualidade médica da região e umas das glórias da ciência e da cultura em Minas Gerais tem como patrono e benfeitor mor o principal artífice e médico Juscelino Kubitschek de Oliveira, a quem tributamos a nossa imorredoura gratidão (CAGV, 1964, p.39).

Na presidência da República, Juscelino Kubitschek teve sua política econômica subsidiada pelo Plano de Metas, que dava continuidade ao processo de desenvolvimento industrial do Brasil. Nesse período, houve maior abertura a tecnologias e técnicas gerenciais estrangeiras, bem como ao capital transnacional, na tentativa de impulsionar o processo de industrialização no Brasil, promovendo a acumulação do capital e a superação do modelo econômico agroexportador (DREIFUSS, 1981). A orientação do governo priorizava a produção automobilística, a industrial pesada e a de materiais elétricos, incentivando os investimentos privados nacionais e estrangeiros. Desse modo, o novo surto industrial exigia forte investimento em infraestrutura, a fim de que se pudesse dar suporte à indústria e à construção de Brasília que, ligada às demais regiões do país, significaria a “superação do velho e do arcaico e a concretização do novo e do moderno” (TEIXEIRA, 2008, p. 25). Para isso, 29,6% dos recursos previstos no Plano de Metas eram destinados ao setor de transportes, as metas de pavimentação de rodovias atingiram 100% do previsto, e as voltadas para a abertura de novas rodovias ultrapassaram o desejado, alcançando 130% (FILHO, 2015).

Esses dados são elencados a fim de demonstrar que o processo de modernização e industrialização no país era crescente e prioritário – apesar dos desequilíbrios regionais –, especialmente nas regiões metropolitanas do eixo São Paulo-Rio de

⁴⁸ Em 25 de março de 1967, passou a ser Associação Brasileira dos Criadores de Gado Zebu (ABCZ).

⁴⁹ A Exposição Agropecuária de Uberaba, ou ExpoZebu, como é chamada, representou, entre os anos de 1940 e 1960, um importante evento para a classe média alta uberabense, recebendo, em ocasiões distintas, inclusive, o presidente Getúlio Vargas.

⁵⁰ Como exemplo, cita-se a inauguração da Usina Cachoeira Dourada, em 24 de janeiro de 1959.

Janeiro-Belo Horizonte⁵¹. Em 1958, o estado de São Paulo era responsável por 55% da produção industrial brasileira, seguido do então Distrito Federal (Município Neutro, que hoje corresponde à área da cidade do Rio de Janeiro), com 11,4%. O estado de Minas Gerais era responsável por apenas 5,6% da produção industrial nacional (LOPES, 2008).

O crescimento das grandes indústrias fortalecia a monopolização do capital e levava à falência boa parte de pequenos produtores que já não conseguiam competir com as empresas maiores. Esse movimento provocou impactos no campo educacional, um deles ocasionado pelo deslocamento das formas de ascensão social. Isso porque as parcelas subalternas da sociedade, que antes se empenhavam por acumular certo capital e abrir um pequeno negócio, agora, devido à impossibilidade de concorrência com indústrias maiores, passaram a enxergar na escolarização uma forma de melhorar suas condições materiais, por meio de empregos nas indústrias ou na burocracia estatal, que se ampliava à medida que o Estado aumentava os gastos com previdência, saúde, educação, segurança pública, e se tornava cada vez mais centralizador.

No setor industrial, foi possível observar um aumento no número de vagas para funções técnicas e administrativas, que exigiam formação acadêmica cada vez mais elevada. Além disso, o modelo de produção taylorista/fordista, em voga no período em recorte, tornava complexas as atividades de planejamento e administração, exigindo qualificação adequada para tais funções. Assim, a escolarização passou a ser vista como meio de acesso ao mercado de trabalho, bem como de promoção a cargos de níveis mais altos, já que se enxergava estreita relação entre escolaridade e competência para o trabalho. A escolarização, portanto, iniciava-se com a alfabetização e, a partir dali, tinha papel central em todo esse processo de modernização pretendido, já que

a escola primária é em si, em maior ou menor grau, agente de urbanização, ao colocar professores portadores de cultura urbana em contato com a massa de crianças rurais e semi-rurais. Em segundo lugar, porque as torna, ao alfabetizá-las e transmitir-lhes certas atitudes e valores urbanos, mais suscetíveis de virem a sofrer os efeitos de outros veículos de contato e comunicações, como a imprensa, livros, cinema e mesmo a migração (LOPES, 2008, p.183).

⁵¹ Também por isso São Paulo recebia um maior volume de migrantes, oriundos, principalmente, do norte de Minas Gerais, da Bahia e de outros estados nordestinos.

Ressalta-se que, na década de 1960, cerca de 48% da população brasileira com mais de 15 anos era analfabeta. Na cidade de Uberaba, em 1950, os analfabetos⁵² correspondiam a cerca de 44,3% da população com 5 anos ou mais, e, em 1960, essa porcentagem caiu para 29,7%. Dessarte, a taxa de alfabetização dos uberabenses poderia ser considerada alta para a época, tendo em vista a porcentagem de analfabetos no Brasil, bem como atentando para o fato de que, nesse período, aproximadamente 50% da população de Minas Gerais se encontrava em situação de analfabetismo.

Os problemas gerados pelo analfabetismo iam além da qualificação para o trabalho, envolvendo, também, uma dimensão política, já que a Constituição Federal de 1946 proibia os analfabetos de votarem. O desejo de renovação do quadro político brasileiro, junto com a necessidade de ampliação do acesso ao mercado de trabalho, fomentava os movimentos sindicais e populares em suas reivindicações relativas à escolarização das massas. Isso sem falar que as populações que migravam do campo para as cidades logo percebiam a necessidade de dominar conhecimentos básicos de escrita e cálculo que lhes permitissem ter certa independência nas transações urbanas (TEIXEIRA, 2008).

Nesse cenário, os investimentos do governo federal em educação cresciam – insuficientemente, quando se considera o grave quadro social –, passando de 5,7% do orçamento federal em 1955 para 9,6% em 1965, o que contribuía de forma geral para a elevação do número de escolas. Notadamente, sobre o ensino superior, ressalta-se que havia um clamor, em especial da classe média, pelo aumento de vagas e, também, das possibilidades de acesso às faculdades e universidades, e isso não apenas no Brasil, mas em países da América e da Europa (BRAGHINI, 2014). Entretanto, em países subdesenvolvidos e dependentes economicamente, como era o Brasil⁵³, esse era o caminho vislumbrado para a ascensão social (FRANCO, 2020).

Ademais, as massas ganhavam cada vez mais espaço e representação em sindicatos, partidos políticos e imprensa, passando a reivindicar reformas em diversos âmbitos, como eleitoral, tributário, agrário, dentre outros, inclusive, no educacional e, de forma especial, no ensino superior. O governo via-se obrigado a dar uma resposta a

⁵² Eram consideradas alfabetizadas, conforme o *Censo Demográfico de 1960*, as pessoas que conseguissem ler e escrever um bilhete simples em um idioma qualquer.

⁵³ A educação como instrumento de ascensão social é um dos pilares da doutrina liberal, segundo a qual todos os indivíduos devem ter acesso ao ensino, sabendo que, seu lugar na sociedade dependerá de seus próprios méritos (CUNHA, 1979).

essas demandas, de forma que suas “benfeitorias” fossem ao encontro das necessidades do povo. Desse modo, visualizava-se,

em âmbito nacional, uma luta pelo aumento do número de vagas das faculdades e nas universidades de todo Brasil. Inúmeros alunos, após realizarem o vestibular classificatório, não conseguiam ficar dentro do número de vagas, sendo denominados na época como “excedentes”. Tais estudantes, juntamente com segmentos das categorias média e média baixa, viam no ensino uma possibilidade de conseguir uma ascensão do “status” social, conseqüentemente, lutavam por melhoria nas oportunidades de ingresso no Terceiro Grau (PEREIRA, 2012, p.112).

Além disso, reivindicava-se acesso irrestrito aos cursos superiores, já que, até início dos anos de 1950, apenas os alunos oriundos do ensino secundário nas modalidades do clássico e do científico podiam escolher qualquer curso de nível superior. Os cursos técnicos de nível médio eram terminais, não davam direito a prosseguimento dos estudos no ensino superior, exceto para cursos superiores restritos à área de formação já cursada, quase que exclusivamente os cursos de Ciências Contábeis e Administração de Empresas, conforme Leis Orgânicas decretadas entre 1942 e 1946, conhecidas como Reforma Capanema⁵⁴. Depois de fazer o curso primário elementar (com duração de quatro anos) e o curso primário complementar (com duração de um ano)⁵⁵, os estudantes poderiam seguir para o ensino secundário, subdividido em ginásio (com duração de quatro anos) e colégio, que poderia ser clássico ou científico (com duração de três anos). Apenas esse percurso dava acesso a qualquer curso de nível superior (GHIRALDELLI JR, 2009; VEIGA, 2007).

Os estudantes que, após o término do ensino primário, seguiam para os cursos técnico-profissionalizantes, tinham as seguintes opções: (a) ensino comercial: cursos superiores de Ciências Econômicas; Direito; Geografia e História; Ciências Sociais e Jornalismo; Filosofia; Sociologia e Política; (b) ensino industrial: cursos superiores de Engenharia; Química Industrial; Arquitetura; Matemática; Química; Física; Desenho; (c) ensino agrícola: cursos superiores de Engenharia; Agronomia e Veterinária; Física;

⁵⁴ As Leis Orgânicas que compuseram a chamada Reforma Capanema vigoraram até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961. Foram elas: (a) Decreto-Lei n.º 4.048, de 22/1/1942: criação do Senai; (b) Decreto-Lei n.º 4.073, de 30/1/1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial; (c) Decreto-Lei n.º 4.244, de 9/4/1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário; (d) Decreto-Lei n.º 6.141, de 28/12/1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial; (e) Decreto-Lei n.º 8.529, de 2/1/1946: Lei Orgânica do Ensino Primário; (f) Decreto-Lei n.º 8.530, de 2/1/1946: Lei Orgânica do Ensino Normal; (g) Decreto-Lei n.º 8.621, de 10/1/1946: criação do Senac; 8) Decreto-Lei n.º 9.613, de 20/8/1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola. O nome “Capanema” refere-se a Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública de 1934 a 1945.

⁵⁵ Os jovens e adultos poderiam fazer o ensino primário supletivo, com duração de dois anos.

Química; História Natural; Ciências Naturais; (d) curso normal: cursos superiores de Direito; Pedagogia; Letras; Geografia e História; Ciências Sociais; Música; Sociologia e Política; (e) curso técnico e pedagógico do ensino industrial: curso superior de Pedagogia (VEIGA, 2007). Esses cursos técnico-profissionalizantes estavam mais voltados para a formação das classes trabalhadoras e gozavam de menor prestígio, também por sua relação restrita com os cursos de nível superior. Já o ensino secundário

era o ramo que desfrutava de maior prestígio como agência de ascensão social, pois, conforme dispunham as Leis Orgânicas, era destinado às individualidades condutoras, enquanto os demais destinavam-se às massas; era a mais acreditada agência de preparo para uma série de atividades em empregos e serviços semiqualeificados; era o melhor caminho de acesso ao ensino superior (NUNES, 2000, p.45).

Nesse contexto, ao lado da pressão da classe média por mais vagas nas faculdades e universidades, bem como da superação das restrições de acesso aos cursos superiores, as ideias liberais de educação se fortaleciam na defesa de um ensino mais flexível e aberto (CUNHA, 1983). Era preciso repensar o ensino secundário, que, em vez de apenas habilitar para os cursos superiores, deveria preparar os alunos para os “novos tempos inaugurados com o desenvolvimento econômico do país, sobretudo pelo avanço da industrialização” (NUNES, 2000, p.35).

Essas concepções influenciaram a criação de uma série de leis que ficaram conhecidas como “leis de equivalência”,⁵⁶ surgidas entre 1950 e 1954, durante o governo de Getúlio Vargas. Essas leis ampliavam as possibilidades de afluência para o ensino superior, criando equivalências entre os diversos cursos técnico-profissionalizantes e o ensino secundário clássico ou científico.

Dessa forma, a seleção dos alunos que ingressariam nos cursos superiores deslocava-se da trajetória acadêmica para os vestibulares, não importando o curso previamente feito, pois a entrada no ensino superior já não dependia dele e sim da aprovação no exame em questão. Portanto, a classe média, interessada na formação de nível superior, depois de vencer a restrição imposta pela organização do ensino secundário, via-se diante de processos seletivos excludentes viabilizados pelos

⁵⁶ Lei n.º 1.076, de 31/3/1950: assegurava aos concluintes do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico; Lei n.º 1.821, de 12/3/1953: dispunha sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores; Decreto n.º 34.330, de 21/10/1953: regulamentava a Lei n.º 1.821/1953. Posteriormente, em 1957, houve, ainda, a Lei n.º 3.104, de 1/3/1957, que acrescentava à Lei n.º 1.821/1953 a possibilidade dos concluintes de cursos de formação oficiais das polícias militares se matricularem em qualquer curso superior.

vestibulares organizados pelas instituições de ensino superior. A despeito de certa expansão das instituições e do número de vagas ofertadas, ocorrida sob considerável pressão da sociedade, sobretudo das camadas populares, permaneciam as defasagens entre as diferentes modalidades de curso secundário:

Elas não tinham todas os mesmos currículos (embora tivessem disciplinas em comum) nem ofereciam ensino de mesma qualidade, nem ainda recebiam estudantes de idêntica formação prévia e motivação. Por isso, mesmo que os certificados de conclusão da escola de 2º grau permitissem inscrição nos cursos vestibulares de quaisquer cursos superiores, [...] as chances de aprovação estavam desigualmente distribuídas. Essas chances eram menores para os egressos das escolas comerciais do que para os das escolas secundárias; [...] as chances eram ainda menores quando o curso comercial era feito no período noturno (CUNHA, 1983, p.83).

O funcionamento do sistema oficial de ensino acentuava as desigualdades nos processos de ingresso das faculdades e universidades, que possuíam autonomia para organizar seus exames conforme o perfil desejado de aluno, observando apenas os princípios gerais estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação. O vestibular foi, assim, alvo de intensas discussões, não faltando projetos de lei para sua abolição, ou para que, ao menos, não fosse eliminatório, já que boa parte dos candidatos não obtinha a nota mínima, deixando vagas ociosas nos cursos superiores. Nesse sentido, havia considerável resistência por parte das universidades, sobretudo públicas, que temiam que, a fim de agradar a população, o governo impusesse que fosse reduzido o nível de exigência intelectual dos candidatos, resistência essa que ratificava a histórica elitização do acesso ao ensino superior.

O governo buscava alternativas para a ampliação das vagas nesse nível de ensino, já que a demanda aumentava à medida que os egressos de diferentes cursos poderiam concorrer de forma irrestrita a vagas nos cursos de faculdades e universidades. Ressaltam-se, ainda, dois aspectos importantes para o aumento da demanda por acesso ao ensino superior: a já citada procura pelos níveis mais altos de escolarização, em razão do aumento das exigências formativas do mercado de trabalho; e o crescimento demográfico da parcela jovem no Ocidente pós-Segunda Guerra Mundial, dando origem, inclusive, ao fenômeno chamado nos Estados Unidos de *baby boom* (BRAGHINI, 2014).

No início da década de 1960, o governo federal incentivava com recursos financeiros as instituições de ensino superior, públicas e privadas, a duplicarem sua oferta de vagas e a realizarem novos processos seletivos para o preenchimento de vagas

ociosas. Essas propostas podiam ser observadas no Plano Trienal de Educação (1963-1965), bem como no Decreto n.º 53.642, de 28 de fevereiro de 1964, que dispunha sobre a duplicação de matrículas no primeiro ano das escolas superiores, considerando a “inadiável missão que cabe ao Governo Federal, de enfrentar eficazmente o problema, cada dia mais crítico, da desproporção entre as necessidades de quadros profissionais de que necessita o país, e o número de aluno aceito em suas Escolas Superiores” (BRASIL, 1964, s./p.).

Antes disso, o governo já havia empreendido ações no sentido de resolver o problema dos excedentes – aprovados nos vestibulares, mas não classificados dentro do número de vagas –, como demonstra a Lei federal n.º 1.392, de 11 de julho de 1951, que estabelecia normas e incentivava as instituições de ensino superior privadas a “aproveitarem” os candidatos excedentes, considerando a capacidade de suas instalações e de seu corpo docente. Tal medida não foi suficiente para solucionar a questão, já que, em 1960 havia 29 mil excedentes, número que subiu para 162 mil em 1969 (BRAGHINI, 2014).

Outra medida adotada pelo governo federal na busca pela facilitação e ampliação do acesso ao ensino superior foi o progressivo barateamento das mensalidades ou anuidades cobradas pelas instituições privadas.

Sem alarde, sem uma lei, um decreto, portaria ou parecer que abolisse as taxas nas escolas superiores oficiais, elas foram sendo mantidas em seu valor nominal até que, corroídas pela inflação, já não mais valia a pena cobrá-las, por ínfimas que eram. Em contrapartida, cresceu a participação do Estado, principalmente da União, no financiamento de ensino superior. Muitos dos mantidos pelos governos estaduais e municipais e por particulares passaram a ser custeados – e controlados – pelo governo federal, através do Ministério da Educação (CUNHA, 1983, p.90-91).

Assim, professores e alunos de diversas escolas superiores privadas, municipais e estaduais passaram a pressionar o governo pela federalização de suas instituições, visando à gratuidade do ensino, no caso das escolas privadas, e à inclusão dos professores no quadro do funcionalismo público federal, o que lhes garantiria carreira equiparada à dos colegas da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Para os estudantes, juntamente com a gratuidade, era importante o status de formar-se em uma instituição federal.

Ademais, muitos desses estabelecimentos de ensino enfrentavam sérios problemas orçamentários e, por isso, a federalização era vista como uma espécie de

salvação.⁵⁷ Além disso, Vasconcelos (2007) cita que havia questões relacionadas ao prestígio dos estados da federação, tendo em vista que era considerado desprestígio político que o estado não tivesse uma universidade federal.

Foi nesse contexto que ocorreu a federalização da FMTM no final do ano de 1960, bem como de diversas outras instituições brasileiras de ensino superior, conforme a Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que dispunha sobre o sistema federal de ensino superior; e a Lei n.º 1.523, de 26 de dezembro de 1951, que regulamentava a manutenção das instituições federalizadas.

Vivenciou-se, desse modo, um processo de expansão do ensino superior, marcado por um “movimento de interiorização ou democratização da universidade, que permitiu o acesso a ele por parte das camadas da população nunca antes alvo da educação em nível superior” (VASCONCELOS, 2007, p.45), embora, historicamente, as camadas mais pobres tenham continuado excluídas do acesso aos cursos superiores. Teixeira (2005) acrescenta dados que confirmam essa expansão, asseverando que, até 1930 foram criadas 86 escolas de ensino superior no Brasil, ao passo que, de 1930 a 1945, foram criados 95 novos estabelecimentos, e de 1945 a 1960, outros 223. Entre os anos de 1930 e 1968, o número de matriculados no ensino superior cresceu mais de quatorze vezes.

Obviamente, essa expansão precisou estar acompanhada do aumento de investimentos na manutenção do ensino superior. Por isso, havia grande preocupação com questões orçamentárias, sobretudo pela multiplicação das federalizações, já que, boa parte delas, era concedida a instituições privadas à beira da falência, justamente pela falta de recursos para continuarem em funcionamento. Na própria FMTM a situação não era diferente, pois “as anuidades pagas pelos alunos e a dotação anual disponibilizada pelo governo federal não eram suficientes para o custeio que um curso de Medicina demandava. A saída para a situação passou a ser a federalização” (LOPES, 2016, p.150).

Os recursos disponíveis eram poucos [...]. Além das anuidades pagas pelos alunos (irrisórias para as despesas de uma escola médica) e da renda das apólices do estado, foi necessário um permanente trabalho para obtenção de mais recursos junto ao MEC e em outras fontes (LOPES, 2003, p.299).

⁵⁷ Cita-se o caso da Escola Paulista de Medicina, criada em 1933, cuja trajetória histórica possui diversas similitudes com a da FMTM. Ela foi federalizada em 1956, mesma época em que a FMTM começou a pleitear a sua federalização.

Em contrapartida, para o governo federal, apresentava-se a oportunidade de estabelecer o sistema universitário brasileiro, considerado estratégico para o desenvolvimento do país. Interessava, assim, centralizar e padronizar a organização das instituições de ensino superior oficiais, como parte das ações desenvolvimentistas nacionais.

Houve, no período em questão, importante aumento no número de instituições de ensino superior federais no Brasil, bem como no número de estudantes em cursos de graduação de modo geral. O número de matriculados no ensino superior passou de 27.253 em 1945 para 72.652 em 1955, e para 142.386 em 1964. Especificamente sobre o curso de Medicina, único curso ofertado pela FMTM desde a sua criação até 1989, as matrículas contabilizavam 6.649 em 1945, 9.764 em 1954, e 15.183 em 1964, tornando-o o segundo curso com maior número de matriculados no país nesses três anos, ficando atrás apenas do curso de Direito⁵⁸ (CUNHA, 1983). Na FMTM, particularmente, entre 1953, ano de sua fundação, e 1960, ano de sua federalização, foram diplomados 346 médicos (LOPES, 2016).

O processo de federalização das instituições, em muitos casos, vinha acompanhado da aglutinação de faculdades isoladas para dar corpo a novas universidades, já que as exigências para a criação destas haviam sido reduzidas. Se, antes, o Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931, exigia que as universidades tivessem pelo menos três institutos escolhidos do rol composto por Filosofia, Medicina, Direito e Engenharias, com o Decreto-Lei n.º 8.457, de 26 de dezembro de 1945, passaram a ser necessários pelo menos três institutos de ensino superior, dois dos quais estivessem entre as Faculdades de Filosofia, Direito, Medicina e Engenharia. Havendo dois desses institutos, o terceiro poderia ser de área considerada menos onerosa, facilitando o processo de transformação de instituições isoladas em universidades. Assim, no início da década de 1960, o ensino superior brasileiro já era organizado, predominantemente, em formato universitário.

Boa parte das universidades públicas no Brasil nasceu da junção de faculdades e escolas isoladas, públicas e privadas, a exemplo da UFU, em Uberlândia. Citam-se, como exceções, a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), criadas em 1962; a Universidade Federal de São Carlos (UFSC), em 1968; a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 1960, dentre outras

⁵⁸ No curso de Direito, o número de matriculados foi de 6.510 em 1945, 17.124 em 1954 e 30.974 em 1964 (CUNHA, 1983).

(CASTILHO, 2008; VASCONCELOS, 2007). De modo similar, diversas universidades particulares também resultaram da união de faculdades e escolas isoladas, como é o caso, inclusive, da Uniube, em Uberaba. Nesse contexto, se, em 1954, o Brasil possuía 18 universidades (13 públicas e cinco privadas), em 1969, esse número subiu para 56, conforme mostra o quadro abaixo (CUNHA, 1983).

Quadro 3 – Universidades existentes no Brasil no ano de 1969

	<i>Universidade</i>	<i>Ano do ato de criação da universidade</i> ⁵⁹	<i>Ano do ato de federalização (quando houve)</i> ⁶⁰
1	Universidade Federal do Paraná (de 1912 a 1950 era Universidade do Paraná)	1912	1950
2	Universidade Federal do Rio de Janeiro (De 1937 a 1965 era Universidade do Brasil; de 1920 a 1937 era Universidade do Rio de Janeiro)	1920	-
3	Universidade de Minas Gerais ⁶¹	1927	1949
4	Universidade de São Paulo	1934	Estadual
5	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (de 1934 a 1947, era Universidade de Porto Alegre; de 1947 a 1950, Universidade do Rio Grande do Sul)	1934	1950
6	Universidade do Estado da Guanabara ⁶² (de 1935 a 1961 era Universidade do Distrito Federal)	1935	1979
7	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (de 1940 a 1947, era Universidade de Porto Alegre)	1940	Privada
8	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (de 1963 a 1965, era Universidade Federal Rural do Brasil; de 1943 a 1963, Universidade Rural do Rio de Janeiro)	1943	-
9	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (de 1946 a 1947, era Universidade Católica de São Paulo)	1946	Privada
10	Universidade Federal da Bahia (de 1946 a 1950,	1946	1950

⁵⁹ Excluem-se as datas de fundação das escolas e faculdades que deram origem às universidades.

⁶⁰ As universidades já criadas como instituições federais e estaduais com gratuidade de ensino apresentam um traço nesse campo.

⁶¹ Passou a se chamar Universidade Federal de Minas Gerais em 1965.

⁶² Em 1975, passou a ser Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro; em 1979, Universidade do Rio de Janeiro; e, em 2003, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

	era Universidade da Bahia)		
11	Universidade Federal de Pernambuco (de 1946 a 1967, era Universidade do Recife)	1946	1967
12	Universidade Rural de Pernambuco ⁶³	1947	1955
13	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (de 1948 a 1950, era Universidade Católica do Rio Grande do Sul)	1948	Privada
14	Universidade Federal de Viçosa (de 1948 a 1969, era Universidade Rural de Minas Gerais)	1948	1969
15	Universidade Católica de Pernambuco	1951	Privada
16	Universidade Presbiteriana Mackenzie	1952	Privada
17	Universidade Federal do Espírito Santo	1954	1961
18	Universidade Federal do Ceará	1954	-
19	Universidade Católica de Campinas ⁶⁴	1955	Privada
20	Universidade Federal da Paraíba	1955	1960
21	Universidade Federal do Pará	1957	1969
22	Universidade Católica de Minas Gerais	1958	Privada
23	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1958	1960
24	Universidade Católica do Paraná ⁶⁵	1959	Privada
25	Universidade de Goiás ⁶⁶	1959	Privada
26	Universidade Federal de Juiz de Fora	1960	-
27	Universidade Federal de Goiás	1960	-
28	Universidade Católica de Pelotas	1960	Privada
29	Universidade Federal de Santa Catarina	1960	1965
30	Universidade Federal de Santa Maria	1960	1965
31	Universidade Federal Fluminense	1960	-
32	Universidade Federal de Pelotas (de 1960 a 1967, era Universidade Rural do Sul; de 1967 a 1969, Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul)	1960	1967
33	Universidade do Maranhão	1961	1972
34	Universidade de Alagoas	1961	-
35	Universidade Católica de Salvador	1961	Privada
36	Universidade Católica de Petrópolis	1961	Privada
37	Universidade de Brasília	1962	-
38	Universidade do Amazonas ⁶⁷	1962	-

⁶³ Em 1974, passou a ser Universidade Federal Rural de Pernambuco.

⁶⁴ Em 1972, passou a ser Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

⁶⁵ Em 1985, passou a ser Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

⁶⁶ Em 1971, passou a ser Universidade Católica da Goiás e, em 2009, Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

39	Universidade de Itaúna	1965	Privada
40	Universidade Estadual de Campinas	1966	Estadual
41	Universidade Estadual da Paraíba (de 1966 a 1987, era Universidade Regional do Nordeste)	1966	Estadual
42	Universidade Federal de Sergipe	1967	-
43	Universidade de Caxias do Sul	1967	Privada
44	Universidade Regional do Rio Grande do Norte ⁶⁸	1968	Estadual
45	Universidade Vale do Acaraú	1968	Estadual
46	Universidade de Passo Fundo	1968	Privada
47	Universidade Regional de Blumenau	1968	Municipal
48	Universidade Federal de São Carlos	1968	-
49	Universidade Federal do Piauí	1968	-
50	Universidade Estadual de Maringá	1969	Estadual
51	Universidade Estadual de Ponta Grossa	1969	Estadual
52	Universidade do Rio Grande ⁶⁹	1969	-
53	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	1969	Privada
54	Universidade Federal de Ouro Preto	1969	-
55	Universidade de Uberlândia	1969	1978
56	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul ⁷⁰	1969	1979

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O Quadro 3 foi elaborado a partir de informações disponíveis nas páginas eletrônicas das referidas universidades, bem como de dados fornecidos na página eletrônica do MEC⁷¹, demonstrando que, das 56 universidades existentes em 1969, 40 eram públicas (uma municipal, sete estaduais e 32 federais) e 16 privadas. Das 32 instituições federais, 13 foram criadas como universidades ou eram faculdades e escolas federais que foram transformadas em universidades. As outras 19 foram criadas a partir da junção de faculdades e/ou escolas municipais, fundacionais, estaduais ou particulares.

É de se ressaltar que há certa escassez de informações no tocante à sistematização e comparação desses dados relativos ao processo de criação e federalização das universidades no Brasil, havendo, inclusive, divergências entre dados apresentados em pesquisas acadêmicas e na própria página eletrônica do MEC. Assim,

⁶⁷ Em 2002, passou a ser Universidade Federal do Amazonas.

⁶⁸ Em 1987, passou a ser Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

⁶⁹ Em 1999, passou a ser Universidade Federal do Rio Grande.

⁷⁰ Em 1979, passou a ser Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

⁷¹ E-MEC. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

optou-se por considerar datas disponíveis nas páginas eletrônicas das universidades, que foram cruzadas com análises feitas por Cunha (1983), permitindo verificar que, das 32 universidades federais existentes em 1969, 16 passaram pelo processo de federalização posteriormente à sua criação. Vasconcelos (2007) acrescenta que, das 55 instituições de ensino superior federalizadas até 2007, 23 passaram por esse processo na década de 1960.

Esse cenário ilustra a resposta dos governos à pressão pelo aumento de vagas no ensino superior, bem como a tentativa de criar e fortalecer o sistema universitário brasileiro, criando universidades, sobretudo, nas capitais e nos maiores centros urbanos pertencentes aos principais estados da federação. Um documento importante para a análise da composição do sistema público de ensino superior da época é o *Estatuto das Universidades Brasileiras*, instituído por meio do Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931, integrando o conjunto de ações conhecidas como Reforma Francisco Campos⁷². O estatuto introduzia, dentre outros aspectos, a reforma da Universidade do Rio de Janeiro e criava o Conselho Nacional de Educação.

Outro fator importante a ser destacado em relação às federalizações ocorridas no ensino superior é a participação dos acadêmicos nesse processo. Além da federalização, os universitários reivindicavam a modernização do ensino superior e a reorientação pedagógica dos cursos, conforme as peculiaridades das demandas concernentes às camadas populares, o que deveria ser feito, inclusive, por meio da participação dos estudantes nos conselhos deliberativos das instituições (CUNHA, 1983). Esse movimento reivindicatório por parte dos estudantes universitários atingiu seu ápice a partir de 1960, com a organização estudantil em diversas partes do país. Em 1962, a União Nacional dos Estudantes (UNE)⁷³ chegou a paralisar a maior parte das 40 instituições de ensino superior existentes na época durante a “greve do um terço”, cuja pauta principal era que os estudantes pudessem participar com direito a voto nos colegiados das instituições superiores, na base de um terço (POERNER, 2004).

Ainda sobre a atuação da UNE, é importante destacar que o movimento estudantil não empolgava apenas os alunos, mas contava com o apoio de professores e, extrapolando o âmbito das universidades, de alguns políticos, diplomatas e até mesmo de militares, embora esse apoio representasse pouca força diante do aparato

⁷² Francisco Luís da Silva Campos foi ministro da Educação e Saúde Pública entre os anos de 1930 e 1932.

⁷³ Fundada em 13 de agosto de 1937, cujo histórico está detalhado em Poerner (2004).

governamental. Isso não diminui, no entanto, a importância e a abrangência de atuação desse movimento, que se expandia por várias cidades brasileiras, das capitais ao interior. Suas reivindicações se apresentaram por meio de diferentes pautas ao longo dos anos, promovendo a participação ativa de estudantes universitários na vida social em diversos âmbitos.

No caso da FMTM, a organização estudantil teve papel destacado no processo que culminou na federalização da instituição. Por meio do centro acadêmico do curso de Medicina, os alunos conseguiram mobilizar diversos setores da sociedade, bem como políticos e imprensa, pressionando o governo em relação à almejada federalização. Os alunos, com o apoio da direção e do corpo docente da faculdade, promoviam campanhas que davam visibilidade à instituição e faziam com que ela ganhasse apoio da população nas suas reivindicações.

De modo similar, em diversas regiões do Brasil, os movimentos estudantis alinhavam-se com as demandas populares, lutando pelo aumento de instituições de ensino superior, por mais oportunidades de acesso e pela gratuidade do ensino. No entanto, para Cunha (1983), ainda na década de 1960, instalava-se entre os universitários certa frustração, à medida que constatavam que a formação de nível superior já não seria suficiente para a ascensão social, fenômeno para o qual se atribuem, principalmente, duas causas. A primeira diz respeito ao fato de que diversos universitários precisavam se submeter a situações frustrantes em empregos paralelos aos estudos para conseguirem se sustentar, experimentando as consequências da exploração do trabalho. Por outro lado, uma segunda causa está ligada à difusão das reflexões de cunho marxista entre os estudantes que, mesmo tendo condição financeira privilegiada, passavam a se perceber como parte das contradições sociais então vigentes.

Os estudantes passaram a conhecer teorias elaboradas a partir da luta de classes e destinadas justamente a intervir nela como instrumento ideológico do proletariado. A descoberta de sua situação “privilegiada” numa sociedade organizada em função da exploração do homem levava a sentimentos culposos que conduziam os estudantes, frequentemente, a posições extremadas de rebeldia contra a ordem social: “conscientizados”, engajavam-se na “revolução” (CUNHA, 1983, p.67).

Essa consciência das injustiças sociais crescia entre os estudantes, inclusive entre os ligados a grupos católicos, que exerciam importante influência sobre a UNE, já

que um dos membros da Juventude Universitária Católica (JUC)⁷⁴ foi eleito presidente da União Nacional Estudantil (UNE) em 1961. Nesse contexto, Franco (2020) destaca que, nos anos de 1960, uma parcela dos militantes da JUC radicalizou-se nas críticas ao modelo de produção capitalista, discutindo formas de realizar uma revolução socialista humanista por meio da chamada Ação Popular, um movimento progressista cristão, porém não confessional nem restrito aos próprios cristãos. A autora defende, contudo, que essa era uma ideia utópica de socialismo, já que os estudantes não tinham condições de criar estratégias para chegarem à revolução, inclusive, por falta de conhecimento aprofundado das teorias marxistas. Apesar desse cenário, o movimento estudantil, incapaz de dissimular as contradições da sociedade, tanto nas universidades quanto na Igreja, não sem oposições, passou a denunciar os contrastes sociais existentes no Brasil.

Todo esse movimento, atrelado ao modelo de desenvolvimento do país – sobretudo no que diz respeito aos efeitos da industrialização e da urbanização –, teve influência direta ou indireta na tomada de consciência por parte de vários setores da sociedade, e não apenas por parte de universitários e docentes. O reconhecimento da precarização do ensino superior brasileiro começou a permear os discursos e as análises de intelectuais da época, bem como de políticos, já que, desde 1947, estava em processo de construção a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que regulamentaria o art. 5º da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946⁷⁵. Entretanto, a referida lei foi aprovada apenas no ano de 1961, sendo a primeira LDBEN brasileira, posteriormente reformada em 1968, no capítulo relativo ao ensino superior – Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968 –, e, em seguida, em 1971, com a Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que regulamentou o ensino fundamental e médio. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, no dia 20 de dezembro de 1996, foi aprovada a segunda LDBEN, na forma da Lei n.º 9.394.

A construção da primeira LDBEN do Brasil suscitou uma série de discussões que evidenciaram forças antagônicas referentes à educação brasileira, e não seria diferente quanto ao ensino superior, destacando-se, aqui, o debate relativo à relação público-privado. Assim, análises relacionadas ao ensino superior se ampliaram a partir da segunda metade da década de 1940 e alcançaram diferentes segmentos da sociedade. O longo período de elaboração dessa primeira LDBEN não esteve restrito ao meio

⁷⁴ A JUC era uma associação de estudantes católicos responsável por difundir os ensinamentos da Igreja no meio universitário. A organização nacional da JUC ocorreu a partir de 1942.

⁷⁵ O referido art. 5º determinava ser competência de a União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

acadêmico, deixando de ser “obra exclusiva de professores e estudantes para incorporarem vozes novas em uma análise crítica e sistemática da universidade no país” (FÁVERO, 2006, p.150). Houve eco nas reivindicações de movimentos estudantis, de professores e da sociedade de forma geral.

Entende-se não ser necessário que se aprofundem as análises sobre o longo processo de tramitação da referida lei, quando disputas importantes foram travadas, sobretudo, pelos que defendiam o ensino público e pelos dirigentes de instituições privadas laicas e confessionais. No entanto, é importante destacar que os debates acerca do projeto da LDBEN alcançaram diferentes grupos da sociedade civil, havendo registros de encaminhamentos ao Congresso Nacional de ementas sugeridas pela União de Estudantes das Escolas de Engenharia da Universidade de São Paulo (USP) (1957), de um manifesto do Grêmio Estudantil da Faculdade de Filosofia da mesma universidade (1959), de um ofício do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Rio de Janeiro (1961), além de reivindicações de professores e outras categorias (SAVIANI, 2006).

Em 1961, foram realizadas duas convenções organizadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo com participação de universitários. Aliás, a UNE teve importante atuação nos debates a respeito das diretrizes e bases da educação, em defesa da escola pública. Todavia, a ligação da UNE com a JUC, fez com que, em alguns aspectos, as críticas ao modelo de escola privada fossem feitas de forma suave, já que boa parte das universidades particulares pertencia à Igreja. Nessa direção, em declaração ao jornal *Lavoura e Comércio* de 30 de março de 1959, o presidente da Federação Metropolitana dos Estudantes Secundários afirmou:

Será enviado ao presidente da república um memorial exigindo medidas contra a ganância dos diretores dos colégios. [...] O presidente da Federação Metropolitana dos Estudantes Secundários, falando à imprensa sobre a exploração por parte dos diretores de educandários no que concerne às taxas escolares, afirmou: O que está havendo é coação. Esta coação vai acabar. Não mais toleraremos que o ensino continue a ser uma indústria rendosa para meia dúzia de gananciosos que se dizem educadores (LAVOURA E COMÉRCIO, 30 mar. 1959, s./p.).

Em meio a esse debate, no dia 20 de dezembro de 1961, foi aprovada pelo Senado e promulgada pelo presidente da República, João Goulart, a LDBEN, que, em relação à polarização público-privado, definiu o acesso à educação como obrigação do poder público, sendo facultativo o seu oferecimento pela iniciativa privada em todos os

graus de ensino. Na prática, a lei garantia que as verbas públicas poderiam subsidiar o funcionamento das escolas particulares de todos os níveis de instrução.

O texto aprovado não correspondeu plenamente às expectativas de nenhuma das partes envolvidas no processo. Foi, antes, uma solução de compromisso, uma resultante de concessões mútuas prevalecendo, portanto, a estratégia da conciliação. Daí que não deixou de haver também aqueles que consideraram a lei então aprovada pelo Congresso Nacional como inócua (SAVIANI, 2006, p.49).

Quanto ao ensino superior, ficou permitida a sua oferta por escolas isoladas ou por universidades, que deveriam contar com cinco ou mais faculdades, diferindo, assim, do anteprojeto de 1948, que sugeria serem necessárias apenas três. Nas duas configurações, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras seria obrigatória, porém essa exigência foi vetada pelo presidente da República sob a alegação de haver, na época, mais de 70 faculdades com esse perfil no território nacional. Além disso, a função integradora atribuída a essas faculdades poderia ser realizada por outros órgãos das universidades.

A LDBEN de 1961 favoreceu a formação das universidades a partir da congregação de faculdades ou escolas superiores isoladas, o que, por si só, não garantia a integração necessária. Dessa forma, a tímida expansão do sistema universitário resultou, quase que exclusivamente, da junção das instituições isoladas já existentes, algo que já era perceptível na década de 1950 e que se intensificou-se após a aprovação da LDBEN de 1961 e, posteriormente, da Reforma Universitária de 1968. Instituições como a UFU e a Uniube não fugiram a essa tendência. Nesse aspecto, uma pergunta é pertinente: por que a FMTM não seguiu o mesmo caminho? É o que se pretende responder ao longo deste trabalho.

1.2 A LUTA PELA FEDERALIZAÇÃO DA FMTM

A federalização da FMTM foi fruto da luta, sobretudo, de estudantes, dirigentes, docentes e demais funcionários da instituição, cuja principal alegação era a impossibilidade de mantê-la com os recursos oriundos das anuidades pagas pelos alunos e da receita anual disponibilizada pelo governo federal. Sobre isso, o entrevistado para esta tese, identificado como Ex-dirigente 1, explicou, acerca da falta de recursos para a oferta do curso de Medicina, que os primeiros anos do curso são menos onerosos, sendo possível até que haja sobra de dinheiro. No entanto, à medida que o curso avança, vai

umentando também a sua complexidade, inclusive nos tratamentos dos pacientes atendidos nos hospitais conveniados para as práticas dos alunos. Por conseguinte, a necessidade de recursos vai se elevando, o que certamente contribuiu para a necessidade de se buscar a federalização da FMTM após os seus primeiros anos de funcionamento.

Alves e Dantas (2017) também destacam a precariedade e a inexistência de laboratórios especializados, bem como a falta de recursos suficientes para manter os funcionários, dentre eles, os próprios docentes. Documentos da instituição, como a ata da Congregação da FMTM (atual Conselho Universitário), de 23 de junho de 1958, analisada pelas citadas autoras, registram a deficiência material do Hospital de Clínicas (Santa Casa de Misericórdia) e dos laboratórios.

A estrutura era precária e havia ainda a falta de instrumentos essenciais para o desenvolvimento satisfatório de um curso de medicina. [...] Um dos grandes exemplos dessas dificuldades estruturais estava no laboratório de anatomia, pois o mesmo não oferecia a menor condição de estudos para alunos e professores. Faltavam muitos instrumentos; não havia geladeiras para os cadáveres e muitas vezes os alunos dividiam por meses o mesmo corpo até não ter mais condição alguma de trabalho. Se os problemas internos eram muitos, os externos também não colaboravam (ALVES; DANTAS, 2017, p.12).

Apesar de o jornal *Lavoura e Comércio*, de 3 de setembro de 1959, ao noticiar a campanha pela federalização da FMTM, ter se referido à faculdade como um estabelecimento muito bem equipado, outras fontes selecionadas contrariam essa perspectiva. Assim noticiou o referido jornal:

A Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro é, sem favor, uma das mais bem aparelhadas do interior do Brasil, não só na sua montagem técnica de salas de aula, laboratórios e departamentos de pesquisas, como também pelo seu corpo docente, a maior sob o regime de tempo integral de ensino (LAVOURA E COMÉRCIO, 03 set. 1959, s./p.).

Contudo, em entrevista ao mesmo jornal, em edição do dia 11 de março de 1959, o médico e professor da FMTM, Mauritano Rodrigues Ferreira⁷⁶, falou sobre as más condições materiais da instituição:

Quem passar em frente à Escola de Medicina há de admirar sua fachada majestática, em seu soberbo e sóbrio estilo ateniense. A pessoa, porém, que se dispôs a conhecê-la em seu interior, aterra-se com o contraste. O pátio interno guarda ainda as indistigáveis características medievais de presídio.

⁷⁶ Idealizador do movimento chamado Operação MED, realizado junto com os estudantes para a reforma do prédio da antiga penitenciária doado à FMTM. Essa campanha deu visibilidade à instituição, colaborando para que seu pedido de federalização fosse aprovado, conforme será analisado posteriormente.

O piso grosseiro e irregular, os pórticos, paredes e tetos achavascados, as “galerias” ameaçadoras, pendentes em postes arruinados. Tudo isso em meio ao cheiro que tresanda dos tanques do Museu de Anatomia, destituído de luz e de aeração suficiente à conservação dos cadáveres. [...] E quantas deficiências mais a comprometer a reputação de nossa Faculdade (LAVOURA E COMÉRCIO, 11 mar. 1959, s./p.).

O professor afirmou ainda que, conforme sua experiência como docente em cursos de Medicina do Distrito Federal, observava que a FMTM não devia nada às instituições pelas quais havia passado no que se referia à qualidade do ensino. Todavia, a estrutura da faculdade estava aquém de sua excelência acadêmica.

Considerando os problemas institucionais apresentados, em maio de 1956, primeiro ano do mandato de Juscelino Kubistchek como presidente do Brasil, o então diretor da FMTM, Mozart Furtado Nunes, entregou-lhe o primeiro pedido de federalização da instituição. Conforme o referido ex-diretor, o presidente ponderou que ainda era cedo para atender à solicitação da FMTM (NUNES, 1960).

A partir daí, a citada faculdade passou a empreender ações no sentido de conseguir federalizar-se, o que seria finalmente alcançado no ano de 1960. No entanto, até que a federalização acontecesse, a FMTM percorreu um longo caminho, no qual merece destaque a participação dos estudantes, sobretudo, por meio do Centro Acadêmico Gaspar Vianna (CAGV). Resgatar a participação deles nesse processo constitui, também, uma forma de contribuir com estudos relacionados à história dos movimentos estudantis no interior do Brasil nos anos de 1950 e 1960. Nesse sentido, Franco (2020) destaca que a maior parte dos estudos voltados para essa temática no campo da História da Educação e das Ciências Sociais considera, prioritariamente, o recorte espacial que compreende o eixo Rio de Janeiro-São Paulo, ao passo que a história dos estudantes em cidades do interior ainda tem sido pouco explorada. Assim, este capítulo alude também à participação do CAGV e demonstra a sua centralidade na mobilização popular, inclusive da imprensa local, em prol da federalização da FMTM.

Uberaba se destacou nas décadas de 1950 e 1960 como um dos centros de efervescência do movimento estudantil em Minas Gerais, principalmente em relação aos universitários que se mobilizaram ativamente na defesa de seus ideais (FRANCO, 2020, p.151).

Deste modo, o CAGV, com apoio da direção e de professores, deu início à campanha pela federalização da faculdade, conferindo-lhe visibilidade por meio de movimentos populares, de publicações em informativos acadêmicos, e buscando apoio de lideranças políticas. Conforme ata de reunião do CAGV com data de 28 de maio de

1957, o centro acadêmico havia enviado diversos telegramas ao presidente Juscelino Kubitschek, ao ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, e até mesmo à filha do presidente, Márcia Kubitschek. Também a imprensa era conclamada a dar destaque à campanha dos estudantes e, de fato, foram publicadas cerca de 24 matérias sobre o tema nos dois principais jornais da cidade no ano de 1960, conforme Franco (2020).

A campanha foi lançada oficialmente pelo centro acadêmico em março de 1956, por meio de seu jornal oficial *O Epiplon*⁷⁷, em atividade até os dias atuais. O movimento pela federalização foi rememorado em documento comemorativo aos 10 anos de existência da FMTM, organizado pelo CAGV:

Quando se oficializava 1º de maio de 1955 a data da fundação do órgão dos discentes da FMTM, nascia também na mesma corrente de idealismo, na mesma força de organização, a ideia da federalização da FMTM. Essa ideia passava a ser bandeira comum dos quantos passaram pela direção do CAGV e de toda a sua família acadêmica, bem como do diretor e alguns professores (CAGV, 1964, p.14).

O CAGV foi criado em 1º de maio de 1954, enquanto entidade de representação dos estudantes do curso de Medicina, cujo primeiro presidente foi o aluno Wander Magalhães Moreira. No entanto, sua inauguração oficial foi feita pessoalmente pelo presidente Juscelino Kubitschek no dia 03 de maio de 1956, quando visitava Uberaba, por ocasião das comemorações do centenário de sua elevação à categoria de cidade⁷⁸.

No dia anterior, o presidente da república participara do desfile em comemoração ao referido centenário e, neste dia 03 de maio, inaugurava as festividades da XXII Exposição-Feira de Gado Zebu na cidade. Em seu discurso de abertura da exposição – pela primeira vez inaugurada por um presidente da república – afirmou:

Sois não apenas uma cidade ativa, que pode ser apontada como das mais prósperas de nosso Estado, com um índice de crescimento dos melhores do país — não sois apenas isso, sois, por vosso arrojo, por vossa visão aguda, por vosso dinamismo, por vosso espírito inquieto, criador e incansável, um modelo, uma lição, uma grandiosa afirmação do Brasil novo, inconformado com a pobreza, do Brasil que não se resigna a ser uma terra neutra, satisfeita de caminhar lentamente para uma triste desclassificação. Sois uma cidade singular, Uberaba; sois um povo valente e fecundo, que sabe o que quer, uberabenses. [...] Quero para o Brasil tudo que pretendes para vós mesmos, para vosso município. Estais em condições de compreender-me (KUBITSCHKEK, 1956, p.97-100).

⁷⁷ Segundo Lopes (2016), “epiplon” é um órgão que protege as vísceras abdominais. Dessa forma, o jornal *O Epiplon* seria, semelhantemente, um instrumento de defesa e proteção da instituição FMTM.

⁷⁸ As datas de criação de órgãos internos, como o CAGV, e até mesmo a data da fundação da própria FMTM, parecem ter sido definidas de modo não muito claro, sendo considerados aspectos que nem sempre convergiam com a edição de documentos de criação oficiais. Assim, conforme CAGV (1964), a data de criação deste centro acadêmico foi considerada 1º de maio de 1955.

Ademais, aproveitando a presença do presidente na cidade, o CAGV reforçou o pedido de federalização da FMTM que já havia sido feito pelo diretor Mozart Furtado Nunes. O centro acadêmico entregou ao presidente, bem como distribuiu entre a população, um documento assinado pelos alunos do curso de Medicina, *Memorial 2 de maio*, que dizia:

Conhecemos a fibra dos uberabenses, e vimos como ela se juntou à de V. Excia. e ergueu esse templo de ensino médico. Mas a par disso suas necessidades têm se multiplicado dia a dia arrefecendo o progresso almejado. Então tornou-se mister terminar a grande obra iniciada. Por este motivo, vimos pedir a V. Excia. a federalização de nossa Faculdade de Medicina, para este magnífico ano de centenário (CAGV, 1964, p.15).

Segundo o CAGV (1964), os alunos receberam do presidente da República a promessa de federalização da FMTM. Alves e Dantas (2017) corroboram essa afirmação relatando que Juscelino sinalizou sua simpatia pela federalização da instituição, bem como sua disposição em trabalhar para atender a essa demanda. Para o presidente, era importante conquistar e manter o apoio dos mineiros para uma possível nova candidatura à presidência da República em 1965, já que, pela Constituição de 1946, vigente à época, não poderia haver reeleição. No entanto, a pretendida candidatura não aconteceu, tendo em vista o golpe militar ocorrido em 1964 e a instauração do governo militar ditatorial no Brasil. Anos depois, em 1976, Juscelino Kubitschek foi vítima de um acidente automobilístico na rodovia Presidente Dutra, vindo a falecer em episódio que, até os dias de hoje, não foi devidamente elucidado⁷⁹.

A sinalização favorável de Juscelino em relação à federalização da FMTM tem, também, por hipótese o fato de que ele era médico de formação, o que poderia sensibilizá-lo em relação à demanda da instituição e à carência da saúde pública no Brasil. Juscelino manifestou-se da seguinte forma ao presidente do CAGV em relação ao documento memorial elaborado pelos alunos da FMTM⁸⁰:

Apraz-me comunicar-lhe e demais signatários do memorial 2 de maio, acabo de encaminhar assunto ao Ministro da Educação para que proceda necessário estudo preliminar sobre medida pleiteada. Saudações cordiais (CAGV, 1964, p.15).

⁷⁹ Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda articulavam a criação de uma Frente Ampla, visando lutar pelo retorno da democracia no Brasil. Coincidência ou não, com intervalo inferior a um ano, os três morreram em circunstâncias duvidosas.

⁸⁰ Não há informações sobre a forma desse pronunciamento.

Por outro lado, alguns dos membros da Sociedade de Medicina do Triângulo Mineiro, mantenedora da FMTM, manifestaram descontentamento, alegando que não haviam sido consultados a respeito do pleito do diretor Mozart Furtado Nunes ao presidente da República. Para contornar a situação, Mozart convocou plenária para discutir a questão, conforme declarou: “Confesso que não havia feito consultas a respeito do assunto. Prudentemente, então, na primeira assembleia geral, realizada após o pedido, sugeri que discutíssemos o tema. Foi discutido e não encontrou opositores” (NUNES, 1960, p.35).

No ano seguinte, no dia 3 maio de 1957, Juscelino Kubitschek compareceu novamente a Uberaba para a inauguração da XXIII Exposição-Feira de Gado Zebu⁸¹. Segundo o jornal *Lavoura e Comércio*, de 4 de maio de 1957, o aluno Leopoldo Vieira, representante do CAGV, participou da comitiva responsável pela recepção do presidente no aeroporto de Uberaba. Todavia, outros alunos da FMTM também aguardavam a sua chegada:

Os acadêmicos da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (instituição que deve a sua fundação ao ilustre estadista) prestaram-lhe uma entusiasmada homenagem, aclamando seu nome por longo tempo (LAVOURA E COMÉRCIO, 04 mai. 1957, s./p.).

Durante seu discurso na abertura da exposição, da qual participava pela sétima vez, Juscelino Kubitschek fez menção à federalização da FMTM:

Diante de mim estão a cidade e a sua mocidade pedindo a federalização de suas escolas. “Eu estou inteiramente solidário com o povo de Uberaba e com esse movimento ao qual darei todo o meu apoio”. Depois de se referir à fundação da Faculdade de Medicina – conquista alcançada por Uberaba quando o Sr. Juscelino Kubitschek era governador de Minas –, focalizou com entusiasmo o panorama cultural e econômico de nossa terra (LAVOURA E COMÉRCIO, 04 mai. 1957, s./p.).

Mais tarde, em compromisso noturno na cidade, Juscelino foi recebido na casa de Adalberto Rodrigues da Cunha, então presidente da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, onde se encontravam, dentre outros convidados, o diretor da FMTM, Mozart Furtado Nunes, e o presidente do CAGV, Leopoldo de Castro e Silva, momento em foi

⁸¹ Nesse contexto, ao noticiar a abertura dos portões do Parque de Exposições Fernando Costa, o jornal *Lavoura e Comércio*, em 4 de maio de 1957, revelou a proximidade política que parecia haver entre o presidente da República e o professor da FMTM e presidente da Sociedade de Medicina do Triângulo Mineiro, Lauro Savastano Fontoura, ao afirmar que uma delegação uberabense organizada pelo último saía da cidade às 7 h para encontrar o presidente em Brasília, assistir à primeira missa ali realizada e vir com ele para a abertura da exposição. Entretanto, devido à notícia de que chegaria antecipadamente o governador de Minas, Bias Fortes, Lauro não embarcou.

oficializado novo pedido de federalização da FMTM, agora com aprovação dos membros da Sociedade de Medicina do Triângulo Mineiro.

Desta feita, o presidente da República agendou reunião no Palácio do Catete para 19 de setembro, com a participação do diretor da FMTM; do presidente da Sociedade de Medicina do Triângulo Mineiro, Lauro Savastano Foutoura; do prefeito de Uberaba, Artur de Melo Teixeira; de 19 alunos do curso de Medicina da FMTM; do ministro da Educação, Clóvis Salgado; do chefe de gabinete do ministro, Celso Brant; e do deputado Mário Palmério. Na reunião, foram apresentados três caminhos para a federalização da faculdade:

a) emenda ao projeto então em andamento no Congresso, federalizando a Escola de Química de Curitiba; b) mensagem isolada para Uberaba; c) incorporação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro à UFMG, nos moldes da Faculdade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. E voltamos cheios de esperanças uns (eu entre eles), desiludidos outros (quase todos os estudantes) (NUNES, 1960, p.35).

A forma como o projeto de federalização caminharia parece não ter sido definida a princípio, todavia, estava certo, como mostram diversas atas de reuniões da Congregação da FMTM, que a instituição não cogitava incorporar-se à UFMG, em Belo Horizonte-MG, nem a qualquer outra universidade já existente. Isso pode ser afirmado tendo em vista que propostas desse tipo sondaram a FMTM durante muitos anos, sempre recebendo resistência de seu corpo dirigente, dos professores, dos demais servidores e dos alunos.

Enfim, ainda na reunião do dia 19 de setembro de 1957, no Palácio do Catete, novo documento foi entregue ao presidente da República pelo CAGV, contendo as seguintes considerações:

1 – Considerando ser a nossa faculdade um marco de progresso científico no Brasil Central; 2 – Considerando ter sido a mesma fundada por V. Excia; 3 – Considerando que, desde a sua fundação até hoje não foi ela equipada de acordo com as suas necessidades; 4 – Considerando assim sua flagrante deficiência material e econômica; 5 – Considerando ser um desejo comum de toda a gente triangulina e do Centro Oeste de Minas; 6 – Considerando que estamos dispostos a nos tornarmos médicos que venham engrandecer o nome de Minas Gerais no cenário científico nacional; 7 – Considerando a promessa de V. Excia. feita quando em visita a Uberaba; 8 – Considerando que está em vossas mãos o nosso futuro e de nossa escola, e que só V. Excia. pode atender a nossa justa reivindicação (CAGV, 1964, p.16).

Os presentes à reunião social saíram com a promessa de federalização da FMTM, que deveria ocorrer até o fim do mandato de Juscelino Kubitschek, bem como

com o compromisso de destinação de 5 milhões de cruzeiros durante cinco anos para a manutenção da faculdade, garantidos pelo Ministério da Educação.

Ainda no ano de 1957, segundo Lopes e Chapadeiro (2003), em 16 de agosto, foi organizada uma comissão para tratar de questões relacionadas à federalização, composta pelo diretor da FMTM, por professores, alunos, e contando com o apoio do deputado Mário Palmério e do então prefeito de Uberaba. Sobre isso, foi encontrada em ata de reunião do CAGV, realizada justamente nesse mesmo dia e ano, alusão à criação de uma comissão pró-federalização organizada pelos alunos, contendo cinco integrantes de cada turma do curso de Medicina. A comissão deveria angariar fundos para ida ao Rio de Janeiro a fim de pleitear a federalização da escola ao presidente da República.

O jornal *Correio Católico*, em 3 de setembro de 1957, destacou a existência de outras comissões formadas na FMTM com vistas a movimentar a campanha pela sua federalização, como a Comissão de Propaganda, integrada pelos alunos Gianni Tomponi, José Rabledo Naves, Otávio Magalhães Filho e Antonio Vieira Caixeta. Esses alunos haviam procurado o referido jornal no dia anterior, a fim de solicitar sua colaboração no movimento desencadeado.

Na mesma data, os acadêmicos já citados procuraram, também, a redação do jornal *Lavora e Comércio* que, em 3 de setembro de 1957, relatou a visita deles e acrescentou:

Os referidos moços integram a comissão que, provavelmente, no dia 14 do corrente, irá ao Rio de Janeiro tratar do assunto junto às autoridades competentes. É velha de tantos anos quantos a Faculdade existe a aspiração de sua federalização. Muitas têm sido as manifestações feitas às altas autoridades do país, quando de suas passagens por Uberaba, solicitando-lhes este ato legislativo de suma importância (LAVOURA E COMÉRCIO, 03 set. 1957, s./p.).

Nos anos seguintes, alunos, professores e a dirigentes da FMTM trabalharam pela federalização da instituição, buscando apoio e visibilidade entre a comunidade e as autoridades políticas da cidade. O CAGV utilizava estratégias para envolver a população em sua campanha, levando o movimento para as ruas da cidade e pressionando o poder público.

Durante a exposição de gado zebu em Uberaba, no ano de 1958, houve um fato que ilustra essa mobilização dos estudantes. Juscelino Kubitschek compareceu a Uberaba para a inauguração da feira, tendo sido recebido no aeroporto da cidade por populares, autoridades políticas e pecuaristas. Lá também estavam alunos do curso de Medicina da FMTM que, burlando a segurança presidencial, o interpelaram já nas

escadarias do avião. Borges Júnior (1983) rememorou que os alunos correram ao encontro do presidente e formaram um cinturão impenetrável ao seu redor. Ele foi impelido a entrar em um ônibus com os alunos, ao som de sua música preferida, Peixe Vivo, contrariando os pecuaristas que o aguardavam.

Figura 5 – Juscelino Kubistchek com alunos do curso de Medicina da FMTM em sua chegada a Uberaba (2 de maio de 1958)



Fonte: Arquivo do Setor de Comunicação Social da UFTM – Fotógrafo: Foto Uberaba - Kazuo Oshio.

O presidente acompanhou os estudantes até a sede do CAGV, onde, após trocas de discursos, deu a eles uma fotografia sua na qual escreveu a seguinte frase: “Ao Centro Acadêmico Gaspar Vianna, cordial homenagem de quem tudo fará pela federalização da Escola de Medicina de Uberaba”⁸².

⁸² Há uma inconsistência quanto à data desse fato histórico. Algumas fontes, como Borges Júnior (1983) e o *Jornal da Manhã* (2015) deixam dúvidas quanto ao ano do seu acontecimento, no entanto, o quadro com a dedicatória de Juscelino Kubitschek traz a data de 2 de maio de 1958, levando-nos a acreditar que o fato ocorreu nesse ano.

Figura 6 – Quadro que se encontra na sede do DAGV com dedicatória de Juscelino Kubitschek (2 de maio de 1958)



Fonte: Arquivo do DAGV – Fotógrafa: Autora (2022).

Sobre esse fato, também escreveu o ex-aluno Armando Campos de Oliveira, já falecido, em coluna feita para o *Jornal da Manhã* de 2 de maio de 2015, cujo título é *Juscelino Kubitschek de Oliveira – Um Presidente Diferente...*:

Na sua chegada, pulamos a cerca do aeroporto e fomos até o avião, de onde ele desceria... Mostramos o quadro da fotografia dele e sua dedicatória: “Ao Centro Acadêmico Gaspar Viana, por cuja Federalização da Faculdade, tudo farei...”. Disse-nos: “Me esperem lá fora, que irei com vocês, no seu ônibus”... Lá fora, ele veio em direção ao nosso ônibus, uma velha jardineira, e entrou... Só permitimos que entrasse o prefeito Jorge Furtado, médico e nosso amigo... Fechamos a porta na cara dos políticos “puxa-saco”, que naquele tempo já os havia... Fomos abrindo barreiras até o palanque da pecuária, onde ele, com toda pompa, cumpriu a promessa (JORNAL DA MANHÃ, 2015, s./p.).

O mesmo fato foi retomado por Lopes e Chapadeiro (2003):

Os estudantes de Medicina o arrebatarem, ainda no aeroporto, das mãos das lideranças rurais e políticas e o levaram, em ônibus, até à Faculdade. No trajeto, juntamente com o diretor, solicitaram-lhe que se manifestasse sobre o assunto, no seu discurso no Parque Fernando Costa, palco das exposições de gado zebu. O presidente assim o fez, prometendo enviar mensagem ao Congresso no seu retorno (LOPES; CHAPADEIRO, 2003, p.300).

O trabalho do CAGV prosseguiu e ganhou espaço no imaginário da população uberabense, bem como nas colunas dos jornais locais, que iam noticiando as atividades realizadas no intento de conquistar a federalização da instituição. Nessa direção, foi

noticiado pelo jornal *Lavoura e Comércio*, em 4 de junho de 1958, que, no dia anterior, no período da noite, os alunos do curso de Medicina da FMTM haviam realizado uma passeata comemorando o projeto de federalização da instituição, que tramitava na Câmara Federal.

Uma grande passeata em regozijo ao projeto de federalização daquele importante estabelecimento de ensino superior. Possuídos da mais justa alegria e entusiasmo precedidos da Banda de Música de Uberaba e de um carro com alto falante, acompanhados de alguns professores do estabelecimento entre os quais o diretor Dr. Mozart Furtado, levando ainda cartazes alusivos ao acontecimento, percorreram as principais ruas de Uberaba em grupos perfeitamente ordenados, dando vivas, cantando e sendo aplaudidos muitas vezes nos locais por onde passavam. A passeata que teve início na Faculdade de Medicina, ali terminou depois de uma parada festiva em frente à residência do diretor da escola. Assim assinalaram os futuros médicos o seu justo regozijo e a sua gratidão a quantos de longa data vêm batalhando por esta aspiração maior que a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (LAVOURA E COMÉRCIO, 04 jun. 1958, s./p.).

Figura 7 – Alunos do curso de Medicina da FMTM em passeata pela federalização da instituição (3 de junho de 1958)



Fonte: CAGV (1964, p.13) – Fotografia desconhecido.

O mesmo jornal *Lavoura e Comércio*, na edição do dia 6 de junho de 1958, noticiou a discussão do projeto de lei, que poderia federalizar a FMTM, pela Câmara Federal, o que teria sido motivo de comemoração para os estudantes:

Longe estávamos de conhecer as providências tão próximas da concretização desta aspiração não só dos acadêmicos, mas de toda Uberaba. Por isso, é com satisfação e orgulho que nos associamos às alegrias e congratulações deste momento em que o projeto de federalização é discutido na Câmara Federal, na certeza de que a sua aprovação será uma vitória magnífica dos moços estudantes, dos seus mestres e da metrópole do Triângulo Mineiro (LAVOURA E COMÉRCIO, 06 jun. 1958, s./p.).

Nesse sentido, foram encontradas referências a dois projetos de lei (PL), um que tramitaria na Câmara dos Deputados, e outro, no Senado. Nos arquivos da Câmara dos Deputados foi localizado o PL n.º 2.419/1957, que visava à equiparação das subvenções concedidas às Faculdades de Medicina de Sorocaba, Juiz de Fora, Triângulo Mineiro e Ciências Médicas de Minas Gerais, sob autoria do deputado Dilermando Cruz, do PR de Minas Gerais.

O projeto de lei apresentado em 29 de março de 1957, passava a subvenção anual dessas quatro faculdades de C\$ 1.500.000,00 para C\$2.500.000,00, trazendo a seguinte justificativa:

Atualmente, creio serem estas as únicas faculdades de medicina que estão com subvenções de C\$1.500.000,00. Todas as outras escolas, inclusive, farmácia, e odontologia, recebem C\$2.500.000,00, sendo, pois, justa tal equiparação, máxime se verificarmos a localização desses quatro estabelecimentos de ensino médico, em zonas de fácil acesso, recursos locais e boa densidade demográfica (BRASIL, 1957, s./p.).

O projeto recebeu parecer contrário da Comissão de Educação e Cultura, bem como da Comissão de Finanças. Segundo essas comissões, o PL não poderia ser acolhido por partir do princípio de que as quatro faculdades eram subvencionadas pelo governo federal, o que não era verdade. A Lei n.º 1.254, de dezembro de 1950, previa a possibilidade de estabelecimentos de ensino superior serem subvencionados pelo governo federal, todavia, as faculdades citadas no PL, incluindo a FMTM, não se enquadravam nos casos admitidos, podendo ser contempladas apenas com auxílios nas leis orçamentárias. O PL foi arquivado em 19 de junho de 1958 e, por esse motivo, não chegou a ser discutido no Plenário da Câmara Federal.

Quanto ao projeto que tramitou no Senado, CAGV (1964) cita o PL n.º 13/1958, cujo objetivo era transformar em estabelecimento federal de ensino superior a Escola de Química da Universidade do Paraná, federalizar a Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará e a Faculdade de Medicina de Alagoas, além de criar a Escola de Química da Universidade da Bahia, além da Faculdade de Odontologia e do Instituto de Pesquisas Bioquímicas, ambos no Rio Grande do Sul. No mesmo PL, foi inserida emenda do senador mineiro Arthur Bernardes Filho, visando à federalização da FMTM, publicada na íntegra pelo jornal *Correio Católico*, de 3 de junho de 1958. A proposta foi rejeitada em 15 de dezembro de 1958 e arquivada. Sobre a não aprovação do PL, Mozart, então diretor da FMTM, explicou:

Pedi ao senador Artur Bernardes Filho que apresentasse uma emenda federalizando a faculdade. Fui atendido com a maior presteza possível. A meu pedido, o Prof. Jurandir Lodi redigiu a emenda que recebeu o número necessário de assinaturas e foi apresentada. Infelizmente, todos se lembram como acabou a tentativa. Um rosário (uma enxurrada na expressão do Exmo. Sr. Presidente) de emendas, algumas absurdamente caras, tornou impossível a tramitação do Projeto, que caiu por terra (NUNES, 1960, p.36).

Percebe-se, assim, que a ideia de aproveitar o PL em tramitação para incluir outras demandas não partiu apenas da FMTM, fazendo com que o valor a ser investido pelo governo federal tornasse inviáveis as propostas. Deve-se lembrar que, apesar do interesse do governo de criar uma rede federal de ensino superior, questões orçamentárias limitavam as possibilidades das escolas superiores existentes e, além disso, havia disputas entre os estados brasileiros pela criação de instituições de ensino superior federais, o que demandava negociações políticas.

Até mesmo em Uberaba o movimento em prol da federalização da FMTM motivou projetos no sentido de que fosse criada uma universidade na cidade. Isso porque políticos locais passaram a defender a federalização das demais instituições de ensino superior isoladas da cidade, que, agregadas, poderiam dar origem a uma universidade. O jornal *Lavoura e Comércio*, em 7 de novembro de 1958, apresentou a matéria *Federalização das escolas superiores de Uberaba*, com trechos de telegramas dirigidos pelo então candidato a deputado estadual e presidente do Partido Social Progressista (PSP) de Uberaba, Eurípedes Garcia, a deputados e senadores de seu círculo político, pedindo apoio para estender o pedido de federalização da FMTM para as faculdades de Direito, Engenharia, Odontologia e Farmácia, “único caminho para a criação da Universidade Brasil Central, aspiração de estudantes e povo do Triângulo Mineiro” (LAVOURA E COMÉRCIO, 07 nov. 1958, s./p.).

Sabe-se que essa reivindicação não chegou a se concretizar, por motivos que não foram abarcados por este estudo, no entanto, pode-se observar a própria história do ensino superior de Uberaba, demonstrando que essas faculdades privadas, juntamente com outras que foram criadas posteriormente, passaram a integrar a instituição particular Uniube. Outrossim, a campanha pela federalização da FMTM prosseguiu e ganhou novo fôlego com o movimento que ficou conhecido como Operação MED. Este, por meio da visibilidade nacional que conferiu à FMTM, acabou contribuindo para que ela fosse federalizada, conforme será tratado a seguir.

1.2.1 Operação MED e a aprovação do projeto de federalização da FMTM

A Operação MED foi um movimento iniciado em março de 1959, com o objetivo de reformar o prédio da faculdade (antigo prédio da penitenciária), a fim de que melhor recebesse os convidados dos formandos da primeira turma de Medicina, cuja colação de grau aconteceria no ano seguinte⁸³: “Às vésperas de 1959, ano da formatura da 1ª turma de médicos da FMTM, o aspecto interno e externo do prédio da faculdade chocava pelo que tinha de velho, arruinado e tosco” (CAGV, 1964, p.19).

O idealizador da campanha foi o médico e professor Mauritano Rodrigues Ferreira, que havia chegado à FMTM em 1958 para ocupar a cadeira de Fisiologia e Farmacologia, a convite do diretor Mozart. O referido convite foi feito durante visita do professor Mauritano à faculdade, em julho de 1958, quando auxiliava o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) na aquisição de novos equipamentos para a FMTM. Na ocasião, em entrevista ao jornal *Correio Católico*, o professor confirmou as necessidades materiais da instituição:

A Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro luta com evidentes, mas superáveis dificuldades materiais, seus laboratórios não apresentam instalações e aparelhagens que se alinhem aos de algumas escolas médicas do país (CORREIO CATÓLICO, 1º jul. 1958, s./p.).

Percebendo o entusiasmo dos estudantes para o aprendizado, não obstante as limitações estruturais que enfrentavam, o professor deixou a docência na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, para integrar o corpo de professores da FMTM (ALVES; DANTAS, 2017; CORREIO CATÓLICO, 1º jul. 1958). Impulsionado pelo engajamento dos alunos, propôs a reforma do prédio da instituição por meio de arrecadações que seriam feitas por diversos segmentos da sociedade, sem ônus para a faculdade. Em entrevista ao jornal *Lavoura e Comercio*, em 11 de março de 1959, o professor Mauritano afirmou que o objetivo da campanha era revestir a colação de grau da primeira turma do curso de Medicina de “pompa e brilhantismo até então desconhecidos na vida acadêmica desta cidade” (LAVOURA E COMÉRCIO, 1959, s./p.). Ele prosseguiu:

Seria recomendável, de alguma forma, ou aceitável, sob qualquer pretexto, apresentar essa mansarda aos pais de alunos, autoridades e convidados de honra, na hora em que suas portas serão abertas pela primeira vez a uma visita oficial? Por certo que não (LAVOURA E COMÉRCIO, 11 mar. 1959, s./p.).

⁸³ Conforme fontes do arquivo do curso de licenciatura em História da UFTM, a solenidade de formatura aconteceu no dia 6 de janeiro de 1960.

Objetivava-se, dessa forma, transformar a aparência e as condições estruturais do prédio da FMTM, reformando-o externa e internamente. O professor Mauritano explicou os pontos visados pela Operação MED:

Atacaremos de início a parte externa, transformando o que hoje representa apenas um terreno baldio em mais um jardim desta cidade, feericamente iluminado, à vista da população e dos turistas. Sem interregno, atacaremos, em seguida, as construções do corpo do edifício, que visam à transformação do pateo interno (LAVOURA E COMÉRCIO, 11 mar. 1959, s./p.).

No dia 10 de dezembro de 1958, conforme ata do Conselho Técnico Administrativo da FMTM (CTA), foi montada uma comissão para estudar e encaminhar os trabalhos da Operação MED, denominada Comissão de Reforma, composta pelo diretor Mozart, na presidência; pelo professor Olavo Soares de Andrade, na tesouraria; e pelo professor Mauritano, na secretaria geral (FMTM, 1958b, p.58). Cada turma do curso de Medicina deveria indicar um aluno para estar junto com a comissão quando solicitado. Ao falar sobre a criação da Comissão de Reforma, o professor Mauritano explicitou:

O movimento, todavia, não pertence a ninguém, simplesmente porque pertence a toda Faculdade. Somos de opinião que trabalhos de gigante, como este que ora se inicia, só podem ser executados por uma coletividade consciente de seu valor e segura de sua capacidade. Não é por acaso que os idealizadores deste plano reportam-se ao idealismo e à energia dos estudantes. Não cremos, à luz das andanças de nosso tempo, em homens providenciais (LAVOURA E COMÉRCIO, 11 mar. 1959, s./p.).

O início dos trabalhos de reforma do prédio, conforme noticiado pelo jornal *Lavoura e Comércio* de 1º de abril de 1959, se deu no dia anterior, 31 de março, com solenidade na qual, “dada a benção às ferramentas a serem usadas para a demolição e reconstrução, já, então, os próprios estudantes presentes ao ato puseram mãos a obra”. Seguiu a notícia:

Agora, pelo sistema de voluntariado e rodízio, os alunos do 6º até o 1º ano darão a sua contribuição de trabalho efetivo para a reconstrução e melhoria da Faculdade de Medicina. Ontem, as atividades foram iniciadas com a demolição do muro lateral e preparativos do jardim fronteiro do edifício. Está assim em franco desenvolvimento a magnífica ideia que tem como finalidade precípua dotar Uberaba de uma Faculdade de Medicina à altura de seu progresso universitário (LAVOURA E COMÉRCIO, 1º abr.1959, s./p.).

Figura 8 – Alunos trabalhando na reforma do prédio da FMTM (31 de março de 1959)



Fonte: Arquivo do DAGV – Fotógrafo: João Martins.

O início das atividades da Operação MED foi noticiado como um ato de bravura, em especial dos estudantes, afinal, não era fato corriqueiro que alunos de uma instituição até então privada, do curso de Medicina, em geral oriundos de famílias economicamente privilegiadas, fossem vistos em trabalhos braçais. Esse ato teve enorme valor simbólico, pois embora os estudantes não pudessem, de fato, realizar toda a reforma, essa disposição em “colocar a mão na massa” conquistaria a simpatia da comunidade. Sabido disso, assim declarou o professor Mauritano:

Os estudantes de Medicina de Uberaba irão escrever página inédita na história da universidade brasileira: depois de contribuírem financeiramente, emprestarão o esforço braçal na construção de sua Faculdade – esperam professores e alunos a compreensão e ajuda, nunca desmentidas, do povo de Uberaba (LAVOURA E COMÉRCIO, 11 mar. 1959, s./p).

Estudantes de outras instituições da cidade também se envolveram no projeto, conforme demonstram Alves e Dantas (2017), detalhando o apoio dado ao movimento pelos estudantes da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. Segundo as autoras, o então presidente do CAGV percorreu todas as salas da Faculdade de Odontologia buscando convencer os alunos a contribuírem com o movimento.

Na edição de 9 de abril de 1959, o jornal *Lavoura e Comércio* noticiou que “178 voluntários da Faculdade de Odontologia aderiram à campanha de reforma da Faculdade de Medicina”. O jornal destacava que a participação da Faculdade de Odontologia foi um oferecimento espontâneo de alguns de seus alunos, que se

dispuseram a trabalhos braçais de demolição. Foi a partir daí que o presidente do CAGV passou a percorrer, no dia 8 de abril, as salas da Faculdade de Odontologia, estendendo o conclave aos demais alunos e fazendo passar listas de adesão à campanha.

Na oportunidade, lembrou a necessidade imperiosa da união da classe acadêmica de Uberaba, terminando de vez com a “guerra fria” que existia entre as duas Faculdades irmãs, decorrente de acontecimentos do passado, em que elementos inescrupulosos e sem o princípio universitário, comprometeram a amizade entre as duas co-irmãs (LAVOURA E COMÉRCIO, 09 abr. 1959, s./p.).

Os trabalhos da Comissão de Reforma, por sua vez, seguiam o Plano de Arrecadação que haviam elaborado, por meio do qual a campanha angariou, em uma primeira etapa chamada Campanha Corpos Docente e Discente (LAVOURA E COMÉRCIO, 11 mar. 1959), Cr\$650.000,00 entre a comunidade interna, em que alunos e professores foram chamados a doarem, respectivamente, Cr\$1.000,00 e Cr\$10.000,00. Havia, naquele contexto, aproximadamente 300 alunos e 30 professores.

Em seguida, passou-se ao trabalho de levantamento de recursos entre a elite uberabense e entre seus populares. As classes populares contribuía por meio do que foi chamado de “Vale tudo da MED”. Nesse contexto, comerciantes também podiam doar serviços e produtos que seriam convertidos em renda para a Operação MED. Há registros de doações de peças por joalherias, lavagem e lubrificação de veículo usado na campanha, bem como da disponibilização de outros serviços. No jornal *Lavoura e Comércio*, de 6 de abril de 1959, um conclave assinado por G. J. (não identificado), depois de enaltecer a existência da FMTM, convidava a sociedade a contribuir com a campanha:

Bate à sua porta de industrial ou comerciante, fazendeiro ou lavrador, profissional liberal ou integrante das várias categorias da classe produtora de nossa grande cidade, que sempre obteve aquilo que quis pela pertinácia de seu povo. Você não vai reduzir a velocidade desta roda do progresso, nem mesmo retardá-la. Ao invés disso, vai proporcionar-lhe maior rotação com a sua contribuição valiosa, porque de você, uberabense, centenário, é isto sempre o que se espera no presente e no futuro, você o pioneiro de jornadas muito mais difíceis do que esta de doar a Uberaba a Faculdade de Medicina que ela merece (LAVOURA E COMÉRCIO, 06 abr. 1959, s./p.).

Alves e Dantas (2017) destacam, ainda nessa fase da campanha, o uso de um jipe disponibilizado pelo professor Mauritano, que percorria as ruas da cidade, conforme sorteio prévio, com músicas e brincadeiras, convidando as pessoas a contribuírem com o projeto. Esse movimento foi chamado de Barrica da MED, já que o

carro circulava carregando uma barrica enfeitada em forma de um boneco apelidado de Boa Boca.

Figura 9 – Barrica da MED (1959)



Fonte: Arquivo do curso de licenciatura em História da UFTM – Fotografia desconhecido.

Wandir Ferreira de Souza, ex-presidente do CAGV, em 1997, na condição de vice-diretor da FMTM (1997), assim rememorou:

Nesta época, o professor Mauritano colocou seu *jeep* à disposição do movimento e chegou a fundir o motor. Ao mesmo tempo, o professor Olavo Andrade, condutor e controlador da arrecadação financeira, se desdobrava por inteiro. As barricas da “Operação MED” arrecadaram fundos da população uberabense, que levaram à reforma da velha penitenciária. Foi muita luta! Foi muita abnegação de todos! (FMTM, 1997a, p.1).

Em entrevista ao jornal *Lavoura e Comércio* de 22 de abril de 1959, o professor Mauritano explicou o funcionamento da Barrica da MED, visando atrair a participação de todos os estratos da comunidade:

O homem do povo, desde pequeno comerciante até o mais simples operário terá oportunidade de dar sua pequena contribuição, nas visitas sistemáticas que a “Barricada da MED”, em cortejo de quatro veículos e mais de 50 estudantes, fará cada noite, às principais ruas da cidade, previamente avisadas de nossa passagem (LAVOURA E COMÉRCIO, 22 abr. 1959, s./p.).

Além da simpatia que as pessoas iam construindo em relação ao movimento dos estudantes, destaca-se que “os serviços prestados pela faculdade à comunidade uberabense e região colaboraram para que a população se apropriasse dos discursos emitidos pela instituição e assim cooperassem com as campanhas que ela promovia”.

(ALVES; DANTAS, 2017, p.24). Sobre essa questão, é importante considerar que muitos dos que contribuíam com a campanha nunca chegaram a estudar na FMTM, nem mesmo seus filhos; no entanto, o ideal de progresso e modernidade que a faculdade simbolizava também contribuía para que a população participasse ativamente da campanha: “Os uberabenses acolheram o importante movimento com extraordinária simpatia. O seu sucesso está assegurado. [...] Ninguém se negará a colaborar para a reforma que está em pleno andamento” (LAVOURA E COMÉRCIO, 15 abr. 1959, s./p.). A participação popular foi tanta, que houve golpistas que se aproveitaram do contexto para levantar quantias em nome da FMTM.

Em 18 de abril de 1959, foi inaugurada a Exposição Demonstrativa da Campanha da MED, que funcionava no edifício Raul Terra, na rua Arthur Machado, com fotografias, peças anatômicas e outros elementos que contavam a história da FMTM e visavam sensibilizar o povo uberabense em relação à campanha de reforma da faculdade. Este passou a ser o local ao qual todos que quisessem contribuir com a campanha poderiam ir para obter as informações devidas (LAVOURA E COMÉRCIO, 20 abr. 1959), e era também o local onde a Barrica da MED permanecia durante o dia à disposição dos visitantes. A exposição, em seu terceiro dia, foi visitada por mais de 5 mil pessoas (LAVOURA E COMÉRCIO, 22 abr. 1959). O ex-aluno Wandir Ferreira de Souza, anos depois, referiu-se a essa iniciativa: “Quando fizemos, na rua Artur Machado, uma exposição à comunidade sobre o que era a FMTM e o que ela representava para Uberaba, a cidade toda a abraçou e a tomou como sua” (SOUZA, 1997, p.1).

As camadas mais abastadas da cidade foram alvos de campanhas específicas, realizadas em períodos determinados. Assim, houve a Semana dos Médicos, onde estes foram convidados a doarem recursos, arrecadando-se cerca de Cr\$150.000,00.

Depois, veio a Semana dos Pecuaristas, iniciada em 1º de maio de 1959 e desenvolvida durante a XXV Exposição-Feira de Gado Zebu, que começou em 3 de maio, onde foram arrecadados cerca de 80 bezerros e enxertos de zebu que foram levados à leilão, rendendo mais Cr\$116.000,00. No parque de exposições, foi montado um *stand* chamado de *Stand César Pinto*, no qual o professor que lhe emprestou o nome, da cadeira de Parasitologia, orientava os pecuaristas sobre assuntos veterinários. Juscelino Kubitschek e Bias Fortes, então governador do estado de Minas Gerais, visitaram o local (LAVOURA E COMÉRCIO, 30 abr.; 08 mai. 1959).

Ainda durante a exposição de gado, houve doações de políticos que prestigiavam a FMTM. Uma delas veio de Bias Fortes, que visitou o prédio da faculdade e conseguiu a doação de toda a tubulação necessária para a sua reforma, bem como a venda a preço mínimo de 14 toneladas de ferro.

Posteriormente, Juscelino Kubitschek recebeu carta do professor Mauritano pedindo a complementação dos recursos necessários ao custeio da Operação MED. Conforme o documento, as despesas ficariam em torno de Cr\$ 5.000.000,00, e o arrecadado até o momento era Cr\$ 3.000.000,00. Conforme o jornal *Lavoura e Comércio* de 2 de julho de 1959, a Operação MED havia arrecadado Cr\$ 3.500.000,00, o que nos leva a concluir que a solicitação feita ao governo federal foi anterior à data dessa edição jornalística.

Os pedidos de verbas extraordinárias ao governo federal eram recorrentes, não apenas para a faculdade, mas também para os hospitais conveniados com a instituição. Conforme mostra a ata da Congregação da FMTM datada de 10 de fevereiro de 1960, o então diretor havia conseguido para aquele ano Cr\$2.000.000,00 e uma promessa de mais Cr\$4.000.000,00 do MEC. Do Ministério da Saúde viriam Cr\$ 800.000,00 para o Hospital de Clínicas (Santa Casa de Misericórdia) e Cr\$300.000,00 para o Hospital da Criança. Havia sido solicitada, ainda, ao presidente da República, em 9 de novembro de 1959, uma verba de Cr\$ 20.000,00 para início da construção do Hospital das Clínicas, o que não chegou a ser atendido.

Especificamente quanto à reforma do prédio, a Barrica da MED extrapolou os limites de Uberaba, passando a receber arrecadações vindas de cidades como Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas e Ribeirão Preto. Em 14 de maio de 1959, o professor Mauritano, acompanhado de quatro alunos, visitou a cidade de Araxá, para entrevista concedida à *Jeep Wyllis* do Brasil, que fez a doação de mais um jipe para a campanha (LAVOURA E COMÉRCIO, 17 mai. 2019).

Por meio da Operação MED, o prédio foi reformado, ganhando escadarias de mármore, alpendre e redistribuição de espaços internos. Desse modo, no prédio reformado, foram recebidos os convidados da primeira turma do curso de Medicina da FMTM, cujo paraninfo foi o próprio Juscelino Kubitschek, demonstrando, mais uma vez, o prestígio que ele possuía com aos estudantes e com a instituição de forma geral. A respeito da reforma, o aluno formando Hiroji Okano, em entrevista dada ao jornal *Lavoura Comércio* de 1º de julho de 1959 – estavam sendo entrevistados diversos

formandos –, afirmou: “A reforma da FMTM nos tranquilizou a bem receber os nossos familiares, ao mesmo tempo que significa um presente justo e merecido dos Doutorandos ao hospitaleiro povo desta Uberaba” (LAVOURA E COMÉRCIO, 1º jul. 1959, s./p.).

A colação de grau aconteceu em 6 de janeiro de 1960, no Cine Metrópole de Uberaba, com a presença do então ministro da Educação, Clóvis Salgado, representando o presidente da República, paraninfo da turma. Também estavam presentes outras autoridades destacadas no jornal *Lavoura e Comércio* de 7 de janeiro de 1960.

Figura 10 – Quadro de formatura da primeira turma do curso de Medicina da FMTM (1959)



Fonte: Arquivo do curso de licenciatura em História da UFTM – Fotografia desconhecido.

Um dos ex-dirigentes da FMTM, em entrevista ao já citado projeto de pesquisa *História dos 60 anos do Curso de Medicina e 25 anos do Curso de Enfermagem: histórias, memórias e trajetórias*, considerando sua experiência como aluno da instituição no início da década de 1960, afirmou que a Operação MED foi um dos mais importantes acontecimentos da instituição, embora Alves e Dantas (2017) afirmem que a sua história vem sendo esquecida ao longo dos anos.

A Operação MED eu considero um dos mais importantes feitos dentro da nossa instituição. Porque transformou a cadeia, porque era uma cadeia, realmente num prédio que hoje temos, até hoje, um prédio histórico. Ali a Operação MED foi encabeçada pelo grande professor que nós tivemos, de quem me orgulho muito de ter trabalhado com ele, que é o professor Mauritano Rodrigues Ferreira. Essa pessoa me marcou muito e marcou muito essa instituição. Foi fundamental naquela reformulação, inclusive estrutural e física da nossa instituição (EX-DIRIGENTE 3, 2014).

Nesse contexto, a Operação MED deu visibilidade à instituição, tendo a imprensa como poderosa aliada, já que as menções ao movimento aconteciam praticamente toda semana. Prova dessa visibilidade é que o movimento também foi noticiado em importantes jornais e revistas de outras cidades, como *Folha da Manhã* e *O Independente*, ambos de São Paulo; e na revista *Manchete*, do Rio de Janeiro, dentre outros periódicos. A campanha foi, ainda, destaque na Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, e na Rádio Panamericana, de São Paulo. Esse destaque era importante para que fosse alcançado o objetivo maior dos alunos e de boa parte dos docentes e demais servidores da FMTM: a federalização.

Reformar o prédio era importante, contudo, somente a federalização garantiria a estabilidade econômica que a instituição carecia. Por trás da campanha de reestruturação da sede da faculdade existia um objetivo maior: a federalização da Faculdade de Medicina. A “Operação MED” deu visibilidade, em nível nacional, para os problemas da instituição e para o processo de federalização que estava em curso. Deste modo, a campanha pela reforma surgiu primeiramente como um discurso – afinal, como provar que aquela Faculdade merecia ser federalizada se ela mal parecia uma instituição de ensino? (ALVES; DANTAS, 2017, p.24).

Nesse contexto, apesar da Operação MED, o CAGV continuou reivindicando a federalização da FMTM, alegando as más condições que ainda perduravam, especialmente no que se referia ao Hospital de Clínicas. Em 19 de agosto de 1960, o CAGV enviou à direção da FMTM um ofício no qual indicava que os alunos haviam decidido deflagrar uma greve devido à precariedade do hospital, e esclareceram:

O motivo principal que levou os alunos a se afastarem das aulas não visa em absoluto qualquer professor ou membro da Diretoria, mas tão somente o engrandecimento de uma Faculdade através da Federalização. Achamos, pois, que esta é a solução mais viável e plausível para os problemas que afligem constantemente a nossa Faculdade. Eis aí, Senhor Diretor, o principal motivo da medida tomada pelos alunos: a FEDERALIZAÇÃO, pois num ano de eleição é que se faz necessária sua concretização. Fica claro, pois, que nosso movimento não é contra ninguém, mas sim A FAVOR DA FEDERALIZAÇÃO (FMTM, 1960c, p.30).

Em reunião da Congregação da FMTM realizada em 22 de agosto daquele ano, conforme a correspondente ata, o diretor da instituição relatou ter debatido com os alunos ponto a ponto das reivindicações relacionadas ao Hospital de Clínicas, de modo a tentar atender às suas pautas. Quanto à federalização, o diretor lembrou aos alunos todas as providências que estavam sendo tomadas, inclusive suas inúmeras viagens feitas ao Rio de Janeiro, e solicitou retorno imediato às aulas, já que precisava da presença de todos para que conseguissem a federalização almejada. O fato narrado

ilustra o desejo dos alunos de que a UFTM fosse finalmente federalizada naquele ano, antes das eleições presidenciais, que poderiam significar um retrocesso com relação ao que já havia sido feito até ali.

De fato, a FMTM atraiu os olhares de candidatos naquele ano. Tancredo Neves, amigo pessoal do diretor Mozart e candidato ao governo de Minas Gerais, e Henrique Teixeira Lott, candidato à presidência da República, haviam visitado Uberaba em abril de 1960, e, em visita à FMTM, “asseguraram que não mediriam esforços em favor da causa da federalização” (LOPES; CHAPADEIRO, 2003, p.300).

Tancredo Neves retornou a Uberaba em 27 de setembro de 1960, acompanhado do candidato a vice-governador, Clóvis Salgado, em campanha política para as eleições que aconteceriam em outubro daquele ano. Os candidatos asseguraram que àquela altura a federalização da FMTM era consenso no Congresso Nacional, advertindo, porém, que ela deveria ser votada antes das eleições (LOPES, 2016). A vitória para governador e presidente da República de candidatos da oposição poderia colocar em jogo todo o esforço empreendido até ali em favor da federalização.

Assim, em nova visita de Juscelino Kubitschek a Uberaba, em 3 de maio de 1960, no trajeto do aeroporto para o Parque de Exposições, o diretor Mozart o abordou para reforçar o pedido de federalização, já que era seu último ano de mandato na presidência da República. Juscelino, então, prometeu fazer menção ao assunto em seu discurso de abertura da exposição e, de fato, o fez, conforme transcrito no documento do CAGV (1964):

Quero também nesse instante fazer uma comunicação a estes jovens que me cercaram desde à minha chegada no aeroporto, cena que se repete a quatro anos: ontem assinei mensagem ao Congresso Federal pedindo a federalização da Escola de Medicina (CAGV, 1964, p.21).

Foi enviado, dessa maneira, pelo presidente da República ao Congresso, no dia 14 de maio de 1960, pedido de federalização da FMTM, dando origem ao PL n.º 1.879/1960, que tratava, também, da federalização da Faculdade de Medicina de Juiz de Fora. Em agradecimento pelo cumprimento de sua promessa, foi encaminhado a Juscelino Kubitschek um ofício assinado pelo diretor da FMTM, pelo presidente da Sociedade de Medicina do Triângulo Mineiro, pelo prefeito de Uberaba, por deputados, políticos diversos, presidentes de associações de classe e professores da faculdade (NUNES, 1960).

Acerca da tramitação do PL n.º 1.879/1960, Mozart relatou em ata da Congregação da FMTM, datada de 20 de julho de 1960, seus esforços no sentido de acompanhar o curso do projeto na Câmara dos Deputados. Ele afirma ter mantido

entendimentos com diversos congressistas, articulando a cobertura dos trabalhos. [...] Conseguiu também o apoio e a boa vontade de seu velho amigo, Dr. Paulo Watzel, chefe da Secretaria da Presidência da Câmara, que vem acompanhando com interesse a marcha do projeto. Apelou finalmente para todos os presentes [na reunião da Congregação] no sentido de que ninguém poupe esforços, convocando todos a cerrarem fileiras na defesa do desiderato comum, que é a federalização (FMTM, 1960b, p.28).

Também para acompanhar o processo e reforçar a necessidade de federalização da instituição, o prefeito Jorge Furtado foi a Brasília em 27 de agosto de 1960 para reunir-se com o presidente Juscelino Kubistchek e entregar-lhe novo ofício feito pela direção da FMTM sobre a situação da faculdade. Juscelino o tranquilizou, afirmando que a federalização era iminente.

Apesar disso, a direção da FMTM permaneceu atenta aos trâmites relativos à aprovação do projeto que transformaria a instituição em ente federal. O presidente da Sociedade de Medicina do Triângulo Mineiro, mantenedora da FMTM, Lauro Savastano Fontoura, iria a Brasília para acompanhar a tramitação do projeto de federalização da faculdade, que estava parado na Câmara por falta de quórum para as reuniões, bem como para prestigiar a posse de Clóvis Salgado, vencedor das eleições para vice-governador de Minas Gerais – ao lado do governador José de Magalhães Pinto. Mozart e o presidente do CAGV, Wandir Ferreira de Souza, encontrar-se-iam com ele para participar da solenidade.

No entanto, quando o encontro aconteceu, Lauro expôs que havia pensado melhor e que naquele momento não era mais favorável à federalização da FMTM. Para ele o melhor para a instituição era tornar-se uma fundação⁸⁴. A mudança de posição de Lauro Fontoura fortaleceu os contrários à federalização da instituição, havendo divisão de opiniões entre a comunidade acadêmica: “Um grupo minoritário, mas poderoso, articulava a derrocada daquele projeto de lei que representava anos de luta e o futuro da FMTM, pretendendo transformá-la numa fundação” (LOPES, 2003, p.300). As discussões aconteciam em um momento em que havia, conforme abordado anteriormente, debates polarizados em torno do ensino público e do ensino privado no

⁸⁴ Em ata da Sociedade Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro de 23 de dezembro de 1960, estando a FMTM já federalizada, Lauro Fontoura ressaltou os inegáveis benefícios que a federalização traria para a instituição.

Brasil, o que pode ter ecoado no processo pelo qual passava a FMTM, dividindo as opiniões acerca de sua integração ao sistema federal de ensino superior.

Não conseguindo conciliar os posicionamentos em relação à federalização da instituição, Mozart renunciou à direção da FMTM em 18 de novembro de 1960. Bilharinho (2009, p.140) interpreta que a referida renúncia deu-se, também, em “protesto contra as pressões que vinha sofrendo de forte grupo contrário à federalização da Faculdade de Medicina”. Isso porque, conforme discutido anteriormente, havia na FMTM docentes como Lauro Savastano, que defendiam, conforme já dito, que a faculdade deveria ser uma fundação e não uma instituição federalizada. Os reais interesses por trás de tal defesa não foram elucidados, no entanto, acredita-se que a divergência existente na instituição em relação a esse ponto, replicava a centralidade da questão público-privado que permeava os debates nacionais relacionados ao ensino superior naquele momento.

Especificamente sobre sua renúncia, Mozart, em relatório de gestão datado de 30 de novembro de 1960, apresentou justificativa à Sociedade de Medicina do Triângulo Mineiro, mantenedora da FMTM:

De minha parte, como lhes disse, reconheço que os pontos de vista de VVSS são justos, oportunos e tranquilizantes para vocês. Mas não constituem uma solução para a Escola nem para mim. Declarei com ênfase que vocês têm liberdade de ação e eu não tenho, pois que já assumo compromissos sérios com a faculdade, com os professores que desejam a federalização, com os estudantes e comigo mesmo e que devo satisfazê-los (NUNES, 1960, p.12).

Após a renúncia, assumiu a direção da FMTM o médico e professor Randolpho Borges Júnior, que seguiu apoiando a campanha pela federalização da instituição. Também o CAGV permaneceu empreendendo esforços no sentido de acompanhar o projeto de federalização em Brasília, bem como de mobilizar a sociedade local em favor de sua campanha. Nesse sentido, eram feitas reuniões com sindicatos e representantes dos trabalhadores, solicitando-lhes que encaminhassem mensagens aos deputados das comissões por onde tramitaria o projeto (Comissão de Educação e Cultura e Comissão de Finanças). Desse modo, foram encaminhados diversos telegramas, tanto pela direção da FMTM, quanto pelos estudantes e entidades que apoiavam a causa, dando a ela um caráter popular que, de certa forma, pressionou os deputados para aprovarem o projeto de federalização. Os próprios deputados da Comissão de Educação da Câmara admiraram-se com as diversas solicitações em prol da federalização da FMTM oriundas

de Uberaba, conforme relataram aos representantes do CAGV durante viagem deles a Brasília no dia 12 de novembro de 1960.

Ainda com intuito de pressionar os deputados, na segunda quinzena de novembro de 1960, foi realizada uma manifestação popular na praça Rui Barbosa, no centro de Uberaba, que colheu mais de 4 mil assinaturas pela federalização da FMTM (LOPES, 2016). Wandir Ferreira de Souza relembrou a luta do CAGV pela federalização da faculdade:

Todos nós, alunos, com nossos líderes, como Wander Moreira, Leopoldo, Lincoln e Paulo, nos locomovíamos em caravanas para o Rio de Janeiro, bem como a Brasília, constantemente. Chegamos a dormir no Plano Piloto (Núcleo Bandeirantes) várias vezes, atrás da federalização. Juscelino sempre demonstrou carinho e amor por nossa faculdade, e em todas as audiências que tivemos com o então presidente, ele os demonstrava. Tanto que, desde 1959, todas as vezes que vinha a Uberaba, descia para a cidade no “ônibus dos estudantes”. E o fez também depois de cassados seus direitos políticos⁸⁵. Em outubro de 1960, na Câmara dos Deputados, em Brasília, ficamos um mês lutando pelo projeto da federalização (quase nos custou a colação de grau). No fim do mês, o líder do presidente (A. Jurema) nos disse: “Meu filho, volta pra casa tranquilo, o presidente vai federalizar sua faculdade até o fim do ano. Vai ser seu presente de formatura”. De fato, em 16 de dezembro de 1960, o Ministro Clóvis Salgado lia no Cine Metrópole (durante a formatura da turma de 60) o Decreto de federalização da FMTM (SOUZA, 1997, p.1).

O PL que visava federalizar a FMTM, após aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, em 25 de novembro de 1960 foi aprovado também pela Comissão de Educação e Cultura, cujo parecer do relator Aurélio Vianna ressaltava a importância da instituição para o atendimento não apenas de cidades da região triangulina, mas dos estados de São Paulo, Mato Grosso e Goiás. O parecer fez a seguinte reflexão:

Por que, então, federalizá-la? Não vem servindo bem à coletividade estudantil que a procura? Não se desenvolve admiravelmente? A resposta não a dá o próprio Ministério: “As entidades mantenedoras das aludidas Faculdades [FMTM e Faculdade de Medicina de Juiz de Fora] não dispõem, no entanto, de recursos para sustentar o funcionamento das mesmas, pois que são elevadas as despesas com o ensino médico”. E continua: “Para a sobrevivência das mencionadas Faculdades é imprescindível sejam elas incorporadas à rede federal de estabelecimentos de ensino superior” (BRASIL, 1960b, p.3).

⁸⁵ Mesmo cassado, Juscelino Kubitschek foi patrono da turma que se formou em Medicina na FMTM em 1967. O Ex-dirigente 3, em entrevista para o projeto de pesquisa *História dos 60 anos do Curso de Medicina e 25 anos do Curso de Enfermagem: histórias, memórias e trajetórias*, afirmou que a turma enfrentou problemas políticos e quase teve a formatura barrada, mas conseguiu que Juscelino fosse seu patrono. Ele não pôde estar presente na solenidade de colação de grau, mas se fez representar.

Após aprovação da referida comissão, em 14 de dezembro do mesmo ano veio a concordância da Comissão de Finanças, que teve como relator o deputado Celso Brant. Em seu parecer, o relator retomou a luta da FMTM por tornar-se instituição federal de ensino superior e afirmou:

A Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro se ressentia, porém, da falta de meios para elevar o nível de seu ensino e ampliar a sua atividade no campo das pesquisas, bem como para poder oferecer ensino gratuito a todos os que tiverem aptidão para a profissão (BRASIL, 1960b, p.5).

Com as devidas aprovações, o PL seguiu para o Senado, onde passou a tramitar como PL n.º 117/1960. Interessante destacar que, ao longo do processo, por razões não aferidas, foi retirada a federalização da Faculdade de Medicina de Juiz de Fora e acrescentada a federalização da Faculdade de Direito do Sergipe, que seguiu sendo aprovada até compor o documento legal final.

O curso do PL seguia sendo acompanhado pela FMTM, sob a direção, agora, de Randolpho Borges Júnior, que empreendia esforços no sentido de pressionar os deputados pela aprovação da federalização da faculdade. Temia-se que, com a posse de um novo presidente da República em janeiro de 1961, essa reivindicação pudesse perder o apoio governamental, por isso, buscava-se, a todo custo, que a federalização acontecesse antes do final do mandato de Juscelino Kubitschek. Nesse contexto, em reunião da Congregação da FMTM no dia 12 de dezembro de 1960, o diretor da instituição

teceu comentários sobre o projeto de federalização da escola, agora aprovado na Câmara dos Deputados e tramitando no Senado Federal. Transmitiu aos presentes as informações que obtivera relativamente aos andamentos do referido projeto e as suas possibilidades de ser aprovado ainda no corrente ano. Solicitou, em seguida, o trabalho pessoal que vem sendo realizado em favor da federalização, exibindo cópias de telegramas e cartas endereçadas a diversas autoridades, senadores e deputados, todas assinadas por ele, Diretor, pelo Sr. Prefeito [ilegível] e diversos dirigentes de associações de classe da cidade. Pediu, contudo, a colaboração de todos os professores no sentido de usarem seus [ilegível] oficiais junto às autoridades federais competentes em favor do rápido andamento do processo que torna federal a Faculdade (FMTM, 1960d, p.37).

Finalmente, o Congresso Nacional aprovou o PL n.º 117/1960 em 15 de dezembro de 1960, que foi sancionado pelo presidente Juscelino Kubitschek em 18 de dezembro do mesmo ano. A esse ato, estavam presentes em Brasília representantes da direção da FMTM, assim como do CAGV. A comissão oriunda de Uberaba foi recebida pelo presidente da República, que afirmou ter cumprido sua promessa ao povo uberabense, em especial, aos estudantes da Faculdade de Medicina (CAGV, 1964).

A tramitação do projeto foi finalizada com a promulgação da Lei n.º 3.856, de 18 de dezembro de 1960, que, enfim, tornou a FMTM uma instituição federal⁸⁶. Com essa lei, foi concedido um crédito de Cr\$ 23.086.400,00 para gastos com pessoal, recursos materiais e outras despesas.

A aprovação do projeto de federalização gerou comemorações entre os alunos. Em 22 de dezembro de 1960, o CAGV, sob a presidência do acadêmico Nelson Assis, enviou aos seus associados o Ofício Circular n.º 2, que assim afirmava:

Um dos mais altos ideais de nossa vida acadêmica tem sido concretizado na Federalização de nossa Faculdade. Novas e largas perspectivas abrem-se agora para a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (Federal). [...] Deixa de ser nossa Faculdade uma “Sociedade Particular” ou simples instituição de Ensino Superior, com todos os graves vícios decorrentes, para tornar-se em autêntico centro de formação médica, autônoma, livre, independente, plenamente democrática, como só é a Escola Pública” (CAGV, 1964, p.28).

O documento seguiu conclamando os alunos a acompanharem “vigilantes ativos e responsáveis” (CAGV, 1964, p.28) a faculdade agora federal, tendo como primeiro desafio reivindicar concursos públicos para provimento de algumas disciplinas (cátedras), especialmente, as mais deficientes.

1.2.2 Primeiros anos da FMTM federalizada (1960 a 1964)

As fontes de pesquisa elucidam que, nos primeiros anos da FMTM após a federalização, ainda não se cogitava a sua transformação em universidade, já que as atenções estavam voltadas para os novos desafios enfrentados, de ordem burocrática e financeira. Isso não significa que a criação de uma universidade que incorporasse a FMTM não fosse ventilada. Ao contrário disso, o próprio projeto de federalização da instituição serviu de combustível para que políticos locais intentassem federalizar as outras faculdades isoladas da cidade com vistas à criação de uma universidade que englobasse todas elas. Esse projeto veio a tomar forma na década de 1960, mas, conforme será abordado, não chegou a se concretizar.

Ademais, sobre os anos iniciais da FMTM federalizada, o ex-diretor Randolpho Borges Júnior, que esteve na direção de 1960 a 1962, destacou:

Coube-nos a tarefa de implantação do processo de federalização, tarefa árdua, prolongada e penosa. O MEC exigiu um levantamento total, com relatório

⁸⁶ A lei também federalizou a Faculdade de Direito do Sergipe.

circunstanciado de todo o acervo. O inventário foi feito de todo patrimônio móvel e a escritura do prédio e terreno passada em Cartório. Iniciamos o preenchimento das cadeiras. Processo aborrecido e desgastante, principalmente junto ao corpo discente, que vetava professores, promovia greves e ignorava que os indicados tinham direitos adquiridos junto à Diretoria de Ensino Superior, cuja direção não abria mão daqueles nomes que já constavam como catedráticos das cadeiras da FMTM. Esta crise que suporrei foi sumamente perigosa para o início da federalização, porque já era Presidente da República o trêfego Jânio Quadros, e Ministro de Educação Brígido Tinoco, político do Rio de Janeiro que jamais se interessaria por uma faculdade em Minas Gerais (BORGES JÚNIOR, 1983, p.8).

O relato destaca as dificuldades administrativas, financeiras e de gestão de pessoas a serem vencidas nesses primeiros anos. Além disso, havia certa desconfiança quanto ao apoio do recém-eleito presidente da República, Jânio Quadros, e de sua equipe ministerial. A rotatividade no cargo de ministro da Educação era constante, revelando a instabilidade que reinava no âmbito governamental.

A liberação das verbas destinadas à FMTM foi um processo complicado e não se deu de imediato. A direção da faculdade precisava aprender a trabalhar com a burocracia estatal e a administrar a instituição sob um novo perfil jurídico, já que o patrimônio até então pertencente à Sociedade de Medicina do Triângulo Mineiro havia sido transferido para a União, conforme relata a ata da assembleia geral extraordinária da Sociedade Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, de 25 de dezembro de 1960 (BORGES JÚNIOR, 1983).

Em 23 de novembro de 1961, em reunião da Congregação da FMTM, o então diretor, Randolfo Borges Júnior, expôs os procedimentos relativos à liberação do crédito previsto na Lei n.º 3.856/1960, que federalizou a faculdade. A verba pública estava condicionada à adequação do Regimento da FMTM, conforme exigência da Diretoria de Ensino Superior do MEC, para posterior aprovação pelo Conselho Nacional de Educação.

Na mesma reunião, foram enumeradas dificuldades relativas ao enquadramento dos professores assistentes no rol de servidores federais, já que a lei assegurava apenas o enquadramento do pessoal técnico-administrativo. Também estava prevista a criação de 22 vagas para professores catedráticos no quadro permanente de servidores do MEC, devendo ser reduzidas progressivamente para 18. Desse modo, a Divisão de Pessoal do MEC solicitou à FMTM informações sobre tais docentes e sua situação antes da federalização. Assim, dada a importância da questão, a fim de entregar a resposta à solicitação referida em mãos, foi montada uma comissão na faculdade composta pelos

professores Randolpho Borges Júnior, Eduardo Veloso Vianna, Eduardo Chapadeiro e Azis Hueb (FMTM, 1961, p.40).

Na mesma oportunidade, outra comissão foi criada a fim de manter comunicação com a imprensa e associações de classes, com o propósito de “agitar todos os problemas da faculdade, fazendo com que a população, os poderes públicos, os representantes de classe e do povo colaborem na solução dos mesmos” (FMTM, 1961, p.40). Infere-se que esta havia sido uma estratégia já adotada na luta pela federalização e, por meio dela, a FMTM havia ganhado visibilidade e apoio para as suas demandas, o que explica que a instituição tenha se preocupado em manter essa comunicação com a sociedade via imprensa⁸⁷.

Em CAGV (1964, p.24), Chapadeiro afirmou que “à euforia dos primeiros momentos [após a federalização], seguiu-se um período de depressão”, referindo-se aos impasses ainda relacionados ao enquadramento do pessoal que trabalhava na faculdade. A situação dos professores catedráticos levou mais de um ano para ser regularizada, e a dos professores assistentes se estendeu por três anos (CAGV, 1964). Ainda sobre esses primeiros anos, Chapadeiro avaliou:

Os anos de 1961 a 1965 foram extremamente difíceis e cruciais. [...] A situação dos funcionários administrativos e dos professores assistentes continuava inalterada e por mais de um ano não recebiam seus salários. Esse primeiro período foi especialmente difícil para o pessoal administrativo que não tinha outra fonte de renda; por outro lado, o não aproveitamento dos professores assistentes, pelo decreto de Juscelino, criava uma lacuna grave para o ensino. As coisas se tornaram mais difíceis ainda porque, a partir de 1961, instalava-se o Governo Jânio Quadros e o problema da nossa Faculdade estaria relegado a um plano secundário (CHAPADEIRO s./a. apud LUIZA BRASIL, 1993, p.47).

O impasse do enquadramento dos servidores da instituição só foi superado, conforme Chapadeiro, com a intervenção de seu irmão, Clarimundo Chapadeiro, que foi deputado federal de 1959 a 1963, e conseguiu que o MEC analisasse o caso de forma prioritária. No tocante aos docentes, Chapadeiro informou que foi utilizada verba específica, destinada à contratação de pessoal: “Aí, ficou fácil demais; em pouco tempo os professores assistentes passaram a receber seus salários e a paz voltou a reinar” (CHAPADEIRO, s./a apud LUIZA BRASIL, 1993, p.48). Em 1963, o então presidente, João Goulart, assinou decreto que transformava todos os contratados em servidores

⁸⁷ A referida comissão era composta pelos professores Hélio Angotti, Alvaro Lopes, Jorges Henrique Furtado e Eduardo Chapadeiro. Esse último foi eleito o novo diretor da FMTM para o período de 1962 a 1965.

federais. Dessa forma, o problema do enquadramento de servidores estava resolvido, porém as dificuldades financeiras permaneciam. Chapadeiro declarou:

A Faculdade não dispunha nem de dinheiro, nem de crédito na cidade; ainda mais, como se tratava de uma entidade sujeita às regras da contabilidade pública, só poderia abrir concorrências e licitações, mediante processo em impressos próprios. Mas como obter impressos se não havia dinheiro e nem crédito? (CHAPADEIRO s./a. apud LUIZA BRASIL, 1993, p.47).

Ainda em 1963, conforme o referido ex-diretor, um novo fato possibilitou à FMTM receber mais recursos financeiros: a entrada de 81 alunos excedentes, aprovados no vestibular da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Conforme discutido anteriormente, tal procedimento era incentivado pelo governo federal desde a década de 1950 com Getúlio Vargas, como um dos meios de atendimento às demandas por vagas no ensino superior. Conforme Chapadeiro, “havia grande interesse por parte do governo federal que esses alunos excedentes fossem aproveitados, visto que havia uma onda crescente da sociedade para abertura de novas vagas” (CHAPADEIRO, s./a apud LUIZA BRASIL, 1993, p.49).

Braghini (2014) informa que, na década de 1960, o número de excedentes do ensino superior no Brasil girava em torno de 29 mil estudantes, passando a 162 mil em 1968, em um contexto em que menos de 2% da população com idade entre 19 e 25 anos frequentava o ensino superior. Cunha (2007a) acrescenta que o curso de Medicina era um dos que mais enfrentava dificuldades com a questão dos excedentes, uma vez que o número de candidatos por vagas nesse curso variava entre 6,3 e 8,3 de 1964 a 1968.

Assim, em documento encaminhado à Presidência da República pela FMTM, com despacho de 31 de maio de 1963, a faculdade informou que, para receber os excedentes, precisaria de Cr\$ 60.000.000,00, que não seriam empregados apenas na manutenção dos novos alunos, mas também na garantia de

condições técnicas para o ensino médico de seus atuais e futuros alunos, além de proporcionar ao Estado de Minas meios para solucionar seu angustiante problema de saúde, originado da carência de médicos no interior (FMTM, 1963, p.1).

Nesse contexto, a instituição e o MEC firmaram convênio, com três anos de duração, para alocar os alunos excedentes. Em contrapartida, o governo liberou um total de Cr\$40.000.000,00, distribuídos ao longo dos três anos de vigência do convênio, proporcionando a reabertura da biblioteca, como também a construção de novo prédio

para instalar os Departamentos de Anatomia Humana e Patologia, liberando espaço no prédio antigo para outros laboratórios.

Todavia, alguns alunos e docentes não viram com bons olhos a incorporação dos excedentes, ocorrendo protestos em desfavor do referido convênio entre a FMTM e o MEC. A comunidade acadêmica alegava não haver condições estruturais para a alocação de mais estudantes, mesmo que fosse para a obtenção de recursos extras.⁸⁸ Ressalta-se que essa insatisfação da comunidade acadêmica da FMTM quanto ao recebimento de estudantes excedentes existia, inclusive, nos próprios excedentes:

Como o problema dos excedentes se apresentava principalmente para os cursos de Medicina e Engenharia, exigentes de instalações e professores difíceis de improvisar, as soluções encontradas punham à mostra as deficiências do ensino superior, gerando insatisfações nos estudantes aprovados “de primeira” e nos “excedentes” matriculados mediante os diversos expedientes (CUNHA, 2007a, p.83).

Em parte, essa questão perpassava o fato de que, nas melhores instituições públicas e nos cursos de maior status social, havia resistência ao que se considerava a massificação do ensino. Era uma situação paliativa que desagradava os segmentos abastados da sociedade brasileira, que se consideravam os únicos aptos a ingressarem nas faculdades e universidades mantidas pelo governo federal. No entanto, apesar da relutância, a FMTM, afinal, matriculou os estudantes excedentes, já que não havia outro caminho para a obtenção de mais recursos federais.

Os anos que se seguiram à federalização da FMTM foram marcados, também, por movimentos de democratização das suas instâncias deliberativas. Os alunos passaram a integrar o órgão máximo da faculdade, a Congregação, atual Conselho Universitário. Do mesmo modo, passaram a compor o Conselho Departamental: “A participação dos discentes nesses altos órgãos da faculdade era o melhor atestado de que estava se democratizando o ensino. Era a representação dos discentes junto aos poderes do ensino na FMTM” (CAGV, 1964, p.29). Destaca-se que, a participação discente nas decisões das instituições de ensino superior era uma das reivindicações estudantis em diversos lugares do país e, na FMTM não foi diferente.

Por fim, os principais desafios da instituição, naquele momento, permaneciam sendo os de ordem estrutural e orçamentária, já que os hospitais conveniados para a

⁸⁸ Anos mais tarde, a Congregação da FMTM, em ata de reunião realizada em 28 de junho de 1966, afirmou, quanto à incorporação de excedentes da Universidade Católica de Minas Gerais, que “o resultado foi dos piores, acarretando sérios prejuízos para o ensino e para os alunos regularmente aprovados e classificados no Concurso Vestibular da própria escola” (FMTM, 1966, p.73).

realização das práticas médicas pelos alunos estavam em más condições de funcionamento. Por isso, a construção de um Hospital Escola passou a ser o foco da FMTM nos anos que se seguiram. A esse respeito, Edmundo Chapadeiro explicou:

A insuficiência dos recursos que nem sempre são pagos em tempo, não tem permitido aos hospitais locais um padrão de assistência condizente com as necessidades do ensino clínico. Como solução a longo prazo, a Faculdade precisa dispor de seu próprio hospital de clínicas (CAGV, 1964, p.43).

Nesse período, a FMTM tinha convênios com a Santa Casa de Misericórdia, com a Fundação Frei Eugênio e com o Hospital da Criança. A Santa Casa⁸⁹, que era referida como Hospital de Clínicas em documentos da época, enfrentava sérios problemas financeiros e se encontrava em situação de precariedade. A mesma situação adversa ocorria no Hospital da Criança. No jornal *Lavoura e Comércio* de 30 de março de 1959, esse hospital é citado na matéria *O Hospital da Criança precisa de você*, que conclamava a sociedade uberabense a contribuir para a sobrevivência dele.

Havia, ainda, a Santa Casa, onde ocorria a maior parte das práticas do curso de Medicina. Bilharinho (2009, p.119) reitera que, desde 1956, a situação financeira da Santa Casa também atingia “ponto insustentável, aventando-se em reunião da diretoria a possibilidade de suspensão provisória de suas atividades”, fato que alimentava a proposta de incorporação desse hospital à FMTM. Entretanto, em reunião realizada na sede da Aciu em 9 de outubro daquele ano, a diretoria e o conselho deliberativo do hospital resolveram limitar suas atividades, “recusando por motivos políticos a incorporação do hospital à Faculdade de Medicina” (BILHARINHO, 2009, p.123). Ao contrário disso, em 1957, a Santa Casa de Misericórdia foi cedida à Prefeitura Municipal de Uberaba para funcionamento do hospital de clínicas e do pronto socorro pelo prazo de cinco anos⁹⁰.

Nos anos seguintes, a Santa Casa, mesmo em situação precária⁹¹, continuou atendendo à FMTM, até ser incorporada pela instituição federal em 1967, por meio do

⁸⁹ A construção da primeira Casa de Misericórdia de Uberaba se deu por volta de 1858, sob a coordenação do missionário Frei Eugênio Maria de Gênova. Ela foi destruída por um incêndio em 1921. Em 1935, foram concluídas as obras de reforma do prédio, tendo sido feiras nele outras diversas alterações ao longo dos anos.

⁹⁰ Também se aventou a doação do Hospital da Criança à FMTM no início da década de 1970. No entanto, em reunião datada de 24 de janeiro de 1974, segundo Bilharinho (1993), a diretoria do hospital resolveu manter sua existência autônoma, sediando, por meio de convênio, o departamento de pediatria da faculdade.

⁹¹ No primeiro semestre de 1959, a Santa Casa de Misericórdia havia realizado 636 internações, 356 operações, 170 partos, 660 atendimentos em ambulatório, 440 atendimentos em pronto socorro e 170

Decreto Federal n.º 60.837, de 8 de junho. A referida incorporação aconteceu seis anos antes do início da construção do novo Hospital Escola, inaugurado em 31 de agosto de 1981, em funcionamento até os dias de hoje.

Por fim, em relação ao período analisado, percebeu-se que a FMTM ainda não empreendia ações no sentido de transformar-se em universidade, já que, naquele momento, após conseguir federalizar-se, havia desafios urgentes a serem vencidos, ligados à carreira de seus servidores, ao recebimento de recursos vinculados à elaboração de documentos oficiais específicos, e à superação da situação de precariedade por que passavam os hospitais conveniados. Apesar da veiculação de ideias ligadas à federalização das demais escolas isoladas de ensino superior da cidade e de sua junção à FMTM, a transformação dessa instituição em universidade não constituía uma demanda da comunidade acadêmica.

CAPÍTULO 2 – O GOVERNO MILITAR NO BRASIL E A TRAJETÓRIA DA FMTM (1964 A 1985)

O regime de governo ditatorial militar no Brasil⁹², que se estendeu por 21 anos, indo de 1964 a 1985, configurou-se como o de maior duração dentre os implantados em países da América do Sul a partir de 1964⁹³, embora não tenha sido o mais sanguinário – o que não diminui o seu grau de violência (GERMANO, 2005).

A implantação desse regime militar se deu em um contexto de crise econômica importante, intensificada na década de 1960, afetando as classes mais favorecidas e, especialmente, a classe média. Analisar esse cenário traz elementos que ajudam a compreender as políticas de ensino superior propostas nesse período, já que estavam atreladas a questões econômicas e à história das instituições de ensino, como a da própria FMTM.

Desse modo, destaca-se que a política que vinha sendo adotada a partir de meados de 1940, com vistas à industrialização por meio da substituição de importações, já não conseguia suprir as necessidades referentes à acumulação de capital, ocasionando redução de lucros, diminuição de investimentos externos e altas taxas de inflação. Na época, o índice de inflação passou de 30,5% em 1960 para 81,3% em 1963, reduzindo de forma significativa o poder de compra da classe média. Também o Produto Interno Bruto teve suas taxas de crescimento reduzidas a partir de 1962, passando de 7,3% em 1961 para 1,4% em 1963 (BRASIL, 1965).

Num outro espectro situava-se uma classe média amedrontada com a contínua perda de poder aquisitivo e com as ditas tendências "esquerdizantes" do presidente, tão alardeadas pelas forças conservadoras, e um empresariado cada vez mais descontente, que ansiava medidas que pudessem conter o avanço das forças populares e dar um novo equilíbrio ao quadro econômico (PRESOT, 2004, p.51).

Em paralelo, a concentração de trabalhadores nos centros urbanos industriais favorecia a organização de sindicatos e associações que, naquele contexto, cobravam

⁹² Embora seja adotado o termo "ditadura militar", concorda-se com o argumento de Cunha (2014, p.358) que a ditadura no Brasil, apesar de caracterizada por governantes militares, não se deu sem a "mobilização de massa civil empreendida antes e imediatamente após a deposição do presidente João Goulart, nem à participação do Congresso Nacional nessa deposição, antes mesmo que as forças militares tivessem assumido o controle ostensivo do espaço público e iniciado a repressão político-ideológica contra a subversão". Portanto, o uso do termo "ditadura militar" não desconsidera essa participação civil no governo ditatorial.

⁹³ Duração dos regimes militares em outros países da América do Sul: Argentina – 17 anos (1966 a 1983); Chile – 17 anos (1973 a 1990); Peru – 12 anos (1968 a 1980); Uruguai – 11 anos (1973 a 1984).

reformas em diversos âmbitos, perpassando por questões agrárias, administrativas, tributárias e econômicas. Assim, estavam sendo gestadas, no governo do então presidente João Goulart, as reformas conhecidas como Reformas de Base, consideradas parte de um projeto executivo nacional-reformista, como afirmou Dreifuss (1981). Em certa medida, as reformas que estavam sendo propostas iam de encontro aos interesses das classes economicamente favorecidas, já que o governo buscava incorporar anseios populares que nem sempre se alinhavam ao acúmulo de capital.⁹⁴ Ainda, segundo Franco (2020), as reivindicações reformistas tinham importante participação do movimento estudantil, que permanecia na luta pelo aumento do quantitativo de vagas no ensino superior, dentre outras questões.

Discussões relacionadas às Reformas de Base chegaram também a Uberaba, conforme detalhou Bilharinho (2009), destacando o apoio dado a elas pelos sindicatos dos trabalhadores da cidade e da região. Para demonstrar tal apoio, o memorialista transcreveu trecho do jornal *Correio Católico* de 4 de março de 1964:

Os sindicatos de trabalhadores de Uberaba e de outras cidades triangulinas lançam manifesto de apoio a João Goulart e às reformas de base. Nesse manifesto, intitulado “Manifesto dos Sindicatos Operários a João Goulart”, e a ele dirigido, proclama-se, inicialmente que as reformas de base podem “salvar o Brasil”, tecendo-se, em seguida, uma série de considerações sobre a conjuntura política-econômica-social, em que se considera que “o povo brasileiro, pela manifesta e indiscutível vontade de sua esmagadora maioria, apoia as reformas de base”, que encontram oposição em “apenas um pequeno grupo de inconformados que ainda deseja locupletar-se e viver sua nababesca à custa da miséria do nosso povo e principalmente do trabalhador rural” (CORREIO CATÓLICO, 04 mar. 1964 apud BILHARINHO, 2009, p.151-152).

Apesar de a notícia registrada afirmar que a “maioria esmagadora” da população apoiava as Reformas de Base, na prática, em âmbito nacional, elas não receberam amparo suficiente para se concretizarem. As reformas foram consideradas por muitos como propostas de cunho comunista, sendo até mesmo demonizadas pelas elites, pela classe média, pela Igreja e por outros setores conservadores, que enxergavam o avanço do comunismo como uma ameaça à democracia e ao crescimento econômico do país. Isso não significa que todos esses sujeitos fossem contra as reformas sociais, mas grande parte deles defendia que elas ocorressem de forma democrática e respeitando os valores cristãos, o que julgavam ser incompatível com ideais progressistas do grupo

⁹⁴ Dreifuss (1981) destaca que a própria eleição de João Goulart foi indesejada pelos empresários, bem como pelos militares de direita.

considerado de esquerda. Nesse contexto, considerava-se que o então presidente João Goulart não conseguiria conter a crise que se apresentava e acabaria abrindo caminho para a tomada do poder pelos comunistas.

É importante destacar que, em meio a todo esse processo, havia, ainda, medidas governamentais no sentido de controlar de forma mais rigorosa o capital estrangeiro no país, retirando alguns privilégios concedidos às multinacionais em governos anteriores. Também se caminhava no sentido de consolidar o monopólio estatal da importação de petróleo, a desapropriação de refinarias privadas no país, o combate à especulação financeira, o reajuste salarial para trabalhadores, dentre outras medidas que, por motivos óbvios, eram contrárias aos interesses de grandes empresários e multinacionais (DREIFUSS, 1981).

Ao mesmo tempo, assistia-se ao fascínio que a revolução cubana provocava em diversos países menos desenvolvidos, abalando o prestígio e a influência dos Estados Unidos. Por isso, houve investidas americanas, inclusive no Brasil, com o objetivo de frear a expansão comunista na América Latina, utilizando, dentre outros mecanismos, um programa de cooperação econômica denominado *Aliança para o Progresso*, que afirmava visar ao desenvolvimento econômico e social dos países latinos. Acentuava a fragilidade da influência americana a Guerra Fria entre Estados Unidos e a antiga União Soviética, que polarizava o mundo entre capitalistas e socialistas. Assim, com a questão polarizada também no Brasil, o governo de João Goulart⁹⁵ era visto por seus opositores como porta de entrada para o comunismo no país.

Foi nesse cenário que se deu o golpe de 1º de abril de 1964, havendo a deposição do presidente João Goulart e a tomada do poder pelos militares. Era a tentativa de dominação do aparelho político, mas também ideológico, pela elite, tendo mobilizadas a seu favor a classe média e as forças militares (DREIFUSS, 1981). Embora esses últimos tenham sido os agentes mais evidentes do processo,

a denominada “Revolução de 1964” se constituiu, pois, numa restauração da dominação burguesa, confirmando-se aquilo que tem sido uma constante na nossa história política: continuidade, restaurações, intervenções cesaristas, transformismo, exclusão das massas populares, autoritarismo (GERMANO, 2005, p.53).

⁹⁵ João Belchior Marques Goulart assumiu a presidência do Brasil após a renúncia do presidente Jânio Quadros, já que era seu vice. Desde a sua posse enfrentou a oposição dos militares e daqueles que entendiam que apenas as Forças Armadas teriam condições de “arrumar a casa”.

Por isso, o golpe encontrou esteio em boa parte da população, fazendo convergir em um objetivo comum grupos com concepções políticas e interesses diferentes. Desse modo, grandes empresários, militares, religiosos, pessoas de classe média, lideranças políticas, intelectuais, dentre outros segmentos da sociedade, cada qual à sua maneira, uniram-se para impedir o avanço comunista e apoiar a deposição de João Goulart. Na esfera política, houve participação dos governadores dos estados mais ricos do país (São Paulo e Minas Gerais), além de congressistas da oposição, especialmente da UDN, que queriam isolar politicamente o presidente da república (MINTO, 2011). Contudo, segundo Cunha (2014, p. 358), a participação popular foi essencial para a efetivação do golpe: “os golpistas civis foram, então, condição de possibilidade para o sucesso do golpe militar”. Presot (2004) completa, afirmando sobre o dia do golpe militar:

Eram pouco mais de quatro horas da tarde de dois de abril de 1964 e, nas ruas do Rio, a multidão multiplicava-se com grande velocidade. No seu auge, chegaria, segundo algumas estimativas, ao surpreendente número de um milhão de pessoas, que se colocaram em praça pública a expressar o seu apoio ao golpe militar que então se desencadeava. Da Candelária partia a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" (PRESOT, 2004, p.15).

As *Marchas da Família com Deus pela Liberdade* demonstravam o referido apoio, constituindo-se como manifestações públicas cívico-religiosas, organizadas principalmente por religiosos⁹⁶ e por entidades de representação feminina⁹⁷, ocorridas em diversas cidades do Brasil.⁹⁸ A primeira marcha realizada no país aconteceu na cidade de São Paulo, no dia 19 de março de 1964, reunindo cerca de 500 mil pessoas, em reação à apresentação das Reformas de Base pelo presidente João Goulart. Os manifestantes temiam o “perigo comunista”, desejavam a saída de João Goulart da presidência e a tomada do poder pelas Forças Armadas. As marchas repetiram-se em cidades do estado de São Paulo e, depois, em outros estados, mesmo após o golpe, indo até junho de 1964. Essas marchas posteriores ao golpe foram chamadas de marchas da vitória, considerando como ato vitorioso a saída de Goulart e a ascensão dos militares ao poder.

⁹⁶ Havia também líderes religiosos de outras religiões, embora os católicos fossem maioria. Além disso, Paula (2007) explicita que a Igreja Católica, em específico, dividia-se entre apoiadores e não apoiadores do golpe militar, havendo, inclusive em Uberaba, resistências à censura e ao autoritarismo dos militares.

⁹⁷ Como a Campanha da Mulher pela Democracia, no Rio de Janeiro; a Liga da Mulher Democrata, de Belo Horizonte; e a União Cívica Feminina, de São Paulo.

⁹⁸ Esse tipo de movimento havia acontecido em outros países do mundo alguns anos antes, considerando que, em 1945, foi lançada nos Estados Unidos a *Cruzada do Rosário*, que aconteceu também em países da Europa. O movimento foi transmitido, inclusive, no Brasil, e “sob o slogan *A Família que Reza Unida Permanece Unida*, pretendia difundir o rosário como a grande arma na luta contra o comunismo”, ateu e antinacionalista (PRESOT, 2014, p.22).

Especificamente no estado de Minas Gerais, registra-se que em 3 de abril de 1964, na cidade de Uberlândia, ocorreu a primeira *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* no estado (PRESOT, 2004). Franco (2020) afirma que tal marcha chegou a ser realizada na cidade de Uberaba no dia 23 de abril do mesmo ano, com concentração na praça Rui Barbosa, contando com mulheres da elite local e com representantes da Associação Comercial e Industrial de Uberaba (Aciu). Paula (2007) acrescenta que o golpe militar também recebeu apoio de boa parte dos pecuaristas e agropecuários da cidade, interessados na paralisação das discussões sobre a reforma agrária.

Depois de acontecer em algumas cidades do interior do estado, em 13 de maio de 1964, ocorreu a referida marcha na cidade de Belo Horizonte, reunindo cerca de 200 mil pessoas. Essas manifestações populares tiveram suma importância para o golpe, já que o amparo popular era necessário para legitimá-lo.

Até mesmo algumas instituições de ensino superior chegaram a elaborar em seus conselhos superiores moções de apoio ao golpe, como no caso da Faculdade de Medicina da USP e do Conservatório Mineiro de Música da UFMG. No caso desta, a moção manifestava “irrestrita solidariedade às Forças Armadas e autoridades civis, pela restauração das franquias democráticas em nossa Pátria e pela restituição da tranquilidade e do sossego à família brasileira” (MOTTA, 2014, p.36).

Importante ressaltar que nem todos os que apoiavam o golpe desejavam que fosse instaurado um governo ditatorial. Muitos se encontravam apenas insatisfeitos com o governo de Goulart e viam no golpe uma oportunidade de afastar o país do viés esquerdista em ascensão naquele momento. Desse modo, acreditavam que a democracia estava sendo “provisoriamente” preterida com o intuito de se construir uma potência nacional e de impedir o avanço do comunismo. No entanto, progressivamente, o caráter de temporalidade e excepcionalidade conferido ao golpe de 1964 foi dando lugar a uma normalidade ditatorial, que se estendeu ao longo dos anos.

De maneira contraditória, o que se apregoava era a necessidade de intervenção militar justamente para que fosse assegurada a democracia, importando protegê-la de seu maior inimigo: o comunismo. Nessa perspectiva, era preciso eliminar ideologias subversivas infiltradas em sindicatos, partidos políticos⁹⁹, escolas, universidades e igrejas, o que justificava todo tipo de perseguição, autoritarismo e violência.

⁹⁹ Bilharinho (2009) cita que, em Uberaba, foram cassados vereadores, como Benito Caparelli, por pregarem a subversão, a violência e a luta de classes. Também foram presos líderes sindicais, comerciantes e outros.

As universidades, sobretudo as públicas, consideradas focos de subversão e propagação da ideologia marxista, foram alvos de repressão, culminando, inclusive, na demissão de professores e administradores, acusados de serem comunistas. Conforme Motta (2014, p.23), “na visão dos vitoriosos de 1964, as universidades haviam se tornado ninhos de proselitismo das propostas revolucionárias e de recrutamento de quadros para as esquerdas”.

A população universitária vinha crescendo desde os anos de 1950, quando a urbanização e a modernização dos processos produtivos passaram a demandar qualificação profissional mais elevada. Assim, além de tornar-se maior, o grupo de universitários tornava-se mais conciso e engajado em questões sociais. Acrescenta-se a isso o fato de que a esquerda tinha, de fato, grande influência sobre o movimento estudantil. Inclusive, os presidentes e vice-presidentes da UNE, não raras vezes, declaravam-se comunistas. Na região do Triângulo Mineiro, conforme depoimento do Ex-aluno CAGV, o movimento estudantil era, em sua maioria, composto por esquerdistas.

Ademais, desde os anos de 1950, a UNE vinha intensificando suas pautas no sentido de cobrar a reforma universitária; a reforma agrária; o combate à inflação, à dominação do capital estrangeiro e ao liberalismo; além de manifestar apoio a Cuba e a grevistas, dentre outras questões, conforme discute Dreifuss (1981).

Com isso, o governo endureceu contra os estudantes e, especialmente, contra as universidades públicas. Cita-se que, em 9 de abril de 1964, a Universidade de Brasília chegou a ser tomada por cerca de 400 policiais militares, além de homens do exército, que revistaram pessoas e instalações em busca de materiais subversivos.¹⁰⁰ Seu reitor, Anísio Teixeira, foi destituído do cargo, bem como o vice-reitor e todo o Conselho da instituição. Do mesmo modo, vários alunos e professores constavam em uma lista de pessoas a serem presas,¹⁰¹ dentre elas, o arquiteto Oscar Niemeyer.

Em entrevista para esta tese, o Ex-aluno CAGV, que participava da diretoria do CAGV na década de 1960, relatou que a UNE, devido à perseguição e às constantes prisões de seus presidentes, adotava como estratégia a eleição de diversos vice-presidentes, a fim de que a entidade não ficasse desguarnecida.

¹⁰⁰ Foi aberto inquérito policial militar para apurar práticas subversivas, mas arquivado no mesmo ano por falta de provas.

¹⁰¹ Aproximadamente 200 professores – cerca de 80% do quadro de docentes – pediram demissão de seus cargos em protesto contra as repressões sofridas.

Naquele tempo prendiam muito o presidente da UNE, então tinha treze vice-presidentes e eu era um deles. Então saía no jornal: “Prendeu o João Pedro”, então é meu lugar agora. Então eu ia. Nessa época que eu fui preso. Os vice-presidentes eram setorizados. Eu representava a região do Triângulo Mineiro (EX-ALUNO CAGV, 2022).

Interessante ressaltar que a fama comunista que acompanhava as universidades se dava mais pelo posicionamento político dos alunos do que dos professores. De fato, o Ex-aluno CAGV também afirmou que boa parte dos estudantes da região era de esquerda, o que representava um motivo de orgulho entre eles:

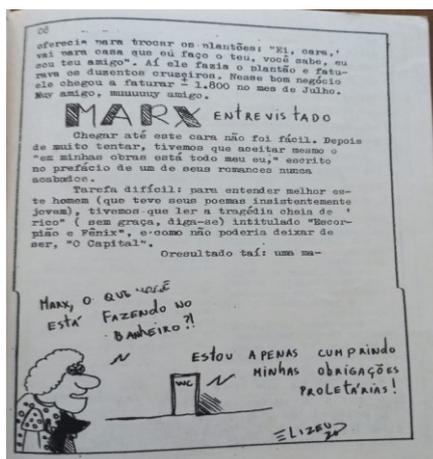
O movimento estudantil no Triângulo Mineiro era quase todo de esquerda naquele tempo, mas naquele tempo era uma esquerda diferente da esquerda de hoje, então a gente tinha até orgulho de ser esquerdista (EX-ALUNO CAGV, 2022).

Alguns, como ele próprio, participavam ativamente de organizações políticas como a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop),¹⁰² o que, com efeito, influenciava as ações das entidades de representação estudantil e fazia com que suas bandeiras estabelecessem relações com o pensamento marxista. No entanto, conforme relatado pelo entrevistado, a censura se fazia presente, analisando, por exemplo, o jornal informativo do CAGV, por meio do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)¹⁰³, o que inibia a veiculação escrita de ideias de esquerda. Porém, já no final do período da ditadura civil-militar, o referido jornal estudantil mostrava abertamente sua inclinação política, ao indicar, por exemplo, a leitura de obras marxistas.

¹⁰² A Polop nasceu em fevereiro de 1961, com forte influência das ideias marxistas, sendo constituída, principalmente, por intelectuais e estudantes de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Objetiva, dentre outros aspectos, uma revolução que nascesse da classe operária.

¹⁰³ O DOPS foi criado como órgão do governo em 30 de dezembro de 1924, intensificando sua atuação durante a ditadura militar. Materializava-se por meio de unidades de polícia política em cada estado, tendo como função principal assegurar a ordem militar no Brasil, combatendo o anarquismo e o comunismo.

Figura 11 – Chamada do CAGV para o estudo de Marx (1980)



Fonte: CAGV (1980, p.8).

Essa orientação progressista de esquerda atraía mais alunos do que professores, conforme explica Motta (2014), segundo o qual a maior parte dos docentes universitários, até 1964, era conservadora, pendendo, politicamente, para o centro. Os docentes que militavam pela esquerda eram, geralmente, os mais novos, ou seja, justamente os egressos dos movimentos estudantis.

No contexto em questão, várias organizações estudantis chegaram a ser dissolvidas através do fechamento de suas sedes, da prisão – ou da fuga, evitando a prisão – de seus dirigentes, e da expulsão e suspensão de alunos mais atuantes. Inclusive, o entrevistado Ex-aluno CAGV, durante seu depoimento, afirmou ter sido preso por envolvimento na causa estudantil quando ainda era secundarista.

Inclusive eu fui detido, por causa de uns problemas que houve, políticos também. Fui detido quase 20 dias, fiquei numa solitária preso. A comissão Meira Mattos, do general Meira Mattos, é que fazia a interrogação. Era uma mesa comprida. Eles punham um capuz na gente e saíam para me levar da solitária em que eu estava, aí falavam: abaixa aqui, abaixa aqui, se não você vai bater a cabeça e aí eu abaixava. Depois você descobre tudo. Eu era aluno nessa época. Às vezes eles rodavam a gente assim e falavam: segue em frente. Bom, aí eu era interrogado à noite. Foi a única tortura que eu tive, não me bateram, não me levaram em pau de arara, não me arrancaram unha, nada disso. Essa Meira Mattos tinha mais ou menos assim na mesa uns oito tenentes da polícia militar, do exército, então eles perguntavam sempre... oito vezes me interrogaram, sempre a mesma coisa. E eu fiquei com aquela ideia fixa: tenho que falar a mesma coisa sempre, senão eles vão acabar comigo (EX-ALUNO CAGV, 2022).

Paula (2007) traz, ainda, relatos sobre o fechamento de entidades culturais na cidade, como o Núcleo Artístico Teatral Amador, considerado de esquerda, além da

censura à imprensa local e de perseguições a professores que eram acusados de aliciar estudantes para o marxismo¹⁰⁴.

A representação estudantil da UNE e dos Diretórios Centrais de Estudantes no Fórum Universitário também foi cancelada, ficando as entidades representadas apenas pelos seus reitores. Um dia depois da deposição de João Goulart, a sede da UNE na cidade do Rio de Janeiro foi incendiada, havendo perda de grande parte dos documentos da entidade. Era uma evidência de como o movimento estudantil seria enfrentado, com o objetivo de silenciar a participação política dos estudantes.

Entretanto, já que era desejável que se mantivesse uma aparência democrático-representativa, a princípio, o Congresso Nacional foi mantido em funcionamento, bem como o Judiciário. Apesar disso, as relações estabelecidas pelo Poder Executivo com essas instâncias eram marcadas por autoritarismo e arbitrariedade, buscando enfraquecer e esvaziar os espaços democráticos. Esse processo culminou no Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, decretado pelo então presidente Arthur da Costa e Silva, sendo o quinto de dezessete grandes decretos baixados pelo governo militar, por meio do qual o Congresso foi colocado em recesso forçado de dez meses, e o Judiciário impedido de julgar.

No âmbito educacional, o Decreto-Lei n.º 477, de 26 de fevereiro de 1969, veio a estabelecer infrações disciplinares para professores, alunos e outros funcionários de estabelecimentos públicos ou privados que se envolvessem em movimentos de paralisação de atividades escolares e praticassem atos considerados subversivos, dentre outros. Nesse contexto, diversos professores e alunos foram exilados, torturados, assassinados e até hoje muitos são considerados desaparecidos políticos, em virtude da ocultação de seus cadáveres. Franco (2020) destaca o nome do aluno Gildo Macedo de Lacerda, então vice-presidente da UNE, natural de Ituiutaba – cidade do Triângulo Mineiro localizada a cerca de 240 km de distância de Uberaba –, morto em Recife no ano de 1973.

Enquanto os militares endureciam contra espaços liberalizantes, a classe média logo se mostrava decepcionada em relação às promessas feitas antes do golpe. De fato, as taxas de inflação estavam recuando, porém o valor real dos salários ainda era baixo, a concentração de renda crescia e pequenos negócios continuavam sem condições de concorrência com grandes empresas, tendo em vista a contenção dos créditos e o

¹⁰⁴ Conforme relatos de ex-professores e dirigentes da antiga Fista, apresentados em Paula (2007), segundo os quais houve diversos inquéritos policiais contra professores dessa instituição.

favorecimento dado às multinacionais. Havia uma combinação perversa entre desenvolvimento econômico e concentração de renda, conforme salienta Germano (2005). Além disso, a democracia e o desenvolvimento prometidos pareciam cada vez mais distantes.

A insatisfação popular pôde ser percebida, dentre outras formas, por meio das eleições para governadores estaduais de 1965. Em Minas Gerais foi eleito o governador Israel Pinheiro, do PSD, mesmo partido do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Na Guanabara venceu as eleições Negrão Lima, também do PSD. Com isso, medidas foram tomadas, como a cassação de Juscelino, a prorrogação do mandato de Castello Branco, que ocupava a presidência da República, e a modificação no sistema de eleição para governadores estaduais, que passou a ser indireta, como foi feito em relação às eleições presidenciais.

Assim, os anos seguintes foram marcados por diversas manifestações contrárias ao governo militar, com a participação do movimento estudantil¹⁰⁵, de sindicatos – inclusive culminando em greves de trabalhadores –, da Igreja, bem como de figuras políticas como João Goulart, Carlos Lacerda e o próprio Juscelino Kubitschek, responsáveis por organizar a Frente Ampla, um pacto entre lideranças políticas com vistas à oposição ao governo ditatorial, especialmente no que se referia às pressões contra o Congresso Nacional. Em 1968, a Frente Ampla foi declarada ilegal pelo governo militar.

Quando os estudantes passaram a ser espancados e presos, mesmo dentro de salas de aula; quando padres, da mesma igreja que, havia pouco, condenava o “comunismo ateu”, sugerindo apoio ao golpe em preparação, os mesmos que mobilizaram as massas católicas com Deus pela “liberdade”, passaram a ser perseguidos pela polícia política, o apoio ao governo começou a reair (CUNHA, 2007a, p.32-33).

A despeito de toda a perseguição política, o movimento estudantil mostrava-se atuante e funcionava, mesmo na clandestinidade. Inclusive, na cidade de Uberaba, Bilharinho (2009) aponta, citando matéria do *Jornal da Manhã* de 2 de março de 2008:

Os estudantes, como revela Mozart Lacerda Filho, endereçam ao presidente Castello Branco, que estava na cidade para participar da inauguração da

¹⁰⁵ Destaca-se o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura Militar, instituído em 22 de novembro de 1966 pelo movimento estudantil, com o lema: “Povo organizado derruba a ditadura”. Dentre as diversas manifestações estudantis ocorridas no Brasil, a realizada na Universidade do Brasil – Campus Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, acabou em massacre. Cerca de 600 jovens foram reprimidos pela polícia com brutal violência em episódio que ficou conhecido como o Massacre da Praia Vermelha. Depois disso, as manifestações estudantis não ganharam caráter nacional até meados de 1968 (FRANCO, 2020).

Exposição de Zebu, resolução sobre o momento político institucional brasileiro aprovada no VIII Congresso Anual do DCE de Uberaba, *in verbis*: “Os universitários uberabenses reunidos no VIII Congresso Anual do DCE decidiram lançar seu brado de protesto contra as arbitrariedades surgidas após o movimento militar de 31 de março de 1964: 1) Cassações de mandatos constitucionais de legítimos representantes do povo; 2) Desprestígio da Justiça Civil em benefício da Justiça Militar; 3) Intervenção institucional nos Estados e Municípios da Federação; 4) Clima de terrorismo que avassala a elite cultural do país; 5) A inflação causada pela economia do Brasil, aplicada através do sr. ministro Roberto Campos; 6) O clima de intranquilidade que vive o país pela constante aplicação dos IPMs [Inquérito Policial Militar]; 7) A famigerada lei 4.464 [lei Suplicy de Lacerda] que tolhe toda autonomia universitária, marginalizando as verdadeiras entidades de representação estudantil; 8) O ocorrido em Belo Horizonte, quando a polícia praticou as mais desumanas crueldades contra nossos colegas universitários; 9) O desvirtuamento da Universidade de Brasília e a demissão de professores; 10) A supressão das liberdades públicas e democráticas. Uberaba, 3 de maio de 1966” (BILHARINHO, 2009, p.162-163).

O trecho demonstra, de fato, as arbitrariedades que iam sendo cometidas pelos militares à frente do poder. Em resposta às manifestações estudantis que aconteciam em diversas partes do país, o governo chegou a suspender por seis meses as atividades da UNE, por intermédio do Decreto n.º 57.634, de 14 de janeiro de 1966, e da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais (UEE-MG), por meio do Decreto n.º 58.921, de 27 de julho de 1966. Esse último afirmava que a UEE-MG vinha desenvolvendo atividades de caráter subversivo, com aliciamento de adeptos em várias cidades mineiras, inclusive em Uberaba.¹⁰⁶ Cita ainda que desde fevereiro de 1965 a entidade estava promovendo ajuntamentos com o “propósito de discutir temas de cunho exclusivamente político, de todo estranhos às atividades escolares”, com “inequívoca inspiração comunista” (BRASIL, 1966).

Houve diversas manifestações públicas organizadas pelo movimento estudantil, com participação expressiva, como a ocorrida em 26 de junho de 1968, quando 100 mil pessoas reuniram-se em passeata no Rio de Janeiro, protestando contra a repressão e reivindicando mais recursos para a educação.¹⁰⁷ Também em 1968, o 30º Congresso da UNE, iniciado clandestinamente em Ibiúna-SP, foi encerrado por força policial (mais de 200 policiais participaram da operação), culminando na prisão de diversos estudantes.

¹⁰⁶ As outras cidades citadas foram: Juiz de Fora, Ouro Preto, Viçosa, Alfenas, Montes Claros, Diamantina, Santa Rita, Pouso Alegre e Uberlândia.

¹⁰⁷ É importante destacar que a oposição ao governo militar, apesar de forte, não era unânime no movimento estudantil. Houve entidades estudantis que se empenharam em combater os opositores da ditadura, como é o caso do Comando de Caça aos Comunistas, iniciado em 1963 por estudantes da Faculdade de Direito da USP.

O fato não passou despercebido pelos alunos da FMTM. Prova disso é que foi encontrada folha impressa da matéria intitulada *Todos presos: assim acabou o congresso da ex-UNE*, publicada pela revista *Veja* em 10 de outubro de 1968, com anotações feitas em caneta, demonstrando a indignação dos alunos do CAGV em relação aos fatos divulgados.

Figura 12 – Revista *Veja*, de 16 de outubro de 1968, com inscrições feitas pelos alunos do CAGV (1968)



Fonte: Arquivo do DAGV – Fotógrafa: Autora (2022).

As inscrições feitas pelos alunos nessas páginas impressas da referida revista mostram que eles não estavam alheios ao que se passava com o movimento estudantil no Brasil. Apesar de silenciados por atos legais, as atividades continuavam acontecendo, da forma que era possível, conforme mostra o escrito “Hoje 14h Ass. Geral”. Embora a data da reunião não tenha sido identificada, pode-se concluir que o fato noticiado seria pauta do encontro. Interessante, ainda, o fato de terem riscado o prefixo “ex” no termo “ex-UNE”, demonstrando que, para eles, a UNE não estava extinta.

Documentos do CAGV, como o jornal acadêmico *O Epiplon*, deixam transparecer as marcas deixadas pelos anos de ditadura civil-militar no cotidiano da FMTM: “Sentimos o clima de repressão que se abate sobre nós; somos doentes da

doença do medo e neuróticos da neurose de um 477¹⁰⁸. Já nem ao menos sabemos o que é de direito, se de repente tudo passa a ser ilegal” (CAGV, 1976, p.1).

Considerando o protagonismo dos estudantes da FMTM no curso da história da instituição, julgou-se necessário realizar estas análises sobre o movimento estudantil da faculdade naquele cenário. Isso porque a atuação dos estudantes, sobretudo através do CAGV, teve destacada importância para que a FMTM não se transformasse em universidade em meados de 1960, como será discutido posteriormente. Antes, porém, serão discutidos aspectos das políticas de ensino superior adotadas pelos militares no Brasil, igualmente importantes para a compreensão do objeto de pesquisa quando inserido nesse recorte temporal.

2.1 AS POLÍTICAS DE ENSINO SUPERIOR DOS MILITARES E SEUS IMPACTOS NA FMTM

No que se refere às políticas educacionais implementadas durante o governo militar, destaca-se que elas não foram pensadas apenas após o golpe de 1964. De forma geral, o projeto educacional em andamento não se distanciava o bastante dos objetivos dos militares. Aliás, o golpe de 1964 teve como uma de suas diretrizes, justamente, dar sequência ao quadro que era considerado ameaçado pelo governo de João Goulart (SAVIANI, 2011).

Pode-se dizer, no entanto, que uma das marcas das políticas educacionais do governo ditatorial foi a presença mais pragmática do modelo político-educacional norte-americano, com importante atuação de técnicos vindos dos Estados Unidos e com assessoramento da *United States Agency for International Development (USAID)*¹⁰⁹, especialmente entre 1964 e 1968. Entretanto, isso não significa que interferências norte-americanas no campo educacional brasileiro não pudessem ser sentidas em períodos

¹⁰⁸ Referindo-se ao Decreto n.º 477, de 26 de fevereiro de 1969, que definia infrações disciplinares praticadas por professores, alunos e funcionários ou empregados de instituições de ensino públicas ou privadas.

¹⁰⁹ A USAID foi criada em 1961 para dar continuidade e ampliar as frentes de atuação da *International Cooperation Administration (ICA)* que, desde 1954, vinha subsidiando projetos de interesse do governo norte-americano em vários países do mundo, com a justificativa de contribuir com o seu desenvolvimento. No Brasil, a partir de 1961, a USAID assumiu os programas mantidos pela ICA, ligados à formação de professores, treinamentos para produtores rurais, dentre outros. Os recursos disponíveis também foram ampliados, fazendo crescer o interesse dos países mais pobres (MOTTA, 2010).

anteriores, tanto do ponto de vista pedagógico quanto do financeiro, porém, com o governo militar, essa influência se acentuou.

No que se refere à educação superior, desde a segunda metade da década de 1940, o Brasil buscava meios para modernizá-la e, nesse aspecto, o sistema norte-americano era evocado, mesmo que de forma incipiente, seja pela presença de bolsistas que retornavam dos Estados Unidos, seja por meio de contratos de assistência técnica e financeira realizados com a USAID e outras organizações americanas. Ilustra essa relação o fato de que na própria FMTM houve recebimento de recursos americanos por meio da Fundação Rockefeller, por intermédio da qual foi possível melhorar a estrutura de laboratórios do curso de Medicina (LOPES; CHAPADEIRO, 2003). Além disso, não era incomum que professores da faculdade fossem para os Estados Unidos dar sequência a suas pesquisas.

Cita-se também que, algum tempo antes do golpe militar, já na década de 1960, agências americanas realizaram pesquisas com universitários brasileiros a fim de identificar, dentre outros aspectos, sua afeição por concepções políticas e ideológicas de esquerda. Algumas dessas enquetes demonstraram que os universitários pendiam mais para as ideias socialistas do que para as liberais ou capitalistas, e se mostravam mais interessados em reformas sociais do que as parcelas mais pobres da população (MOTTA, 2014). Essas pesquisas serviram de alerta para os diplomatas norte-americanos em relação ao “perigo comunista” no Brasil.

Apesar dos vínculos entre Estados Unidos e Brasil terem se fortalecido desde o fim da Segunda Guerra Mundial, foi no governo de Castello Branco que essa aproximação se deu de forma mais intensa, chegando até mesmo a preocupar os diplomatas americanos:

Castello Branco presidiu o governo mais pró-americano do regime militar, e talvez de toda a história brasileira, por isso, nos meses imediatamente posteriores ao golpe, vários convênios, acordos e contratos foram estabelecidos entre os dois países. Nesse período, as atividades da embaixada americana e o pessoal a seu serviço cresceram enormemente, com presença tão maciça que começou a preocupar os representantes diplomáticos, temerosos de que tamanha visibilidade gerasse uma onda antiamericana (MOTTA, 2014, p.82).

Dentre os diversos acordos firmados com os Estados Unidos, sobressaíam os realizados entre o MEC e a USAID, que estendia sua atuação para outros países da América Latina, fornecendo assistência técnica, financiando e apoiando projetos sociais, econômicos e militares.

Concebida como estratégia de hegemonia, a intervenção da USAID na América Latina se processa de modo integrado, nos anos 60, em várias áreas e sob três linhas de atuação: assistência técnica; assistência financeira, traduzida em recursos para financiamento de projetos e compra de equipamentos nos EUA, além da assistência militar, concretizada pela vinda de consultores militares norte-americanos ao Brasil e do treinamento de militares brasileiros nos Estados Unidos, assim como do fornecimento de equipamentos militares (FÁVERO, 2006, p.30).

O interesse da USAID no ensino superior brasileiro – assim como ocorria em relação a outros países da América Latina – foi motivado pela necessidade de formar a intelectualidade do país, que atuaria na sua gestão, bem como na docência, e que prepararia as gerações futuras para o poder. Em sua essência, seria uma forma de estreitar os laços entre os dois países, disseminando a concepção norte-americana de mundo e combatendo o avanço do comunismo. No entanto, esse interesse não era unilateral, já que os países latinos utilizavam os recursos que eram disponibilizados para investimentos internos. No ano de 1965, por exemplo, foi firmado convênio entre MEC e USAID com a liberação de cerca de 500 mil dólares.

Em 16 de março de 1964, um grupo de quatro técnicos norte-americanos desembarcou no país com a missão de conhecer mais profundamente a realidade do ensino superior brasileiro, dando sequência ao trabalho que já havia sido iniciado, com o fim de desenvolver novas estratégias para melhor alcançar a elite em formação no país. As impressões desses consultores fornecem elementos para a compreensão do ensino superior naquele contexto:

Os currículos eram rígidos; a maioria dos professores só dedicava umas poucas horas por semana à universidade; faltavam equipamentos nos laboratórios; as bibliotecas eram pequenas, inadequadas e mal organizadas; os edifícios eram mal utilizados; as condições de ingresso eram tão severas que não se chegava a completar as vagas; a grande maioria dos estudantes só frequentava a universidade uma parte do dia, como se trabalhassem em regime de tempo integral; os livros e outros materiais didáticos eram escassos. [...] Diante disso tudo, dizia o grupo não ser difícil entender por que os estudantes brasileiros estavam tão frequentemente em greve e mais dedicados à política dos que aos estudos, assim como os professores brasileiros estavam procurando emprego nos Estados Unidos e em outros países (CUNHA, 2007a, p.156-157).

Como um dos produtos de suas análises, os citados técnicos emitiram relatório que subsidiou posteriores ações do governo no âmbito do ensino superior. Nele, recomendava-se, justamente, que a USAID assessorasse o MEC, o Conselho Federal de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação, a fim de que promovessem a reforma universitária. Assim, fortaleceram-se os acordos MEC-USAID, com o intuito de que

pudessem estudar juntos a situação do ensino superior no país e formular propostas para sua reforma, tendo em vista, inclusive, que a sociedade, especialmente, o movimento estudantil, reivindicava mudanças nesse nível de ensino.

A partir de 1964, os acordos MEC-USAID, passaram a orientar a reformulação das universidades brasileiras, acentuando a dependência destas em relação às universidades de países desenvolvidos, em especial, dos Estados Unidos, porém com um discurso que defendia o desenvolvimento nacional, considerando, sobretudo, que a ala militar era, de fato, nacionalista. Todavia, na realidade, esses acordos não permitiam às universidades “nenhuma ação inovadora, revolucionária, mas tão somente modernizadora, acomodatória, vale dizer, conservadora” (ROMANELLI, 1986, p.211). Nesse sentido, a modernização do ensino era um dos objetivos primários, sendo considerada moderna a instituição que aproximasse seu modelo de gestão do modelo empresarial.

Foram se desenhando, dessa maneira, as políticas educacionais do governo militar, partindo de propostas que já estavam em andamento e que vinham se apresentando como alternativas às Reformas de Base de João Goulart. Uma delas havia sido elaborada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes)¹¹⁰ e serviu como base para a construção do *Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966*¹¹¹. Nesse documento, a educação era parte de um plano de ação econômica, sendo tratada conforme a chamada Teoria do capital humano,¹¹² segundo a qual se estabelecem vínculos diretos entre educação e produção, ou ainda, entre educação e mercado de trabalho (GERMANO, 2005).

O documento, que se afirmava produto de um sistema político democrático – embora, contraditoriamente, houvesse sido elaborado em um contexto ditatorial – tinha como propósito básico “estabilização, desenvolvimento e reforma democrática” do país (BRASIL, 1965, p.15). Dentre os seus objetivos, estavam a contenção do processo inflacionário, a aceleração do ritmo de desenvolvimento econômico, dentre outros.

¹¹⁰ O Ipes foi fundado em novembro de 1961, composto por uma elite empresarial que desejava a abertura econômica ao capital estrangeiro, bem como o conservadorismo político. “Relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada” (DREIFUSS, 1981, p.161).

¹¹¹ O *Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966* foi construído sob a direção do economista Roberto Campos, ministro do planejamento durante o governo de Castelo Branco.

¹¹² A teoria do capital humano defende, em síntese, que os investimentos realizados em educação podem tornar os sujeitos mais hábeis e produtivos, o que, de modo geral, favoreceria o desenvolvimento de seu país.

Para tanto, o programa previa instrumentos de ação a serem aplicados no âmbito das políticas financeira, econômica internacional, e de produtividade social. Essa última abrangia a política educacional, que visava “ampliar oportunidades de acesso à educação, a racionalizar o emprego dos recursos disponíveis e a ajustar a composição do ensino às necessidades técnicas e culturais da sociedade moderna” (BRASIL, 1965, p.16).

No capítulo destinado à educação, em relação ao ensino superior, a meta traçada era que, até 1970, fossem feitas 180 mil novas matrículas. O desejado era que as cidades com mais de 50 mil habitantes – como era o caso de Uberaba, que em 1960 tinha 87.845 habitantes – tivessem pelo menos uma pessoa matriculada para cada 100 habitantes ou uma pessoa matriculada para cada 11 habitantes de 20 a 24 anos.¹¹³ Metade das novas matrículas deveria ser feita nas instituições de ensino superior já existentes à época. Novas instituições deveriam ser criadas na proporção de uma instituição para cada 1.000 matrículas, ou seja, a meta era criar 90 novas instituições de ensino superior. Assim, em 1970 deveria haver cerca de 300.000 matriculados no ensino superior. Na cidade de Uberaba, em 1970 havia 124.490 habitantes, e, em 1971, 3.008 universitários (BILHARINHO, 2009).

Para que pudessem ser ampliadas as vagas no ensino superior, era necessário que se aumentasse o seu financiamento, e uma das soluções encontradas para isso foi instituir a cobrança de anuidades nas instituições públicas ou, ainda, adotar um sistema de bolsas restituíveis. Estas seriam concedidas apenas a alunos de cursos considerados prioritários, com bom rendimento e que comprovassem insuficiência de recursos. Os valores investidos nesses alunos seriam restituídos ao Estado por meio de pagamentos de rendimentos futuros, do mesmo modo como acontecia nos Estados Unidos¹¹⁴.

As anuidades, embora muito criticadas, sobretudo pela classe média, apareciam em documentos oficiais não como um mecanismo de redução da responsabilidade do Estado, mas como uma fonte adicional de recursos, de forma que os alunos com melhores condições econômicas contribuíssem com o custo da formação dos alunos de baixa renda.

¹¹³ No então ensino elementar, a meta era ter mais 300.000 matrículas nas áreas urbanas, ampliando o período de escolarização para seis anos, e mais 3.300 nas áreas rurais, até 1970, atingindo 100% das crianças de 7 a 11 anos. No ensino médio, até 1970, a meta era ter mais 700.000 matrículas em capitais e cidades com mais de 100 mil habitantes, 380.000 matrículas em cidades com 5 a 100 mil habitantes, e 370.000 matrículas em cidades com menos de 5 mil habitantes.

¹¹⁴ Alguns anos depois, em 1975, foi criado o Programa de Crédito Educativo, reformulado em 1999, cujo nome passou a ser Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Todavia, até mesmo entre as lideranças políticas esse era um tema sensível, tendo em vista que ia de encontro à ideia de “Estado interventor e provedor” que ainda permeava as concepções políticas de boa parte da corporação militar (MOTTA, 2014). O fato é que os militares eram estatistas e, prova disso, é que durante o seu governo foram criadas mais empresas estatais que em governos anteriores. No entanto, as tendências privatistas,¹¹⁵ como a cobrança de anuidades nas universidades, derivavam, sobretudo, dos grupos que apoiaram o golpe de 1964, e que defenderam a privatização do ensino nas discussões em torno da LDBEN de 1961.

Assim, a despeito da tendência estatista espontânea dos militares, políticas educacionais privatistas foram formuladas e implementadas como efeito de suas afinidades com o lado vencedor na luta pela LDB-61, inclusive e principalmente religiosos católicos, que foram estratégicos na preparação e efetivação do golpe de Estado de 1964, contra o “ateísmo marxista” (CUNHA, 2014, p.361).

Na prática, em instituições onde o movimento estudantil era atuante, não houve cobrança de anuidades, a exemplo da UFMG, da UFRJ, da USP e da própria FMTM, dentre outras. Inclusive, a gratuidade do ensino superior acabou sendo uma das principais bandeiras de luta do movimento estudantil, constituindo temática que mobilizava a opinião pública.

Em algumas instituições de ensino superior essas anuidades eram irrisórias ou inexistentes, em outras chegou a ser cobrado o valor praticado no mercado. A orientação do MEC, contudo, passou a ser para que fosse cobrado um terço de salário mínimo no ato da matrícula, podendo haver parcelamento ou isenção para alunos de baixa renda. Neste período, a FMTM cobrava taxa de matrícula de seus alunos, cujo valor era estabelecido pela instituição e aprovado pelo MEC. Segundo o CAGV (1982, p.2), a taxa de matrícula significava uma forma de “introduzir o ensino pago nas escolas federais, com o MEC descompromissando-se paulatinamente com os deveres orçamentários das universidades”.

Ainda em relação às políticas educacionais, em 1965, foi revisto o Plano Nacional de Educação (PNE) que havia sido construído em 1962 para o período de 1963 a 1970. O PNE estabelecia como meta para o ensino superior que metade dos egressos do curso colegial deveria estar matriculada em cursos superiores. Também se objetivava que 30% do corpo docente trabalhassem em regime integral. Nesse cenário, o

¹¹⁵ Também nos Conselhos de Educação deveria haver representantes do ensino público e do privado, incluindo empresários do ramo educacional.

Conselho Federal de Educação, sem alterar as metas já propostas para o ensino superior, modificou a destinação de recursos para seu custeio. A meta de aumentar o número de matrículas foi mantida como forma de dar resposta à classe média que havia “apoiado” o golpe, já que a demanda dessa classe por vagas no ensino superior não havia recuado. Pelo contrário, a contínua urbanização e a industrialização faziam aumentar a necessidade de formação superior da classe média, já que os postos de trabalho nas indústrias e na burocracia estatal iam se tornando cada vez mais escassos e exigentes de qualificação. Para Minto (2011), o próprio desenvolvimento do capitalismo produziu uma pressão pela expansão do ensino superior.

Do ponto de vista da ordem burguesa em construção, essa pressão tornar-se-ia uma demanda em dois sentidos principais: o da necessidade de formação em nível superior de quantidades maiores de pessoas numa formação social em que se diversificava e ampliava a divisão social do trabalho; e o da preparação/qualificação de indivíduos para ocupação de postos-chave de gerência e comando criados com a expansão e consolidação da economia brasileira em bases urbano-industriais (MINTO, 2011, p.153).

Já os recursos do Fundo Nacional do Ensino Superior, antes destinados às instituições federais já existentes, passaram a ser divididos com o setor privado, com repasse de 4% para bolsas de estudos e residências e de 5% para subsidiar instituições particulares de ensino superior. A partir de então, os investimentos no setor privado foram sendo ampliados até que, em 1973, 39% dos recursos públicos disponíveis para o ensino superior passaram a ser destinados a instituições privadas (CUNHA, 2007a).

Era clara a necessidade de alargar o acesso da população ao ensino superior, o que derivava não só da pressão social e do desejo de modernização do país, mas também dos debates feitos por educadores desde a década de 1940, nos quais se afirmava a educação como direito de todos. Todavia, os caminhos utilizados pelo governo para isso podem não ter sido os mais acertados, haja vista que, dentre outros aspectos, os militares colocaram à frente do planejamento educacional tecnocratas em lugar de educadores. O MEC ficou subordinado ao Ministério do Planejamento, cujos integrantes eram, prioritariamente, da área das ciências econômicas, e, desse modo, foi dado um tom economicista às poucas políticas educacionais desenvolvidas nesses primeiros anos após o golpe.

Era perceptível, nesses primeiros anos do governo militar, a fragilidade do MEC, bem como sua falta de direcionamento e nitidez em relação às políticas educacionais. Entre 1964 a 1967, na presidência de Castello Branco, houve cinco ministros da

Educação, o que demonstra a instabilidade do órgão e, conseqüentemente, do sistema educacional.

Em paralelo, os excedentes ainda eram um problema a ser superado pelo governo. Os estudantes da FMTM, preocupados com a questão, empenharam-se em reivindicações por mais vagas e verbas para a instituição. Por isso, entre os anos de 1966 e 1967, foram realizadas greves com essa pauta, conforme Franco (2020):

A matéria “Greve dos estudantes de Medicina traz a Uberaba o Ministro da Educação” (*Lavoura e Comércio*, 18/08/1966), indicava a vinda do então ministro Raimundo Muniz Aragão a Uberaba em agosto de 1966. Nessa ocasião, o mesmo, segundo a matéria, teria aprovado a destinação da verba de quinhentos milhões de cruzeiros para o próximo ano, que deveria ser paga em várias parcelas, para a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, como resultado das reivindicações realizadas pelo Centro Acadêmico Gaspar Vianna dessa instituição. No ano de 1967, voltaram a ocorrer várias greves nessa Faculdade de Medicina, em decorrência do não cumprimento do MEC em relação às verbas aprovadas para esse ano e à abertura de vagas para os excedentes. Logo a comissão de universitários foi até Brasília para tratar desses assuntos com o ministro Tarso Dutra e recebeu o apoio da Federação dos Universitários de Brasília (FEUB), de acordo com a matéria “MED greve ainda continua” (*Correio Católico*, 19/04/1967) (FRANCO, 2020, p.185-186).

Se, em 1960, o número de excedentes girava em torno de 28.700, em 1968 essa quantidade saltou para cerca de 125.400, chegando a aproximadamente 161.000 em 1971¹¹⁶ (CALDERÓN, 2000). Quanto aos excedentes em Uberaba, o jornal *Lavoura e Comércio*, de 10 de fevereiro de 1967, trouxe dados que podem auxiliar na compreensão da questão na cidade. Segundo o jornal, 687 candidatos haviam prestado vestibular para ocupar as 60 vagas abertas para o curso de Medicina da FMTM. As outras instituições de ensino superior privadas, embora com número de candidatos menor, também demonstravam déficit de vagas. Nessa direção, para as 120 vagas do curso de Direito, inscreveram-se 358 candidatos. Já para as 50 vagas da Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro, haviam se candidatado, até aquela data, 150 pessoas. São citados, ainda, os números para o vestibular do curso de Odontologia, o único registrado com vagas suficientes, já que houve 57 inscritos para 90 vagas.

Os dados demonstram que o maior índice de candidatos por vaga concentrava-se na FMTM, até então, a única instituição de ensino superior público da cidade e da região. Com um número tão elevado de candidatos por vaga, é natural que a instituição

¹¹⁶ No jornal *Lavoura e Comércio*, de 14 de abril de 1967, consta que o então ministro da Educação, Tarso Dutra, em resposta a protestos dos alunos da Faculdade de Medicina da USP contra a matrícula de excedentes, afirmou que o governo estava adotando medidas para que em 1968 não houvesse mais esse tipo de problema. No entanto, pode-se perceber que essa questão não foi resolvida nos anos que se seguiram.

concentrasse um maior número de excedentes no vestibular. De fato, em virtude de sua gratuidade e prestígio, as instituições federais, de modo geral, eram mais atrativas e enfrentavam maiores dificuldades em relação à questão.

Além disso, a FMTM ainda recebia propostas do MEC para matricular excedentes de outras instituições. É o que registra ata de reunião da Congregação da FMTM, realizada em 28 de junho de 1966, na qual consta que os seus membros recusaram a matrícula de 30 excedentes do extinto estado da Guanabara. Mesmo com contrapartida do governo por meio da disponibilização de recursos, os professores alegaram não terem condições materiais de receber esses alunos. O pedido foi, então, negado por unanimidade. A ata deixa claro que havia a preocupação em melhorar as condições da instituição para receber os excedentes de seu próprio vestibular.

A despeito da decisão proferida, em reunião da citada Congregação do dia 11 de julho de 1966, o então diretor da FMTM, Alfredo Sebastião Sabino, esclareceu, após retornar de um encontro no MEC, que a faculdade precisaria receber os excedentes:

Havendo, na ocasião, exposto ao Sr. Ministro a decisão da casa, através de cópia da ata da última reunião. Contudo, informou que o problema era assunto consumado pelo Ministério, havendo o então titular daquela pasta assumido o compromisso de matricular os referidos excedentes, fato esse publicado no Diário Oficial da União. [...] O Ministro, em compensação, tudo irá fazer para atender às reivindicações da Faculdade, a fim de se evitar solução de continuidade no ensino (FMTM, 1966, p.74).

De mãos atadas, e tendo ferida sua autonomia, os membros da Congregação solicitaram, apenas, que os excedentes fossem matriculados no ano letivo subsequente, para que a instituição pudesse se organizar para recebê-los. Também os alunos protestaram com greve contra o ingresso desses excedentes, replicando o movimento que acontecia em outras instituições públicas de ensino superior do Brasil (LAVOURA E COMÉRCIO, 14 abr. 1967).

Esse fato é apresentado para ilustrar que, não obstante o problema dos excedentes nas escolas federais, o governo reduziu os recursos destinados a elas e aumentou os investimentos no setor privado. Até mesmo os investimentos prometidos às instituições que aceitassem os excedentes dos vestibulares, parecem não ter, de fato, sido enviados, como denunciou FMTM (1968).

Ao passo em que restringia investimentos em instituições superiores públicas e ampliava os subsídios das privadas, o MEC firmava acordos com a USAID buscando formas de transformar as universidades em segmentos de empresas, com lógicas

capitalistas de organização e planejamento. Aliás, o discurso da modernização e do desenvolvimento do Brasil como “potência” tentava obscurecer a relação entre o Estado e os interesses do capital monopolista (MINTO, 2011). Por esse motivo, esses acordos foram alvo de críticas oriundas de intelectuais e estudantes brasileiros, sobretudo dos que se opunham ao imperialismo americano, e que, inclusive, acusavam os Estados Unidos de terem apoiado o golpe militar de 1964.

Diversos movimentos populares questionavam a interferência norte-americana na educação brasileira, a importação de seus modelos educacionais e os empréstimos financeiros que eram concedidos ao governo. O movimento estudantil, embora cerceado pela censura militar, lutava como podia pela revogação dos acordos MEC-USAID, por exemplo, pela revogação da Lei n.º 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy,¹¹⁷ que reorganizava os órgãos de representação estudantil. Assim, a partir de 1967, os acordos MEC-USAID se tornaram uma das principais denúncias do movimento estudantil, motivando protestos como a queima de bandeiras americanas e menções contra a invasão no Vietnã.

Na cidade de Uberaba, o jornal *Correio Católico* trouxe pauta de reunião do Diretório Central dos Estudantes (DCE), ocorrida em 23 de maio de 1967, onde se debateu: “Denunciar e boicotar o Acordo MEC-USAID; lutar pela autêntica reforma universitária; organizar grupos de estudos; materializar as denúncias efetuadas; divulgar estas denúncias de penetração do imperialismo” (CORREIO CATÓLICO, 02 jun. 1967, s./p.). A pauta evidencia que na cidade de Uberaba, assim como em outras partes do Brasil, havia resistência dos estudantes às políticas educacionais implementadas naquele período. Cita-se que em diversos documentos oficiais do DCE havia a inscrição em nota de rodapé: “Nossa luta é anti-imperialista e contra a ditadura” (DCE, 1967, p.1).

As tensões relativas à atuação e aos relatórios¹¹⁸ da USAID no Brasil acentuaram-se também no âmbito das universidades, já que reitores e professores afirmavam que certas análises feitas pelos técnicos norte-americanos eram fruto de

¹¹⁷ A Lei n.º 4.464, de 9 de novembro de 1964, que dispunha sobre órgãos de representação estudantil, ficou conhecida como Lei Suplicy por ter sido o ministro Flávio Suplicy de Lacerda o seu patrono. Ele esteve na gestão do MEC entre 1964 a 1966. Sua atuação foi criticada por estudantes, pela imprensa e, até mesmo, pelos americanos. Sua forma truculenta de lidar com líderes estudantis acabou contribuindo para a sua saída do cargo.

¹¹⁸ Ressalta-se a elaboração de documentos importantes, como o que resultou do Plano Atcon, elaborado a partir de estudo feito pelo consultor norte-americano Rudolph Atcon, de junho a setembro de 1965, a pedido do MEC. Ainda o documento *Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira*, editado pelo MEC em 1966, construído também pelo referido consultor. Outro documento importante foi elaborado pela Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, de 1968. Estes documentos, dentre outros aspectos, destacavam o caráter privatizante como solução para o ensino superior.

desconhecimento da realidade brasileira. Os próprios técnicos brasileiros que trabalhavam com os americanos passaram a tecer críticas aos relatórios que iam sendo elaborados sobre a situação das universidades brasileiras, envolvendo aspectos ligados à organização das instituições, aos excedentes dos vestibulares, entre outros.

Desse modo, a fim de dar continuidade ao trabalho de reformulação da política de ensino superior, também sentindo a pressão popular, sobretudo a partir das manifestações estudantis, o governo criou, por meio do Decreto n.º 62.937, de 2 de julho de 1968, o Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária. Este seria responsável por elaborar a proposta de reforma universitária, sendo constituído por 11 membros¹¹⁹, sob direção do então ministro da Educação, Tarso Dutra¹²⁰.

Ao contrário do que ocorrera no período populista, durante o qual vigorou uma discussão pública visando à construção de uma universidade crítica de si mesma e da sociedade brasileira, a política educacional do regime autoritário seria confiada a um pequeno grupo designado pelo poder central (MARTINS, 2009, p.19).

O grupo iniciou suas atividades em 10 de julho de 1968, tendo como missão estudar a conjuntura do ensino superior brasileiro, de modo a fazer proposições que visassem à sua modernização, eficiência, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos para o desenvolvimento do país (CORREIO DA MANHÃ, 1968), sem, todavia, desconsiderar as orientações dadas pelos consultores norte-americanos que se debruçaram sobre a questão. Deveriam ser observados, ainda, os fundamentos já lançados para a reforma universitária por meio do Decreto-Lei n.º 53, de 18 de novembro de 1966, que fixava princípios e normas para a organização das universidades federais, reafirmando a unidade das funções de ensino e pesquisa. Posteriormente, esse decreto foi complementado pelo Decreto-Lei n.º 252, de 28 de fevereiro de 1967, que, dentre outras determinações, criava a estrutura de departamentos nas universidades.

Considerando o contexto exposto, o Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária deveria apresentar suas conclusões e propostas, na forma de projetos de lei, resoluções ou recomendações, no prazo máximo de 30 dias.

Inicialmente, cumpre destacar o papel conciliatório que esse grupo procurou desempenhar. Divididos entre uma perspectiva idealista – que via a universidade como

¹¹⁹ O grupo de trabalho era composto por Tarso Dutra, Antônio Moreira Couceiro, Fernando Bastos D'Avila, João Lyra Filho, João Paulo dos Reis Velloso, Fernando Ribeiro do Val, Roque Spencer Maciel de Barros, Newton Sucupira, Valnir Chagas, João Carlos Moreira Bessa e Paulo Bossas.

¹²⁰ Tarso Dutra esteve à frente do MEC de 1967 a 1969, tendo exercido mandatos na Câmara dos Deputados entre 1951 e 1967. Exerceu, também, mandatos de senador, secretário de governo, dentre outros.

espaço para desenvolvimento de um espírito científico – e uma perspectiva técnica – no sentido da preparação para o exercício das profissões propriamente ditas –, os membros do grupo tentaram abrigar múltiplas concepções. Havia um grupo de membros que acreditava que o ensino superior deveria ser cursado por uma elite intelectual, enquanto outros defendiam a democratização do acesso a esse nível de ensino. Dessa forma, ainda que houvesse certa insatisfação, o referido grupo de trabalho indicou a necessidade de se criar mais vagas no ensino superior, sem abrir mão, no entanto, de seu escalonamento em termos de complexidade e rigidez de seleção, havendo cursos mais técnicos e rápidos para as massas e “altos cursos” para a elite. Os cursos de Medicina certamente se encaixavam nessa última classe. Quanto a essas questões, Martins (2009) afirmou:

No plano social, suas vagas passariam a ser ocupadas por um grupo restrito de estudantes dotados de razoável volume de capital econômico e/ou cultural; no plano acadêmico, procurava-se concretizar um elevado padrão de qualidade acadêmica, fundado na associação entre ensino e pesquisa, no interior do qual a pós-graduação exerceria um papel central. A motivação subjacente a esse modelo era preservar as universidades federais de um eventual processo de massificação (MARTINS, 2009, p.21-22).

Mais uma vez, a massificação do ensino superior é destacada como efeito negativo da ampliação de vagas nesse nível de ensino. Portanto, dever-se-ia investir em instituições e cursos menos onerosos para as classes trabalhadoras, reservando as universidades federais para os cursos mais complexos e prestigiosos, ocupados pelas classes economicamente favorecidas.

Em relatório publicado no jornal *Correio da Manhã*, de 22 de agosto de 1968, sob o título *Relatório Geral do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária*, outros elementos também foram apontados pelo grupo, como a necessidade de concentrar a formação superior em universidades, evitando-se a criação de faculdades e escolas isoladas. As universidades eram tidas como lócus da formação superior, entretanto, as instituições isoladas só cresceram nesse período, convertendo-se na regra da expansão do ensino superior (SAVIANI, 2010). Sobre isso, o relatório do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária afirmou:

A universidade brasileira é, hoje, vasto aglomerado de faculdades, institutos e serviços. Toda essa expansão, contudo, não obedeceu a planejamento racional, nem determinou a reorganização de seus quadros estruturais e de seus métodos de ensino. O crescimento se fez por simples multiplicação de unidades [...] Esta última consideração levou a que ainda se mantivesse o sistema de estabelecimentos isolados, atribuindo-lhes porém um caráter excepcional que fixa, mais uma vez, a universidade como o tipo natural de estrutura para o ensino superior (CORREIO DA MANHÃ, 22 ago. 1968, p.3-4).

As escolas e faculdades isoladas permaneceram sendo o principal espaço de formação em nível superior, já que, na prática, as políticas educacionais implementadas pelos militares não fortaleciam o sistema federal universitário. O discurso defendia a primazia das universidades, mas a prática caminhava em sentido contrário. Para reduzir a existência de instituições isoladas, o MEC passou a incentivar, sem sucesso, a vinculação delas a universidades já existentes, o que aconteceu, inclusive, na FMTM, sendo cogitada a sua ligação à UFMG, em Belo Horizonte.

Esse movimento ocorreu também na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino (Fista), em Uberaba, que, na década de 1970, estudava ligar-se à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte (PAULA, 2007). Isso não chegou a acontecer, já que a referida faculdade passou a fazer parte das Faculdades Integradas de Uberaba (Fiube), embrião da Uniube, criada em 1988.

Do mesmo modo, na FMTM, a sua vinculação à UFMG – embora defendida pelos alunos que ficaram dois meses em greve por essa pauta em 1966 (LOPES, 2003) – não foi aprovada pela Congregação. Sobre essa questão, Borges Júnior (1983) esclareceu:

No governo de Castelo Branco¹²¹, houve uma investida do então Ministro da Educação, Professor Aragão, para que a FMTM se filiasse à Universidade de Minas Gerais, merecendo esta iniciativa uma repulsa total e integral dos membros da Congregação, pois seria colocar a FMTM a reboque da Universidade de Minas Gerais (BORGES JÚNIOR, 1983, p.9).

Em 1967 – já no governo do presidente Costa e Silva –, conforme noticiou o jornal *Lavoura e Comércio*, de 5 de maio daquele ano, o então diretor da FMTM, Alfredo Sebastião Sabino de Freitas, acompanhado do professor de Anatomia, Olavo Soares Andrade, esteve em Brasília tratando com o ministro da Educação Tarso Dutra de assuntos referentes à instituição. Dentre eles, estava a proposta do MEC de filiação da FMTM à UFMG. A respeito disso, afirmou o professor Olavo em declaração ao jornal: “devido à situação geográfica das duas cidades (Uberaba e Belo Horizonte), separadas por uma grande distância, a filiação não nos parecia medida indicada” (LAVOURA E COMÉRCIO, 05 mai. 1967, s./p.).

No entanto, ventilava-se outra possibilidade para que a FMTM estivesse ligada a uma universidade: a criação de uma universidade em Uberaba, que agregaria as escolas

¹²¹ O governo de Humberto de Alencar Castelo Branco se estendeu de 15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967.

de ensino superior da cidade, conforme vinha sendo pleiteado, principalmente, pelos próprios universitários. Conforme será discutido posteriormente, tal intento não chegou a se concretizar, pelo menos, não nesses moldes.

O relatório do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária também reforçou a questão das anuidades, porém, não o fez de forma enfática, já havendo previsão de que a questão não seria aprovada pelo Congresso Nacional. De fato, deputados e senadores, na análise da proposta, não abraçaram a ideia da cobrança em instituições oficiais, já que isso significava ir contra grande parcela da classe média, que constituía importante eleitorado. Além disso, não podia ser ignorado o fato de que essa classe havia apoiado – ainda que sem ter consciência das consequências disso – o golpe militar.

Por fim, o documento defendia que a demanda pelo ensino superior, que permanecia alta, deveria ser suprida, especialmente, nos cursos voltados para o desenvolvimento econômico e social. Além disso, essa expansão universitária deveria ser pensada de modo a economizar recursos:

A criação de carreiras curtas, principalmente para as áreas da indústria e saúde, permitirá substancial economia de tempo e recursos na preparação de profissionais de nível superior. [...] Qualquer autorização para funcionamento de novas unidades dependerá não apenas da comprovação de sua viabilidade pedagógica e científica, mas também de sua viabilidade administrativa e econômico-financeira (CORREIO DA MANHÃ, 22 ago. 1968, p.7).

É interessante destacar que, no tocante aos recursos para custear o ensino superior e sua expansão, o grupo de trabalho argumentou que não deveria haver investimentos na construção de novos Hospitais de Clínicas vinculados às instituições de ensino:

Evitar-se-á a construção de novos Hospitais de Clínicas. Concluídos os estudos básicos, os alunos que se destinarem ao ciclo profissional poderão prosseguir sua formação em unidades clínicas não necessariamente pertencentes às universidades, mas por elas utilizadas – mediante convênios – para fins didáticos (CORREIO DA MANHÃ, 22 ago. 1968, p.7).

Economia e racionalização eram as palavras de ordem da reforma sugerida. No entanto, apesar disso, de 1973 a 1981, a FMTM viveu o processo de construção de seu Hospital Escola, considerado pelo entrevistado Ex-dirigente 3 um ato de bravura da direção da faculdade, e, embora não tenha integrado as análises deste trabalho, merece destaque por demonstrar o quanto, nesse período, a instituição estava dedicada à melhoria das práticas do curso de Medicina e de seu atendimento em saúde à população.

Em 16 de agosto de 1968 o relatório feito pelo Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária, acompanhado de projeto de lei, foi encaminhado pelo MEC para a Presidência da República e debatido pelo Congresso Nacional que, em 2 de novembro de 1968, após adicionar diversos vetos a ele, decidiu por sua aprovação, dando origem à Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Ressalta-se a heterogeneidade dos grupos que participaram das discussões em torno da reforma, já que o golpe de 1964 agrupou pessoas com concepções de sociedade, política e educação divergentes, unidas pela insatisfação com o governo de João Goulart e pelo receio do avanço comunista.

Assim, a reforma afinal realizada pelo regime militar foi o efeito paradoxal de pressões contrárias, de liberais, conservadores, militares, religiosos, intelectuais (e professores universitários), a que se somaram os “conselhos” de assessores e diplomatas norte-americanos, tendo como cenário a rebeldia estudantil (MOTTA, 2014, p.8).

Nos anos que se seguiram à implementação da reforma universitária, houve, como um de seus resultados, a expansão do número de matrículas em instituições de ensino superior, também como resultado da política de cooperação público-privada acentuada pela LDB de 1961. No entanto, isso se deu de forma relativamente desordenada, principalmente por meio de instituições isoladas, “não havendo nenhuma ideia diretora, nem sentimento de plano ou crescimento orgânico” (TEIXEIRA, 2005, p.224). Nesse caminho, apesar de ter havido ampliação, também, da quantidade de instituições e de vagas em instituições de ensino superior públicas, a expansão da rede privada foi quase duas vezes maior.

De modo geral, as reformas educacionais realizadas durante o governo civil-militar, buscaram atender primeiramente aos anseios capitalistas, exercendo um baixo investimento financeiro na rede pública de ensino e favorecendo a ampliação das instituições privadas, beneficiando assim reduzida parcela da população brasileira (FRANCO, 2020, p.52).

Em relação a esse aspecto, Coelho (1988) demonstra que o número de matrículas em cursos de graduação no Brasil passou de 278.300, em 1968, para 1.438.992, em 1983, correspondendo a um crescimento de, aproximadamente, 450%. Dessas novas 1.160.692 matrículas, 424.989 (37%) foram criadas em instituições públicas, e 735.703 (63%) em instituições privadas. Assim, no período em destaque, o ensino superior

público viveu uma expansão de vagas de graduação de aproximadamente 380%, enquanto no setor privado essa expansão correspondeu a cerca de 681%.¹²²

Quanto às instituições isoladas de ensino superior, em 1975 havia mais de 600 delas, concentradas, principalmente, na esfera privada (CALDERÓN, 2000). Dessa forma, a priorização das universidades como lugar ideal para o desenvolvimento do ensino superior não foi efetivada.

É importante retomar que o governo ditatorial no Brasil “não inventou a dualidade setorial pública/privada na educação, tampouco a simbiose Estado-capital na economia” (CUNHA, 2014, p.361). Ocorreu, no entanto, a sua intensificação, o que ajuda a compreender o cenário do ensino superior na cidade de Uberaba.

No início da década de 1980, havia, nesse município, quatro instituições de ensino superior: uma federal, a FMTM; e três particulares: a Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro (FCETM), a Faculdade de Zootecnia e as Faculdades Integradas de Uberaba (Fiube). A relação de cursos, concluintes e vagas ofertadas nessas instituições encontra-se no quadro a seguir:

Quadro 4 – Instituições de ensino superior de Uberaba (1985)

<i>Instituição</i>	<i>Curso</i>	<i>Concluintes em 1980</i>	<i>Matriculados em 1985</i>	<i>Número de vagas em 1985¹²³</i>
FMTM	Medicina	73	438	75
FCETM	Ciências Econômicas	78	321	80
	Administração de Empresas	85	286	60
	Ciências Contábeis	-	60	80
Fazu	Zootecnia	84	428	50
Fiube	Ciências	101	197	150
	Comunicação Social	18	220	110
	Direito	158	932	100
	Educação Física	48	228	40
	Engenharia Civil	200	384	60
	Estudos Sociais	48	366	100
	Filosofia	-	6	50

¹²² Martins (2009) acrescenta que as instituições de ensino superior confessionais mostravam-se resistentes à ampliação de vagas para a absorção das massas que demandavam mais vagas nos cursos de graduação. Essas instituições tentaram manter-se voltadas para a formação da elite.

¹²³ O documento não explica se eram apenas vagas iniciais ou se havia também vagas ociosas.

	Geografia	14	10	50
	Letras	28	121	150
	Odontologia	361	809	90
	Pedagogia	34	153	200
	Psicologia	62	287	45
<i>TOTAL</i>	<i>17 cursos</i>	<i>1.392</i>	<i>5.246</i>	<i>1.490</i>

Fonte: Prefeitura de Uberaba (1985).

O número de matriculados na rede pública, ou seja, na FMTM, correspondia a 8% do total de matriculados no ensino superior da cidade. Do mesmo modo, o número de vagas na referida instituição pública correspondia a 5% do total de vagas ofertadas.

Por sua vez, para fins de comparação, enquanto o número de vagas no ensino superior girava em torno de 1.490, o número de matriculados no 2º grau era de 6.484 (PREFEITURA DE UBERABA, 1985). Ou seja, o número de vagas disponíveis no ensino superior correspondia a aproximadamente 22% do total de matriculados no 2º grau, o que demonstrava a insuficiência de vagas nesse nível de ensino. Em relação ao fato de que estas vagas concentravam-se, prioritariamente, na rede privada, ressalta-se:

Duas formas de privatização são postas em prática: a direta, pelo implemento e subvenção, com dinheiro público, à criação mais ou menos indiscriminada de instituições de ensino superior privadas; a indireta, através da criação de fundações de direito público ou privado, numa tentativa de o Estado desobrigar-se, do ponto de vista econômico-financeiro, da manutenção do Ensino Superior e aumentar seu poder de intervenção nos termos citados (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2020, p.123).

Enquanto os subsídios federais para instituições particulares aumentavam, as federais reivindicavam aumento de orçamento para custear suas atividades. Sobre isso, o jornal *Lavoura e Comércio*, de 25 de agosto de 1967, trouxe a matéria intitulada *Universidades ameaçadas de colapso*, segundo a qual o então reitor da UFRJ, Raimundo Moniz de Aragão, havia dito que, no ano de 1968, as universidades federais entrariam em colapso, caso o MEC e o presidente Costa e Silva não acatassem a reivindicação dos reitores de aumentar o orçamento destas em, pelo menos, 35% para o ano seguinte.

Sobre isso, o Boletim Capes n.º 177, de agosto de 1967, afirmou o compromisso do ministro da Educação de aumentar em 30% os recursos para o ensino superior, contemplando instituições públicas e privadas:

O Governo está realizando um esforço enorme para socorrer a instituição universitária, quer a oficial, quer a particular. Dentro da conjuntura financeira do país, foi feito o máximo em favor das universidades, numa fase de recuperação financeira que todos reconhecem difícil (CAPES, 1967, p.13).

Todavia, em ata da Congregação da FMTM, referente à reunião realizada em 12 de setembro de 1967, há registros de um corte de 50% no orçamento destinado às instituições públicas de ensino superior, conforme plano orçamentário para o ano de 1968. De fato, com referência ao ano de 1968, há documentos da FMTM¹²⁴ que demonstram dificuldades orçamentárias enfrentadas pela instituição, sobretudo para manutenção do Hospital de Clínicas, que acabou sendo fechado¹²⁵.

O governo reduziu o financiamento direto da União para a educação e a cultura a partir de 1968, passando-os de 8,3% para 7%, em 1970.¹²⁶ Sobre os investimentos do governo federal no capital privado, destaca-se que havia um comprometimento com o fortalecimento do modo de produção capitalista, pavimentando os caminhos da privatização do ensino, sobretudo nos níveis médio e superior. Isso se deu, justamente, a partir da redução de investimentos na educação pública e do aumento de transferência de recursos públicos para a educação privada (GERMANO, 2005).

Essa transferência de recursos se dava de diversas maneiras, dentre elas, a compra de vagas em instituições particulares, com a destinação de subsídios para reformas, construções e compras de equipamentos, com a concessão de bolsas de estudo e a formação de professores na rede privada, além de com isenções fiscais. Cita-se o Decreto nº. 72.495, de 19 de julho de 1973, – que regulamentava o amparo técnico e financeiro às entidades particulares de ensino –, segundo o qual deveria ser evitado esforço duplicado na criação de instituições de ensino, ou seja, onde houvesse escolas privadas, não haveria a necessidade da criação de outras públicas. O governo poderia suprir as deficiências dessas escolas privadas, a fim de que elas recebessem alunos de forma gratuita. Por essas vias assistiu-se ao crescimento de instituições particulares isoladas de ensino superior.

¹²⁴ Em 19 de setembro de 1968, o então prefeito de Uberaba, João Guido, elaborou ofício a um deputado federal (não identificado no documento) solicitando apoio no sentido de encontrar recursos para a reabertura do Hospital de Clínicas. Também há documento encaminhado pelo diretor do Hospital de Clínicas da FMTM ao CAGV, solicitando apoio dos estudantes para que pedissem ajuda aos poderes competentes para que o hospital fosse reaberto (documento sem data).

¹²⁵ Esse não foi um caso isolado. Em 1968 foram fechadas, também, a Escola Paulista de Medicina e o Hospital São Paulo, “um exemplo típico do descaso e da ineficiência do Ministério [MEC] que cerca o Sr. Presidente da República” (ESTADO DE SÃO PAULO, 16 nov. 1968, s./p.).

¹²⁶ No ano de 1979, o Brasil investiu cerca de 2,9% do seu Produto Interno Bruto em educação, enquanto em países desenvolvidos essa taxa gira em torno de 6% (GERMANO, 2005).

Vários têm sido os mecanismos pelos quais os empresários do ensino conseguiram o apoio governamental para seus empreendimentos: imunidade fiscal, garantia de pagamento das mensalidades pelos alunos, mediante bolsas de estudo distribuídas pelo poder público, e até mesmo a inibição de iniciativas governamentais de criação e/ou ampliação de escolas, para disporem de uma espécie de reserva de mercado. Mais do que isso, as instituições educacionais receberam incentivos fiscais para financiar diretamente seus empreendimentos. Não bastassem os recursos transferidos às escolas privadas, sob a forma de bolsas de estudos para os alunos, a acumulação de capital no campo educacional foi fortemente favorecida pela reforma tributária do primeiro governo militar (CUNHA, 2007b, p.812).

Dessa maneira, a porcentagem de matrículas em cursos superiores presenciais de instituições privadas saltou de 41,4%, em 1960, para 50,5%, em 1970, e para 64,3%, em 1980. Essa porcentagem só cresceu ao longo dos anos, em razão das políticas econômicas e educacionais implementadas, fortalecendo a participação privada na oferta do ensino superior no Brasil. Aliás, a partir de 1970, a rede privada passou a ser majoritária na oferta de cursos de graduação, situação que nunca mais foi revertida (CORBUCCI; KUBOTA; MEIRA, 2016).

Contraditoriamente – e as políticas educacionais do governo militar no Brasil foram marcadas por inúmeras contradições – o ministro da Educação declarava ser “favorável à federalização de todas as universidades por considerar que a União tem melhores condições que os estados para ministrar o ensino superior” (LAVOURA E COMÉRCIO, 17 mai., 1967, s./p.). Prova da falta de clareza sobre as políticas de ensino superior é que, sobre essas federalizações, o presidente da República, em discurso feito na Universidade do Ceará, assim havia afirmado alguns anos antes:

Uma sucessão de federalizações sobrecarregou o Erário Público, impedindo-o de atender a alguns setores onde se faz reclamada a sua assistência. Em Estados que estão longe de haver solucionado os problemas de ensino primário e médio, vemos Universidades bastante dispendiosas. Assim, somente quando provada a imperiosa necessidade, autorizará o governo a criação de escolas superiores (CAPES, 1964, p.4).

Desse modo, houve o crescimento das instituições privadas isoladas de ensino superior, sendo esse um dos caminhos encontrados pelo governo para responder à demanda por acesso a cursos superiores. Ademais, para Cunha (2007b), o Estado favoreceu a iniciativa privada no campo da educação não porque os militares fossem espontaneamente privatistas, mas sim porque os agentes que apoiaram o golpe de 1964 fizeram parte de grupos de orientação privatista, ou tinha afinidade político-ideológica com eles.

Há que se destacar, entretanto, que, com a absorção de candidatos pelas instituições privadas, as públicas passaram a investir mais em melhorias estruturais, com a construção de novos *campi*, além de implementar programas de pós-graduação. Por isso, Cunha (2007b, p.810) acrescenta que a privatização na educação é um processo complexo, perpassado por “forças que ora incentivam o crescimento do setor público, ora do setor privado, ora de ambos”. Tal entendimento ajuda a corroborar que o crescimento das instituições privadas pode ter tido efeito positivo nas instituições públicas, ainda que esses benefícios tenham ficado restritos a uma parcela muito pequena da sociedade brasileira.

As universidades ofereciam cursos mais complexos para a elite, com a presença de atividades de pesquisa, sendo que as massas, de forma geral, eram formadas em cursos rápidos e menos complexos nas instituições isoladas, que perseguiram cada vez menos os padrões de qualidade das universidades públicas. Nestas, imperava a noção de instituição empresa, com vistas ao lucro, com pouco ou nenhum investimento em pesquisa e distanciamento dos interesses sociais.

No âmbito do ensino de massa, existiam os estabelecimentos isolados, os mesmos que em sua maioria não eram valorizados pela elite acadêmica, pela mídia e pelas famílias de classes média e alta que possuíam uma história geracional de formação superior, devido à duvidosa qualidade de ensino que ofereciam, não possuindo nem *status*, nem prestígio, se comparadas com as universidades e os estabelecimentos isolados de elite citados. No entanto, diante da dificuldade de ingresso nas universidades, essas instituições tornaram-se opção de estudo superior para um número de alunos bastante elevado (CALDERÓN, 2000, p.63).

Em depoimento dado a esta pesquisadora, o Ex-dirigente 1 afirmou que o termo “isolado” era pejorativo, configurando um desejo institucional a transformação da faculdade em universidade. Como visto, em 1967, houve diversos movimentos em prol da criação de uma Universidade de Uberaba que integrasse a FMTM a outras faculdades isoladas da cidade. Todavia, esse projeto não foi efetivado, e um projeto de transformação da FMTM em universidade foi amadurecido anos depois, na década de 1990.

Antes disso, a FMTM permaneceu como estabelecimento isolado de ensino, e as instituições particulares da cidade seguiram ampliando seu leque de oferta de cursos. Inicialmente, o setor privado organizou-se para atender às demandas por ensino superior em instituições isoladas, mas, a partir de 1970, começou um movimento nacional de fusão dessas instituições em federações, centros universitários e universidades. Na

década de 1980, diversas instituições foram transformadas em universidades, como é o caso da privada Uniube, em Uberaba. Esta nasceu em 1988, a partir das Faculdades Integradas de Uberaba (Fiube)¹²⁷, vindo a ser a primeira universidade da cidade.¹²⁸ Concretizou-se, assim, o desejo de criação de uma universidade em Uberaba, porém, de natureza privada, diferentemente do que era pretendido pelo movimento estudantil uberabense em 1967, demonstrando que a expansão do ensino superior na cidade se deu via recursos privados e não públicos (PAULA, 2007).

O quadro a seguir mostra a criação de universidades no período do governo ditatorial, demonstrando que a existência desse tipo de instituição ainda se concentrava no setor público, porém, já não correspondia mais à maior parte das vagas oferecidas em cursos superiores. Na iniciativa privada, essas vagas estavam, sobretudo, em instituições isoladas de ensino.

Quadro 5 – Universidades criadas durante o governo militar no Brasil (1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985)

	<i>Universidade</i>	<i>Ano do ato de criação da universidade¹²⁹</i>	<i>Natureza</i>
1	Universidade de Itaúna	1965	Privada
2	Universidade de Caxias do Sul	1967	Privada
3	Universidade Federal de Sergipe	1967	Federal
4	Universidade de Passo Fundo	1968	Privada
5	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	1968	Estadual
6	Universidade Federal do Piauí	1968	Federal
7	Universidade Federal de São Carlos	1968	Federal
8	Universidade Regional de Blumenau	1967	Municipal
9	Universidade Vale do Acaraú	1968	Estadual
10	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	1969	Privada
11	Universidade Estadual de Maringá	1969	Estadual
12	Universidade Estadual de Ponta Grossa	1969	Estadual
13	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul ¹³⁰	1969	Estadual
14	Universidade Federal de Ouro Preto	1969	Federal

¹²⁷ A Fiube nasceu da junção das faculdades de Odontologia, Direito e Engenharia em 1972. Em 1980, ela incorporou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino (Fista).

¹²⁸ Em um contexto nacional, o número de universidades privadas passou de 20, em 1985, para 64, em 1996 (MARTINS, 2009).

¹²⁹ Excluem-se as datas de fundação das escolas e faculdades que deram origem às universidades.

¹³⁰ Federalizada em 1979, passou a chamar-se Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

15	Universidade Federal de Uberlândia	1969	Federal
16	Universidade Federal do Rio Grande	1969	Federal
17	Universidade Estadual de Londrina	1970	Estadual
18	Universidade Federal do Mato Grosso	1970	Federal
19	Universidade de Pernambuco	1971	Estadual
20	Universidade Federal do Acre	1971	Federal
21	Universidade de Fortaleza	1973	Privada
22	Universidade de Mogi das Cruzes	1973	Privada
23	Universidade Estadual do Ceará	1975	Estadual
24	Universidade Metodista Piracicabana	1975	Privada
25	Universidade Santa Úrsula	1975	Privada
26	Universidade Estadual de Feira de Santana	1976	Estadual
27	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	1976	Estadual
28	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	1980	Estadual
29	Universidade Estadual do Maranhão	1981	Estadual
30	Universidade Federal de Rondônia	1982	Federal
31	Universidade do Estado da Bahia	1983	Estadual

Fonte: Página eletrônica E-MEC. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 24 abr. 2022¹³¹.

Conforme mostra o quadro, no período em recorte, foram criadas 31 universidades, a maior parte delas a partir da aglutinação de faculdades ou escolas isoladas de ensino superior. Destas, oito foram criadas no âmbito privado, e, ao contrário das primeiras universidades privadas criadas no Brasil, a maioria não tinha caráter confessional. Também foram criadas 13 universidades estaduais, nove federais e uma municipal.

Até 1964, ano do golpe militar, havia 27 universidades públicas no Brasil: no estado do Rio de Janeiro, quatro; no Rio Grande do Sul, três; já os estados de Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo possuíam duas cada um; enquanto Alagoas, Amazonas, Bahia, Brasília, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Maranhão, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Santa Catarina apenas uma.

¹³¹ O quadro foi construído a partir da seguinte metodologia: foram localizadas na página eletrônica E-MEC todas as instituições de ensino superior com status de universidade (por meio de filtros específicos). Depois, foram isoladas todas as universidades com data de fundação entre 1º de abril de 1964 e 15 de março de 1985. No entanto, algumas dessas datas referem-se à fundação das primeiras faculdades ou escolas que deram origem às universidades. Como o que nos interessa é a data de criação da universidade, foram consultados os históricos de todas essas instituições, por meio das suas páginas eletrônicas, para que, por fim, o quadro em questão fosse elaborado.

Assim, considerando-se a divisão de regiões brasileiras feita em 1970 (adaptada em 1990 e vigente até os dias atuais), a região Sudeste concentrava, nesse ano, 13 universidades públicas, o que correspondia a 31% do total de universidades públicas do país, considerando as criadas entre 1964 e 1970. Outras dez universidades públicas estavam na região Sul, o que correspondia a 24% do total de universidades públicas em 1970.

Esses dados podem auxiliar na compreensão da distribuição de universidades públicas criadas durante o período do regime militar no Brasil. Como a região Sudeste, em 1970, possuía a maior porcentagem de universidades públicas do país, de 1971 a março de 1985 apenas uma universidade pública foi criada. Na região Sul, por sua vez, não houve a criação de nenhuma. Todavia, nesse mesmo período, foram criadas seis universidades públicas na região Nordeste e duas na região Norte. Ao todo, no período do governo ditatorial, as regiões Norte e Nordeste concentraram cerca de 39% das universidades públicas criadas.

Essa era uma preocupação recorrente do governo, haja vista que o próprio ministro da Educação, Tarso Dutra, em maio de 1967, deu um depoimento defendendo, dentre outras questões, a descentralização do ensino superior. Ele usou como exemplo os cursos de Medicina, afirmando que os estados de São Paulo e Rio de Janeiro tinham, juntos, 42% das escolas de Medicina do país. Destacou que, enquanto o estado de São Paulo tinha um médico para cada mil habitantes, o estado do Amazonas tinha um para cada trinta mil (LAVOURA E COMÉRCIO, 17 mai. 1967). Sendo assim, o foco da expansão do ensino superior estava nos estados que concentravam menos instituições naquele contexto, devendo haver a interiorização deste nível de ensino¹³².

Essa análise de dados ajuda a elucidar porque a FMTM não foi transformada em universidade no período em questão, embora não explique por completo a questão. Isso porque, apesar de a região Sudeste não ter tido prioridade na criação de universidades, Uberlândia, em 1969, teve criada a Universidade de Uberlândia (UnU), federalizada em 1978 por meio de articulações políticas. Para Zago (2013) e Paula (2007), Uberlândia estaria, do ponto de vista político, mais alinhada com as diretrizes do governo militar,

¹³² Souza (2013) acrescenta que a interiorização do ensino superior era também uma estratégia que colaboraria para o enfraquecimento do movimento estudantil, já que, nas cidades pequenas, seria mais fácil manter os jovens sob o controle de oligarquias locais, distantes da influência de organizações estudantis das grandes universidades. O caso da FMTM demonstra que isso não se efetivou, já que, mesmo em uma sociedade conservadora e coronelista como a uberabense, o movimento estudantil seguiu atuante em suas reivindicações e, inclusive, com participações políticas durante o governo militar.

enquanto em Uberaba eram mais visíveis focos de enfrentamento, sobretudo por meio do movimento estudantil e de parte da Igreja Católica. Ressalta-se que Uberlândia contava com uma figura importante no cenário político, a saber, Rondon Pacheco,¹³³ que ocupou o cargo de chefe da Casa Civil na década de 1960 e conseguiu diversas oportunidades de desenvolvimento para Uberlândia, sua cidade natal.

Além disso, por sua posição geográfica estratégica em relação à nova capital federal, Brasília, Uberlândia passou a ter destacada importância no cenário comercial e industrial da região e do país, o que favoreceu o seu desenvolvimento em diversos âmbitos, incluindo, o educacional (SOUZA, 2013).

O caso é que enquanto politicamente a cidade vizinha (Uberlândia) se entendia com o Executivo Nacional no seu projeto de desenvolvimento, Uberaba via o ensino superior em franca expansão no setor privado (ZAGO, 2013, p.33).

Ademais, sobre o esforço em se criar universidades públicas nas regiões menos prestigiadas no que se refere ao ensino superior, o Ex-dirigente 1, entrevistado para a realização desta tese, afirmou que, já na década de 1990, ele e outro professor da instituição procuraram o senador Antônio Carlos Magalhães, a fim de pedir apoio para a transformação da FMTM em universidade. A resposta do senador caminhou justamente no sentido de dizer que o estado de Minas Gerais já tinha mais universidades que outros estados do país e, portanto, não poderia ser priorizada:

No mês de janeiro de 1995 nós fomos falar com esse senador. Chegando lá esse senador disse o seguinte: “Meu caro diretor, estou aqui com o professor Aluizio e ao vê-lo lembro do meu pai porque ele era amigo do meu pai. Os que eram amigos do meu pai, ou que foram amigos do meu pai, também são meus amigos. Mas eu nada posso fazer. [...] Existem 52 instituições federais de ensino superior, e 12 estão em Minas. Na Bahia, minha velha e querida Bahia tem duas: a Universidade Federal e um Centro Federal de Educação Tecnológica. Como é que eu vou ajudar as instituições federais de Minas a se tornarem universidades se a minha Bahia só tem duas?” (EX-DIRIGENTE 1, 2022).

Isso demonstra o peso que a quantidade de universidades existentes em Minas Gerais teve na não priorização da transformação da FMTM em universidade ou na não criação de uma universidade federal em Uberaba, ainda que fosse a partir da aglutinação

¹³³ Rondon Pacheco foi uma figura de destacada importância para o desenvolvimento de Uberlândia à época, incluindo o âmbito do ensino superior, havendo lutado pela federalização da UnU. Nascido em 1919, era natural de Uberlândia, onde iniciou o curso superior de Direito, concluído na cidade de Belo Horizonte. Destaca-se que foi um dos fundadores da UDN em 1945, tendo atuado politicamente ao lado dos militares na década de 1960. Foi governador de Minas Gerais de 1971 a 1975, e faleceu aos 96 anos em Uberlândia.

das faculdades isoladas existentes na cidade. Além disso, o trecho transcrito da entrevista demonstra que o processo de transformação da FMTM em universidade, assim como havia sido com a federalização, demandava articulações políticas e apoio de parlamentares, o que não ocorreu. Por fim, aliando-se a esses aspectos, havia ainda questões internas à instituição que, ao lado das políticas educacionais governamentais, fizeram com que a FMTM abortasse a ideia de se integrar a uma possível Universidade de Uberaba, conforme será discutido adiante.

2.2 A UNIVERSIDADE DO TRIÂNGULO MINEIRO QUE NÃO SE CONCRETIZOU

Na década de 1960, apresentavam-se à FMTM duas possibilidades para vincular-se a uma universidade: incorporar-se à UFMG – ideia que parece não ter ido muito longe e será tratada adiante – ou unir-se às instituições privadas de ensino superior de Uberaba, proposta essa originada entre os próprios universitários (DCE, 1967).

Na busca pelas motivações dessa proposta, foram encontradas em jornais locais referências a dificuldades financeiras enfrentadas pelas escolas particulares de ensino superior da cidade, em especial, a Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro e a Faculdade de Filosofia São Tomás de Aquino. Seus alunos, alegando falta de condições adequadas para o desenvolvimento de seus cursos, buscavam a federalização dessas instituições, como havia sido feito com a FMTM.¹³⁴ Ao mesmo tempo, passou-se a lutar também, por meio do Diretório Central dos Estudantes (DCE) de Uberaba, pela federalização das demais instituições de ensino superior da cidade, bem como pela aglutinação delas e pela criação da Universidade Federal de Uberaba – outras vezes chamada de Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Nesse contexto, o DCE deliberou, em reunião do dia 26 de abril de 1967, pelo lançamento oficial da campanha em prol da federalização das faculdades privadas de Uberaba e da criação de uma universidade federal:

Esta deliberação se baseia no aguçamento das contradições geradas pelas escolas particulares de Uberaba, que além de não permitirem o acesso de

¹³⁴ O jornal *Lavoura e Comércio* (14 set., 1967, s./p.) traz a matéria *Federalizar é a solução que se impõe*, para tratar do iminente fechamento da então Faculdade de Filosofia São Tomás de Aquino. “Há uma maneira, todavia, de evitar que isso aconteça: a federalização”.

todas as classes sociais, tornando o ensino universitário privilégio de minorias, funcionam em estado precário (LAVOURA E COMÉRCIO, 27 abr., 1967, s./p.).

Esse trecho evidencia a dualidade público-privado que permeava as análises e discussões acerca do ensino superior na época, cujo cerne da questão não estava na existência das escolas privadas em si, mas na destinação de recursos públicos a elas. A citação do DCE expõe, ainda, o fato de que o acesso ao ensino superior no Brasil, mesmo nos cursos menos prestigiados, era um privilégio de pequena parcela da população. Comprova isso o fato de que, em 1967, menos de 2% da população brasileira, com idade entre 19 e 25 anos, estava matriculada no ensino superior (BRAGHINI, 2014).

Desse modo, as federalizações podiam ser encaradas como mais que uma solução para o custeio das instituições de ensino; elas significavam a “desvinculação imediata dos interesses privados e a possibilidade de ampliação do acesso a instituições que se pautassem pela ação autônoma diante do processo educativo” (VASCONCELOS, 2007, p.20).

Também por isso, em ofício encaminhado ao jornal *Lavoura e Comércio*,¹³⁵ o DCE externou: “Defendemos a criação de uma universidade para o povo, onde o ensino superior deixaria de ser um privilégio de minorias cada vez mais aburguesadas” (DCE, 1967, p.2). Esse documento, o Ofício n.º 175-66/67, foi encaminhado pelo DCE ao jornal *Lavoura e Comércio* em resposta à coluna “Escutando e Divulgando”, publicada no dia 27 de abril de 1967, que criticava o ato dos estudantes de pintarem calçadas e muros com dizeres como “Faculdades federalizadas” e “UFTM já”. A coluna do jornal afirmava, ainda, que a criação de uma universidade em Uberaba seria uma contraposição à campanha de integração da FMTM à UFMG, em razão da qual, inclusive, os alunos da FMTM fizeram dois meses de greve. No entanto, essa afirmação também foi rebatida pelo DCE: “São duas reivindicações distantes e autênticas, merecendo ambas o apoio integral da opinião pública, autoridades locais e daqueles que se arvoram defensores do progresso da cidade” (DCE, 1967, p.2).

Especificamente sobre a vinculação da FMTM à UFMG, o entrevistado Ex-aluno CAGV esclareceu que era desejo dos alunos, ou, pelo menos, de boa parte deles,

¹³⁵ Não foi localizado protocolo que afirme que o referido ofício foi entregue ao jornal em questão. Entretanto, há uma cópia original desse ofício no arquivo do CAGV. Parte-se do pressuposto de que o ofício tenha sido, de fato, encaminhado, mas não se pode afirmar com certeza. O mesmo vale para outras correspondências utilizadas como fontes de pesquisa, que não possuem confirmação de envio ou de recebimento.

que a faculdade fosse ligada à UFMG, não apenas porque era uma diretriz do governo que as escolas isoladas o fizessem, mas porque ajudaria a resolver os problemas orçamentários enfrentados pela faculdade. Além disso, a instituição não conseguiria, naquele contexto, transformar-se em universidade, então, esse seria um caminho.

Aí é aquele negócio de dinheiro para tocar a escola, aquela dificuldade, e eu que viajava pra poder trazer as verbas. Aí uma vez eu falei: [nome ocultado], vamos no Aluizio Pimenta, que ele era reitor da UFMG. Então, eu falei: olha vamos lá, quem sabe se ele pega a direção da nossa escola. A nossa escola é federal Naquele tempo, nem existia campus avançado. Depois que surgiu essa palavra “campus avançado”. Mas naquele tempo nós já tínhamos uma intuição. Isso foi em 68... 67, 68. A data assim, a gente está muito impreciso. [...] Passaria à direção da UFMG, com patrimônio e tudo. Direção e tudo. Um campus universitário de hoje. Resolveram chamar de campus. Desde aquele tempo nós já tínhamos ideia de que alguém tinha que tomar, porque não conseguimos passar pra universidade (EX-ALUNO CAGV, 2022).

Assim, conforme ata de reunião da Congregação da FMTM, realizada em 10 de abril de 1967, o CAGV, após reunir-se em assembleia, “decidiu solicitar a agregação da Faculdade à Universidade de Minas Gerais”. Em seguida, os professores presentes, “analisando as desvantagens dessa pretensão estudantil”, acabaram “determinando o arquivamento do referido memorial [que havia sido elaborado pelos alunos], já que são contrários, por unanimidade, à agregação” (FMTM, 1967, p.80). Para compreender melhor a negativa dos membros da Congregação, vale a pena apresentar os motivos citados na ata:

1º - que a distância entre Uberaba e Belo Horizonte prejudica o espírito universitário, no que diz respeito à interrelação científico-cultural; 2º - que os futuros concursos de habilitação passariam, possivelmente, a serem realizados em Belo Horizonte, em comum com as demais escolas daquela universidade, o que viria causar sérios prejuízos para os candidatos da região de sua influência; 3º - que jamais seriam destinados à Uberaba os candidatos classificados nos primeiros lugares, o que, obviamente, vem de encontro com os interesses da Faculdade; 4º - que os problemas dos futuros excedentes de Belo Horizonte seriam resolvidos, naturalmente, pela Faculdade de Uberaba, que arcaria com o ônus maior; 5º - que exemplos anteriores e idênticos de agregação, como é o caso da Escola de Ouro Preto em relação à Universidade do Brasil, não recomendam a iniciativa de nossa Faculdade, no sentido da filiação pretendida; 6º - que, finalmente, a sua posição de inferioridade, em decisões do Conselho Universitário, dada a convivência permanente e mais antiga das Faculdades lá sediadas, resultaria sempre em prejuízo das verbas e planos de expansão desta Escola (FMTM, 1967, p.80).

Ainda sobre os motivos pelos quais a FMTM não desejava se vincular à UFMG, o então professor de Ginecologia e Obstetria da faculdade, Fausto da Cunha Oliveira, em depoimento ao jornal *Lavoura e Comércio*, afirmou:

Nossa filiação a uma Universidade geograficamente separada da nossa pela longa distância e pelas dificuldades de meios de comunicação teria, sem dúvida, mais inconvenientes do que vantagens. [...] Se as nossas escolas superiores se unirem e formarmos aqui a Universidade Federal de Uberaba, eu tenho a certeza de que estaremos indo ao encontro das aspirações de toda a comunidade (LAVOURA E COMÉRCIO, 28 abr. 1967, s./p.).

É preciso destacar que, de fato, no período em questão, a distância entre as instituições representava uma limitação importante à vinculação entre elas, haja vista estarmos nos referindo a um tempo histórico ainda afastado da expansão e do aprimoramento dos meios de comunicação. Também o próprio reitor da UFMG parece não ter se interessado pela proposta, conforme explicou o entrevistado Ex-aluno CAGV: “Então fomos lá no Aluizio Pimenta, e ele nos informou que, infelizmente, não tinha condição naquele tempo, mas que ele ia estudar com muito carinho. Ele viu a franqueza nossa, a luta nossa e tudo” (EX-ALUNO CAGV, 2002). No entanto, esses não eram os únicos – e talvez nem os principais – motivos para a recusa de vinculação, conforme registrado na ata da Congregação da FMTM do dia 10 de abril de 1967.

Pela sua leitura, percebe-se que havia na FMTM o receio de perda de espaço decisório, bem como de recursos, já que a instituição teria que abrir mão de sua autonomia administrativa e pedagógica para subordinar-se à UFMG. Com isso, a FMTM seria mais uma faculdade em uma instituição já consagrada, o que a fazia temer, pela distância geográfica, ser ainda mais desprestigiada em relação às decisões colegiadas e ao recebimento de recursos. Assim, essa questão parecia realmente pesar para a comunidade médica que dirigia a instituição. Contribuiu para essa interpretação o artigo publicado sobre a história da FMTM na *Revista Goiana de Medicina*, onde Rezende e Rassi (1986), afirmaram:

Fundada em Uberaba, em 1954, a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro é uma das poucas Faculdades Federais não vinculadas a uma Universidade. Se por um lado, o sistema universitário propicia vantagens para as escolas médicas pelo intercâmbio com outras áreas do conhecimento, por outro, representa um entrave ao seu pleno funcionamento em virtude da interferência dos Órgãos Superiores da Universidade em sua administração. A Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, como estabelecimento isolado de ensino, dirige os seus próprios destinos no tocante à programação didática, número de vagas, captação e aplicação de recursos, atividades de pesquisa e prestação de serviços à comunidade, sem outras limitações que não sejam as decorrentes da legislação superior (REZENDE; RASSI, 1986, p.107-108).

O trecho acima, embora escrito já em meados da década de 1980, demonstra que a não vinculação da FMTM à UFMG pode ter decorrido, também, em virtude do receio

de ter que “brigar por fatias de um bolo maior” e, conseqüentemente, ter seu poder de decisão reduzido ao nível da negociação com outras faculdades.

Então, a FMTM considerava, paralelamente, a alternativa de se agregar às demais faculdades isoladas de Uberaba para a criação de uma universidade, conforme vem sendo discutido ao longo deste tópico.

Em simultâneo, o DCE de Uberaba dava andamento à sua agenda de atividades com o objetivo de mobilizar a comunidade em prol da federalização das escolas superiores privadas e da criação da citada universidade. Houve, até mesmo, visitas a grupos escolares com distribuição de impressos com os dizeres: “Papai: ajude a federalização das nossas faculdades enviando o seguinte telegrama: Presidente Costa e Silva – Uberabense espera urgentemente federalização de suas faculdades” (CORREIO CATÓLICO, 1º jun. 1967, s./p.). Esse fato demonstra que os universitários buscavam angariar apoio não só de políticos, mas também da imprensa e da sociedade, que poderiam, por seus meios, pressionar o governo, a exemplo do que havia ocorrido com a FMTM¹³⁶.

No ano de 1967, houve numerosas publicações sobre a referida campanha nos jornais da cidade, mostrando que a reivindicação pela criação da universidade ia ganhando espaço entre a comunidade estudantil, os políticos e a sociedade em geral, embora tenha nascido, de fato, no meio universitário.

Na fundação de faculdades esta cidade é pioneira no interior brasileiro. A sua pretensão de se transformar em sede de universidade é perfeitamente legítima. Há um fato ainda que torna essa aspiração mais vigorosa: não pertence ela, unicamente, às classes cultas. É aspiração de toda a comunidade, unindo na mesma comunhão de ideias e sentimentos a população inteira. Uberaba marcha coesa, revelando agora, como em outras jornadas que levou avante, vitoriosamente, uma identidade perfeita de pontos de vista e uma inabalável decisão de alcançar seu objetivo. [...] Todas as suas energias estão mobilizadas agora para concretização de uma grande e justa aspiração: a universidade. E tudo indica que ela virá mais cedo do que esperávamos (LAVOURA E COMÉRCIO, 06 mai. 1967, s./p.).

Depreende-se desse trecho que Uberaba desejava ser pioneira na criação de uma universidade, já que havia sido a primeira cidade a fundar uma instituição de ensino superior na região. Nesse sentido, o jornal *Correio Católico* acrescentava que o desejo de criar uma universidade federal em Uberaba não era “fruto da exaltação imatura das

¹³⁶ Muitas das estratégias adotadas pelos estudantes em prol da federalização das faculdades privadas de Uberaba da criação da universidade federal demonstram terem sido inspiradas no movimento realizado anos antes pelos alunos da FMTM, também com vistas à federalização. Era como se os estudantes, nesse novo contexto, quisessem seguir os mesmos passos para que também alcançassem seus objetivos.

primeiras horas. É, isso sim, o resultado da sedimentação de muitos anos, de continuado labor cultural” (CORREIO CATÓLICO, 18 jun., 1967, s./p.). Na matéria, eram exaltadas as condições intelectuais e estruturais da cidade para a criação da primeira universidade da região triangulina, conforme fazia a imprensa local, habituada a alimentar o imaginário social com impressões de progresso e modernidade, ignorando as limitações estruturais e culturais que existiam na cidade (FONSECA, 2012). A despeito disso, a primeira universidade da região não foi criada em Uberaba, mas sim em Uberlândia, no ano de 1969.

Um dos entraves para a criação de uma universidade em Uberaba na década de 1960 foi a natureza jurídica proposta para ela pelo MEC. Intencionava-se criá-la sob a forma de fundação, que teria personalidade jurídica de direito privado, o que desagradava, em especial, aos professores e alunos da FMTM.

A predominância dos interesses do setor de ensino privado na educação superior brasileira, por exemplo, já se concretizara no texto final da LDB/1961 e noutros dispositivos legais em disputa desde os anos 1930. A tendência de substituir o regime jurídico das novas universidades criadas a partir de 1961 (antes e depois da LDB, seguindo uma velha tradição no país), por meio da criação de fundações ao invés de autarquias, também é exemplar. Movimento este que se intensifica no final dos anos 1960 (MINTO, 2011, p.188).

Nesse aspecto, destaca-se que as universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior poderiam ser constituídos sob a forma de fundações, autarquias ou associações, conforme artigos 81 e 85 da LDB de 1961. Nos dois primeiros casos, a instituição seria participante da administração indireta do Estado, vinculando-se ao MEC e prestando um serviço de interesse da União, porém, de forma descentralizada, conforme Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967. Esse Decreto-Lei¹³⁷ diferenciou autarquias e fundações da seguinte forma:

Equiparam-se às Empresas Públicas, para os efeitos desta lei, as Fundações instituídas em virtude de lei federal e de cujos recursos participe a União, quaisquer que sejam suas finalidades [...]

I Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada [...]

IV - Empresa Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União ou de suas entidades da Administração Indireta, criada por lei para desempenhar atividades de natureza empresarial que o Governo seja levado a exercer, por

¹³⁷ O referido decreto ainda está em vigor, tendo sido modificado ao longo dos anos por diversos outros instrumentos legais. Para este tópico da tese foram considerados os textos que vigoravam no período em análise, ou seja, no ano de 1967.

motivos de conveniência ou contingência administrativa, podendo tal entidade revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito (BRASIL, 1967, s./p.).

Assim, a ideia do MEC era criar uma universidade sob a forma de fundação em Uberaba, manter as escolas privadas como tal e apenas a FMTM como escola pública, todas dentro de uma mesma instituição. Seria o que era chamado de universidade mista, ou seja, uma universidade formada pela junção de faculdades públicas e privadas, ao contrário da universidade absoluta, que era formada apenas por faculdades federais¹³⁸.

Abre-se um parêntese para citar algumas universidades criadas por intermédio dessa junção entre faculdades e escolas de diferentes naturezas jurídicas. A Universidade Federal do Maranhão é um exemplo de instituição que passou por esse processo, tendo sido constituída, antes de sua federalização total, por faculdades privadas e públicas. Nesse sentido, em 1966, foram agregadas à então existente Universidade do Maranhão, mantida pela Sociedade Maranhense de Cultura Superior, a Faculdade de Direito, a Escola de Farmácia e Odontologia – instituições isoladas federais – e a Faculdade de Ciências Econômicas – instituição isolada particular –, criando-se, dessa forma, a Fundação Universidade do Maranhão. Em 1972 veio a “federalização completa”.

A própria Universidade de Uberlândia (UnU) é outro caso similar. Ela foi criada pela reunião de escolas privadas com a Faculdade Federal de Engenharia, primeira escola pública de ensino superior do município. No ano de 1978, a UnU foi federalizada, dando origem à UFU. Mesmo após sua federalização, ainda havia cobrança de anuidade dos alunos: “O MEC idealizava uma instituição mista, híbrida – como era chamada. Era federal e pública, mas com patrimônio e recursos privados, daí o nome Fundação Universidade Federal de Uberlândia” (SOUZA, 2013, p.83).

Por fim, cita-se a Universidade Federal do Pará que, antes de ser federalizada era uma instituição que congregava sete faculdades isoladas, dentre elas havendo federais, estaduais e privadas.

Esses exemplos são citados para demonstrar que esse arranjo, embora não fosse o predominante, não era incomum. E era visto, inclusive, como estratégia para posterior federalização completa, como acabou acontecendo com as três instituições citadas. Na própria FMTM, o professor Lauro Savastano Fontoura, foi um dos poucos membros da

¹³⁸ Esses conceitos foram extraídos de declarações feitas a jornais locais por sujeitos que participaram desse processo (LAVOURA E COMÉRCIO, 09 jun. 1967; 10 jun. 1967). Vasconcelos (2007) ajuda a elucidá-los.

Congregação a defender a agregação da FMTM às faculdades privadas da cidade¹³⁹, conforme deixam transparecer as atas de reunião da Congregação da FMTM, dos dias 27 de junho e 28 de julho de 1967. Ele pode ter vislumbrado a possibilidade de que a nova universidade viesse a ser federalizada como um todo no futuro, ou então, com efeito, ter sido a favor de que essa universidade tivesse mesmo um caráter misto – com escolas públicas e privadas –, haja vista que, no passado, ele havia se tornado contrário à federalização da FMTM. Infelizmente, a motivação dos que foram favoráveis a essa universidade mista na FMTM não pôde ser conhecida por meio das fontes encontradas.

O fato é que esse tipo de organização universitária mista contribuía para que houvesse mais universidades no país, já que, a política educacional do governo militar reconhecia que as universidades eram o lócus ideal para a formação de nível superior, conforme discutido anteriormente (CORREIO DA MANHÃ, 22 ago. 1968). Ao mesmo tempo, era possível fazer isso com menos despesas para o governo e permitindo que as instituições privadas continuassem seus negócios no setor. Além disso, frear as federalizações – que foram crescendo em quantidade a partir da década de 1950 – também era objetivo do governo, com vistas à redução de gastos públicos.

Sobre isso, Vasconcelos (2007, p.79) aponta que o direcionamento do governo era para federalizar apenas instituições que possuíssem infraestrutura suficiente para seu funcionamento, conforme “alta conveniência” a ser analisada pelo Conselho Federal de Educação. Isso porque muitas das instituições federalizadas anteriormente estavam à beira da falência e precisavam, justamente, da federalização para se manterem. Na mesma esteira, os gastos anuais com o ensino superior, no início da década de 1960, chegavam perto dos 30 bilhões de cruzeiros, enquanto os gastos com outros níveis de ensino não chegavam, juntos, a 10 bilhões.

As federalizações estavam sendo, portanto, contidas e as instituições que as conseguiam contavam com a articulação de sujeitos influentes, como era o caso do deputado Rondon Pacheco, em Uberlândia, no que se refere à federalização da UnU, tornou-se a UFU em 1978. Por outro lado, interessava ao governo agregar as instituições de ensino superior à rede pública como estratégia de controle e como peça para o desenvolvimento do país. As universidades mistas eram um bom caminho para se alcançar esse objetivo com menor investimento de recursos públicos e, por congregarem

¹³⁹ Consta na ata da Congregação da FMTM, do dia 10 de outubro de 1967, que Lauro Savastano Fontoura e Randolfo Borges Júnior votaram a favor do ingresso da FMTM na universidade que seria criada em Uberaba sob a forma de fundação.

escolas públicas e particulares, as fundações eram consideradas ideais, já que poderiam contar com recursos estatais e privados.

Ademais, no caso específico de Uberaba, havia também questões relacionadas à propriedade das instituições privadas, em sua maioria, pertencentes a Mário Palmério. Conforme relato do Ex-aluno CAGV, sua proximidade de Mário Palmério permitiu que percebesse o desejo que este tinha de criar uma universidade privada na cidade. Portanto, a federalização de suas faculdades ia de encontro a esse objetivo. A junção das faculdades isoladas seria interessante para ele – e para os demais proprietários de instituições privadas de ensino superior –, caso fosse possível manter a natureza jurídica privada que elas já tinham. Criar a universidade como fundação seria um caminho para isso.

Todavia, considerando que as fundações são entidades de direito privado, a FMTM entendeu que se agregar a uma universidade dessa natureza seria como privatizar-se. Embora fosse continuar uma faculdade pública dentro da nova universidade, a Congregação concluiu que esse processo seria um retrocesso, já que a própria transformação da FMTM em autarquia já havia sido aprovada por esse conselho em 1966¹⁴⁰.

Havia, ainda, questões ligadas à autonomia, ou ao poder decisório, da instituição, pois, conforme o Ex-aluno CAGV, pensava-se que se a FMTM se unisse às demais escolas isoladas, ela seria minoria, já que era a única pública. Assim, em processos de deliberação, os interesses privados se sobrepujariam.

Nós colocamos, eu coloquei principalmente, como presidente do centro acadêmico, esse obstáculo, de não aceitar. Porque na Universidade do Triângulo Mineiro tinha muitas escolas e elas não iam entrar, eram todas particulares e davam um lucro tremendo. Então nem adiantava querer encrencar com eles que não conseguia. Então eu sempre incutia na cabeça deles lá, quando conversava, chamava para conversar, o professor Mauritano, por exemplo, conversava muito comigo, adquiriu muita confiança, viu a minha bandeira política estudantil, então eu conversava com ele sobre a finalidade, certo? [...] Se fosse uma votação nós perdíamos. Eu tinha medo dessa palavra “votação”. Porque junta os corpos docentes, a união da Odontologia, Farmácia, então iam superar a nossa. [...] Porque os outros eram particulares e eram mais que nós (EX-ALUNO CAGV, 2022).

Por isso, em reunião do dia 10 de abril de 1967, os membros da Congregação da FMTM sinalizaram serem contrários à aglutinação da Faculdade de Medicina às demais

¹⁴⁰ A FMTM foi transformada em autarquia por meio do Decreto n.º 70.686, de 7 de junho de 1972, junto com estabelecimentos isolados de ensino superior, a saber, a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, a Escola Federal de Engenharia de Itajubá, a Escola Superior de Agricultura de Lavras, a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas e a Faculdade de Odontologia de Diamantina. outros.

faculdades da cidade para a criação de uma universidade que fosse, em sua natureza jurídica, uma fundação. Assim consta na ata: “A Congregação votou contra a agregação da Faculdade à Universidade Federal de Minas Gerais, bem como transformá-la em estabelecimento particular para compor uma universidade regional ou local” (FMTM, 1967, p.81).

Enquanto isso, o movimento universitário uberabense em prol da criação da universidade prosseguia e comissões iam sendo montadas sob sua organização, articulando-se a vereadores para pressionarem o governo federal. O jornal *Lavoura e Comércio*, em 9 de maio de 1967, revelou que os alunos integrantes dessas comissões produziram relatórios e elaboraram dossiê para apresentar aos deputados federais, organizando informações sobre a população uberabense e as faculdades da cidade, colhendo assinaturas de professores que aderiram ao movimento e de outros elementos que demonstrassem a relevância da criação da universidade. Além disso, havia assembleias nas faculdades, a fim de debater encaminhamentos entre os estudantes. O referido jornal encerrou a matéria declarando apoio ao movimento dos estudantes “pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro, por uma aspiração que vai se concretizar” (LAVOURA E COMÉRCIO, 09 mai. 1967, s./p.).

De fato, ainda no mês de maio, uma delegação formada por universitários e vereadores de Uberaba foi a Brasília tratar da criação da universidade. Interessante ressaltar a participação do deputado Rondon Pacheco nas negociações em torno de tal intento. O jornal *Lavoura e Comércio*, em 15 de maio de 1967, cita que esse deputado, então chefe da Casa Civil, recebeu cordialmente os estudantes e colocou-se à disposição da causa pleiteada. Na ocasião, o ministro da Educação, Tarso Dutra, comprometeu-se a enviar um emissário a Uberaba para estudar a viabilidade da criação da universidade na cidade, condicionando sua decisão aos resultados desse estudo.

Um fato importante relatado por essa matéria, é que os estudantes também refutaram a ideia de uma universidade mista (agregando faculdades públicas e privadas). E essa era, justamente, a ideia do MEC para a universidade a ser criada em Uberaba, o que pode ser percebido em declaração do então prefeito de Uberaba, João Guido, em entrevista ao jornal *Lavoura e Comércio*, quando regressou de viagem a Brasília e assim se referiu ao encontro que teve com o ministro da Educação:

Demonstrando estar perfeitamente a par do assunto, o titular da Educação revelou que estudou meticulosamente. [...] A Universidade de Uberaba vai ser criada, contando com uma escola federalizada, a de Medicina, e as demais

escolas particulares agregadas (LAVOURA E COMÉRCIO, 02 jun. 1967, s./p.)¹⁴¹.

Essa ideia, conforme apresentado anteriormente, foi refutada, sobretudo pela FMTM. No entanto, na ocasião do encontro entre o prefeito de Uberaba e o ministro da Educação, o encaminhamento da universidade mista parecia certo, conforme demonstra o restante da matéria:

O ministro Tarso Dutra informou oficialmente ao prefeito João Guido que será imediatamente criada a Reitoria da Universidade de Uberaba. Um emissário especial virá à Uberaba, a fim de proceder ao levantamento definitivo do assunto. Para a instalação da Reitoria e do Conselho Universitário, criando-se, assim, a Universidade de Uberaba, será liberada a verba de 500 milhões de cruzeiros velhos. O Conselho Universitário será instalado sem ônus de qualquer espécie para as escolas particulares (LAVOURA E COMÉRCIO, 02 jun. 1967, s./p.).

A questão da universidade mista foi retomada pelo diretor do Ensino Superior do MEC, Epílogo Campos, quando esteve em Uberaba para tratar da criação da universidade. Ao falar a professores e alunos, no dia 9 de junho de 1967, declarou-se identificado com o interesse de fundação da universidade, nos mesmos moldes do que havia feito no estado do Pará, ou seja, uma universidade formada por uma Faculdade Federal de Medicina, e as demais faculdades privadas como agregadas. Embora a reitoria da instituição fosse ser mantida pela União, os alunos das faculdades agregadas continuariam a pagar suas anuidades.

Frisou, a propósito, que a situação do país não permite que seja criada, de imediato, uma universidade absoluta, ou seja, constituída somente por faculdades federais. Entretanto, depois de levada avante a iniciativa a que o governo agora se propõe, terá sido dado o primeiro, e decisivo, passo para conseguir a universidade absoluta (LAVOURA E COMÉRCIO, 10 jun. 1967, s./p.).

No final do mesmo mês, o referido diretor reuniu-se com as instituições de ensino superior de Uberaba para tratar da criação da universidade. Na ocasião, ele apresentou um anteprojeto de lei, “cópia fiel e adaptada da lei que criou a Universidade do Maranhão”. A FMTM debateu o documento e considerou mais uma vez que ele não atendia às necessidades da instituição. Na ocasião, o professor Lauro Savastano Fontoura foi instado a estudar melhor a proposta do MEC (FMTM, 1967, p.94). Posteriormente, na reunião de julho da Congregação da FMTM, ele explicou aos

¹⁴¹ Entrevista com a mesma temática foi concedida pelo prefeito de Uberaba ao jornal *Correio Católico*, de 2 de junho de 1967.

colegas que, para agregar a Faculdade de Medicina às instituições privadas, a universidade teria mesmo de ser criada sob a forma de fundação. A referida agregação nunca foi aprovada pela Congregação da FMTM.

Embora o jornal *Correio Católico*, em 28 de junho de 1967, tenha noticiado que o presidente da República, Costa e Silva, viria a Uberaba no mês seguinte para assinar a criação da universidade na cidade, a questão arrastou-se até o final do ano. Então, em 7 de outubro, uma comissão liderada pelo então prefeito de Uberaba, João Guido, deslocou-se até Uberlândia para reunir-se com o ministro da Educação e o diretor do Ensino Superior que lá estavam. Participaram do encontro representantes das faculdades particulares de Uberaba, bem como o desembargador Lauro Fontoura, o diretor da FMTM, Alfredo Sabino, além de representantes da Aciu (mantenedora da Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro) e da ABCZ, demonstrando a influência desses segmentos nos rumos da educação superior na cidade.

Na ocasião, a comissão apresentou ao MEC a necessidade de auxílio financeiro para as faculdades privadas de Uberaba, em especial, para a Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro, que mantinha as Faculdades de Engenharia, Odontologia e Direito, a fim de se concluírem as obras da Cidade Universitária, já em andamento¹⁴². Após a conclusão desta, os alunos poderiam ter aulas em prédios com melhores condições de funcionamento, conforme pleiteado por eles.

No mês anterior, alunos da Faculdade de Engenharia do Triângulo Mineiro haviam ocupado edifícios em construção da dita Cidade Universitária como forma de protesto. em relação a isso, Mário Palmério, um dos responsáveis pela Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro, em declaração ao jornal *Lavoura e Comércio* de 21 de setembro de 1967, informou que não se opunha a iniciativas do governo federal no sentido de resolver de forma definitiva o problema das faculdades por ele administradas. No entanto, não autorizava os alunos a angariarem recursos de forma não oficial com particulares – como havia sido feito pelos alunos da FMTM na Operação MED.

Restava pleitear ao MEC a liberação de mais recursos do governo federal, o que intentava essa comissão uberabense na referida reunião na cidade de Uberlândia. Todavia, a resposta do MEC foi negativa quanto ao repasse de mais verbas, porém positiva para a criação da universidade pleiteada para a cidade sob a forma de fundação.

¹⁴² Atual *campus* universitário da Uniube.

Assim, daquele encontro, nasceu um documento publicado nos jornais *Lavoura e Comércio e Correio Católico*, de 9 e 10 de outubro, respectivamente, resolvendo:

Constituir a Fundação Universitária Federal de Uberaba, com sede no município de Uberaba, Est. De Minas Gerais. Resolveram [...] agrupar: Faculdade de Medicina Federal do Triângulo Mineiro, Ciências Econômicas, Faculdade de Filosofia, bem como, criar uma Faculdade Superior de Música que seria a transformação do atual conservatório ou instituto, tentar reabrir a Faculdade de Enfermagem, ou ainda, criar Faculdade de Serviços Sociais, ou ainda a Escola Superior de Agronomia ou Veterinária, aproveitado as atuais instalações do IPEACO de Uberaba, e mesmo criar uma nova Faculdade de Engenharia, que teria prioridade sobre as demais, tudo com o objetivo de criação de uma Universidade em Uberaba (LAVOURA E COMÉRCIO, 09 out. 1967, s./p.).

O protocolo firmado demonstra a falta de clareza quanto aos rumos que se desejava, de fato, dar para o ensino superior na cidade. Não foi tratada a questão da federalização de todas as faculdades, e ainda foi incluída a intenção de se criar novas faculdades sem deixar claras suas fontes de custeio. O resultado disso é que a Fundação Universitária Federal de Uberaba não saiu do papel.

A assinatura desse documento foi considerada pelo CAGV da FMTM como “uma posição apressada e inadequada tomada contra os estudantes de Medicina, contra os professores, contra todo um passado de duras lutas” (LAVOURA E COMÉRCIO, 18 out. 1967, s./p.). Isso, justamente, pelo fato de a universidade ser proposta com a natureza jurídica de fundação e não de autarquia.

Dessa forma, dias depois, a FMTM manifestou-se contrária à sua vinculação à referida universidade, mesmo tendo o seu diretor, Alfredo Sabino, assinado documento favorável a ela em Uberlândia no dia 7 de outubro de 1967.

O Ex-aluno CAGV afirmou que havia grupos internos que eram, sim, favoráveis à privatização da FMTM e que, inclusive, isso chegou a ser assinado pela direção da faculdade. Infere-se que o entrevistado possa estar se referindo a esse documento. Todavia, isso não está claro, já que ele afirma que um documento chegou a ser assinado também por outros professores.

Isso aí está escondido, né. Porque quando fizeram uma reunião da congregação, raros professores contra não assinaram, como Mauritano, o Jorge Azôr, eles não assinaram, mas foi assinado pela maioria, porque não tinha sangue de luta lá dentro da escola, como o Jorge Azôr, por exemplo, que foi fundador. O Jorge Furtado foi fundador, forte. [...] Era só um grupo de certos professores que queria ganhar dinheiro. Imagina, uma mensalidade que hoje está pagando nove mil cada aluno... Ah Nossa Senhora, o lucro, né. [...] Quando foi pra eu assinar, eu fiz a coisa mais bonita do mundo, foi a primeira vez que eu comi metade de um papel. Assinei, amassei, engoli metade e saí correndo. [...] Isso não tem registro porque pra eles agora que

virou aquele monumento, todo mundo falou: Você assinou? Não, não, não. Virou monumento lá, aquela beleza toda (EX-ALUNO CAGV, 2022).

Embora este fato não esteja tão bem elucidado, registra-se aqui o depoimento do entrevistado, a fim de evidenciar que havia disputas de interesses em jogo, permeando as decisões que eram tomadas no âmbito da faculdade. As atas e outros documentos aqui tomados como fontes podem, de fato, não ter discorrido sobre a totalidade dos acontecimentos, sendo necessárias novas investigações científicas para melhor compreensão desse episódio.

Sabe-se, todavia, que no dia 10 de outubro de 1967, a Congregação da FMTM reuniu-se, com a presença de alunos do CAGV, registrando em ata: “A Congregação concorda que a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro participe de uma Universidade de Uberaba sob a forma autárquica” (FMTM, 1967, p.100). Os únicos votos contrários a essa decisão foram dos professores Lauro Savastano Fontoura e Randolpho Borges Júnior.

Em 11 de outubro, o jornal *Lavoura e Comércio* publicou que a FMTM considerava que seu ingresso na fundação representaria a sua desfederalização: “É lamentável que surgida a oportunidade de se criar uma Fundação Universitária Federal em Uberaba, ao invés de união das forças, [...] observa-se justamente o contrário” (LAVOURA E COMÉRCIO, 11 out. 1967, s./p.).

Em face dessa publicação, o CAGV pediu aos jornais *Correio Católico* e *Lavoura e Comércio* a publicação da *Carta ao Povo de Uberaba*, onde explicava a não participação da FMTM na Fundação Universitária proposta para a cidade. Segundo a referida carta, a decisão tomada pela Congregação da FMTM havia sido referendada, também, pelos estudantes.

De acordo com o artigo 85 da Lei de Diretrizes e Bases, todo estabelecimento federal isolado de ensino superior deverá optar por um sistema autárquico ou por um sistema de fundação. [...] Face à reforma administrativa brasileira, a única maneira de permanecermos como estabelecimento de ensino federal seria a opção para o sistema autárquico. Qualquer interpretação contrária a esta não se assenta na verdade expressa da reforma administrativa do país, mas é fruto indiscriminado da defesa dos interesses particulares da mistificação e da irresponsabilidade. Qualquer sistema de fundação trata-se de organismo particular e não federal (LAVOURA E COMÉRCIO, 18 out. 1967, s./p.).

A negativa de participação da FMTM na pretendida universidade pode ter, pelo menos, três motivações; algumas explícitas, como o receio de integrar uma entidade que não fosse autárquica; e outras implícitas, como o temor da perda de poder de decisão e,

ainda, incertezas relacionadas à manutenção da qualidade do serviço prestado pela instituição após a sua incorporação pela pretensa Fundação Universitária Federal de Uberaba. Sobre isso, Teixeira (2005) elucida que as faculdades de Medicina, historicamente, são pouco abertas a mudanças por vezes necessárias, entretanto, apresentam boa consciência acerca dos padrões necessários à formação médica. Por isso, o autor explica que, nesse processo de expansão do ensino superior, acentuado desde a década de 1940, as escolas de Medicina são as mais resistentes à ampliação de suas instituições, seja pelo aumento de vagas, seja pela criação de novos cursos.

Pode-se entender, dessa forma, que essa resistência da FMTM tenha origem em um combinado de receios relacionados à perda de autonomia e ao zelo pela manutenção dos padrões de formação de seus acadêmicos.

Além desses fatores, de acordo com o que apontou o Ex-aluno CAGV, já havia uma ideia, ainda não estruturada, de que a FMTM viesse a se tornar uma universidade, criando novos cursos, porém, a partir do curso de Medicina.

Porque não adianta. Ou nós criamos uma Universidade do Triângulo Mineiro, a Medicina, e ela cria as outras faculdades do Triângulo Mineiro. Nós éramos a favor da criação da universidade com a Faculdade de Medicina só, e essa faculdade criava o resto. [...] Não tinha nada estruturado. Pensava-se em Odontologia, Farmácia, coisa mais fácil de ser criada. (EX-ALUNO CAGV, 2022).

Essa intenção ainda parecia distante de ser concretizada, já que outras ideias de universidade rodeavam a FMTM. Além disso, conforme relatou o ex-aluno em entrevista, a instituição enfrentava dificuldades para viabilizar suas práticas médicas, já que os hospitais conveniados passavam por diversos problemas financeiros. Nesse contexto, os estudantes, em especial por meio do CAGV, empreenderam esforços no sentido de federalizar a Santa Casa, como forma de fazê-la receber repasses do governo federal¹⁴³. O Ex-aluno CAGV relata parte da luta encabeçada pelos estudantes, com apoio de docentes, descrevendo detalhes de uma greve realizada com acampamento em Brasília, articulações políticas e outras questões que demonstram, dentre outros aspectos, que a FMTM estava envolvida em outras demandas não ligadas a sua expansão e transformação em universidade a partir do curso de Medicina.

Ademais, esmoreceu o movimento pela criação da universidade em Uberaba, já que não foi possível aglutinar as instituições privadas à FMTM pelos motivos já

¹⁴³ O Decreto nº 60.837, de 8 de junho de 1967, autorizou a incorporação da Santa Casa ao patrimônio da FMTM, tornando-a uma entidade federal.

apresentados. Também o próprio movimento estudantil, no seio do qual nascera a proposta universitária, acabou enfraquecido, como aconteceu em outras partes do país, devido, principalmente, à repressão militar (BARBOSA, 2002).

Conforme Franco (2020), diversas pesquisas evidenciam esse esmorecimento do movimento estudantil a partir da década de 1980, ao lado do esvaziamento do protagonismo político da juventude.

CAPÍTULO 3 – O PROJETO DE TRANSFORMAÇÃO DA FMTM EM UNIVERSIDADE ESPECIALIZADA EM SAÚDE (1985 A 2002)

3.1 ENSINO SUPERIOR FEDERAL ONEROSO E POUCO EFICIENTE: JUSTIFICATIVAS PARA A REDUÇÃO DE SEU FINANCIAMENTO

Na década de 1990, a FMTM encabeçou oficialmente o projeto de expandir-se e tornar-se uma universidade especializada no campo da saúde. A motivação para que a instituição passasse a pleitear essa transformação adveio do prestígio alcançado pelos dois cursos de graduação ofertados à época, considerando a formação acadêmica de seu corpo docente e os programas de pesquisa em andamento. O foco na saúde enquanto área de conhecimento foi definido a partir da experiência acumulada pela instituição, da estrutura física construída até então, bem como, novamente, da área de formação dos próprios professores, já que todos esses elementos estavam voltados para a qualificação em saúde.

Todavia, antes que se possam analisar melhor essas questões, é preciso compreender o contexto político e educacional no qual estava inserida a FMTM, pois isso permite que se conheçam as razões pelas quais esse projeto de transformação em universidade tramitou por 13 anos, de 1993 a 2005 – existindo em mais de uma versão – até ser, finalmente, aprovado.

Desse modo, inicia-se destacando que, a partir de meados da década de 1970, assim como outros países da América Latina, o Brasil enfrentou um período de estagnação em seu crescimento econômico, especialmente em razão da alta inflação e do endividamento externo, o que contribuiu para o enfraquecimento do governo militar, a partir, sobretudo, da perda de apoio da classe média, principal afetada pela crise que estava em curso.

Declinavam os movimentos desenvolvimentistas nacionais aflorados após a Segunda Guerra Mundial e vislumbrava-se uma economia cada vez mais globalizada, na qual os países ricos fortaleciam seu domínio sobre países periféricos que atravessavam quadros de recessão. Nesse contexto de tensões entre a defesa do Estado-nação e a supremacia da globalização, as ditaduras, em geral nacionalistas, já não eram interessantes para o mercado internacional. Por isso, países como os Estados Unidos, que anteriormente haviam apoiado ditaduras na América Latina, passaram a criticar a

violência e os crimes cometidos por governos ditatoriais (MONIZ BANDEIRA, 2014; PAULA, 2007). Assim, o governo militar no Brasil foi se enfraquecendo por perder suas bases de sustentação internas e externas.

Na esperança de retomada do crescimento econômico do país, José Sarney – que assumiu a presidência em 1985,¹⁴⁴ após a internação e morte de Tancredo Neves por complicações de saúde – lançou, em 1986, o Plano Cruzado (trocando a moeda brasileira de cruzeiro para cruzado), que, apesar do sucesso inicial, entrou em colapso no mesmo ano, não conseguindo conter a inflação.

Essas questões são importantes para que se possa analisar a relação entre a crise econômica instalada e as políticas educacionais implementadas, já que os investimentos em educação passaram a ser contidos em prol da necessidade de contínuos remendos na economia, interrompendo a expansão, especialmente, da rede federal de ensino superior, em curso até a década de 1970 (CORBUCCI, 2004).

Destaca-se que, no início do mandato de Sarney, o MEC havia conseguido uma vitória importante, passando a receber 13% dos recursos orçamentários do país, o segundo maior orçamento entre os ministérios. No entanto, sob os efeitos da estagnação econômica, a máquina estatal foi considerada uma das vilãs do crescimento do país, vista como onerosa e ineficiente, o que justificaria os cortes orçamentários que se seguiram, inclusive no próprio MEC, dificultando a criação e a ampliação de instituições públicas de ensino superior, apesar da crescente demanda por vagas nesse nível de ensino.

Em 1985, houve tentativas de se realizar uma reforma universitária com a criação da Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior (CNRES)¹⁴⁵ e, posteriormente, do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (Geres)¹⁴⁶, em 1986. A CNRES, em seu relatório final, intitulado *Por uma nova política para a educação superior brasileira*, considerou que, mesmo a Reforma Universitária

¹⁴⁴ Após o período ditatorial, o Brasil teve como presidente, eleito pelo Colégio Eleitoral (mecanismo utilizado pelos militares para a escolha dos presidentes), Tancredo Neves, que, por complicações de saúde que o levaram a óbito, não chegou a governar, sendo substituído por José Sarney, que ficou no poder de 1985 a 1990. Em seguida, já por voto popular direto, foi eleito Fernando Collor de Mello que, em virtude de corrupção, sofreu *impeachment* em 1992 e foi substituído por seu vice, Itamar Franco, terminando o mandato em 1994. Em seguida, vieram dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), até a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, que permaneceu na presidência de 2003 a 2010.

¹⁴⁵ Formada por 24 membros de diferentes formações e atuações públicas, havendo representantes do Conselho Federal de Educação, do Conselho Federal da Cultura, dirigentes de instituições superiores, professores e estudantes universitários, sindicalistas e até um assessor da presidência do Banco Itaú.

¹⁴⁶ Instituído como grupo interno do MEC, formado por cinco membros, tendo alguns participado da elaboração do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (Paru), criado em 1983 com o objetivo de avaliar a Reforma Universitária de 1968.

de 1968 tendo definido a universidade como espaço ideal para a oferta do ensino superior, o que se observava, quase vinte anos depois, era que 70% dos estudantes desse nível de ensino encontravam-se em instituições isoladas.

Os estabelecimentos isolados incluem, portanto, tanto instituições de alto nível quanto de qualidade duvidosa; tanto mantidas pelo governo federal quanto por mantenedoras privadas. Seu tratamento legal, no entanto, tem sido similar. Elas não gozam de autonomia didática, e funcionam, supostamente, sob a tutela direta do governo. É provável que, para as instituições de melhor nível, esta tutela seja desnecessária e prejudicial; para outras, ela pode ser insuficiente (CNRES, 1985, s./p.).

Por esse motivo, voltaram a ser discutidas as definições de universidade clássica, especialmente no que diz respeito à sua universalidade, ou seja, sua capacidade de abranger diferentes áreas do saber, excluindo-se, assim, as instituições especializadas em uma única área, o que forçava as isoladas “à criação artificial de cursos em outras áreas do conhecimento” (CNRES, 1985, s./p.).

Em vista disso, a recomendação do CNRES era que as instituições isoladas com capacidade de autogestão acadêmica e administrativa fossem reconhecidas com o status universitário, sem a exigência da universalidade do conhecimento, abrangendo tanto universidades clássicas quanto instituições vocacionadas para áreas específicas, como a tecnológica, a de ciências médicas e outras.

Por fim, chamam a atenção as proposições feitas para a democratização¹⁴⁷ do acesso ao ensino superior, perpassando pela necessidade de criação de cursos noturnos e pela ampliação de bolsas integrais para alunos de baixa renda em instituições públicas e privadas. Essas foram propostas que permaneceram em pauta em todos os governos subsequentes, inclusive no Governo Lula, no qual a FMTM foi transformada em universidade.

Quanto ao relatório elaborado pelo Geres, defendeu-se a unificação dos regimes jurídicos de autarquias e fundações universitárias em uma só instituição que seria definida apenas como “universidade”. As instituições isoladas de ensino superior, como era o caso da FMTM, poderiam ter o mesmo status universitário, gozando de autonomia didática, administrativa e financeira, como as universidades. Esse movimento, contudo, implicava que se discutisse a concepção de universidade atrelada ao ensino e à pesquisa,

¹⁴⁷ Importante destacar que o conceito de democratização, conforme Sato (2018), deve ser problematizado para além da massificação do ensino superior, ou seja, democratizar não é apenas permitir o ingresso. A concepção de democratização pode ser analisada sob diversos e complexos aspectos, que perpassam questões políticas, sociais e materiais, e que culminam na permanência e no sucesso daqueles que ingressam nas instituições superiores.

pois mesmo que o “ideal humboldtiano da universidade de pesquisa permaneça como um paradigma, não há como negar que instituições existem, e continuarão a existir em qualquer nação, cujas funções, por mais úteis que sejam à sociedade, não se ajustam a esse padrão” (BRASIL, 1986, p.6). Ainda nesse sentido o relatório afirmava:

Já pelas normas em vigor, os estabelecimentos isolados podem pleitear a sua transformação em universidade – portanto, o reconhecimento do seu status universitário – adquirindo assim o direito ao uso e da denominação e da autonomia que lhe é consequente. A inovação não residiria pois no reconhecimento do "status", mas sim nas condições para a obtenção desse reconhecimento, ou seja, no conceito e nos critérios dele decorrentes para que uma dada instituição possa receber a denominação de universidade ou, se não quiser usar essa denominação, gozar do status de universidade (BRASIL, 1986, p.7).

A ideia, portanto, era que as instituições isoladas de ensino superior pudessem gozar da mesma autonomia das universidades sem que precisassem se transformar *em* uma estarem tutelada *por* uma universidade, desde que comprovassem capacidade para isso por meio de mecanismos avaliativos definidos pelo governo.

As proposições da CNRES e do Geres foram aqui apresentadas para que se perceba melhor o contexto em que estava organizado o ensino superior nesse período, assim como as discussões que norteavam o destino das instituições, o que, certamente, fez instituições isoladas, como a FMTM, despertarem para a possibilidade de terem o status de universidade. No entanto, houve forte resistência a essas ideias por parte de segmentos sociais organizados, inclusive ligados às universidades, culminando na própria extinção do Geres e no engavetamento de suas análises.

A reforma universitária, por conseguinte, não foi realizada e as instituições de ensino superior seguiram sofrendo com os ajustes orçamentários realizados à época. No caso específico da FMTM, o jornal do CAGV, *O Epíplon*, de maio de 1990, relatou determinação do MEC de contenção de 30% dos recursos destinados às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Já na edição de agosto de 1990, revelou que havia ocorrido, em maio daquele ano, reunião da Congregação da FMTM para deliberar sobre maneiras de se reduzirem os gastos da instituição, conforme exigência do governo federal. A proposta governamental consistia em cortes no quadro de funcionários, o que foi refutado pelos professores da FMTM, tendo em vista que o número de servidores da instituição já era insuficiente.

Assim, em nova reunião realizada em outubro de 1990, os membros da Congregação da FMTM reuniram-se para discutir a alternativa apresentada pelo

governo para liberação de mais verbas, a saber, a criação de novos cursos e a abertura de mais vagas nos cursos já existentes – naquele momento, havia os cursos de graduação em Medicina e em Enfermagem e Obstetrícia, este criado em 1989. Por isso, aprovou-se a criação de novos cursos técnicos, a serem ofertados no Centro de Educação Profissional (Cefores),¹⁴⁸ bem como a ampliação do número de vagas nos cursos de Medicina e Enfermagem e Obstetrícia. Esse seria o caminho para a liberação de recursos por parte do MEC, o que, segundo o citado jornal acadêmico, era praticamente inegociável.

É bom dizer que os alunos presentes [na reunião] se abstiveram de votar, porque não se sentiam bem dando seu aval a este aumento, já que isto se mostra prejudicial à qualidade do ensino. Votar contra seria inútil e até contraditório, já que estaríamos desaprovando as tão necessárias negociações que autorizamos a diretoria a concluir (CAGV, 1990, p.4).

Esse trecho demonstra a contenção de recursos destinados à manutenção das instituições de ensino superior públicas, consideradas, inclusive, as responsáveis pelos gastos “excessivos” em educação. Ademais, culpar o aparelho estatal pela crise econômica vigente era um dos vieses do neoliberalismo, conforme o qual seria preciso redefinir o papel do Estado:

O Estado regulador foi o principal responsável pela crise capitalista vivida pelos países centrais no final da década de 1970, devido à criação de um oneroso sistema de proteção social que, supostamente, teria ocasionado a elevação do déficit público e da inflação e, portanto, deveria ser desintegrado. A redefinição do papel do Estado na economia tinha como objetivos a redução dos gastos públicos, a abertura econômica e o estímulo a livre concorrência (SILVA; COSTA, 2005, p.11).

Destaca-se que o neoliberalismo¹⁴⁹ – lógica revisitada do liberalismo clássico –, consoante o que foi sintetizado por Teodoro (2011) e Anderson (1995), consiste em uma teoria político-econômica voltada para o bem estar e o desenvolvimento humano dentro de uma estrutura caracterizada, dentre outras questões, por forte direito à propriedade privada, ao comércio e a mercado livres, com incentivo à privatização e diminuição da taxa sobre altos rendimentos.

Para o neoliberalismo, o papel do Estado seria, então, garantir essas práticas, bem como criar mercados onde estes fossem inexistentes ou insuficientes – como nos

¹⁴⁸ O Cefores foi criado em 1990, por meio da Portaria SENET/MEC n.º 73, para ser uma escola de ensino profissionalizante, técnico e tecnológico vinculada à então FMTM. Essa escola destina-se ao atendimento de alunos oriundos do ensino médio.

¹⁴⁹ Um dos principais fundadores da doutrina neoliberal foi o economista e filósofo austríaco Friedrich Hayek.

campos da educação, saúde, previdência e outros –, devendo abster-se de intervir ou atuar com intervenção mínima. Seria necessário, então, promover reformas no sentido de favorecer as instituições financeiras, desertando o Estado de sua função de provedor de direitos sociais – dentre eles, a educação – e aprofundando seus vínculos com o mercado globalizado (MANCEBO; SILVA JÚNIOR; SCHUGURENSKY, 2016).

Sobre esses aspectos, Oliveira (1995) defende que, no Brasil, apesar de essas ideias neoliberais terem ganhado mais força na década de 1990, foi no governo militar que se iniciou o processo de dilapidação do Estado brasileiro, que seguiu sem interrupções em governos posteriores, a exemplo do que acontecia em países desenvolvidos.

A eleição de Collor deu-se nesse clima, no terreno fértil onde a dilapidação do Estado preparou o terreno para um desespero popular, que via no Estado desperdiçador, que Collor simbolizou com os marajás, o bode expiatório da má distribuição de renda, da situação depredada da saúde e de todas as políticas sociais (OLIVEIRA, 1995, p.25).

Também Silva Júnior e Sguissardi (2020) afirmam que na década de 1980 houve a preparação política para que, na década seguinte, a crise econômica herdada do governo militar fosse transformada em uma crise do aparelho estatal, bem como das instituições políticas de forma geral.

Ainda nesse contexto, recomendações de organismos internacionais, como o Banco Mundial, sugeriam a necessidade de revisão do volume de gastos públicos em educação, considerando-se a baixa eficiência apresentada pelas instituições educacionais. Desse modo, para o ensino superior, o relatório intitulado *Higher Education Reform in Brazil*¹⁵⁰, apresentado pelo Banco Mundial ao governo brasileiro em 1991, defendia que as universidades tivessem maior autonomia para gerir seu orçamento e quadro de funcionários, realizando pagamentos, demissões, contratações e, inclusive, cobrando taxas de seu alunado. Apesar de a retórica caminhar no sentido de tornar as instituições mais modernas e eficientes, a prática representava mais uma forma de desobrigar o governo para com a manutenção das universidades federais.

A referida proposta chegou a consolidar-se em projeto de emenda constitucional¹⁵¹, elaborada no mesmo ano de 1991 pelo ministro da Educação, José

¹⁵⁰ Reforma do Ensino Superior no Brasil.

¹⁵¹ Sob severas críticas de reitores e de sindicatos de professores e demais servidores administrativos, o projeto de emenda não chegou a ser aprovado. Em 1996, houve nova tentativa, mas a falta de consenso culminou no arquivamento da proposta.

Goldenberg¹⁵², segundo a qual as universidades públicas deveriam constituir-se em uma categoria específica de entidade, que não fosse autárquica nem fundacional, transformando-se em organizações sociais não estatais, regidas pelas regras da administração privada, podendo gozar de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Essa diretriz ia ao encontro do que havia sido proposto pelo Geres quanto ao status universitário, visto que, gozando de autonomia, as universidades contariam com recursos orçamentários fixados (dotação global) e responsabilizar-se-iam pelas despesas de pessoal, incluindo inativos e pensionistas.

Numa economia inflacionária como a brasileira do período, a dotação global era vista como levando as universidades públicas a funcionarem em situação de penúria de recursos ainda maior do que a existente até então, quando pelo menos a folha de pagamento era coberta pelos governos federal e estadual (CUNHA, 1995, p.29).

Em paralelo, o próprio MEC passava por um processo de desmonte, que tentou ser revertido por Itamar Franco, quando assumiu a presidência após o *impeachment* de Collor, em dezembro de 1992. Ainda no que se refere à educação, a maior parte dos esforços do governo de Itamar girou em torno da elaboração do *Plano Decenal de Educação para Todos*, embasado na *Conferência Mundial de Educação para Todos*¹⁵³, da qual o Brasil havia participado na Tailândia em 1990.

As universidades públicas continuavam em debate no que tangia ao repasse de recursos orçamentários para seu custeio. Discussões e projetos de lei foram aventados na direção da cobrança de anuidades dos alunos e até mesmo da transferência de instituições de ensino da União para os estados, o que não foi levado a diante, já que a maioria dos estados não tinha interesse ou condições de assumir o custeio dessas instituições.

Nesse contexto, a FMTM enfrentava as consequências da contenção de gastos com o ensino superior. Exemplifica tal afirmação a nota explicativa publicada no jornal acadêmico *O Epíplon*, de junho de 1994, pelo então diretor da faculdade, Nilson de Camargos Roso, onde explicitava a falta do repasse necessário de verbas do governo federal para manutenção da instituição e do seu Hospital Escola: “A FMTM não recebeu suplementação orçamentária do governo federal, como não ocorreu até o presente momento” (CAGV, 1994, p.3), referindo-se ao último trimestre de 1993 e

¹⁵² José Goldenberg foi reitor da USP de 1986 a 1990 e, dentre outros cargos, esteve à frente do MEC de 1991 a 1992.

¹⁵³ A referida conferência foi realizada em Jomtien-Tailândia, sob a coordenação da Unesco, do Unicef, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Banco Mundial.

início de 1994. Também o jornal *Cidade Livre*, anos mais tarde, rememorando a história da FMTM em seu jubileu de fundação, assim descreveu a crise orçamentária iniciada nessa década de 1990, que perdurou por mais de dez anos:

A FMTM tem enfrentado, a partir da década de 90, uma série de problemas decorrentes da nova ordem econômica mundial e seus reflexos no país, em especial na educação superior. A situação crítica dos hospitais universitários em todo o Brasil reflete-se por aqui também. Outros problemas são o decréscimo geral do orçamento da FMTM e a falta de concessão de ajustes salariais (CIDADE LIVRE, 26 abr. 2003, p.1).

Em um contexto mais amplo, Itamar Franco, “embora não mostrasse entusiasmo pelo neoliberalismo, devido à sua tendência nacionalista, não reverteu, contudo, o programa de reformas econômicas que Collor de Mello, desastrosamente, começara” (MONIZ BANDEIRA, 2014, p.80). Ainda era preciso lidar com taxas de inflação que chegavam à casa dos 50% e, como estratégia de enfrentamento, em seu governo foi lançado o Plano Real, de autoria do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC) – o que, inclusive, garantiu a este a eleição à presidência da República em 1994.

Por sua vez, FHC, ao assumir a Presidência em 1995, deu continuidade a uma série de ações políticas e econômicas que visavam reduzir, sobretudo, a hiperinflação. Dessa forma, orientou-se pela desindexação da economia, bem como pela maior abertura do mercado a investimentos estrangeiros, pelo incentivo às privatizações das empresas e serviços públicos, pelo equilíbrio fiscal, pelo contingenciamento de serviços públicos e pelas políticas monetárias restritivas, que buscavam diminuir a presença do Estado (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2013). O Brasil tornou-se o país das reformas, no entendimento de Silva Júnior e Sguissardi (2020, p.55), catalisando “toda mudança social necessária a sua entrada no processo de mundialização do capital, sob a ótica da ideologia neoliberal”.

Em seu governo, por meio do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), tiveram início diversas ações inspiradas em experiências internacionais, como as dos Estados Unidos e da Inglaterra, dentre elas a desburocratização do Estado, sob o discurso de sua ineficiência. No tocante às políticas educacionais, destaca-se que sofreram importante influência, não apenas do Banco Mundial, mas também da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), dentre outros organismos internacionais

comprometidos com a agenda neoliberal por meio de recomendações que visavam à reversão do modelo de Estado interventor, à reorientação das políticas para o mercado e à privatização.

É preciso esclarecer, no entanto, que essa privatização não se deu de forma literal, já que as instituições escolares públicas não foram privatizadas nos moldes do que aconteceu com algumas empresas públicas¹⁵⁴. No caso das universidades públicas, especificamente, Ghiraldelli Jr. (2009, p.205) destaca que seria inviável a sua privatização, devido a seu grande porte e à incapacidade de gerarem lucro para empresários. Aliás, “os empresários sempre preferiram se utilizar da universidade pública sem ter de comprá-la”. Isso não apenas porque a elite continuamente frequenta os cursos superiores públicos, mas também porque as grandes empresas beneficiam-se das pesquisas desenvolvidas, majoritariamente, nas universidades públicas.

Até mesmo a contenção de recursos para as universidades públicas contribuiu para a sua privatização – no sentido aqui colocado. Isso porque para angariar fundos para pesquisas, e até mesmo para a realização de melhorias na infraestrutura das instituições foi preciso realizar contratos com empresas que promoveram o financiamento de estudos científicos orientados para o mercado e para a transferência de tecnologias das universidades para o setor privado (MANCIBO; VALE; MARTINS, 2015).

A concepção de privatização aqui adotada, portanto, perpassa os objetivos propostos para a educação, voltados ao atendimento de demandas mercadológicas, bem como à progressiva redução de recursos para a manutenção e ampliação das instituições federais, além do estímulo à expansão da rede privada, por meio de subsídios financeiros públicos. “Chama-se “privatismo” ao processo pelo qual a lógica do capital se hegemoniza crescentemente no campo educacional, do qual a ampliação do setor privado de ensino é uma das formas” (MINTO, 2011, p.188). Silva Júnior e Sguissardi (2020) acrescentam:

O processo de expansão do capital tende a reorganizar o espaço social da educação segundo sua própria racionalidade, entretanto, não o fazendo apenas do ponto de vista econômico: no ato mesmo da reorganização econômica, a esfera de natureza simbólico-cultural altera-se, para constituir-se de valores e signos próprios da lógica do capital em um processo de

¹⁵⁴ A Lei n.º 9.491, de 9 de setembro de 1997, que abordava o Programa Nacional de Desestatização, buscava “reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público” (BRASIL, 1997, s./p.).

subsunção do educacional à produção econômica, no contexto da tecnificação da política e da cultura (SILVA JÚNIOR, SGUISSARDI, 2020, p.56).

Quanto à orientação mercadológica das políticas educacionais, Teodoro (2011) esclarece que uma das prerrogativas do neoliberalismo é, justamente, a criação de mercados onde antes não havia. Isso pode ser observado a partir do crescimento importante da participação privada na oferta educacional, especialmente no âmbito do ensino superior¹⁵⁵, bem como em áreas ligadas à saúde, previdência e outras das quais o Estado foi paulatinamente se retirando.

O Estado também se retirou da universidade pública e abriu espaço para a entrada do capital nessa instituição. As Parcerias Público Privadas (PPP), os Fundos Setoriais (FS), a Lei de Inovação Tecnológica (LIT), a “Lei do Bem” etc. são a objetivação do novo ordenamento jurídico que deu guarida à retirada do Estado de sua condição de garantidor da natureza pública da universidade. Aí reside, com contradições mas de forma estrutural, o que se tem chamado de mercantilização da educação superior pública (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2013, p.122).

Sob essa perspectiva mercantilista ou mercadológica, as instituições de ensino deveriam fazer aflorar nos indivíduos suas capacidades empresariais, por meio de elementos como competitividade, flexibilidade, eficácia, eficiência, desregulamentação, produtividade e lucratividade¹⁵⁶, essenciais para que se vencesse o desemprego vigente. Este, a propósito, foi agravado, no período em tela, pela modernização tecnológica em setores de produção, bem como pelo baixo crescimento econômico pós-desenvolvimentismo nacional, fazendo com que diminuíssem as ofertas de emprego formal, sobretudo para os jovens, já que cerca de 3,3 milhões de pessoas com idade entre 15 e 24 anos estavam desempregadas no Brasil (SILVA; COSTA, 2005).

Havia, portanto, a disseminação da ideia de que o desemprego era fruto da falta de qualificação adequada dos trabalhadores, já que as novas tecnologias e relações de trabalho exigiam competências específicas para as quais os candidatos às vagas de emprego eram, em sua maioria, deficientes. No entanto, Silva e Costa (2005) defendem que a inadequação dos trabalhadores não era a causa maior do desemprego, mas sim a política econômica adotada naquele período. Prova disso é que a empregabilidade de pessoas com menor formação escolar e profissional era maior que a de pessoas com níveis mais elevados de escolaridade.

¹⁵⁵ Apesar do crescimento do setor privado no ensino de forma geral, apenas no nível superior o número de matrículas em instituições privadas superou o número de matrículas no setor público.

¹⁵⁶ Assim foi inaugurado o sistema de avaliação do ensino, materializado em exames que visavam ranquear as instituições, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Cursos (Provão).

Fato é que a formação profissional, científica e tecnológica esteve no conjunto das políticas de enfrentamento ao desemprego e de retomada do crescimento do país, conforme afirmou FHC no documento de apresentação de sua proposta de governo:

Na economia globalizada de hoje, a competição é determinada, principalmente, pelas conquistas científicas e tecnológicas. O país terá de avançar – e muito – na reforma da educação e nos estímulos à ciência e tecnologia para que tenha condições de forjar um novo modelo de desenvolvimento, que gere empregos de qualidade superior, impulse inadiáveis transformações sociais e alcance presença significativa na economia mundial. Para chegar a isso, será fundamental estabelecer uma verdadeira parceria entre setor privado e governo, entre universidade e indústria, tanto na gestão quanto no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico (CARDOSO, 2008, p.4).

Conforme o referido documento, a cooperação entre os setores público e privado estava no cerne do projeto de ensino superior do Governo FHC, com vistas a readequações orçamentárias justificadas pelo fato de que o ensino superior federal consumia cerca de 70% a 80% de todas as verbas do MEC, atendendo a apenas 22% dos matriculados nessa etapa de ensino (CARDOSO, 2008). Os cortes no orçamento destinado ao ensino superior da rede pública foram comentados pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em edição do dia 9 de fevereiro de 1998:

O governo determinou redução de 30% nas verbas do ensino superior, conforme reclamação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, que denuncia a atitude como contrária à Lei de Diretrizes e Bases. Essa tungada pode levar à inviabilização das 54 instituições federais de ensino no segundo semestre. O presidente não se contenta em não investir um centavo na universidade pública; quer desestruturar a rede para justificar sua privatização – ainda que disfarçada em forma de parcerias com a iniciativa privada, que ditam regras conforme os valores que aplicam (FOLHA DE SÃO PAULO, 1998 apud SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2020, p.133).

Apesar do argumento de que as instituições de ensino superior públicas eram dispendiosas demais diante de seus resultados, tem-se que o ensino superior em qualquer país do mundo é mais oneroso que outras etapas de ensino, conforme argumenta Corbucci (2004). O problema brasileiro não estava, portanto, no montante orçamental, nem na ineficiência e elitização invocadas, mas sim na insuficiência de recursos destinados à educação básica, dificultando a oferta de um ensino de qualidade.

Em países desenvolvidos, a proporção de orçamentos destinados ao ensino superior e ao ensino básico girava em torno de 1 para 3, enquanto no Brasil essa relação era de 1 para 14, considerando apenas o ensino fundamental. Essa proporção parece inadequada quando são tomados os dados referentes ao analfabetismo entre jovens e adultos à época, girando em torno de 25%. Além disso, a insuficiente qualidade na

oferta da etapa básica sempre interferiu de forma negativa nas chances de as classes mais pobres ingressarem nas universidades públicas, em geral, mais concorridas¹⁵⁷.

Entretanto, respaldando-se no discurso do gasto excessivo com a manutenção das Ifes e da sua baixa eficiência – o que desconsiderava a complexidade do ensino superior, bem como dos serviços e produtos ofertados pelas instituições –, o governo propunha vincular o orçamento destas à avaliação de seu desempenho, especialmente, quanto ao número de alunos formados, às pesquisas realizadas e aos serviços prestados. Ademais, objetivava-se a racionalização dos recursos e a utilização da capacidade ociosa dessas instituições federais, para que se aumentassem as matrículas e fossem criados cursos noturnos¹⁵⁸.

A proposta de governo de FHC contemplava, ainda, as instituições de ensino superior privadas, as quais também deveriam passar por avaliações de qualidade para que pudessem aderir ao sistema de crédito educativo, bem como para o recebimento de auxílio federal, no caso das comunitárias.

No contexto apresentado, a rede privada de ensino beneficiou-se de decisões políticas tomadas desde o Governo Itamar Franco e reforçadas por FHC, como a extinção do Conselho Federal de Educação, substituído pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Este, com reduzido poder decisório, e exercendo funções consultivas e de assessoramento ao MEC, proporcionou menor entrave ao credenciamento e ao reconhecimento de cursos e instituições privadas, favorecendo a expansão da rede particular de ensino superior.

O objetivo principal dessa medida foi o de expandir a oferta de vagas sem, no entanto, ampliar a participação da rede federal e, conseqüentemente, dos gastos da União. Para tanto, foram acelerados e facilitados os processos de autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e instituições do setor privado, por parte do CNE. Com isso, favoreceu-se consideravelmente a expansão desse nível do ensino, por intermédio da iniciativa privada (CORBUCCI, 2004, p.682).

Dessa maneira, com certa desregulamentação do setor privado, em consonância com as prerrogativas neoliberais, os critérios para a criação de cursos e instituições

¹⁵⁷ Batista (1993) demonstrou que, em 1991, dos 1.570 mil alunos do ensino superior, a maior parte era formada por trabalhadores matriculados em instituições privadas, principalmente em cursos da área das Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (56%), seguida da área das Ciências Exatas e da Terra (12%), Linguística, Letras e Artes (10%), Ciências da Saúde (10%), Engenharia e Tecnologia (8%), Ciências Agrárias (2%) e Ciências Biológicas (2%).

¹⁵⁸ Esse entendimento também permeou as políticas educacionais do governo seguinte, sob a presidência de Lula, conforme as *Diretrizes gerais do REUNI – Reestruturação e expansão das universidades federais*, de 2007.

privadas foram flexibilizados, resultando na sua expansão, considerando-se que, em décadas anteriores, existiam, majoritariamente, universidades e faculdades privadas de caráter confessional.

Cita-se que, em âmbito legal, apesar da diferenciação entre instituições educacionais com e sem fins lucrativos ter passado a existir em 1997, desde a reforma de 1968, principalmente, veio crescendo o número de instituições de ensino superior que obtinham lucro de suas atividades, por vezes mascarando o excedente das mensalidades cobradas dos alunos, o que, para Almeida (2020), configurava um financiamento público indireto para empresários do setor privado.

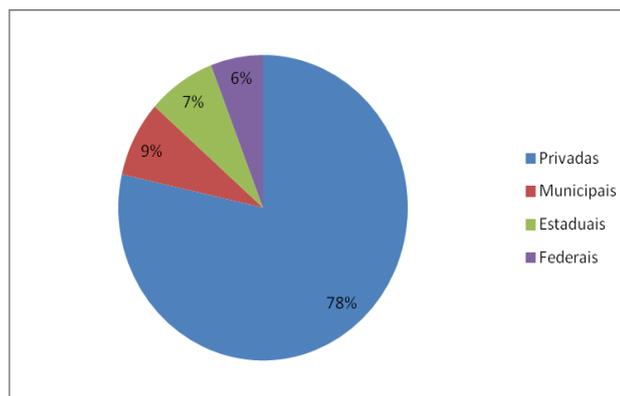
3.2 AS POLÍTICAS DE ENSINO SUPERIOR DOS ANOS DE 1990 E A EXPANSÃO DA REDE PRIVADA

Pode-se afirmar que o sistema universitário brasileiro, na década de 1990, em coerência com o cenário político-econômico apresentado, ancorou-se na expansão das instituições privadas, dando sequência ao movimento iniciado durante o regime militar (MANCIBO; VALE; MARTINS, 2015). Aguiar (2013, p.80) esclarece que, diante da impossibilidade de reformar o ensino superior público, bem como da decisão de não ampliá-lo nos moldes existentes, “o governo de FHC, implicitamente, assume que a tarefa da expansão da taxa de matrículas, do número de instituições, sua interiorização etc., inadiável, caberia prioritariamente ao setor privado”.

Dados extraídos do PNE (2001-2011)¹⁵⁹ (BRASIL, 2001) mostram que havia 973 instituições de ensino superior no país, das quais aproximadamente 764 (78%) eram privadas; 78 (9%), municipais; 74 (7%), estaduais; e 57 (6%), federais. Destas, apenas cerca de 9% estavam organizadas como universidades, o restante era composto por instituições isoladas, como a FMTM (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2020).

¹⁵⁹ Aprovado pela Lei n.º 10.172, de 09 de janeiro de 2001.

Figura 13 – Natureza das instituições brasileiras de ensino superior (1998)



Fonte: BRASIL (2001).

Esses dados consideraram instituições de ensino superior de diferentes naturezas, a saber, faculdades, faculdades integradas, centros universitários, institutos superiores ou escolas superiores e universidades¹⁶⁰. Contudo, levando-se em consideração apenas as universidades, percebe-se que houve um crescimento exponencial de instituições privadas. Se durante os 21 anos de governo militar foram criadas oito universidades privadas, de 1985 a 2002 (17 anos) foram criadas 61 universidades desta mesma natureza.

Por outro lado, tem-se que, durante a ditadura civil-militar foram criadas 23 universidades públicas, ao passo que, de 1985 a 2002, foram criadas 25. Embora a criação de universidades públicas tenha se mantido no mesmo patamar, a criação de universidades privadas foi sete vezes maior, e, dando sequência à tendência iniciada nos anos anteriores, poucas delas tinham caráter confessional. Os dois quadros que se seguem mostram as universidades criadas no período pós-ditadura civil-militar até o final de 2002, ano em que se encerrou o mandato de FHC.

¹⁶⁰ As instituições de ensino superior, nessa época, estavam classificadas nas seguintes categorias: faculdades, faculdades integradas, escolas superiores ou institutos superiores, centros universitários e universidades, conforme o Decreto n.º 2.306, de 19 de agosto de 1997, já revogado. Atualmente, o Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017, organiza as instituições em faculdades, centros universitários e universidades.

Quadro 6 – Universidades privadas criadas no Brasil (16 de março de 1985 a 31 de dezembro de 2002)

	<i>Universidade</i>	<i>Ano do ato de criação da universidade</i>
1	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	1985
2	Universidade São Francisco	1985
3	Universidade de Ribeirão Preto	1985
4	Universidade Metropolitana de Santos	1985
5	Universidade Católica de Santos	1986
6	Universidade do Sagrado Coração	1986
7	Universidade Guarulhos	1986
8	Universidade Estácio de Sá	1988
9	Universidade Luterana do Brasil	1988
10	Universidade Paulista	1988
11	Universidade de Cuiabá	1988
12	Universidade de Uberaba	1988
13	Universidade de Alfenas José do Rosário Vellano	1988
14	Universidade de Cruz Alta	1988
15	Universidade de Marília	1988
16	Universidade do Vale do Itajaí	1989
17	Universidade do Sul de Santa Catarina	1989
18	Universidade Camilo Castelo Branco	1989
19	Universidade Brasil	1989
20	Universidade São Judas Tadeu	1989
21	Universidade Vale do Rio Doce	1992
22	Universidade Veiga de Almeida	1992
23	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	1992
24	Universidade do Vale do Paraíba	1992
25	Universidade Cidade de São Paulo	1992
26	Universidade do Grande ABC	1992
27	Universidade da Amazônia	1993
28	Universidade Salgado de Oliveira	1993
29	Universidade Católica Dom Bosco	1993
30	Universidade da Amazônia	1993
31	Universidade Paranaense	1993
32	Universidade Iguazu	1993
33	Universidade de Santa Cruz do Sul	1993
34	Universidade Católica de Brasília	1994
35	Universidade do Grande Rio	1994
36	Universidade de Santo Amaro	1994
37	Universidade Bandeirante de São Paulo	1994
38	Universidade de Sorocaba	1994

39	Universidade Tiradentes	1994
40	Universidade Castelo Branco	1995
41	Universidade Potiguar	1996
42	Universidade do Oeste de Santa Catarina	1996
43	Universidade da Região de Joinville	1996
44	Universidade Santa Cecília	1996
45	Universidade Salvador	1997
46	Universidade Norte do Paraná	1997
47	Universidade Presidente Antônio Carlos	1997
48	Universidade Vale do Rio Verde	1997
49	Universidade Tuiuti do Paraná	1997
50	Universidade Cândido Mendes	1997
51	Universidade Severino Sombra	1997
52	Universidade do Contestado	1997
53	Universidade do Oeste Paulista	1997
54	Universidade Metodista de São Paulo	1997
55	Universidade Anhembi Morumbi	1997
56	Universidade do Extremo Sul Catarinense	1997
57	Universidade Feevale	1999
58	Universidade do Planalto Catarinense	1999
59	Universidade Patativa do Assaré	2001
60	Universidade Comunitária Regional de Chapecó	2002
61	Universidade da Região da Campanha	1989 a 2017

Fonte: Página eletrônica E-MEC. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2023¹⁶¹.

Quanto às universidades públicas, são as seguintes as instituições criadas no mesmo período – destacando-se que não foram criadas universidades municipais:

Quadro 7 – Universidades públicas criadas no Brasil (16 de março de 1985 a 31 de dezembro de 2002)

	<i>Universidade</i>	<i>Ano do ato de criação da universidade</i>	<i>Natureza</i>
1	Universidade Regional do Cariri	1986	Estadual
2	Universidade do Estado de Minas Gerais	1989	Estadual
3	Universidade Federal de Roraima	1989	Federal

¹⁶¹ Os quadros 6 e 7 foram construídos a partir da seguinte metodologia: foram localizadas na página eletrônica E-MEC todas as instituições de ensino superior com status de universidade (por meio de filtros específicos). Depois, foram isoladas todas as universidades com data de fundação entre 16 de março de 1985 e 31 de dezembro de 2002. Todavia, algumas dessas datas referem-se à fundação das primeiras faculdades ou escolas que deram origem às universidades. Como o que nos interessa é a data de criação da universidade, foram consultados os históricos de todas essas instituições, por meio das suas páginas eletrônicas, para que, por fim, o quadro em questão fosse elaborado.

4	Universidade Federal do Amapá	1990	Federal
5	Universidade Estadual de Montes Claros	1990	Estadual
6	Universidade Estadual do Centro-Oeste	1990	Estadual
7	Universidade do Estado de Santa Catarina	1990	Estadual
8	Universidade Estadual de Santa Cruz	1991	Estadual
9	Universidade Estadual do Norte Fluminense	1991	Estadual
10	Universidade do Estado de Mato Grosso	1993	Estadual
11	Universidade do Estado do Pará	1993	Estadual
12	Universidade Federal de Lavras	1994	Federal
13	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	1994	Estadual
14	Universidade Federal de São Paulo	1994	Federal
15	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul	1997	Estadual
16	Universidade Estadual de Goiás	1999	Estadual
17	Universidade Federal do Tocantins	2000	Federal
18	Universidade do Estado do Amazonas	2001	Estadual
19	Universidade Estadual do Paraná	2001	Estadual
20	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	2001	Estadual
21	Universidade Federal de São João del-Rei	2002	Federal
22	Universidade Federal de Itajubá	2002	Federal
23	Universidade Federal Rural da Amazônia	2002	Federal
24	Universidade Federal de Campina Grande	2002	Federal
25	Universidade Federal do Vale do São Francisco	2002	Federal

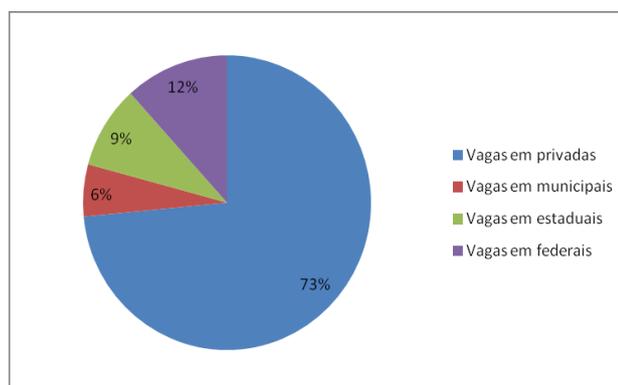
Fonte: Página eletrônica E-MEC. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

Esses dados demonstram a forte presença do setor privado na oferta do ensino superior, sem contar que, além das 62 universidades citadas no Quadro 6, havia mais de 700 instituições particulares, divididas entre faculdades, centros universitários, escolas e institutos superiores (instituições isoladas).

Nessa direção, ressalta-se que empresários do setor educacional beneficiaram-se de um cenário marcado pela crescente demanda por ensino superior, já que a universalização da educação básica, em curso naquele momento, terminava por aumentar o número de candidatos aos cursos superiores. Além disso, as regiões interioranas demandavam cada vez mais instituições de ensino superior e, considerando a alegação de insuficiência por parte do Estado para suprir essa procura, o setor privado passou a ocupar esses espaços. Isso, ao lado da flexibilização regulatória vinda do CNE, que criou um terreno fértil para a expansão de instituições privadas de ensino superior.

O setor privado, conseqüentemente, ofertava o maior quantitativo de vagas no ensino superior, já que, do total de 776.031 vagas¹⁶², 570.306 (73%) estavam em instituições particulares, ao passo que 90.788 (12%) eram de instituições federais, 70.670 (9%) de estaduais e 44.267 (6%) de municipais. O crescimento do número de matrículas na rede privada de ensino superior foi de aproximadamente 44% de 1988 a 1998, enquanto na rede pública esse crescimento ficou na casa dos 38%. Na esfera federal, o crescimento foi de cerca de 29% nesses dez anos.

Figura 14 – Vagas em instituições brasileiras de ensino superior (1998)



Fonte: BRASIL (2001).

Destaca-se que havia cerca de 1,5 milhão de egressos do ensino médio, ou seja, mais da metade dessas pessoas não teria vagas no ensino superior. Obviamente, por questões diversas, como as ligadas a condições socioeconômicas, o percentual de egressos que se matriculava no ensino superior era extremamente inferior ao número de vagas ofertadas. Sendo assim, aproximadamente 124.678 vagas ficavam ociosas, e 92% delas estavam em instituições particulares. Nas federais, o número de vagas ociosas correspondia a apenas 1% do total.

Corbucci (2004) atribuiu a maior procura da classe média por instituições públicas ao fato de que essa classe atravessava um período de retração de renda, o que estimulava a procura por cursos gratuitos. Contudo, “a ampliação da oferta de vagas *per se* não constitui condição suficiente para assegurar a democratização do acesso à formação em nível superior” (CORBUCCI, 2004, p.684), já que boa parte delas era ofertada em instituições particulares. Além disso, as universidades federais sempre

¹⁶² Não foi esclarecido pela fonte (PNE, 1998) se as vagas correspondiam apenas a cursos de graduação, ou se contemplavam também cursos de pós-graduação.

gozaram de maior prestígio e atraíram as classes privilegiadas, em geral, com formação escolar voltada para os exames vestibulares.

A esse respeito, Schwartzman (2003) chamou a atenção para o fato de que, em 2001, 34% dos estudantes das universidades federais pertenciam à classe dos 10% mais ricos do país. Por outro lado, apenas 12% pertenciam à classe menos privilegiada. Esses dados, entretanto, não desfazem a hipótese sobre a elitização das universidades federais, já que os outros 54%, ainda que não pertencessem ao grupo dos mais ricos, poderiam continuar classificados como grupos em situações de privilégio, considerando-se um país com tantas desigualdades sociais como o Brasil. Ademais, nas universidades públicas a maior parte dos cursos era integral, fazendo com que não se pudesse conciliar graduação e trabalho, o que afastava alunos trabalhadores. Para tentar minimizar estes impactos, foram implementados pelo governo federal programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), criado em 1999, em substituição ao programa Crédito Educativo, criado em 1975.

Esses dados comprovam que a educação superior no Brasil, no período em questão, concentrava-se, prioritariamente, na rede privada de ensino. Corroborando tal afirmação, conforme FMTM (1998), na cidade de Uberaba, havia cinco instituições de ensino superior, das quais apenas a FMTM era pública. O quadro a seguir demonstra a situação do ensino superior na cidade, permitindo análises no que se refere à relação público-privado.

Quadro 8 – Instituições de ensino superior de Uberaba (1998)

	<i>Instituição/cursos</i>	<i>Quantidade de alunos matriculados</i>	<i>Quantidade de vagas ofertadas por semestre</i>
1	FMTM	596	105
	Medicina	502	80
	Enfermagem e Obstetrícia	94	25
2	Fazu	620	90
	Agronomia	256	40
	Zootecnia	364	50
3	UNIUBE	5.743	2.070
	Administração	229	90
	Arquitetura e Urbanismo	261	90
	Ciências Econômicas	10	90
	Comunicação Social: Jornalismo / Propaganda / Publicidade	345	270
	Direito	1.563	360
	Educação Física	139	90

	Engenharia Agrícola	27	90
	Engenharia Civil	472	90
	Engenharia Elétrica	199	90
	Letras Português / Inglês	161	90
	Odontologia	1.508	360
	Pedagogia	111	90
	Psicologia	286	90
	Tecnologia de Processamento de Dados	432	180
	FCETM	517	220
4	Administração	236	80
	Ciências Contábeis	155	80
	Ciências Econômicas	126	60
	Faculdade de Educação de Uberaba (FEU)	214	120
5	Ciências Biológicas	57	40
	Pedagogia	69	40
	Geografia	88	40

Fonte: FMTM (1998).

Percebe-se que, em Uberaba, o ensino superior privado seguiu em expansão. Dos 7.690 alunos matriculados nesse nível de ensino em 1998, cerca de 8% estudavam em uma instituição pública, a saber, na FMTM. Os outros 92% concentravam-se em instituições particulares, e a Uniube detinha aproximadamente 75% desse alunado. Além disso, considerando o ano de 1985, o número de matriculados no ensino superior de Uberaba cresceu 46%. No setor privado o crescimento foi de cerca de 48%, enquanto, na rede pública federal, foi de 36% – devido à criação do curso de graduação em Enfermagem e Obstetrícia na FMTM, bem como pelo aumento do número de vagas nesse curso e no curso de Medicina.

Acerca desse processo de privatização na oferta do ensino superior, Cury (2006) destaca que o governo, alegando o esgotamento de sua capacidade financeira para sustentar a necessária expansão dessa etapa de formação – sobretudo a partir da ampliação do acesso ao ensino médio –, buscando otimizar e racionalizar os gastos públicos, omitiu-se, abrindo espaço para a ocupação do setor privado. Corbucci (2004, p.681) concorda ao afirmar que “ao se estrangular a capacidade de expansão das IFES¹⁶³, também se abriu caminho para o crescimento do setor privado”, como consequência do processo de ajuste fiscal priorizado pelo governo.

¹⁶³ Instituições Federais de Ensino Superior.

Desse modo, apesar do crescimento no percentual de matrículas no ensino superior, o acesso a elas permanecia sendo privilégio de poucos, já que menos de 12% da população com idade entre 18 e 24 anos chegava aos bancos das faculdades e universidades existentes. Em termos de América Latina, países como Chile, Bolívia e Venezuela ultrapassavam o Brasil em percentual de alunos matriculados no ensino superior (GHIRALDELLI JR., 2009).

Ainda considerando a década de 1990, políticas educacionais de grande impacto foram implementadas durante o Governo FHC, amparadas pela LDBEN de 1996 e traduzidas no PNE 2001-2011, cuja meta para o ensino superior consistia em manter o percentual de expansão de vagas na rede superior pública nunca inferior a 40%. Assim, para Franco et al (2010), tanto a LDBEN de 1996 quanto o PNE fazem parte do marco regulatório expansionista do Governo FHC, tanto que, após a promulgação da LDBEN, houve importante expansão e crescimento das instituições de ensino superior no Brasil. Para Mancebo, Silva Júnior e Schugurensky (2016), a expansão de vagas no ensino superior nesse período pode ser percebida como positiva, já que ampliou as possibilidades de acesso a esse nível de ensino, no entanto, esse processo foi, ao mesmo tempo, perverso, já que a maior parte da referida expansão aconteceu no setor privado. Enquanto as matrículas em instituições públicas cresceram 62% de 1996 a 2005, na iniciativa privada esse crescimento girou em torno de 188% (FRANCO et al, 2010).

Salienta-se que o PNE não vislumbrava um crescimento no setor público maior do que o do privado em termos de ofertas de vagas no ensino superior. Apesar de reconhecer a importância das universidades públicas para o avanço dos conhecimentos por meio de pesquisas – já que essas instituições eram responsáveis por 90% das pesquisas no país – assim considerou:

A pressão pelo aumento de vagas na educação superior, que decorre do aumento acelerado do número de egressos da educação média, já está acontecendo e tenderá a crescer. Deve-se planejar a expansão com qualidade, evitando-se o fácil caminho da massificação. É importante a contribuição do setor privado, que já oferece a maior parte das vagas na educação superior e tem um relevante papel a cumprir, desde que respeitados os parâmetros de qualidade estabelecidos pelos sistemas de ensino (BRASIL, 2001, p.42).

A LDBEN de 1996 consolidou a ampliação do sistema particular de ensino, por meio da coexistência de instituições públicas e privadas. Segundo Cury (2006), o ensino privado deixou de ser uma concessão do Estado, passando a coexistir com o sistema

público, desde que obedecesse aos critérios de avaliação e qualidade definidos em lei, sendo permitido que tivessem fins lucrativos.

Em relação às universidades federais, o PNE 2001-2011 trazia, também, a necessidade de criar cursos noturnos para atender aos alunos trabalhadores. Essa é uma questão importante, já que, no Governo Lula, ainda na vigência do referido documento, as universidades criadas, como a UFTM, foram demandadas a oferecerem cursos no período da noite¹⁶⁴, o que, no caso da citada universidade, se efetivou por meio dos cursos de licenciatura e do bacharelado em Serviço Social.

Nesse sentido, em relação aos cursos de formação de professores, a LDBEN de 1996, ao definir que os professores da educação básica deveriam ser formados, preferencialmente, em nível superior¹⁶⁵, fez com que os planos de carreira dos professores passassem a valorizar a formação universitária, levando à crescente procura pelos cursos de licenciatura (SANTOS; MORORÓ, 2019).

Do mesmo modo, o PNE indicava como meta que, na educação infantil, só fossem admitidos novos profissionais com a titulação mínima de nível médio, dando-se preferência à admissão de profissionais com formação superior. Também os dirigentes de instituições de educação infantil, no prazo de dez anos, deveriam ser todos graduados em nível superior. Além disso, para todos os níveis da educação fundamental, o PNE sugeria:

É preciso avançar mais nos programas de formação e de qualificação de professores. A oferta de cursos para a habilitação de todos os profissionais do magistério deverá ser um compromisso efetivo das instituições de educação superior e dos sistemas de ensino (BRASIL, 2001, p.24).

Para o ensino médio, a meta era que, em cinco anos, todos os professores possuíssem diploma de nível superior, devendo ser ofertadas oportunidades de acesso a cursos superiores para os docentes em exercício. Importante ressaltar que, até 1987, apenas 20% dos professores no Brasil possuíam ensino superior completo. De 1987 a 1998 o número de professores diplomados em nível superior mais que dobrou, passando de 20 mil para 44 mil professores (BRASIL, 2001).

Desde a década de 1990, em especial, a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, a educação brasileira tem contato com metas alinhadas à

¹⁶⁴ Haja vista que, historicamente elitizadas, as universidades federais ofertavam, prioritariamente, cursos integrais, nos períodos matutino e vespertino, deixando de contemplar alunos trabalhadores.

¹⁶⁵ Era admitida, para a educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental, a formação de nível médio na modalidade normal (magistério).

estratégia de utilizar a educação como ferramenta para o desenvolvimento econômico, político e social do país (MAUÉS; SOUZA, 2013). Do ponto de vista neoliberal, a educação tem papel essencial para que os indivíduos possam exercer sua liberdade e ascender socialmente. Sob essa perspectiva, o alavancar da educação demandaria, dentre outros aspectos, investimentos na formação dos professores.

Assim, o aumento da demanda por cursos de formação de professores – ao lado da extinção da obrigatoriedade de estarem vinculados a Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, ocorrida na década de 1960 – contribuiu para a expansão dos cursos de licenciatura no Brasil nos anos de 1990, especialmente na rede privada. Sobre isso, em CNRES (1985) verifica-se que, já em 1980, 70% dos alunos de licenciaturas no Brasil estavam matriculados em instituições da rede privada¹⁶⁶. Aliás, as únicas áreas do conhecimento que concentravam mais alunos na rede pública eram as Ciências Biológicas e Saúde (com 57%) e as Ciências Agrárias (com 86%).

Em Uberaba, de 1985 a 1998, não houve aumento na oferta de licenciaturas, em termo de abertura de cursos. Todavia, a FMTM, em seus projetos iniciais de expansão e transformação em universidade, chegou a contemplar a inclusão de cursos de licenciatura, embora desejasse ser uma universidade especializada no campo da saúde, conforme será discutido adiante.

Antes, porém, de pensar nessa expansão, a instituição inaugurou a ampliação de seu leque de cursos de graduação com a criação do curso de Enfermagem e Obstetrícia no ano de 1989. Assim, com dois cursos de graduação, 14 programas de Residência Médica¹⁶⁷ e um curso de mestrado em Anatomia Patológica, além de cinco cursos técnicos¹⁶⁸, a FMTM passou a pleitear a sua transformação em Universidade Federal do Triângulo Mineiro, especializada em Ciências da Saúde.

De antemão, pode-se esclarecer que tal projeto de universidade também não se concretizou, sendo necessário entender essa negativa no interior das políticas de ensino superior implementadas na década de 1990, conforme discutido, voltadas para a redução do Estado e não para a sua ampliação. As instituições contempladas com a transformação em universidade passavam por avaliação, sobretudo, de sua abrangência

¹⁶⁶ Em 2011, os matriculados em cursos de licenciatura da rede privada correspondiam a 57% (MAUÉS; SOUZA, 2013).

¹⁶⁷ Nas áreas/especialidades de Clínica Médica; Cirurgia Geral; Obstetrícia e Ginecologia; Pediatria; Neurologia; Gastroenterologia; Radiologia; Endocrinologia e Metabologia; Urologia; Ortopedia e Traumatologia; Anatomia Patológica; Hematologia e Hemoterapia; Anestesiologia; e Cirurgia Plástica.

¹⁶⁸ Radiologia Médica/Radiodiagnóstico/Radioterapia; Enfermagem; Patologia Clínica; Auxiliar de Enfermagem; e Auxiliar de Farmácia.

científica, sendo analisada a possibilidade de impacto mínimo nos investimentos com a rede federal de ensino superior.

3.3 A PROPOSTA DE TRANSFORMAÇÃO DA FMTM EM UNIVERSIDADE ESPECIALIZADA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

Em 1993, sob a direção do professor Valdemar Hial, a FMTM discutia internamente a possibilidade de ampliação de seu rol de cursos de graduação, com vistas à transformação da instituição em universidade federal especializada no campo da saúde. Em FMTM (1993d), tem-se que, no dia 13 de agosto daquele ano, a Congregação da faculdade teria aprovado, unanimemente, a criação de mais seis cursos de graduação: bacharelados em Farmácia e Bioquímica, Fisioterapia, Ciências Biológicas-Modalidade Médica, além de licenciaturas em Ciências Biológicas, Matemática e Química.

Essa proposta foi posteriormente transformada na *Carta-consulta para autorização de funcionamento da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM*, encaminhada ao MEC em 15 de setembro de 1993, objetivando a transformação da FMTM em Universidade Federal do Triângulo Mineiro, especializada em Ciências da Saúde e afins.

No documento, propunha-se que a instituição passasse a ser uma universidade especializada em cursos da área da saúde, conforme sua vocação inicial. Contudo, buscando atender à crescente demanda por formação de professores, a faculdade pleiteava, também, a criação de alguns cursos de licenciatura. Assim, conforme a carta-consulta, além dos cursos de graduação em Medicina e em Enfermagem e Obstetrícia, que já estavam em funcionamento, a FMTM intentava criar os seguintes cursos:

Quadro 9 – Expansão de cursos de graduação na proposta de transformação da FMTM em UFTM (carta-consulta de 1993)

<i>Ano proposto para a criação</i>	<i>Curso</i>	<i>Turno</i>	<i>Vagas</i>	<i>Número de turmas</i>	<i>Duração do curso (anos)</i>
1994	Ciências Biológicas-Modalidade Médica	Noturno	20	1	4

	Licenciatura em Ciências Biológicas	Noturno	20	1	4
	Farmácia e Bioquímica	Diurno	30	1	4
	Fisioterapia	Diurno	30	1	5
	Licenciatura em Matemática	Noturno	30	1	4
	Licenciatura em Química	Noturno	30	1	3,5
1995	Fonoaudiologia	Noturno	30	1	4
	Nutrição e Dietética	Diurno	30	1	4
	Administração Hospitalar	Noturno	30	1	4
1996	Medicina Veterinária	Diurno	30	1	5

Fonte: FMTM (1993a).

Observa-se que os seis cursos aprovados pela Congregação da FMTM em 13 de agosto de 1993 foram concentrados no ano de 1994, havendo, agora, planejamento para um crescimento mais robusto da universidade que seria criada, com ampliação significativa da quantidade de cursos ofertados até o ano de 1996.

Ainda quanto à presença de cursos de licenciatura, segundo a citada carta-consulta, a Prefeitura Municipal de Uberaba, por meio da Secretaria Municipal de Educação, já havia solicitado à UFU a abertura de cursos de licenciatura para atender à demanda formativa do município, evidenciando a carência de cursos de formação de professores em Uberaba, sobretudo, gratuitos.

Apesar dos cursos de licenciatura, a FMTM intentava ser transformada em uma universidade especializada na área da saúde, afirmando que seria “uma instituição calcada em seu objetivo primeiro, a saúde” (FMTM, 1993a, p.43). Pode-se entender, portanto, que os cursos de licenciatura ocupavam um lugar secundário na proposta universidade. Tanto é que, na referida carta-consulta, no tópico destinado a apresentar a concepção e os objetivos da universidade que se queria criar, os cursos de licenciatura e a área da educação não foram citados.

Os entrevistados Ex-dirigente 1 e Ex-dirigente 2, ao justificarem a opção da FMTM de se tornar uma universidade da área da saúde, afirmaram que isso facilitaria a administração da instituição, considerando que os cursos seriam interdependentes, poderiam compartilhar laboratórios, professores, dentre outros recursos. Assim relatou o Ex-dirigente 2 durante a entrevista:

O que a gente via nas falas e nas defesas era que a gente já tinha um curso de Medicina bastante consolidado e esse curso era capaz de permitir ou de colaborar na criação de outros cursos na área da saúde. Aí se pensou na Nutrição, tinha um projeto para Fonoaudiologia, tinha um projeto pra Psicologia, que foi implementado, pra Fisioterapia, tinha uma proposta de Farmácia. Farmácia eu lembro que foi colocada de lado pela necessidade de uma estrutura de laboratório muito pesada. Na época teve pesquisa pra construir esse laboratório voltado pra Farmacologia, até porque não tinha Farmácia na UFU também. Mas foi mais uma busca, não de dar sustentação pra Medicina, mas mais do conforto que a estrutura da Medicina permitia pra uma expansão fácil nessas outras áreas (EX-DIRIGENTE 2, 2022).

Portanto, tendo em vista as condições humanas e estruturais da FMTM, transformar-se em universidade especializada na área da saúde parecia o caminho mais seguro para a expansão da instituição, para o alcance da autonomia universitária e para o fim definitivo das investidas visando sua vinculação a uma universidade já existente. Ademais, a carta-consulta elaborada pela FMTM assim colocava:

A Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro se julga competente e apta a se transformar em Universidade Especializada, seguindo o exemplo de outros países onde isto já é de muito uma realidade. Além disso, no momento em que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional se encontra em trâmite final no Congresso Nacional e a lei mesma, pelo que conhecemos, dá ensejo a que se criem Universidades Especializadas, cabe a nós a iniciativa de fazer tal proposta, seguindo o caminho do pioneirismo (FMTM, 1993a, p.41-42).

No ano seguinte, já na gestão do professor Nilson de Camargos Rosso, a FMTM reiterava seu pedido de transformação em universidade, por meio do documento *Justificativa da necessidade social de criação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, especializada em Ciências da Saúde*, também encaminhado ao MEC¹⁶⁹. O referido documento pouco diferia da carta-consulta elaborada na gestão anterior, mantendo o leque de cursos a serem criados entre 1994 e 1996.

Segundo o documento em análise, os cursos propostos na área da saúde justificavam-se, também, pela ausência de sua oferta nas proximidades. Afirmava-se

¹⁶⁹ Conforme declaração do Ex-dirigente 4 ao projeto de pesquisa *História dos 60 anos do Curso de Medicina e 25 anos do Curso de Enfermagem: histórias, memórias e trajetórias*, a transformação da FMTM em universidade foi objeto de disputas entre as diferentes equipes gestoras da instituição. Na sua percepção, cada gestão elaborou seu projeto e tentou encabeçar a referida transformação.

que a região estava “privada de cursos gratuitos e de boa qualidade de ensino superior”, necessidade evidenciada pela “grande quantidade de ônibus que conduzem alunos de nossa cidade em demanda de cursos superiores do interior do estado de São Paulo” (FMTM, 1994a, p.41).

Nesse contexto, considerando as cidades da região – sendo citadas Araguari, Araxá, Ituiutaba, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia – Uberaba era a cidade com maior número de instituições de ensino superior, e apenas a FMTM e a UFU, em Uberlândia, eram públicas. Havia, assim, doze instituições de ensino superior, das quais duas eram federais, para uma população estimada em 2.500.000 habitantes. Dessa maneira, a FMTM justificava a necessidade de suprir carências formativas locais e regionais, em especial da área da saúde.

A transformação em universidade especializada na área da saúde inspirava-se em experiências como a da Unifesp, criada em 1994 a partir da Escola Paulista de Medicina (EPM) como universidade temática na área das Ciências Biológicas e da Saúde (RODRIGUES et al, 2008). Havia, ainda, instituições internacionais, como a Universidade Médica de Lubeck e a Universidade Médica de Ulm, na Alemanha, além da Universidade Médica de South Carolina, da Universidade Médica de Chicago e da Universidade de Ohio, nos Estados Unidos, que influenciavam o modelo de universidade proposto pela FMTM, conforme ela mesma afirmava em seus projetos de transformação em universidade (FMTM, 1993a).

Em outubro de 1994, o coordenador geral de Planejamento e Articulação da Secretaria de Educação Superior (SESu)/MEC, Evaldo Macedo de Oliveira, encaminhou à própria SESu documento no qual afirmava que a transformação de instituições isoladas de ensino superior em universidades, por via de projeto de lei, deveria obedecer a critérios de qualificação do corpo docente, considerando-se a quantidade de pesquisas realizadas, publicações de artigos, trabalhos apresentados em congressos, número de cursos de graduação e número/conceito de cursos de pós-graduação. Atendendo a esses parâmetros, o documento afirmava que a EPM e a Escola Superior de Agricultura de Lavras (Esal), que também pleiteavam sua transformação em universidade, poderiam ser atendidas¹⁷⁰. No entanto, a transformação da FMTM e da Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Efei) em universidades era desencorajada, já

¹⁷⁰ Dessas instituições, nasceram a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e a Universidade Federal de Lavras (Ufla), criadas em dezembro de 1994. Inclusive, a Unifesp foi criada como universidade dedicada às Ciências Biológicas e da Saúde, como havia pleiteado. Em 2004, ela ampliou sua atuação criando cursos de áreas do conhecimento diversas.

que elas estavam aquém das outras instituições citadas nos parâmetros já apresentados. A tabela seguinte, que acompanhou o documento, demonstra esse posicionamento.

Tabela 2 – Comparativo das instituições que pleiteavam sua transformação em universidade (1994)

<i>Parâmetro/Instituição</i>	<i>EPM</i>	<i>Esal</i>	<i>Efei</i>	<i>FMTM</i>
1. Índice de qualificação do corpo docente ¹⁷¹	410,36	374,63	322,14	289,34
2. Pesquisas realizadas ou em andamento (1992 a 1993)	1.597	704	167	70
3. Artigos publicados (1992)	1.134	112	30	42
4. Trabalhos apresentados em congressos (1992)	746	460	118	103
5. Número de cursos de graduação e pós-graduação	5 graduações, 37 mestrados e 34 doutorados	6 graduações, 10 mestrados e 02 doutorados	2 graduações e 2 mestrados	2 graduações, 3 mestrados e 1 doutorado

Fonte: SESu/COPLAN (1994, p.2).

Com base nesses dados, nas palavras do próprio documento, a transformação da Efei e da FMTM em universidades era inoportuna. Por outro lado, o então ministro da Educação, Murílio de Avellar Hingel, em visita a Uberaba em outubro de 1994, anunciou a “transformação da FMTM em universidade federal, por determinação expressa de Sua Excelência, o Presidente da República, Itamar Franco” (FMTM, 1994b, p.1). Na mesma direção, a Comissão de Educação, Cultura e Desporto, analisando a proposta da FMTM, foi a ela favorável, defendendo que ela se poderia destacar como instituição-modelo que preveria estudos por áreas, no caso, na área da saúde. Acrescentou, ainda:

A universidade não é julgada somente pelo número de alunos que forma, nem pela quantidade de metros quadrados construídos e nem pelo número de cursos de graduação que oferece. É julgada principalmente pela sua massa crítica e densidade científica (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, 1994, p.2).

Nesse contexto, a transformação da FMTM em UFTM estava contemplada no Projeto de Lei (PL) n.º 4.856, de 1994, de autoria do Poder Executivo Federal, cuja

¹⁷¹ O cálculo do índice obedeceu à fórmula: $5 \times n^{\circ}$ de doutores + $3 \times n^{\circ}$ de mestres + $2 \times n^{\circ}$ de especialistas + $1 \times n^{\circ}$ de graduados $\times 100 - n^{\circ}$ total de docentes.

relatora foi a deputada Maria Elvira¹⁷². Conforme o referido PL, os custos dessa transformação correriam por conta da instituição, podendo, inclusive, serem fontes de recurso taxas, anuidades e emolumentos que viessem a ser cobrados pela prestação de serviços educacionais. Esse aspecto orçamentário tinha um peso importante para a possível aprovação do projeto, já que havia desinteresse em aumentar os gastos públicos com o ensino superior naquele momento. O Ex-dirigente 2 explica, em sua entrevista, que, na época, havia a defesa do “impacto orçamentário zero” para a expansão da instituição. No entanto, ele mesmo faz a crítica de que não estava sendo considerado o orçamento global da faculdade, mas apenas aquele referente à administração, envolvendo funções gratificadas e outros custos de gestão.

Todavia, o documento por intermédio do qual o ministro da Educação encaminhava o referido PL à Presidência da República alegava baixo ou nenhum impacto orçamentário para o governo, e citava a intenção de se criar os cursos de graduação em Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Farmácia e Bioquímica; Nutrição e Dietética; Ciências Biomédicas; e Licenciatura em Enfermagem. Nota-se que as licenciaturas da área da educação, citadas em documentos anteriores elaborados pela instituição, não faziam mais parte da proposta.

Nesse encaminhamento, o MEC recomendava a criação da UFTM a partir da FMTM, afirmando que a instituição atendia aos critérios estabelecidos na Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968 que, dentre outros aspectos, fixava normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média:

É lícito propor a transformação da FMTM em universidade federal, pelo reconhecimento de sua competência e, mesmo, excelência em várias especialidades médicas e em seu Hospital-Escola. Ademais, em seu processo natural de evolução, conforme seu Plano de Desenvolvimento, estará expandindo nos próximos anos a sua área de atuação para atender a novas áreas do saber, preservando, no entanto, suas características históricas de instituição especializada na área da saúde (MEC, 1994, p.11).

Apesar de essa lei recomendar que as instituições isoladas de ensino se incorporassem, sempre que possível, a universidades ou outros estabelecimentos isolados de ensino superior, no caso da FMTM, essa possibilidade era refutada, quer pelas distâncias envolvidas, quer pela “pouca ou nenhuma afinidade” entre ela e outras instituições. Assim, o MEC sugeria a transformação da FMTM em UFTM, afirmando

¹⁷² O referido PL teve origem na Mensagem n.º 1.121, da Presidência da República, de 7 de dezembro de 1994, encaminhada à Comissão da Educação, Cultura e Desporto.

que a exigência relacionada à universalidade de campo¹⁷³ seria atendida “pelo cultivo das áreas fundamentais do conhecimento humano”, apesar de sua vocação especializada (MEC, 1994, p.14).

Desse modo, em 21 de dezembro de 1994, em sessão extraordinária da Câmara dos Deputados, foi matéria o PL n.º 4.856, de 1994, juntamente com as propostas de transformação em universidade da Fundação de Ensino Superior de São João del Rei e da Efei. No entanto, a matéria não chegou a ser votada.

No início do ano de 1995, a questão voltaria a ser apreciada, motivo pelo qual a FMTM buscou o apoio de lideranças políticas locais na Câmara dos Deputados. Nas palavras do Ex-dirigente 1, entrevistado para esta tese, “projeto no final do ano não anda. E depois, nos primeiros dias de janeiro, a gente estava lá, passando de gabinete em gabinete, andando”. Além das idas a Brasília, foram encaminhados pelo menos 37 ofícios da FMTM a deputados federais, solicitando apoio na aprovação do PL n.º 4.856, de 1994, sem contar os mais de cem ofícios encaminhados no ano anterior. Além disso, foram enviadas mensagens a pelo menos 50 deputados do PSDB pelo presidente e pelo vice-presidente do PSDB de Uberaba solicitando apoio na aprovação do PL, conforme consta nos arquivos da Reitoria da UFTM. Nesse sentido, a expectativa da instituição era que o citado PL fosse aprovado no prazo de um ano, devendo haver, então, a transição de faculdade para universidade:

Segundo as expectativas é um trabalho que deverá durar aproximadamente um ano. [...] A Direção da FMTM continua trabalhando junto aos deputados, em Brasília, visando à aprovação do projeto, em Plenário, no ano de 1995 (FMTM, 1995, p.5).

O PL foi aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto em 22 de junho de 1995. Contudo, em julho do mesmo ano o ministro da Casa Civil, Clóvis de Barros Carvalho, pediu a retirada do PL da Câmara dos Deputados, sem apresentar justificativas no documento. O entrevistado Ex-dirigente 1 relatou que estava presente na reunião da Câmara que apreciaria o PL n.º 4.856, de 1994, e assim se referiu ao fato:

Eu estava lá dentro do plenário na Câmara dos Deputados. E nós tínhamos pedido, no dia anterior, como a Escola Federal de Itajubá não tinha nenhum deputado, nós procuramos o deputado Raul Belém, que era de Araguari, para que lesse um sumário da densidade científica, duas páginas apenas. Nós pedimos ao Vagner Nascimento que lesse a nossa, aqui do Triângulo Mineiro. E conversamos com o Aécio Neves pra que lesse a de São João Del Rei. [...] Eu me lembro que Raul Belém abandonou o recinto, não leu de Itajubá. O deputado Vagner Nascimento ficou andando com o nosso projeto

¹⁷³ Universalidade de campo referia-se à abrangência de áreas diversas do conhecimento.

debaixo do braço e não pediu a palavra. E o único que se posicionou foi o Aécio. Eu me lembro que, acho que era Inocêncio Oliveira, o presidente da Câmara dos Deputados, um dos primeiros a usar a palavra foi o Roberto Jefferson, defendendo a transformação das três instituições. E eu me lembro que tinha uma outra deputada do Rio de Janeiro, a Sandra Cavalcante. O Roberto Jefferson era do PTB e essa deputada ela concordou também. Eu tinha conversado com vários deputados, mas eles não se posicionaram. Eu me lembro de um deputado federal que é de Juiz de Fora, do Partido dos Trabalhadores, eu esqueci o nome dele... ele foi brilhante. Ele disse o seguinte: Nesse momento uso a palavra e abandono o meu partido para manter as tradições mineiras e sou favorável. [...] O PT era contra tudo. Só foi favorável quando foi o Lula, mas quando era outro, era contra. Quando então esse deputado se posicionou favorável, essa outra deputada que era do PFL, falou assim: Se existe alguém do Partido dos Trabalhadores que é favorável, ela eu retiro o meu apoio. Para mostrar o nível de animosidade. Na sequência, o presidente da Câmara falou assim: Nesse momento, recebo uma comunicação do Ministério da Educação retirando esses três projetos. Porque era um projeto do executivo, que o Murilo Hingel encaminhou e agora é o Ministro Paulo Renato Sousa que retira. Não há como não retirar. E ele tirou os três projetos (EX-DIRIGENTE 1, 2022).

Ao ser questionado sobre o motivo apresentado para a retirada do PL, o Ex-dirigente 1 explicou que não foram apresentados motivos. No entanto, na sua avaliação, uma das razões pelas quais a FMTM não foi transformada em universidade nessa época foi a falta de densidade científica da instituição quando comparada a outras isoladas, como a Escola Paulista de Medicina e a Escola Superior de Agricultura de Lavras, o que, inclusive, havia sido levantado pela Coordenadoria Geral de Planejamento e Articulação da Secretaria de Educação Superior. Para ele, “o forte mesmo era a pesquisa. A quantidade de trabalhos publicados, número de alunos matriculados no mestrado e no doutorado e a densidade científica. Fala-se que a instituição atinge sua maturidade através da pós-graduação”. Além disso, seu depoimento deixa transparecer que a falta de apoio político também influenciou na não criação da UFTM a partir da FMTM.

Para mostrar o componente político, [...] verifica quando foi criada a Universidade Federal de São João Del Rei, a fundação. Foi no governo do Fernando Henrique. Foi a única que ele criou. Porque tinha o Aécio, que era do PSDB e era o pessoal dele. E as outras ficaram esperando. E não havia muito que falar ou que fazer. O tempo passou, professor [nome ocultado] assumiu, tentou também. Não conseguiu. Veio o professor [nome ocultado], que o sucedeu, e também não conseguiu. Então, o que a gente pode concluir com isso é que era um projeto político (EX-DIRIGENTE 1, 2022).

O ex-dirigente rememorou ainda sua visita em busca de apoio ao senador Antônio Carlos Magalhães, cujo pai era amigo do professor da FMTM, Aluizio Rosa Prata, conforme já descrito no capítulo anterior. Nessa visita, o senador afirmou que não poderia ajudar Minas Gerais a ter outra universidade (ela já tinha mais de dez),

enquanto outros estados, como a Bahia – e o referido senador era de lá – tinham um quantitativo de universidades muito menor.

Junta-se a isso o contexto político e econômico da época, no qual o Estado buscava reduzir sua atuação. Ainda que a FMTM afirmasse em seus pedidos de transformação em universidade que não haveria gastos excedentes para o governo, a criação de universidades federais significava ampliação do aparelho estatal e, mais cedo ou mais tarde, demandaria aumento do orçamento destinado a elas, já que o quantitativo de cursos e de alunos seria naturalmente ampliado também. O Ex-dirigente 1 exemplificou essa questão citando a federalização da própria UnU, que passou a ser UFU em 1978: “Fizeram o primeiro estatuto da universidade onde o aluno tinha que pagar. Mas era para inglês ver. Falaram: Vamos aprovar, mostrar que não tem custo, que o aluno vai pagar e depois nós rasgamos isso. E aprovou e rasgou depois”.

Nesse aspecto, o entrevistado retoma, também, a mentalidade das lideranças uberabenses. Para ele, faltou ousadia para que a FMTM pudesse concretizar sua transformação em universidade. Um fato específico foi apresentado para justificar essa percepção:

Quando foi criada a Universidade Federal de Uberlândia, eu estava dentro do Hospital São José com o colega Marco Antônio Amui Salum, e a gente estava aguardando chegar um material para fazer uma craniotomia em um paciente que tinha um tumor cerebral. E, enquanto o material não chegava, a gente estava na sala. Nesse momento chegou o Dr. [...] e disse o seguinte: “Vocês viram? Vocês viram? Criaram a Universidade Federal de Uberlândia! Isso é um crime. O Brasil é um país pobre”. Ele era colega da bancada do Pedro Aleixo, colega da bancada da UDN, vice-presidente da república, colega do Costa e Silva, que era o vice-presidente. Naquela época ofereceu para criar em Uberaba a Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Ele disse: “Eu fui contra porque o Brasil é um país pobre. Agora cria em Uberlândia?”. Isso, para mim, é o suprassumo da não visão do futuro. Então isso me machucou demais. [...] Ele era deputado federal. O vice-presidente da república, do Costa e Silva, era o Pedro Aleixo da UDN. Ele era da UDN e ofereceu pra ele. Ele tinha uma força enorme. E Uberlândia era menor do que Uberaba. Uberlândia era uma cidade de forasteiros e tinha um comércio muito forte. Uberlândia só pegou barranco quando criou a universidade, aí passou a ser uma cidade que tinha cultura, porque antes não tinha nada. Com a universidade sim. [...] Aqui não teve visão de futuro. [...] Aqui em Uberaba nós somos extremamente expectantes (EX-DIRIGENTE 1, 2022).

O entrevistado Ex-dirigente 2 corrobora esse entendimento ao afirmar que o conservadorismo da elite uberabense, representado por famílias tradicionais e seu apego ao poder, atrasaram a expansão da FMTM. Para ele, as lideranças da cidade encontravam-se acomodadas em uma situação de liderança política e econômica e não tinham interesse em investir em novas oportunidades para as pessoas da cidade. A criação de uma universidade pública atrairia investidores de áreas diversas, inclusive de

potenciais concorrentes às atividades econômicas exercidas por eles na cidade. Assim prosseguiu:

Você está em uma zona de conforto, em uma cidade do interior, onde muitas das lideranças de Uberaba não tinham interesse no crescimento, porque à medida que você cresce você compartilha oportunidades, inclusive oportunidades de poder. Então Uberaba como uma cidade conservadora que é, e que sempre foi, nunca teve interesse num crescimento muito grande. Toda vez que você cria uma universidade você cresce. Foi isso que aconteceu com Uberlândia. [...] E na hora que você cresce você traz investidores de fora, com muito dinheiro, com muito recurso, que vai, de certa forma, digamos, sombrear o poder financeiro das elites da cidade. [...] Porque você vê, digamos assim, grandes famílias da região que têm interesse em manter a coisa como está e elas não estão no agronegócio, elas estão em outras áreas da economia (EX-DIRIGENTE 2, 2022).

Durante a entrevista, o Ex-dirigente 2 recordou que, quando era estudante de Medicina na FMTM, também ouviu sobre a oferta de criação de uma universidade em Uberaba, que foi recusada e levada para a cidade de Uberlândia:

Eu era estudante ainda, eu ouvi de um médico o seguinte: Quando foi pra ser criada a UFU, era pra ser UFU, mas era pra ser UFU em Uberaba. Universidade Federal de Uberaba à época. Isso era década de 70, ainda no governo militar, ainda na época do Rondon Pacheco que recusou a transformação da Faculdade de Medicina em universidade, sob o argumento de que o país era muito pobre, não tinha dinheiro pra investir em universidade e tinha que investir esse dinheiro em outras áreas. O Rondon Pacheco, na condição de ministro, se sentindo natural de Uberlândia, porque ele não é de Uberlândia de nascimento, ele pegou o projeto e levou pra Uberlândia (EX-DIRIGENTE 2, 2022).

De fato, na conjuntura político-econômica da época, Uberaba precisava de lideranças comprometidas com o seu crescimento. No ano de 1995, a cidade tinha dois deputados federais uberabenses, Hugo Rodrigues da Cunha e Odelmo Leão, no entanto, esse último viveu e fez carreira política na cidade de Uberlândia. Mário Palmério, que havia sido atuante na defesa da criação da FMTM, estava agora envolvido no desenvolvimento da recém-criada Uniube, da qual era reitor. Além disso, após o golpe de 1964, Palmério ficou distanciado da vida política, já que, o grupo dos trabalhistas ao qual estava ligado havia sido deposto pelos militares.

A questão política teve, portanto, forte influência nos rumos da FMTM, tanto que a sua transformação em universidade só foi possível alguns anos depois, quando houve mudanças no governo federal e a rede federal de ensino superior voltou a crescer depois da estagnação iniciada, sobretudo, nos anos de 1970. Sobre esse aspecto, o entrevistado Ex-dirigente afirmou:

Então, esse projeto ficou no Ministério da Educação desde a nossa época, em 1995, e só foi reativado na época do Lula. Porque ele também queria deixar seu nome na história, [...] ele também tinha um projeto político [...] Foi uma tentativa que existiu no passado, desde o professor [nome ocultado], eu, [nome ocultado], mas que aconteceu no governo Lula que tinha um desejo político, de fato. E eu tenho certeza que essa transformação, se fosse em outro governo que não do PT, não aconteceria, eles bloqueariam, como bloquearam as nossas. Então, eu tenho certeza que a Universidade Federal do ABC não tinha uma densidade científica tão grande. Essa nova que criaram na Bahia, era nova. Qual a densidade científica de uma coisa que não existe ainda? Ai o que é? É o desejo político. Se tiver um embasamento técnico, melhor. Mas se tem um forte embasamento técnico, mas não tem o desejo político, não acontece (EX-DIRIGENTE 1, 2022).

Assim, o projeto de transformação da FMTM em universidade permaneceu estático até que uma nova tentativa foi realizada após a aprovação da LDB n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que, em seu artigo 52, permitiu a criação de universidades especializadas por campo do saber¹⁷⁴. Em FMTM (1997b), encontram-se registros sobre a mobilização realizada pela faculdade para conseguir apoio de políticos, de representantes do comércio e da indústria, além da imprensa, em prol da transformação da instituição em universidade, a partir da citada abertura dada pela LDB de 1996:

No mês de janeiro de 1997, a Associação Comercial e Industrial de Uberaba (ACIU) reuniu representantes da AVEC (Associação dos Veículos de Comunicação de Uberaba), dois deputados federais, dois deputados estaduais, o prefeito de Uberaba, o presidente da Câmara de Vereadores, além do diretor e do vice-diretor da FMTM. A pauta da reunião foi: “As forças vivas da cidade de Uberaba precisam se movimentar para transformar a FMTM em UFTM (Universidade Federal do Triângulo Mineiro), visto que a LDB, em seu artigo 52, parágrafo único, especifica que ‘será facultada a criação de universidade especializada por campo do saber’”. No caso da FMTM, certamente ela será uma Universidade especializada em Saúde. A FMTM aguarda a regulamentação da lei, a fim de encaminhar, novamente, o seu projeto ao MEC (FMTM, 1997b, p.13).

Nesse cenário, em dezembro de 1998, já sob a direção do professor Valdemar Hial, novo pedido de transformação da FMTM em universidade especializada na área da saúde foi encaminhado ao MEC. Em FMTM (1999) tem-se que o referido projeto de transformação havia recebido parecer favorável da Comissão Verificadora instituída pelo então ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e se encontrava em tramitação na Secretaria de Educação Superior do MEC.

Chama a atenção, nesse processo, o fato de não ter sido citado o protagonismo dos estudantes, como em épocas anteriores. Isso porque, na história da FMTM, o

¹⁷⁴ Citam-se a Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, criada em 2005, e a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, criada em 2008.

movimento estudantil teve atuações importantes que, inclusive, são citadas no documento *As campanhas do DAGV* (FMTM, 2003b). Nesse sentido, há referências à Operação MED, em meados de 1950; aos movimentos em prol da federalização da instituição; às reivindicações por melhorias na Santa Casa e, posteriormente, no Hospital Escola; além de ações contra a transferência de alunos de escolas particulares para a FMTM no final dos anos de 1980 e início de 1990.

Não é citado, porém, o envolvimento do DAGV¹⁷⁵ nesse processo de construção do projeto de universidade a partir da FMTM, como foi em outros momentos importantes da instituição. É certo que, conforme o próprio documento (FMTM, 2003b), o movimento estudantil sofreu um “asfixiamento” durante a ditadura civil-militar: “os anos da ditadura foram especialmente cruéis para o movimento estudantil asfixiado por pressões, porque então, o pensar incomodava. Foi perseguido e viu muitas de suas lideranças liquidadas” (FMTM, 2003b, s./p.).

Também não foram encontrados relatos sobre uma profunda atuação do DAGV na busca pela transformação da FMTM em universidade, diferentemente do que marcou a história do referido diretório acadêmico em anos anteriores. Desconsiderando que possa ter havido desinteresse nos registros de tal envolvimento, ou até mesmo perda desses registros, infere-se que o DAGV não atuou como em outros tempos, corroborando a análise de Barbosa (2002), para quem, principalmente a partir do final dos anos de 1970, assistiu-se a sinais de declínio dos movimentos estudantis, cada vez mais desinteressados e desarticulados. Eram as consequências de uma geração que “carregava as marcas de uma sociabilidade fragmentada e repleta de inseguranças decorrentes do autoritarismo do regime militar” (BARBOSA, 2002, p.6).

Ainda segundo a autora, também as políticas implementadas no contexto neoliberal tiveram influência negativa sobre os movimentos estudantis a partir de meados de 1980, por meio de fatores como “a despolitização, a redução das atividades associativas, o apoio à privatização da economia, a adoção de estratégias egoístas de sobrevivência, a competição e a especulação” (BARBOSA, 2002, p.6).

Obviamente não se pode analisar o movimento estudantil dos anos de 1990 com as lentes de décadas anteriores, em que o Brasil enfrentava um contexto político bastante diverso e demandava uma militância juvenil que talvez não coubesse mais no

¹⁷⁵ O DAGV congregava alunos dos cursos de Medicina e de Enfermagem. O diretório acadêmico específico do curso de Enfermagem, Diretório Acadêmico Maria Lúcia Cardoso, foi criado em 16 de julho de 2002.

período pós-ditadura civil-militar. Todavia, considerando a história da FMTM, onde os estudantes mobilizados conseguiram influenciar a sociedade local na luta pelos seus objetivos, a ausência de seu engajamento no projeto de transformação da instituição em universidade não poderia ser ignorada, refletindo o que acontecia com o movimento estudantil em outras partes do país naquele mesmo período.

Quanto ao projeto de transformação da FMTM em universidade, encaminhado ao MEC em 1998, este permaneceu em análise até tornar-se PL n.º 2.681 em 2003, tramitando até a sanção da Lei n.º 11.152, de 29 de julho de 2005, que criou a UFTM.

Em paralelo, especificamente em março de 2000, o então diretor da FMTM, Valdemar Hial, encaminhou ao deputado Nárccio Rodrigues o projeto de criação de uma chamada Universidade de Saúde de Uberaba (UNI-Uberaba), que seria originada da expansão da FMTM. Nesse documento, a faculdade afirmou basear-se, também, na experiência de instituições especializadas em saúde de outros países, como a de Oregon e da Carolina do Sul, nos Estados Unidos, comparando, inclusive, números de pesquisas e atendimentos hospitalares com os dessas instituições. Dessa forma, a FMTM apresentava-se como apta a transformar-se em universidade, tendo em vista, dentre outros aspectos, a composição de seu corpo docente – contando com 61 doutores, 42 mestres e 46 especialistas – e a excelência na oferta de seus cursos de graduação, pós-graduação e cursos técnicos na área da saúde.

O documento citava, ainda, parecer favorável da Comissão Verificadora do MEC, designada pela Portaria SESu/MEC n.º 1.927/1998, com o objetivo de avaliar as condições de transformação da FMTM em universidade especializada da área da saúde. Essa comissão foi responsável por avaliar também – considerando a proposta maior de criação de uma universidade – a criação do curso de Ciências Biológicas-Modalidade Médica, chamado no projeto ora de curso de Biologia, ora de curso de Biomedicina. Em seu parecer, a Comissão reconheceu as justificativas apresentadas para que a nova universidade se concentrasse no campo da saúde:

Os docentes estão convictos de que realmente não se teria condições de se criar uma universidade que compreendesse todos os ramos do conhecimento humano, pois para isso seria necessário um empreendimento que demandaria enormes despesas. Aham os docentes, entretanto, que existem possibilidades reais de se criar uma universidade que cobrisse apenas áreas específicas do conhecimento, tais como a área da saúde. Pensam eles que estão habilitados para tanto, desde que se cria a custo baixo, cursos tais como Biomédico, que juntamente com a Medicina, a Enfermagem e os cursos técnicos, formariam um núcleo básico de saúde dentro da universidade da área da saúde (SESu/MEC, 1999, p.3).

Conforme o documento, os docentes da FMTM sentiam-se, ainda, marginalizados por estarem ligados a uma faculdade isolada, enquanto muitas outras escolas de Medicina do país, pertencentes a universidades, possuíam estrutura didático-funcional e de pesquisa inferior à da FMTM. Apesar desses argumentos, a Comissão Verificadora, na verdade, não foi favorável à transformação da FMTM em universidade naquele momento, afirmando: “é verdade, considerando a realidade atual, que seria precoce a sua transformação em universidade, mesmo limitada à área da saúde”. Para que essa transformação pudesse ocorrer, a comissão sugeriu que a FMTM criasse o curso de Biomedicina, “que daria maior substrato científico à futura universidade” (SESU/MEC, 1999, p.3). Somente a partir da implementação desse curso é que a comissão poderia ser favorável à transformação da FMTM em universidade.

3.4 A CRIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO NO CONTEXTO DO PROJETO DE UNIVERSIDADE ESPECIALIZADA EM SAÚDE

Apesar do cenário de redução orçamentária já apresentado, em 1989 e 1999, a FMTM criou os cursos de graduação em Enfermagem e Obstetrícia e em Ciências Biológicas -Modalidade Médica, respectivamente. Dois cursos ligados à área da saúde e coerentes com o projeto de transformação da instituição em uma universidade especializada na referida área.

O curso de Enfermagem e Obstetrícia passou a ser planejado oficialmente – conforme atas da Congregação da FMTM – a partir de um pedido de cooperação encaminhado pelas Faculdades Integradas de Uberaba (Fiube), de Mário Palmério, à FMTM. Conforme consta na ata da reunião realizada pela Congregação em 17 de outubro de 1986, a Fiube apresentou a seguinte proposta:

Em várias oportunidades foi aventada a hipótese da criação do curso de Enfermagem em Uberaba para atender à necessidade de formação destes profissionais, tanto a nível privado quanto público. Solicitada a tomar esta iniciativa, a FIUBE, por seu corpo diretor, decidiu submeter à apreciação da Congregação desta Faculdade proposta de trabalho conjunto que pudesse viabilizar esta aspiração de uma cidade. Submetemos a Vossa Senhoria, esperando seja apreciada pela egrégia Congregação da Faculdade Federal de Medicina do Triângulo Mineiro, a possibilidade de um convênio que permitisse, a nível científico e político, a apresentação de tal projeto ao Conselho Federal de Educação, com as habilitações em enfermagem qual, obstetrícia e de instrumentação cirúrgica. Somente nos permitiremos tomar essa iniciativa caso possamos contar com a efetiva colaboração desta Faculdade na criação, implantação e acompanhamento do referido curso. Tais

procedimentos ficariam estabelecidos em convênio que previsse a colaboração do corpo docente e o uso do Hospital Escola para a formação profissional dos acadêmicos. A operacionalização desta proposta deverá observar a conveniência de ambas as instituições e, caso seja aprovada a intenção – com as observações e colaboração que a egrégia Congregação da FMTM poderá oferecer – poderíamos, então, acertar detalhes e modos de atuação (FMTM, 1986a, p.73-74)

Assim, a Fiube intentava criar o curso superior de Enfermagem, mas não possuía a infraestrutura e o corpo docente necessários a essa oferta, já que seu único curso da área da saúde era o de Odontologia. Entretanto, percebia que era crescente a demanda por enfermeiros graduados na cidade e na região, já que, em meados de 1980, haviam sido aprovadas legislações que exigiam a profissionalização da carreira dos enfermeiros¹⁷⁶. Além disso, os três únicos cursos superiores de Enfermagem de Minas Gerais estavam em Belo Horizonte, Juiz de Fora e Alfenas, ou seja, distantes de Uberaba. Desse modo, já vislumbrando seu projeto de transformar a Fiube em uma universidade – o que viria a se concretizar dois anos depois –, Mário Palmério trabalhava pela abertura do curso de graduação em Enfermagem em sua instituição¹⁷⁷.

A Fiube havia sido criada em 1972, a partir da junção das faculdades isoladas de Odontologia, Direito e Engenharia, todas privadas e fundadas por Mário Palmério. Em 1980, adquiriu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino (Fista), um educandário dominicano, incorporando os seguintes cursos por ele ofertados: Letras, Filosofia, História, Geografia, Estudos Sociais, Ciências (Química, Matemática e Biologia), Pedagogia e Comunicação Social.

Depreende-se, então, que Mário Palmério pretendia obter o apoio da FMTM por considerar que ela possuía a infraestrutura necessária às práticas do pretendido curso de Enfermagem, bem como os professores que poderiam auxiliar na sua área básica de formação. No entanto, por não haver o detalhamento da operacionalização dessa relação de parceria, não ficam claros os ganhos que a FMTM teria ao colaborar com a Fiube, já que ela mesma, enquanto faculdade de Medicina, poderia pleitear a criação de seu próprio curso de Enfermagem.

Fato é que Mário Palmério buscou apoio da FMTM para a sua empreitada acreditando que poderia estabelecer acordo em relação a essa cooperação diretamente com a direção da instituição, sem que isso precisasse ser apreciado por seu corpo

¹⁷⁶ São elas a Lei n.º 7.498, de 25 de junho de 1986, e o Decreto n.º 94.406, de 8 de junho de 1987, que regulamentavam o exercício da profissão.

¹⁷⁷ O curso de graduação em Enfermagem estava entre os que mais cresciam no país em termos de oferta, tendo em vista o aumento de vagas para enfermeiros nos setores público e privado (SILVA, CONTIM, AMARAL, 2022).

colegiado (Congregação), conforme explica o entrevistado Ex-dirigente 1¹⁷⁸. Contudo, a direção da FMTM, receosa de que houvesse oposição a tal acordo, encaminhou a proposta para deliberação pela Congregação. Esta, conforme ata da reunião de 17 de outubro de 1986, foi majoritariamente contrária ao convênio sugerido pela Fiube.

Por unanimidade falaram [membros da Congregação] que a universidade tinha que tentar a criação do Curso de Enfermagem. Um professor até tinha dito que o Doutor Junqueira já havia tentado e não havia conseguido. [...]. E aí imediatamente fizemos o projeto, levamos para o Conselho Federal de Educação, hoje Conselho Nacional. E no final de 88, nós fomos duas ou três vezes no Conselho, ficou pronto o projeto (EX-DIRIGENTE 1, 2022).

A ata da referida reunião afirma que a Congregação, apesar de contrária à parceria proposta pela Fiube, não se opunha à criação de uma escola de Enfermagem, desde que criada por uma fundação de apoio de direito privado coordenada pelos professores da FMTM ou ligada à Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba (Funepu)¹⁷⁹, tendo o Hospital Escola à disposição do curso.

Sendo assim, decidiu-se convidar, à época, o conselheiro federal de Educação, Virgínio Cândido Tosta de Souza, graduado em Medicina pela FMTM, para expor à Congregação as normas que deveriam orientar a criação dessa escola de Enfermagem. Dessa forma, na reunião seguinte, que aconteceu em 24 de outubro de 1986, o professor da FMTM, Edison Reis Lopes, repassou as orientações do citado conselheiro federal de Educação, explicando que, naquele momento, seria muito difícil criar mais um curso na instituição – devido à escassez de investimentos no ensino superior público – e, por outro lado, a Funepu encontrava-se sobrecarregada com outros ônus¹⁸⁰. A solução apresentada pelo conselheiro foi então a criação de uma fundação de direito privado para ser a mantenedora da escola.

Os membros da Congregação deliberaram por insistir na possibilidade de criação do curso de Enfermagem na FMTM – apesar de desestimulados pelo conselheiro federal de Educação –, sendo aventada, até mesmo, a possibilidade de criação de outros cursos

¹⁷⁸ Infere-se que, também por ter estado à frente do processo de criação da FMTM, inclusive cedendo instalações para início do funcionamento do curso de Medicina em 1954, Palmério buscasse encontrar apoio para criação de seu curso de Enfermagem.

¹⁷⁹ A Funepu, fundação filantrópica, de direito privado e sem fins lucrativos, foi criada em março de 1982, assinando convênio com o MEC no ano seguinte, destinando-se a custear projetos de ensino, pesquisa e extensão e de recursos humanos.

¹⁸⁰ Ata de reunião da Congregação da FMTM, realizada em 28 de novembro de 1997, demonstra que a Funepu passava por problemas de ordem financeira, já que possuía uma dívida de R\$ 6.800.000: “A providência tomada foi chamar todos os credores para a renegociação da dívida, pois somente com essa atitude poderíamos garantir o pagamento dos funcionários” (FMTM, 1997c, s./p.).

da área da saúde, com vistas à transformação da FMTM instituição em universidade especializada na referida área. Contudo, entendiam que o momento exigia cautela:

Observando-se, porém, que esses procedimentos não devam ser precipitados ou executados afoitamente, a fim de se evitar negativas ou arquivamentos de processos por parte dos órgãos superiores do ensino (FMTM, 1986b, p.75).

Foi instituída, portanto, uma comissão responsável por analisar e estudar formas de se criar o curso ou, ainda, a escola de Enfermagem na FMTM, formada pelos professores Edison Reis Lopes, Tolstói Junqueira de Moraes e Resala Salum.

É importante destacar que, no fim da citada reunião, acrescentou-se que a Fiube poderia criar o seu curso de Enfermagem estabelecendo convênio com a rede privada hospitalar da cidade.

Embora a cidade demandasse a formação de enfermeiros – haja vista que essa necessidade já havia sido externada em momentos anteriores¹⁸¹ e considerando que não havia cursos de Enfermagem na região –, a FMTM não se dispôs a firmar parceria com a privada Fiube pela criação do curso de Enfermagem, até porque a ampliação de cursos na área da saúde para transformar-se em universidade já habitava o ideário da instituição. Nesse sentido, o entrevistado Ex-dirigente 2 esclareceu que havia o permanente receio de que a FMTM, por ser isolada, fosse incorporada por uma universidade da região, tendo sido cogitada, inclusive, sua vinculação à própria UFU. Por conseguinte, a demanda para a transformação em universidade era vista, também, como uma forma de fugir dessa incorporação à UFU, à UFMG ou à outra universidade que se apresentasse.

Desse modo, na reunião da Congregação em que foi tratada a proposta da Fiube, ventilou-se a ideia de transformação da FMTM em universidade especializada da área da saúde, e a criação do curso de Enfermagem foi considerada um possível ponto de partida para esse projeto.

A criação do curso de Enfermagem na UFTM marcou um momento historicamente importante de evolução da instituição: momento em que se vislumbrou deixar de ser uma faculdade isolada, tornando-se um embrião de uma futura universidade (CARDOSO, 2006, p.10).

Com efeito, Mário Palmério também intentava a criação de uma universidade em Uberaba, e vinha percorrendo o caminho necessário para concretizá-la, seja pela

¹⁸¹ Por exemplo, em 1967, quando o MEC propôs a criação da Fundação Universitária Federal de Uberaba, agrupando a FMTM às faculdades isoladas privadas da cidade, intentando criar, dentre outros cursos, o de Enfermagem (LAVOURA E COMÉRCIO, 09 out. 1967).

fundação de novas faculdades – como a de Direito e a de Engenharia –, seja pela aquisição de faculdades existentes – como a Fista. A esse respeito, Ferreira (2015) acrescenta que, desde a criação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, em 1947, Palmério vislumbrava essa possibilidade:

Mário Palmério classificou sua preferência pela oferta de um curso de Odontologia como sendo “mais adequado e oportuno”, deixando implícitas as razões da adoção do curso cujo estabelecimento deveria ser destinado a ministrar, e termina profetizando que a iniciativa representava a “pedra fundamental do futuro grande edifício universitário” (FERREIRA, 2015, p.87).

A “profecia” cumpriu-se em 1988, com a fundação da Uniube e, no mesmo ano, veio a autorização para a criação do curso de graduação em Enfermagem. A articulação política de Mário Palmério (FONSECA, 2012), aliada a políticas de ensino superior que privilegiavam as instituições privadas, cooperou para que a primeira universidade de Uberaba fosse assim criada.

A FMTM seguia na elaboração de seu projeto de criação do curso de Enfermagem e Obstetrícia, com habilitações em Enfermagem Médico-Cirúrgica e Enfermagem Obstétrica. Nesse contexto, em agosto de 1987¹⁸², a direção da faculdade encaminhou ao MEC um pedido de autorização para a instalação do referido curso, a ser aberto com 20 vagas anuais. O documento informava que ele não acarretaria nenhum ônus para o poder público “por ter instalações, equipamentos e recursos humanos necessários ao pleno funcionamento do curso” (FMTM, 1987 apud SILVA, CONTIM, AMARAL, 2022, p.49).

O projeto de criação do curso de Enfermagem e Obstetrícia foi elaborado sob a coordenação dos professores Alba Lúcia dos Reis Silva e Helvécio Moreira de Almeida, ficando evidentes deficiências quanto ao quadro de docentes, já que a instituição não contava com professores graduados em Enfermagem. Além disso, nem todos os professores do curso de Medicina desejavam colaborar com disciplinas para o novo curso da instituição. Todavia, esse era o caminho encontrado pela faculdade para conseguir ampliar seu quantitativo de cursos: demonstrar ao MEC que não haveria aumento de gastos para o governo federal. Dessa forma, o curso de Enfermagem e Obstetrícia teria que ser iniciado contando, majoritariamente, com o trabalho dos professores já vinculados à instituição.

¹⁸² Em declaração ao jornal *Lavoura e Comércio* de 22 de novembro de 1988, o diretor da FMTM, Nilson Roso, afirmou que, em 31 de outubro de 1986, uma carta-consulta também havia sido encaminhada ao MEC solicitando a abertura do curso de Enfermagem. Esse documento não foi localizado.

O diretor da FMTM, Nilson de Camargos Roso esclareceu: “Decidi enviar o projeto apenas com o preenchimento dos dados das disciplinas que teriam colaboração dos professores da FMTM. Adotei esta estratégia para que toda a comunidade tomasse conhecimento dos que não queriam colaborar. Na última hora os refratários resolveram assinar o projeto” (FMTM, 2003a, s./p.).

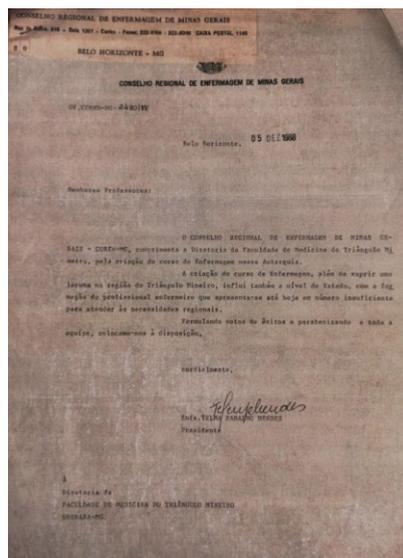
O projeto foi autorizado pela Câmara de Ensino Superior do MEC em 2 de maio de 1988, cujo Parecer CESU/MEC n.º 374 desse mesmo ano afirmava que o novo curso aproveitaria recursos humanos e materiais já existentes para funcionamento do curso de Medicina. Também foram analisadas de modo satisfatório a grade curricular, as bibliografias propostas e a formação dos docentes responsáveis pelas disciplinas propostas.

Em agosto de 1988 uma Comissão Verificadora do MEC visitou a FMTM para confirmar as condições de instalação do novo curso. Formavam esta comissão a professora Clarisse Tasqueti, então docente da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), e a professora Maria Lúcia Cardoso dos Santos, aposentada pela USP de Ribeirão Preto. Esta viria a ser convidada pela direção da FMTM para implementar o curso de graduação em Enfermagem e Obstetrícia na instituição e ser sua primeira coordenadora, tendo em vista sua experiência na USP e na fundação de um curso de Enfermagem na UFSCAR.

Com parecer favorável também da citada Comissão Verificadora, criou-se o curso de graduação em Enfermagem e Obstetrícia da FMTM por meio do Decreto n.º 97.081, de 21 de novembro de 1988, assinado pelo presidente José Sarney. Nilson Roso, diretor da FMTM à época, assim declarou: “É um curso pequeno, isto é, no que diz respeito ao número de vagas – são somente 20 – mas o que interessa é que vem resolver um problema regional” (LAVOURA E COMÉRCIO, 22 nov. 1988, p.1). Dessa maneira, no dia 13 de fevereiro de 1989, teve início o curso superior de Enfermagem da FMTM, único gratuito de Uberaba e região¹⁸³.

¹⁸³ Apenas em 1999 foi criado outro curso de Enfermagem gratuito na região, a saber, na UFU.

Figura 15 – Ofício do Conselho Regional de Enfermagem - MG à FMTM (1988)



Fonte: SILVA; CONTIM; AMARAL (2022, p.55).

O curso objetivava não apenas contribuir para o suprimento da carência de enfermeiros no município e na região, mas também atender à demanda do próprio Hospital Escola, conforme demonstra o jornal *O Epíplon* de 1990:

Este curso, instalado tão recentemente, dá-nos a certeza de que estes futuros profissionais da saúde são, sem margem de dúvida, a mais sólida lacuna que faz tornar possível os anseios de se ter um Hospital Escola modelo, onde não se tenha carência de trabalho especializado; completando e solidificando o sacerdócio médico. [...] Enfermagem: braço direito da Medicina e riqueza de Uberaba (CAGV, 1990c, p.3).

Percebe-se que a centralidade permanecia sobre o curso de Medicina, também em razão da cultura enraizada pelos 35 anos de oferta desse único curso. A Enfermagem era vista, portanto, como necessária para o bom funcionamento do hospital e para apoio às atividades médicas realizadas nele. Em Silva, Contim e Amaral (2022) é possível encontrar depoimentos de ex-alunos e servidores docentes e técnicos da FMTM que confirmaram essa realidade, como é o caso de G.R.S, que se formou em Enfermagem pela instituição e, em 1995, passou à condição de servidor de seu Hospital Escola:

O curso de enfermagem não tinha a mesma importância, ou não se dava a mesma importância aos professores da Enfermagem quanto se dava aos afamados professores da Faculdade de Medicina. Os alunos sentiam muito essa parte desse embate de consciência de cada um dos profissionais que trabalhava ali. Sentiam a falta de satisfação de alguns médicos, que achavam que era demérito dar aula para o curso de Enfermagem. Foi uma época aqui que houve essa diferenciação bem acentuada. Depois, já no final do curso, com a estruturação, já com a maioria dos professores da Enfermagem, houve

um desenvolvimento bem mais satisfatório (G.R.S, 2014 apud SILVA; CONTIM; AMARAL, 2022, p.67).

Sobre as condições de oferta do curso, o jornal *O Epiplon* (CAGV, 1990c), destaca a falta de estrutura ideal para o seu funcionamento. Na mesma direção, FMTM (2003) explica que, inicialmente, o referido curso estava instalado na antiga Escola de Enfermagem Frei Eugênio, transferindo-se para o *Campus I*¹⁸⁴ da FMTM em 1993.

Aos poucos, o curso foi se fortalecendo, especialmente pela abertura de concursos para a entrada de professores graduados em Enfermagem. Em 1992, veio o reconhecimento do curso por meio do da Portaria MEC n.º 893, de 11 de junho de 1992, seis meses antes da formatura da primeira turma de enfermeiros. Esta foi composta por dezesseis formandos, dos quais apenas dois eram homens.

Figura 16 – Primeira turma de formandos do curso de graduação em Enfermagem e Obstetrícia da FMTM (1992)



Fonte: Arquivo do curso de licenciatura em História da UFTM (2022) – Fotografia desconhecido.

No processo de reconhecimento do referido curso, a FMTM optou pela oferta apenas da habilitação geral em Enfermagem – o que, anos depois, culminou na alteração do nome do curso de Enfermagem e Obstetrícia para apenas Enfermagem, conforme consta na Resolução da Congregação da FMTM n.º 4, de 28 de agosto de 2002.

A FMTM seguiu com a oferta dos dois cursos de graduação, Medicina e Enfermagem e Obstetrícia, até 1999, quando foi criado o curso de Ciências Biológicas-Modalidade Médica, cuja gênese retoma, novamente, ao ano de 1993.

¹⁸⁴ O Campus I compreende o prédio da antiga penitenciária estadual, destinado por Juscelino Kubitschek ao funcionamento da FMTM em 1953 (primeiro prédio da instituição).

Nesse ano, conforme FMTM (1993b), a instituição pleiteava, juntamente com outros cursos, a criação de um curso de Ciências Biológicas a ser ofertado no turno da noite, visando à formação de biólogos e professores de Biologia. Para isso, o então diretor, Valdemar Hial, teria enviado ao ministro da Educação, Murílio Hingel, solicitação para a implantação do curso mediante o atendimento de condições adequadas para o seu funcionamento no que se referia a recursos humanos, tecnológicos e didáticos. Segundo Hial, a proposta baseava-se na carência existente desse profissional no Triângulo Mineiro, haja vista sua escassez em instituições públicas da região. Havia um curso de licenciatura em Ciências Biológicas na UFU, criado em 1970, todavia, a FMTM intentava que esse curso estivesse voltado para a área básica de formação em saúde, já que desejava ampliar seu rol de oferta de cursos nesse campo.

A ideia permaneceu em suspenso até que, em 1999, uma Comissão Verificadora do MEC, analisando as condições de transformação da FMTM em universidade – conforme já descrito –, elaborou parecer que condicionava a aprovação de tal transformação à criação de um curso de graduação ligado às Ciências Biológicas, podendo ser denominado de curso de Ciências Biológicas, Biologia ou Biomedicina. A Comissão destacou ainda que “seria importante que, efetivamente, em futuro próximo, se analisasse a qualidade deste novo curso antes de se criar uma universidade”, e que, do mesmo modo, o MEC deveria dar todo apoio à instituição para a construção de planos de criação de novos cursos de graduação.

Nesse contexto, em 1999, foi encaminhado pela FMTM ao MEC o projeto de criação do curso de graduação em Ciências Biológicas-Modalidade Médica, que recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Especialistas de Ensino de Medicina, da Coordenação Geral de Supervisão do Ensino Superior/MEC e da Câmara de Educação Superior/MEC.

Assim, foi criado o curso de graduação em Ciências Biológicas-Modalidade Médica, por meio da Portaria MEC n.º 966, de 28 de junho de 1999, assinada pelo então ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Mais um curso integral e diurno ofertado pela FMTM, cujo início se deu em 3 de agosto de 1999, sob a coordenação da professora Marly Aparecida Spadotto Balarin, graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Já em seu primeiro exame vestibular, o curso contou com 261 inscritos para as dez vagas semestrais

disponibilizadas¹⁸⁵, demonstrando a grande demanda por sua área de formação em Uberaba e região. Embora houvesse um curso de Biomedicina na cidade, ofertado pela Uniube, o curso da FMTM era o primeiro gratuito da região.

Para Zago (2013), a criação desse curso foi possível, também, devido à organização didática da FMTM em departamentos – a saber, Departamento de Medicina, Departamento de Enfermagem e Departamento de Ciências Biológicas –, o que favoreceu o agrupamento de professores de áreas afins, que puderam apresentar suas demandas de forma mais específica.

Esses departamentos eram responsáveis pela oferta das disciplinas dos cursos de Medicina e Enfermagem e Obstetrícia, o Departamento de Ciências Biológicas ministrava as disciplinas de formação básica para ambos os cursos. Dessa forma, a criação do curso de Ciências Biológicas-Modalidade Médica representava o estabelecimento de “uma identidade para os professores deste departamento, que organizaram uma proposta de criação de um curso que os representasse e promovesse acesso a outros níveis de pesquisa e extensão” (ZAGO, 2013, p.35).

Para o Ex-dirigente 1, a criação do curso de Ciências Biológicas-Modalidade Médica¹⁸⁶ veio ao encontro da necessidade de formação de docentes para as áreas básicas dos cursos de Medicina e Enfermagem, bem como dos outros cursos que se intentava criar na área da saúde. Segundo ele, a intenção do então diretor da FMTM, no que se referia à criação do citado curso, era a seguinte:

A ideia, principalmente defendida pelo Dr. [nome ocultado] era que esse profissional iria atuar na docência e na pesquisa do ciclo básico dos cursos de saúde, porque estava cada vez mais difícil você ter médicos interessados em Bioquímica, em Farmacologia, Imuno, Parasito. E essas áreas básicas seriam melhor supridas por um curso de Biomedicina¹⁸⁷ do que, por exemplo, por um curso de Biologia ou de Farmácia, esse pelo custo elevado de laboratório, estrutura de equipamentos caríssimos à época (EX-DIRIGENTE 1, 2022).

Além disso, não se pode perder de vista que a criação desse curso era parte do caminho que precisava ser percorrido para que a FMTM pudesse passar a ser uma universidade, conforme registrou a imprensa:

¹⁸⁵ Em parecer relacionado à criação do referido curso, Parecer CES n.º 539/1999, a Câmara de Educação Superior registrou estranheza quanto ao baixo número de vagas, considerando a qualidade e a potencialidade da instituição.

¹⁸⁶ No ano de 2002, o curso teve sua nomenclatura modificada para Biomedicina, ampliando-se também a sua habilitação, já que passou a englobar a área de Análises Clínicas.

¹⁸⁷ O curso de Ciências Biológicas-Modalidade Médica passou a se chamar Biomedicina em 2002.

Este foi o passo mais importante para a transformação da FMTM em Universidade Federal de Saúde de Uberaba (UNISAÚDE), já que a falta do curso era o único empecilho para o governo autorizar a modificação (LAVOURA E COMÉRCIO, 11 jun. 1999, p.A5).

A implementação do curso de Ciências Biológicas-Modalidade Médica foi comemorada como sendo, de fato, o último passo a ser dado rumo à universidade, conforme declaração do então diretor da FMTM, Valdemar Hial: “Temos certeza de que, com o apoio do deputado Nécio Rodrigues¹⁸⁸, agora conseguiremos finalmente implantar a UNISAUDE em Uberaba” (LAVOURA E COMÉRCIO, 25 jun. 1999, p.A3).

Vê-se que, todavia, a criação do curso não culminou na breve transformação da FMTM em universidade, como se esperava. Foram necessários mais seis anos até que esse projeto pudesse ser finalmente aprovado.

A criação de outros cursos de graduação era cogitada na FMTM, conforme consta em FMTM (1999), onde foi apresentada a intenção de criação dos cursos de graduação em Fisioterapia e Terapia Ocupacional como meta a ser efetivada em médio prazo. Posteriormente, foi feito pedido, também, para a criação do curso de graduação em Nutrição, culminando em visita do MEC à instituição entre os dias 3 e 5 de janeiro de 2001. Todavia, a implementação desses cursos só pôde ser viabilizada em 2005, com a transformação da FMTM em UFTM.

¹⁸⁸ Era deputado estadual de Minas Gerais pelo PSDB e acompanhava o pedido de transformação da FMTM em universidade junto ao governo federal (LAVOURA E COMÉRCIO, 25 jun. 1999).

CAPÍTULO 4 – DE FMTM À UFTM (2003 A 2005)

4.1 A POLÍTICA DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LULA

A transformação da FMTM em universidade ocorreu em um cenário de expansão da rede federal de educação superior ocorrida no Brasil, especialmente a partir de 2003, com o início do mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa expansão estava prevista em sua campanha política, apresentada no documento *Uma escola do tamanho do Brasil*¹⁸⁹, no qual afirmava o desejo de se contrapor a governos anteriores, que operavam com contenção orçamental para as instituições públicas de ensino superior e tendências privatizantes. Além disso, havia a necessidade de cumprir as metas de expansão expressas no PNE (2001-2011), onde estava prevista a ampliação do acesso ao ensino superior para jovens com idade entre 18 e 24 anos, conforme já apresentado. Ressalta-se que, no ano 2000, 2,7% da população brasileira com idade entre 20 e 24 anos estava matriculada no ensino superior, porcentagem que cresceu para 4,5% em 2005 e para 5% em 2009 (MINTO, 2011).

No referido documento de campanha, reconhecia-se a importância das instituições de ensino superior para o desenvolvimento nacional e para a produção de ciência e tecnologia, ressaltando-se a necessidade de ampliação de vagas e matrículas, sobretudo na rede pública, considerando que, em 1994, o Brasil encontrava-se entre os países do mundo com maiores taxas de privatização da educação superior.

Em 2002, Lula venceu a corrida presidencial e formou um governo apoiado por “parte do empresariado, classe média e sindicatos – muito similar ao que sustentara os governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart” (MONIZ BANDEIRA, 2014, p.280). Para autores como Marques e Mendes (2006), o PT assentou-se, principalmente, em programas de transferência de renda. Esses programas, na visão dos autores, seriam usados para obter o apoio das massas que, apesar de terem suas vidas, de fato, melhoradas, estariam contando com programas sociais compensatórios, com caráter de benesse governamental e não de direito. Não constitui objetivo deste trabalho o aprofundamento dessa discussão, todavia é interessante perceber que as reivindicações mais importantes da FMTM, como a federalização e a

¹⁸⁹ O programa de governo está disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/16-umaescoladotamanhodoBrasil.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

transformação em universidade, foram contempladas por governos que estabeleceram relações mais estreitas com as massas e suas necessidades.

No que se refere ao campo da educação, houve certa indefinição de diretrizes nos primeiros anos do Governo Lula, agravada pela rotatividade de ministros da Educação entre 2003 e 2005, quando o MEC esteve sob a gestão de três diferentes personagens. O primeiro deles foi Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque, que, dentre outras funções, foi reitor da Universidade de Brasília de 1985 a 1989, e, em anos seguintes, ingressou na carreira política. Sob sua gestão, iniciaram-se as discussões em torno da almejada reforma do ensino superior, considerando, também, o papel social que as universidades teriam na resolução de problemas reais como o desemprego, a fome e o analfabetismo. A preocupação do MEC com essas questões sociais pode ser compreendida a partir da seguinte análise feita por Cristovam Buarque:

O produto dos avanços científicos e tecnológicos das universidades foi posto a serviço das minorias privilegiadas também em outras áreas. O uso e o consumo desses conhecimentos também ficou restrito às elites minoritárias. As universidades passaram a servir a uma parte específica da sociedade, ignorando a outra. Os cursos oferecidos nas universidades pouco têm a ver com os interesses das grandes massas. Os cursos de Economia buscam maneiras de aumentar a riqueza e, em raros casos, estudam a superação da pobreza. Os cursos de Medicina estão mais interessados em não deixar que os ricos morram ou envelheçam do que em evitar a mortalidade infantil. Os arquitetos se preocupam em construir mansões e edifícios para os ricos, e quase nunca pensam em soluções para os problemas habitacionais dos pobres. Os cursos de Nutrição dão mais ênfase a emagrecer os ricos do que a engordar os pobres. [...] É como se a universidade tivesse tomado o claro partido de um dos lados da sociedade, pensando apenas nos excluídos que estão convenientemente próximos a ela, que nunca são os verdadeiros excluídos. [...] É por essa razão que a universidade tem de recuperar a sintonia ética com os verdadeiros interesses da população (BUARQUE, 2003, p.14-15).

Também em termos de seus recursos, conforme Buarque (2003, p.21), a universidade encontrava-se “praticamente falida”, em consequência da forte restrição orçamentária praticada pelo governo anterior, tendo sobrevivido ao abandono pelo poder público por causa da persistência de seus alunos e servidores.

Nesse cenário, para Buarque (2003, p.21-23), a universidade brasileira teria vivido um importante processo de privatização, seja pelo aumento das instituições particulares, seja pela falta de um “projeto social nacional por parte das universidades públicas”. A seu favor, as universidades teriam “a ânsia de estudar e aprender dos jovens que saem do ensino médio”, que se manifestava “com uma intensidade nunca antes vista”. Desse modo, para o então ministro da Educação, era chegada a hora de

reformular o ensino superior brasileiro, já que o país tinha “um governo historicamente comprometido com a transformação da universidade numa instituição de ponta, em termos mundiais”.

Como uma de suas primeiras ações à frente do MEC, Buarque instituiu, em 29 de abril de 2003, a Comissão Especial de Avaliação do Ensino Superior, formada por vinte membros que, em sua maioria, representavam universidades públicas e privadas de todo o país, e tinha como presidente José Dias Sobrinho, professor da Universidade Estadual de Campinas. O objetivo da comissão era analisar e oferecer subsídios para a reformulação de políticas de educação superior, realizando reuniões quinzenais em diferentes cidades do Brasil. Assim, voltou-se de forma importante para a questão da avaliação do ensino superior, a fim de diagnosticar seus gargalos e necessidades, criando, para isso, em 2004 o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vigente até os dias atuais.

Houve, ainda, a instituição do Grupo de Trabalho Interministerial, criado em outubro de 2003, para encontrar formas de enfrentar a crise das universidades federais e nortear o processo de reforma da universidade brasileira (BRASIL, 2003b). O grupo era composto por doze membros, advindos da Casa Civil; da Secretaria Geral da Presidência da República; dos Ministérios da Educação, da Ciência e Tecnologia; do Planejamento, Orçamento e Gestão; e da Fazenda.

No relatório final elaborado por esse grupo, intitulado *Bases para o Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades Federais e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira*, reconheceu-se a desarticulação sofrida pelo aparelho estatal em anos anteriores, da qual as universidades não foram poupadas. Mais uma vez a privatização do ensino superior foi citada como indo de encontro à democratização desejada e, por sua vez, as próprias instituições particulares estariam sofrendo em virtude de sua expansão desregrada, seja pela inadimplência dos alunos, seja pela desconfiança em relação à qualidade dos cursos ministrados. Por conseguinte, o grupo de trabalho concluiu pela necessidade de se criar um programa emergencial de apoio ao ensino superior, em especial, às universidades federais, bem como de realizar uma profunda reforma universitária.

Para isso, pretendia-se, primeiramente, resolver o déficit de professores e técnicos administrativos nas universidades, que, segundo Andes (2007), no caso dos professores das universidades federais, girava em torno de 8.000, considerando-se que

no governo de FHC vagas de professores aposentados, falecidos ou afastados não haviam sido preenchidas, consolidando um movimento de terceirização ou privatização do aparelho estatal. Além disso, o citado relatório defendia que era preciso recompor o orçamento destinado às instituições, ampliar as vagas nos cursos superiores, fortalecer o ensino a distância e garantir a autonomia universitária¹⁹⁰. Do mesmo modo, deveria ser dada especial atenção à infraestrutura institucional, pois, segundo análises do referido grupo interministerial, há muito as universidades não contavam com um programa específico para manutenção predial e aparelhamento de laboratórios e bibliotecas, o que estaria provocando “o fechamento de laboratórios, desabamento de prédios e degradação de instalações que, em alguns casos, deixam as universidades federais em clara aparência de penúria” (BRASIL, 2003b, p.7).

Foi nesse contexto, em que o discurso governamental seguia na direção de revigorar a rede federal de educação superior, que a FMTM enxergou a oportunidade de, novamente, tramitar o seu projeto de transformação em universidade. Assim, o PL n.º 2.681/2003, que visava à transformação da FMTM em UFTM, foi enviado à Presidência da República em 28 de agosto de 2003, com encaminhamento assinado pelo ministro da Educação, Cristovam Buarque, e pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega.

Salienta-se que, depois disso, Buarque permaneceu pouco tempo à frente do MEC, sendo substituído por Tarso Genro. O jornal *Folha de S. Paulo*, de 23 de janeiro de 2004, noticiou a transição na pasta da Educação:

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva demitiu na manhã desta sexta-feira, por telefone, o ministro da Educação, Cristovam Buarque (PT), que está em férias em Portugal. Cristovam se juntaria à comitiva de Lula, que hoje à noite viaja para a Índia. Já convidado, Tarso Genro (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) será seu substituto. O Ministério da Educação confirmou oficialmente a informação. [...] Segundo o Ministério da Educação, no telefonema, por volta das 11h, Lula disse a Cristovam que precisaria do cargo porque pretende fazer uma reforma universitária e quer à frente uma pessoa que esteja fora do mundo acadêmico. [...] Em tom de desabafo, Lula deu um tapa na mesa anteontem à noite, quando conversava com o novo ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos (PSB-PE). Disse que não aguentava mais "acadêmicos" no governo e que tiraria Cristovam. "Quero ministros para apresentar resultados, não para ficar com tese, com conversa. Por isso, estou pegando essa turma boa da Câmara", disse. [...] O presidente avalia que Cristovam é um bom formulador, mas um mau gestor. Por isso, quer tirá-lo do cargo. Ontem, o presidente disse que era hora de mostrar resultados e que a educação era uma área sensível. Como

¹⁹⁰ Percebe-se que alguns temas, como autonomia universitária e educação a distância, estavam sendo discutidos no âmbito das políticas de ensino superior desde o Governo Sarney, conforme apresentado no capítulo anterior.

escolheu um ministro com experiência administrativa para a área social (Patrus é ex-prefeito de Belo Horizonte), Lula optou por Tarso, ex-prefeito de Porto Alegre, para o Ministério da Educação. As gestões de ambos são consideradas excelentes pelo PT (FOLHA DE SÃO PAULO, 23 jan. 2004, s./p.).

Tarso Genro permaneceu no MEC de janeiro de 2004 a julho de 2005, deixando a pasta para assumir a presidência do PT em substituição a José Genuíno, envolvido no escândalo do mensalão. As principais iniciativas do MEC durante sua gestão, no que se refere ao ensino superior, foram a apresentação ao Congresso Nacional de um projeto de reforma universitária; a criação do Sinaes, por meio da Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004; e um sistema de inclusão de estudantes de baixa renda em instituições privadas, o Programa Universidade para Todos (Prouni), criado em 2005, por meio da Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro, que será melhor detalhado adiante.

A construção do anteprojeto de reforma universitária foi liderada por um novo grupo, o Grupo Executivo da Reforma Universitária, criado em 12 de fevereiro de 2004, que contava com dez membros e era coordenado pelo então secretário executivo do MEC, Fernando Haddad (que viria a ser o próximo ministro da Educação).

A terceira e última versão do anteprojeto de reforma universitária tinha 66 artigos e foi apresentada ao presidente Lula em solenidade ocorrida no dia 29 de julho de 2005 – ocasião em que foi assinada também a transformação da FMTM em universidade. Na exposição de motivos do anteprojeto, afirmou-se que a proposta tinha como um dos “seus objetivos centrais criar condições para a expansão com qualidade e equidade”, contribuindo “de forma decisiva, para um novo projeto de desenvolvimento nacional, que compatibilize crescimento sustentável com equidade e justiça social” (BRASIL, 2004, p.1-2).

O documento declarou, ainda, que a reforma do ensino superior deveria garantir a ampliação de vagas, sobretudo no setor público, com “aumento da oferta de cursos noturnos, e promoção de políticas afirmativas que estabeleçam bases mais justas para o ingresso de estudantes oriundos das escolas públicas e os afrodescendentes e indígenas” (BRASIL, 2004, p.9).

Esse ponto, que se materializou depois no sistema de cotas, talvez tenha sido um dos mais sensíveis da proposta. Ainda que o anteprojeto de reforma universitária tenha sido construído em diálogo com mais de 200 entidades acadêmicas e civis, em mais de 400 encontros para debates, houve resistência às mudanças que ele intencionava implementar, especialmente no que diz respeito às cotas. Exemplifica tal relutância o

fato de que, durante o debate *Democratização do acesso à universidade*, organizado pela liderança do PT em São Paulo, em agosto de 2004, membros dos diretórios acadêmicos da Universidade de São Paulo, da Universidade Estadual de Campinas, da Universidade Federal de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, interromperam a apresentação do anteprojeto pelo ministro da Educação com palavras de ordem e apitos. Tarso Genro classificou a reação dos alunos como “fascista e antidemocrática”, e afirmou: “Essa política não interessa aos estratos privilegiados, interessa ao trabalhador” (ALESP, 2004, s./p.).

Sobre as resistências enfrentadas, Tarso Genro e Héglio Trindade, então presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, declararam ao jornal *Estado de Minas*, em 19 de fevereiro de 2005, que o anteprojeto desagradava tanto à extrema-direita quanto à extrema-esquerda do país:

Num país em que as duas reformas anteriores se fizeram em períodos autoritários – governos de Vargas (1931) e Costa e Silva (1968) – trazer o tema para um debate aberto está provocando curiosas reações. Além da legítima e necessária discussão crítica do anteprojeto para aperfeiçoá-lo, há uma paradoxal convergência entre grupos que sempre estiveram em campos opostos e tornaram-se militantes de um patético conservadorismo anti-reformista que tenta desqualificá-lo: o direito extremo que o acusa de inspiração soviética e o esquerdismo radical que o denuncia como obra do Banco Mundial (JORNAL ESTADO DE MINAS, 19 fev. 2005, s./p.).

De forma geral, o anteprojeto externou preocupações latentes no âmbito do MEC, como a questão da autonomia universitária, restrita desde a reforma de 1968¹⁹¹; o financiamento das instituições públicas federais; e as relações entre os setores público e privado, exigindo regulação estatal (BRASIL, 2004). Nesse sentido, o citado documento retomou a necessidade de interiorização da rede federal de ensino superior, o que, nas últimas décadas, havia sido assumido pela rede privada. Era o caso, por exemplo, da própria cidade de Uberaba, que contava apenas com três cursos gratuitos ofertados pela FMTM. Os demais eram ofertados por instituições particulares, destacando-se a Uniube, que já estava consolidada como universidade, abrangendo diversas áreas do conhecimento.

Além de ter que lidar com disputas de poder entre grupos reformistas e antirreforma, o anteprojeto enfrentou o desinteresse do Congresso Nacional. Para Aguiar (2013), isso se deu porque o anteprojeto não trouxe inovações urgentes, já que diversos problemas da educação superior foram sendo atacados por meio de legislações

¹⁹¹ O documento rememora aspectos positivos da citada reforma, como a modernização das instituições e os avanços no campo da pós-graduação.

isoladas. Esse fato explica, também, o motivo pelo qual o anteprojeto tramitou por anos sem ser aprovado.

É interessante notar inclusive que a ausência da lei não causou nenhum embaraço nem para o setor público nem para o privado e, por isso, nenhum ator político importante manteve a luta por sua aprovação. O setor público, representado pelas universidades federais, expandiu-se como nunca antes e o setor privado manteve sua curva ascendente de crescimento, ainda que em menor velocidade (AGUIAR, 2013, p.109).

Pode-se afirmar, então, que a reforma foi se dando a conta-gotas, por meio da edição fragmentada de diferentes instrumentos legais e normativos. A criação do Sinaes e do Prouni são exemplos disso. No caso desse último, ressalta-se que o governo federal empreendia esforços não apenas para a expansão da rede pública de ensino superior, mas também afirmava buscar a democratização do acesso a esse nível de ensino em instituições privadas. Assim, o Prouni tinha por objetivo propiciar a matrícula de egressos do ensino médio¹⁹² em instituições particulares de ensino superior com ou sem fins lucrativos, em cursos de graduação e sequenciais, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Isso seria possível por meio da concessão de bolsas de estudo nessas instituições, beneficiadas, por sua vez, com isenções de impostos¹⁹³. O programa foi instituído no sentido de “dar resposta às dificuldades financeiras das centenas de milhares de estudantes carentes que se veem obrigados a frequentar o ensino superior privado e não dispõem de meios para custear seus estudos” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p.27).

O ProUni foi uma das políticas mais polêmicas e populares do governo Lula. Pretendia de uma só vez atacar dois problemas estruturais do sistema de Ensino Superior. De um lado, a barreira socioeconômica que praticamente interditava a inclusão das camadas mais desfavorecidas no sistema, de outro o problema do enquadramento fiscal das instituições filantrópicas e sem fins lucrativos (AGUIAR, 2016, p.121).

O Prouni integrou um conjunto de ações do governo federal voltadas, inclusive, para o atendimento de metas previstas no PNE (2001-2011), segundo o qual, até 2010, a proporção de jovens com idade entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior

¹⁹² Esses egressos deveriam encaixar-se em um perfil socioeconômico predefinido, bem como ter cursado o ensino médio em escola pública ou como bolsistas integrais em escolas privadas, além de alcançar a nota mínima exigida no Enem. O programa buscava incentivar, ainda, a formação de professores da rede pública em cursos de Pedagogia e outras licenciaturas.

¹⁹³ As instituições participantes ficariam isentas do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e da Contribuição para o Programa de Integração Social. Em 2005, essa renúncia fiscal correspondeu a aproximadamente 92 milhões de reais.

deveria ser aumentada para 30%¹⁹⁴, mas de forma que as matrículas no setor público correspondessem a 40% do total ou mais.

No entanto, a isenção fiscal e as políticas de incentivo ao setor privado não foram estratégias exclusivas do Governo Lula, sendo adotadas desde o governo militar, com o objetivo de expandir o ensino superior e de fortalecer o projeto de desenvolvimento nacional. A Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispunha sobre o Sistema Tributário Nacional, determinava a não incidência de impostos sobre a renda, o patrimônio e os serviços das instituições de educação sem fins lucrativos. Sobre essa relação público-privado no ensino superior, Sampaio (2014) afirma:

Desde os anos 1970, estabeleceu-se entre eles (o público, em geral mais seletivo e de melhor qualidade) uma relação de complementaridade, na qual coube às instituições privadas responder à demanda crescente a que as universidades públicas não conseguiam e/ou não queriam absorver (SAMPAIO, 2014, p.51).

Também nos anos de 1990, cogitou-se a concessão de bolsas de estudos em troca de isenção fiscal em instituições privadas de ensino superior, porém isso não chegou a se efetivar, de forma que esse projeto foi retomado e revisado no Governo Lula. O Prouni foi, justamente, a reedição dessa proposta.

Para sua viabilização, o governo intentou aproveitar as vagas ociosas existentes nas instituições superiores da rede privada, considerando que, em 2002, a porcentagem de vagas não ocupadas nelas girava em torno de 35%. Ocorre que, conforme Catani, Hey e Gilioli (2006), a utilização dessas vagas não interessava apenas ao governo federal, mas, de igual modo, às próprias instituições privadas, seja pela ocupação de cadeiras vazias, seja pelo incentivo tributário. Além do mais, no Congresso Nacional, as instituições particulares, representadas, especialmente, pela Associação Nacional das Universidades Particulares e pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior, propuseram modificações importantes ao projeto de lei que criou o Prouni, fazendo com o que ele se descaracterizasse em relação ao seu aspecto inicial.

O *lobby* privatista é poderoso e organizado. Faz-se representar no Conselho Nacional de Educação (CNE), e, graças a um sistema político dominado pelos interesses do capital, inclusive por meio do controle do financiamento eleitoral, o setor privatista é majoritário no Congresso Nacional, onde não se envergonha de apresentar propostas que respondem apenas aos interesses mercantis das instituições que representam (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015, p.37).

¹⁹⁴ Em 2002, 7,7% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos estavam matriculados no ensino superior.

Ilustra essa questão o fato de ter sido incluída a possibilidade de oferta de bolsas parciais e não apenas integrais, como previa o projeto, embora, mais de 60% das bolsas concedidas até o final do mandato de Lula tenham sido integrais (AGUIAR, 2016).

Dessarte, para Catani, Hey e Gilioli (2006), o Prouni efetivou a compra de vagas nas instituições particulares e foi mais um programa assistencialista do que um programa de democratização do acesso ao ensino superior, havendo, ainda, pontos sensíveis no que se refere à permanência dos alunos bolsistas¹⁹⁵.

O PROUNI é comumente visto como mais uma política pública, particularmente por abrigar o preceito das cotas, mas destaca-se o fato de manter um sistema de ensino nos moldes privatizantes traçados durante os anos 1990. Nesse sentido, traz uma noção falsa de democratização, pois legitima a distinção dos estudantes por camada social de acordo com o acesso aos diferentes tipos de instituições (prioridade para a inserção precária dos pobres no espaço privado), ou seja, contribui para a manutenção da estratificação social existente. O comentário do presidente da ABMES fala por si mesmo: “A proposta não saiu como pretendíamos, mas é razoável e favorece as instituições privadas” (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006, p.136).

Desse modo, ao lado de outras ações implementadas nas esferas da educação e da economia, o Prouni levou autores como Catani, Hey e Gilioli (2006), Boito Junior (2005) e Melo (2007) a considerarem que o Governo Lula não divergiu – pelo menos não na proporção esperada pelo segmento mais progressista da sociedade – da política neoliberalista consolidada nos anos anteriores. Pelo contrário, para eles, sobretudo em seu segundo mandato, aprofundou o projeto societário neoliberal no Brasil, ainda que tenha havido aumento de investimentos sociais. Apesar disso,

o ProUni pode ser visto como uma política de redistribuição indireta de renda, na medida em que beneficia os estratos mais pobres. A maior parte dos alunos beneficiados se encontra estruturalmente excluída da rede pública, se considerarmos que esta, além de seu tamanho diminuto, situa-se em grandes centros urbanos e oferece cerca de 70% de seus cursos em período diurno (AGUIAR, 2016, p.123).

Importa destacar que, dentre as fragilidades apontadas em relação ao Prouni estão a privatização dos recursos públicos quando destinados ao setor privado, o baixo controle da qualidade das instituições participantes e a destinação de cursos de baixa qualidade à população mais carente (AGUIAR, 2016). Cunha (2007b) esclarece,

¹⁹⁵ Em 2006 o governo federal passou a conceder bolsas de permanência a alunos beneficiados pelo Prouni, desde que estudassem em tempo integral. Eram pagos R\$300,00 para auxílio nos gastos com transporte, alimentação e material didático.

entretanto, que é preciso considerar que, em relação ao repasse de verbas públicas para a rede privada, não seria possível reverter esses valores para as instituições públicas. Contudo, isso não significa que os recursos estivessem tendo o destino mais apropriado.

Um breve comentário se impõe sobre a possível destinação dos recursos da isenção fiscal para as entidades públicas de ensino superior, reclamada por certos críticos. Por mais que seja reprovável esse benefício público à acumulação de capital privado, é preciso reconhecer que esse processo não é reversível para as IES federais, total e automaticamente. Caso ele fosse suprimido, as IES federais não os receberiam. Isso porque apenas os recursos provenientes das contribuições têm destinação específica, e nenhuma delas vão para as IES públicas, direta ou indiretamente. Os recursos provenientes de impostos, por sua vez, não têm destinação específica, a não ser em termos proporcionais, como no FUNDEF e no FUNDEB, este a partir de 2008. Assim, os recursos que iriam para o ensino superior público, caso não houvesse renúncia de impostos, obedeceriam ao tratamento definido pelos orçamentos governamentais, sendo, portanto, indeterminado o montante que reforçaria os orçamentos das IES públicas (CUNHA, 2007b, p.821).

Já no que diz respeito à destinação de cursos de menor qualidade para a classe menos privilegiada economicamente, infere-se que o Prouni, na verdade, não alterou a lógica já instalada, segundo a qual as instituições privadas – salvo as grandes e conceituadas universidades – ficaram responsáveis pela formação das classes trabalhadoras, ofertando cursos de menor duração, noturnos e considerados menos complexos. As instituições públicas seguem sendo ocupadas, em sua maioria, por pessoas de condição socioeconômica privilegiada.

Por essa razão, ao lado das políticas de democratização do acesso ao ensino superior por meio de bolsas em instituições privadas, havia a necessidade de ampliação de vagas na rede pública. E não apenas isso, era preciso abrir os portões das instituições públicas para aqueles que, de fato, não tinham condições de arcar financeiramente com seus estudos. Assim, juntamente com ações afirmativas como as cotas, o anteprojeto de reforma universitária previa a ampliação da rede federal de educação superior por meio da criação de novas instituições, sobretudo no interior do país, a fim de combater as desigualdades regionais na oferta desse nível de ensino. Em declaração ao jornal *O Globo*, de 21 de dezembro de 2004, Tarso Genro destacou:

Reformar a universidade brasileira, portanto, também passa pela ampliação da participação do setor público na educação superior. O objetivo é criar novas instituições federais de ensino superior e novos polos e abrir 400 mil novas matrículas em quatro anos nas universidades federais. Com este reforço, estaremos, ainda, aumentando os recursos e investimentos em pesquisa e extensão, no rumo de uma educação de mais qualidade. O quadro que se apresenta é inadmissível: apenas 9% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos estão cursando o ensino superior, número bem abaixo da Argentina, que tem 32%, e do Canadá, com 62% (O GLOBO, 21 dez. 2004, s./p.).

Sendo assim, no período que foi definido em Brasil (2012) como sendo a primeira fase do projeto de expansão da rede federal de educação superior do Governo Lula, Fase de Expansão I¹⁹⁶, foram criadas oito universidades federais, dentre elas a UFTM, em julho de 2005 – pouco tempo antes de Tarso Genro passar a pasta da Educação para Fernando Haddad, que deu prosseguimento às políticas em andamento.

Nesse contexto, a fim de elevar os índices de matriculados no ensino superior e de melhorar as condições de infraestrutura das instituições federais, a partir de 2003, o governo ampliou o orçamento destinado ao custeio das Ifes. De forma geral, durante os dois mandatos de Lula, houve um acréscimo médio anual de 6,6% nos gastos com as Ifes, enquanto, no Governo FHC, houve redução de 0,5%. Em relação a investimentos para melhorias estruturais nas Ifes e para a abertura de novos *campi*, houve um incremento médio de 42,7% ao ano, enquanto no governo anterior despesas dessa ordem sofriam decréscimo de 20% ao ano (CARVALHO, 2014).

Entre 2003 e 2005, também foram criadas oito universidades federais, conforme citado. Sobre esse aspecto, deve-se considerar que nos 17 anos anteriores, de 1985 a 2002, foram criadas dez universidades federais no país. Isso mostra um rápido crescimento da rede federal de educação superior na denominada Fase de Expansão I, sem contar a abertura de novos *campi* e unidades ligadas às universidades¹⁹⁷. O quadro a seguir apresenta as oito universidades federais criadas nesse período:

Quadro 10 – Universidades federais criadas no Brasil (2003 a 2007)

	<i>Universidade</i>	<i>Ano do ato de criação da universidade</i>
1	Universidade Federal da Grande Dourados	2005
2	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	2005
3	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	2005
4	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	2005
5	Universidade Federal do ABC	2005
6	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	2005
7	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	2005
8	Universidade Federal de Alfenas	2005

Fonte: Página eletrônica E-MEC. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

¹⁹⁶ Em Brasil (2012), foi conceituada como Fase de Expansão I o período entre 2003 e 2007, cujo objetivo principal era interiorizar o ensino superior público, ampliando o acesso e a permanência nas universidades, inclusive com abertura de novos *campi*, especialmente no interior do Brasil.

¹⁹⁷ Em 2003 havia 138 *campi*/unidades, chegando a 274 em 2010 (BRASIL, 2012).

Das universidades criadas, todas têm sede e *campi* em cidades interioranas, exceto a Universidade Federal do ABC, situada na região metropolitana de São Paulo¹⁹⁸. A criação dessa universidade era uma demanda de movimentos sociais da região que, há muito, pleiteavam uma universidade pública. No quadro acima, é possível observar que uma universidade foi criada na região Centro-Oeste, duas na região Nordeste, uma na região Sul e quatro na região Sudeste, estando três delas em Minas Gerais, entre as quais a UFTM.

Além dessas universidades federais, foram criadas outras cinco estaduais, três municipais e uma privada. Para Aguiar (2016), o setor público, representado pelas universidades federais, expandiu-se muito em relação a anos anteriores, mas continuou correspondendo a uma parcela pequena do total de instituições de ensino superior. Quanto ao setor privado, seu crescimento se manteve estável, ainda que em menor celeridade, estando concentrando em faculdades e escolas isoladas.

Quadro 11 – Universidades estaduais, municipais e privadas criadas no Brasil (2003 a 2007)

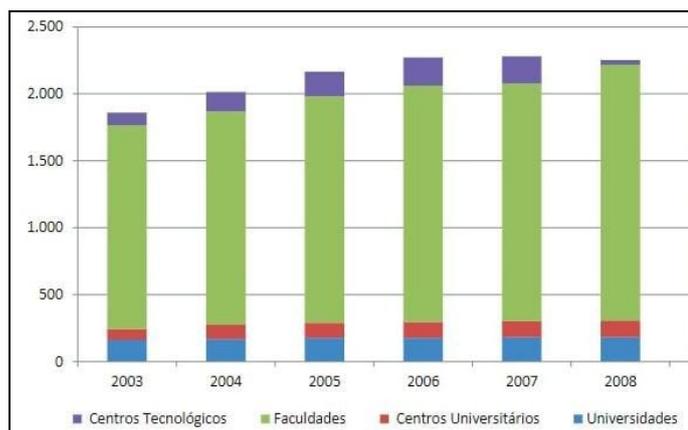
	<i>Universidade</i>	<i>Ano do ato de criação da universidade</i>	<i>Natureza</i>
1	Fundação Mineira de Educação e Cultura	2004	Privada
2	Universidade de Rio Verde	2003	Municipal
3	Universidade Estadual de Alagoas	2006	Estadual
4	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas	2005	Estadual
5	Universidade Estadual de Roraima	2005	Estadual
6	Universidade Estadual do Amapá	2006	Estadual
7	Universidade Estadual do Norte do Paraná	2006	Estadual
8	Universidade Municipal de São Caetano do Sul	2004	Municipal
9	Universidade Municipal de São José	2005	Municipal

Fonte: Página eletrônica E-MEC. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

Embora tenha crescido o número de universidades no país, em meados de 2000, o modelo universitário correspondia a aproximadamente 8% do total de instituições de educação superior. Esse nível de ensino continuou – e continua – sendo ofertado, em sua esmagadora maioria, por instituições isoladas, conforme representa a figura abaixo.

¹⁹⁸ Com *um campus* em Santo André e outro em São Bernardo do Campo.

Figura 17 – Evolução das instituições de ensino superior de 2003 a 2008



Fonte: CARVALHO (2014, p.221).

Percebe-se que, apesar das políticas de expansão do ensino superior público, voltadas especialmente para as universidades, o setor privado permaneceu dominando a oferta desse nível de ensino, já que a maior parte das faculdades isoladas e dos centros universitários concentrava-se na rede privada. Apesar de as políticas terem anunciado a prioridade de investimentos públicos para as Ifes, os “resultados não demonstram a existência de inversão na tendência de predomínio do crescimento privado” (CARVALHO, 2014, p.241-242). Ainda segundo a autora, cerca de 93% das faculdades isoladas, no período em análise, eram particulares e, mesmo dentre as universidades, o setor privado respondia por quase metade das instituições, a saber, 47%. Quanto às demais, 31% eram federais, e 22%, estaduais ou municipais.

Esses dados certamente contribuíram para que o governo visse a necessidade de implementar programas como o Prouni, a fim de aproveitar a estrutura e as vagas ociosas das instituições privadas em prol da democratização do acesso ao ensino superior, especialmente para as pessoas menos favorecidas do ponto de vista econômico.

A expansão do ensino superior prosseguiu na chamada Fase de Expansão II, que compreendeu o período entre 2008 a 2012 (BRASIL, 2012), cujo carro-chefe foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado por meio do Decreto n.º 9.096, de 24 de abril de 2007. Dentre outros aspectos, esse programa objetivava a “ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, s./p.). O Reuni pretendia reduzir as taxas de evasão no ensino superior, ocupando vagas ociosas

nas instituições e ampliando as matrículas, sobretudo em cursos noturnos. Estes, aliás, cresceram aproximadamente 79% de 2007 a 2010 (FRANCO et al, 2010).

A interiorização do ensino superior também foi incentivada, de modo a reduzir as desigualdades regionais em sua oferta por meio da criação de novos *campi*, visto que, de 2003 a 2014, 161 municípios passaram a ser atendidos pela rede federal (BRASIL, 2012). Já em relação ao número de vagas, houve um salto de 133.976 vagas, em 2007, para 199.282 vagas em 2010, constituindo um aumento de cerca de 48% (FRANCO et al, 2010).

Os objetivos do Reuni eram bastante parecidos com aqueles propostos para o Prouni, na medida em que se esperava ampliar o acesso aos cursos de graduação, ocupar espaços e vagas ociosas e aumentar a oferta de cursos noturnos. Por isso, Cunha (2007b, p.821) defendeu que “em suma, o REUNI está para o segmento federal do setor público, assim como o PROUNI está para o setor privado”.

Como resultado dessa segunda fase de expansão, houve a criação de mais nove universidades federais entre os anos de 2008 e 2013, além da abertura de novos *campi* e da criação de vagas e cursos. Essa ampliação de cursos foi realizada, também, na UFTM, após sua adesão ao Reuni em outubro de 2007 (KARWOSKI, 2013). Nesse sentido, o quantitativo de cursos de graduação ofertados pela universidade saltou de dez, em 2007, para 24 em 2010, tendo sido criados, portanto, 14 cursos. Também o número de alunos de graduação na instituição cresceu cerca de 300%, passando de 806, em 2005, para 3.235, em 2010.

Pode-se perceber que, no final do ano de 2007, a FMTM já havia sido transformada em universidade, contando com a oferta dos cursos de graduação em Medicina, Enfermagem, Biomedicina, Nutrição, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, licenciaturas em Letras-Português e Inglês e Letras-Português e Espanhol, Psicologia e Educação Física. Com o Reuni, foi possível ampliar o rol de cursos de graduação, criando Serviço Social, licenciatura em Ciências Biológicas, História, Geografia, Física, Química e Matemática (todos eles com início em 2009); além dos cursos de Engenharia Ambiental; de Alimentos; Civil; Elétrica; Mecânica; de Produção; e Química (iniciados em 2010). O bacharelado em Serviço Social e as licenciaturas foram criados no turno da noite confirmando as estatísticas que apontaram um aumento de 34% nas vagas em cursos de licenciatura no Brasil entre 2007 e 2010 (FRANCO et al, 2010). Os demais cursos foram criados em período integral no diurno.

Em relação à criação de cursos noturnos, o Reuni previa que fossem ampliadas para 30% as matrículas no período da noite nas Ifes. Em 2010, essa meta ainda não havia sido alcançada, chegando muito próximo do pretendido, com 28%. Todavia, na rede privada, em 2003, cerca de 68% das matrículas eram noturnas, passando para 73% em 2010 (CARVALHO, 2014). Por isso, se o governo quisesse, de fato, possibilitar a entrada de alunos trabalhadores em instituições públicas, deveria haver a abertura de cursos no turno da noite. Essa era uma das prerrogativas para a adesão das Ifes ao Reuni, e assim foi com a UFTM, que passou de dois cursos noturnos em 2005 para nove em 2009.

Embora os impactos do Reuni na UFTM não sejam objeto de análise deste trabalho, de forma geral, considera-se a afirmação de Mancebo, Silva Júnior e Schugurenky (2016) para problematizar a implementação do referido programa:

Nas instituições de educação superior públicas, o movimento de expansão de matrículas e cursos – como foi o caso do REUNI –, verificado pelo menos até 2013, é refreado em função dos ajustes, deixando às instituições a amarga tarefa de reconfigurar diversos procedimentos internos, para fazer frente à expansão (do período anterior) que lhes legou mais alunos, cursos, *campi* e forte interiorização, sem o devido financiamento (MANCEBO; SILVA JÚNIOR; SCHUGURENSKY, 2016, p.212).

O Reuni foi pactuado pelas instituições superiores com o MEC para um período de cinco anos, mas algumas avaliações de seus resultados demonstraram fragilidades. Em Andes (2007, p.21), é descrito que o Reuni foi “incompatível com a qualidade da educação superior” devido às “precárias condições em que hoje se encontram praticamente todas as universidades públicas brasileiras, tanto em termos de sua infraestrutura quanto de insuficiências em seus quadros docente e de técnico-administrativo”. Também Karwoski (2013), ao abordar a adesão da UFTM ao Reuni, afirmou:

Em 2011, o contingenciamento de recursos financeiros e a não autorização de vagas para o provimento de concursos públicos para docentes efetivos comprometeram as metas pactuadas, pois não havia docentes em número suficiente nem o espaço físico previstos no REUNI (KARWOSKI, 2013, p.260).

O autor, juntamente com Zago (2013), discute a implantação do Reuni na UFTM, apontando avanços e debilidades desse processo, que podem fomentar estudos específicos sobre a história da instituição a partir dessa segunda expansão iniciada em 2009.

Cumpra agora analisar o processo de transformação da FMTM em universidade no contexto das políticas de expansão do ensino superior implementadas durante o Governo Lula. Nessa direção, ao contrário do que ocorreu com a expansão da UFTM em 2009 por meio de sua adesão ao Reuni, a passagem de FMTM a UFTM não ocorreu em virtude de demanda do governo federal. O Reuni sim, enquanto programa oficial, partiu do MEC como oportunidade de crescimento e consolidação, mediante a pactuação de metas a serem alcançadas pela instituição. Porém, de modo diverso, a criação da UFTM, em 2005, ocorreu motivada pela própria instituição, embasada em uma luta histórica de mais de décadas em busca para se transformar em universidade especializada na área da saúde.

4.2 A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE TRANSFORMAÇÃO DA FMTM EM UNIVERSIDADE

No contexto de um novo governo federal, que se afirmava disposto a ampliar a rede federal de educação superior, a FMTM reiniciou em 2003 – ano em que comemorava 50 anos de sua fundação – os trâmites necessários para passar a ser uma universidade especializada em saúde, retomando e atualizando os projetos elaborados anteriormente.

Entretanto, nesse período, a instituição encontrava-se em um quadro de instabilidade interna, provocado pela crise em que se encontrava seu Hospital Escola. Nesse contexto, os diretores da faculdade e do hospital eram questionados, tanto por alunos e servidores quanto pela comunidade externa, em relação à administração dos recursos disponibilizados para o hospital. No *Jornal da Manhã*, de 17 de agosto de 2003, chegou a ser veiculado que o então deputado estadual Adelmo Leão (PT) pediria intervenção do MEC na FMTM, já que a crise do Hospital Escola parecia mais grave que a enfrentada por outros hospitais universitários do país, tendo ocorrido, até mesmo, o descredenciamento de três programas de Residência Médica (Pediatria; Patologia e Ortopedia; e Traumatologia)¹⁹⁹. Segundo o deputado, seu objetivo não era afastar ou “excluir as pessoas que estão administrando a FMTM ou o Hospital Escola, mas

¹⁹⁹ Segundo a coordenadora nacional da Residência Médica, o descredenciamento de três módulos da Residência na FMTM ocorreu em virtude de fatores técnicos, ou seja, por descumprimento da legislação, havendo, naquele momento, a possibilidade de reversão do quadro (JORNAL DA MANHÃ, 20 ago. 2003).

investigar as causas da crise em Uberaba estar sendo diferenciada e mais grave que nos outros locais” (JORNAL DA MANHÃ, 17 ago. 2003, p.3).

Diante de tal cenário, o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior (SINTE-MED) de Uberaba defendia que a situação do hospital não era decorrente do trabalho realizado pelos servidores ali lotados: “o problema não foi causado pelo trabalhador, mesmo porque não temos poder nenhum para mudar nada na nossa instituição, o que é uma pena” (JORNAL DA MANHÃ, 17 ago. 2003, p.3). Para o sindicato, deveria ser responsabilizada a gestão anterior que, segundo ele, teria utilizado os recursos do SUS de forma indevida, bem como as autoridades públicas, pela morosidade na apuração de irregularidades.

Também os alunos, por meio dos centros acadêmicos dos cursos de Medicina, Enfermagem e Biomedicina, convocaram reunião para o dia 19 de agosto de 2003, contando com a vice-direção da faculdade, com professores e técnicos administrativos, a fim de discutir a situação da instituição. Segundo o *Jornal da Manhã* de 20 de agosto de 2003, os participantes teriam decidido pela destituição do diretor da FMTM. Todavia, tal decisão foi desmentida pelos próprios estudantes na edição do dia seguinte do mesmo jornal²⁰⁰.

O DAGV, em vista da notícia do descredenciamento de três programas de residência médica na Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, e da série de boatos que corriam pela Faculdade, percebeu a necessidade de convocar uma reunião com a direção da escola para os devidos esclarecimentos. Outro ponto que deve ser destacado é que em nenhum momento da reunião houve menção ao termo destituição do diretor (JORNAL DA MANHÃ, 21 ago. 2003, p.3).

Em face dos acontecimentos, o diretor da FMTM, Edson Luiz Fernandes, mostrava-se otimista quanto ao desfecho da questão, apresentando alternativas para arrecadar recursos – como leiloar carro doado à instituição – e expressando confiança na transformação da Faculdade de Medicina em universidade. “Edson faz um balanço da gestão e, apesar da crise financeira que afeta os hospitais universitários de todo o país, o saldo para ele é positivo. [...] Para Edson o momento mais crítico já passou” (JORNAL DA MANHÃ, 15 fev. 2004, p.11).

²⁰⁰ Em nota, a redação do jornal justificou que não foi autorizada a acompanhar a reunião convocada pelos estudantes e que as informações divulgadas na matéria do dia 20 haviam sido colhidas com pessoas que participaram das discussões.

Tal cenário foi aqui apresentado para contextualizar a FMTM no momento em que ela retoma com mais veemência seu projeto de transformação em universidade e, também, para ressaltar que havia resistências a esse projeto. Nesse sentido, os opositores – que não estão identificados de forma clara nas fontes de pesquisa – acreditavam que era necessário resolver a crise institucional antes de pleitear a transição à universidade (JORNAL DE UBERABA, 28 out. 2004).

A despeito desses dissensos, no dia 29 de abril de 2003, uma comitiva formada por alunos, professores e dirigentes da FMTM, além de sindicalistas e lideranças de diversos segmentos da comunidade, partiu de Uberaba para Brasília, a fim de convidar oficialmente o ministro da Educação, Cristovam Buarque, para participar da campanha em prol da transformação da FMTM em universidade. O jornal *Cidade Livre*, dessa mesma data, noticiou que o objetivo da campanha era sensibilizar o presidente Lula para que se comprometesse com essa antiga reivindicação da faculdade e veiculou saber, por meio de fontes não citadas, que o presidente iria oficializar a criação da universidade em sua visita à cidade no mês de maio, quando inauguraria a 69ª ExpoZebu. O *Jornal da Manhã*, também de 29 de abril de 2003, afirmou que essa fonte seria o então ministro dos Transportes, Anderson Adauto, que, no ano seguinte, foi eleito prefeito de Uberaba.

Segundo a matéria jornalística, Adauto, que já tratava do assunto no âmbito do governo federal, sugeriu que a população realizasse uma grande manifestação quando o presidente Lula viesse a Uberaba, a fim de conseguir seu apoio para a causa da FMTM. O citado ministro fez alusão ao movimento realizado pelos estudantes em 1958, quando receberam o então presidente Juscelino Kubitschek no aeroporto e o levaram até a instituição com o objetivo de conseguir a promessa da federalização (CIDADE LIVRE, 29 abr. 2003). Assim, atendendo ao pedido de Adauto, o presidente do DAGV, Marcelo Igor de Carvalho, afirmou que se empenharia para organizar os alunos em recepção ao presidente Lula, devendo também conduzi-lo ao prédio da FMTM (JORNAL DA MANHÃ, 29 abr. 2003).

Os jornais locais seguiam dando destaque às comemorações do jubileu da FMTM²⁰¹ e fazendo referência ao intento da instituição de se transformar em universidade, afirmando ser esse um objetivo da própria sociedade uberabense. O

²⁰¹ A FMTM realizou diversas atividades comemorativas que faziam referência aos seus 50 anos de fundação. As festividades foram realizadas durante aproximadamente um ano, já que não havia consenso sobre a melhor data para a comemoração, pois alguns consideravam o ano de 1953 como o ano de sua fundação, tendo em vista a confecção da primeira ata institucional, e outros o ano de 1954, quando o curso de Medicina teve início.

Jornal de Uberaba e o jornal *Cidade Livre*, ambos de 27 de abril de 2003, traziam, até mesmo, um possível nome para a universidade a ser criada: Universidade Federal de Saúde do Triângulo Mineiro (UFST), “com todos os cursos ligados à saúde e será a primeira do Brasil” (JORNAL DA MANHÃ, 27 abr. 2003, s./p.). Para isso, a FMTM deveria criar mais um curso de graduação, sendo citada a possibilidade de abertura de um curso na área de saúde bucal²⁰². Envoltos por esse ambiente de expectativa, os jornais aguardavam que o presidente se comprometesse com a criação da universidade quando estivesse em Uberaba em maio daquele ano²⁰³.

Sobre essa atuação da imprensa local, pode-se considerar, inclusive com base em eventos anteriores, como a própria federalização da instituição, que a visibilidade dada à campanha em questão seria benéfica, no sentido de pressionar o governo pelo breve encaminhamento da demanda de transformação da FMTM em universidade. No entanto, segundo o entrevistado para o projeto de pesquisa *História dos 60 anos do Curso de Medicina e 25 anos do Curso de Enfermagem: histórias, memórias e trajetórias*, Ex-dirigente 4, na época, a direção da instituição preocupava-se com os efeitos negativos desse destaque dado pela imprensa ao processo:

Quando foi a época da federalização houve um movimento intenso em Uberaba, mobilização da imprensa, telegramas, telefonemas, etc... abaixo assinados, etc. Então a minha preocupação era a seguinte: fazemos esse tipo de manifestação ou esse tipo de manifestação é um tiro que sai pela culatra? Vai ficar mais evidente o nosso propósito e vai ficar mais acesa ainda a vontade de outros políticos de outros estados de quererem mais universidades e de repente atrapalharem a nossa transformação (EX-DIRIGENTE 4, 2014).

De fato, há registros de embates em torno de um possível atravancamento do processo pelos deputados da Bahia, que reivindicavam a criação de mais universidades, não só em seu estado como também na região do Nordeste, já que esta possuía poucas instituições públicas de ensino superior em comparação com outras regiões, por exemplo, a região Sudeste. Essa discussão teria ocorrido durante a tramitação do projeto de lei que tratava da transformação da FMTM em universidade, o que será analisado adiante.

²⁰² Embora cursos ligados a essa área não tenham feito parte dos projetos de transformação – aos quais tivemos acesso – da FMTM em universidade.

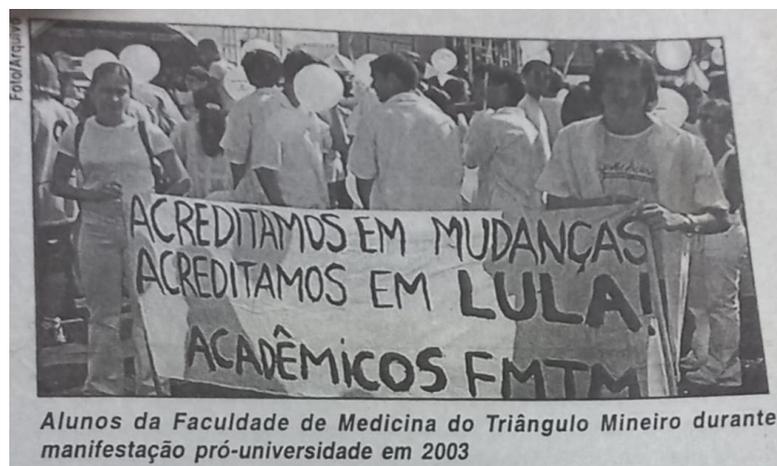
²⁰³ Em relação à FMTM, Lula não era esperado apenas para anunciar a sua transformação em universidade. O jornal *Cidade Livre*, de 26 de abril de 2003, trazendo matéria relacionada à precariedade da instituição e a seu Hospital Escola, sugeriu que o presidente Lula, em sua visita a Uberaba, pudesse inteirar-se da situação e convocar os diretores da FMTM e do hospital para “uma conversa prática, dentro do seu estilo”. Na edição do dia 27 de abril de 2003, o jornal afirmou que o pronto socorro do hospital estava praticamente fechado há seis meses, com equipamentos sucateados e em débito com fornecedores.

Inicialmente, cumpre destacar que, antes da vinda de Lula a Uberaba, a Secretaria de Ensino Superior do MEC teria entrado em contato com o então diretor da FMTM via telefone, solicitando adequações ao projeto de transformação da instituição em universidade no que se referia aos cargos de assessoria superior, o que deveria ser feito em até três dias. Essas adequações deveriam ser realizadas “em silêncio”, nas palavras do Ex-diretor 4, antes da visita presidencial a Uberaba, para que Lula pudesse se comprometer com o atendimento da demanda. Sobre essa questão, ressalta-se que a quantidade de cargos de direção e funções gratificadas influenciava diretamente nos custos da proposta. Assim completou o Ex-diretor 4 quanto às alterações feitas no citado projeto:

Quando nós fizemos essa modificação e foi pro Ministério, o que aconteceu: nós aumentamos o mínimo possível de gente. Pensamos: não vamos atrapalhar, vamos fazer o mínimo possível. Fizemos. Eu não lembro qual o valor que ia pesar no orçamento da universidade por ano, mas era uma coisa ínfima, pequena. Muito bem. Aí foi pra Brasília, quando saiu o projeto ele veio com esses cargos (EX-DIRETOR 4, 2014).

O projeto foi adequado, e, dos 122 cargos existentes na época, 17 seriam extintos e 30 seriam criados no âmbito do MEC. Dessa forma, foi feito o encaminhamento para o presidente Lula que, de fato, visitou Uberaba no dia 3 de maio de 2003 para participar da inauguração da ExpoZebu, tendo sido recebido festivamente pelos pecuaristas da região, bem como por acadêmicos da FMTM, mobilizados na campanha pró-universidade:

Figura 18 – Acadêmicos da FMTM na recepção ao presidente Lula em 3 de maio de 2003



Fonte: Jornal da Manhã (23 out. 2004, s./p.) – Fotógrafo desconhecido.

Em seu discurso no Parque de Exposições Fernando Costa, onde ocorria a 69ª ExpoZebu, Lula comprometeu-se, dentre outros aspectos, com a transformação da FMTM em universidade, demonstrando que a questão já era pauta interna do governo:

Por último, aqui, um aviso, que não é nenhuma promessa. Ontem eu viajei com o ministro Cristovam Buarque e estávamos discutindo uma reivindicação antiga aqui da região, que é a criação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Há concordância do Ministério da Educação. Nós vamos apenas ver a questão das formalidades e, se Deus quiser, o mais rápido possível, fazer essa mudança, porque eu acho que esta aqui é uma das regiões que todo brasileiro deveria conhecer. Deveria também conhecer o sul de Minas Gerais, uma parte do interior de São Paulo, uma parte do Rio Grande do Sul, uma parte de Santa Catarina, e uma parte do Paraná, para ver o potencial que este país tem (LULA, 2003, p.7).

Assim, com parecer favorável do MEC, e por autoria do Poder Executivo, passou a tramitar o PL n.º 2.681/2003, visando à criação da UFTM a partir da FMTM, com o objetivo de “ministrar ensino superior de graduação e pós-graduação, promover atividades de extensão e desenvolver a pesquisa, em especial, na área da saúde” (BRASIL, 2003a, p.1). Esse trecho deixa claro que a FMTM prosseguia em seu propósito de transformar-se em universidade especializada da área da saúde, conforme confirma documento de encaminhamento do PL n.º 2.681/2003 à Presidência da República em 28 de agosto de 2003, com assinatura do ministro da Educação, Cristovam Buarque, e do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega:

A transformação da FMTM em Universidade Especializada na área de Saúde propiciará maior agilidade para responder as necessidades de expansão do ensino em sua área de atuação, bem como a autonomia universitária irá conferir à nova UFTM agilidade para responder à demanda da população em sua área de abrangência de aproximadamente 400 municípios, por novos profissionais da área de saúde. [...] A FMTM é um exemplo de instituição vocacionada. Entendendo as Ciências da Saúde como sua vocação institucional, tem crescido quantitativa e qualitativamente dentro desta área. Pela descrição dessa realidade entende-se chegado o momento de propor a transformação da faculdade em universidade (BRASIL, 2003, p.6).

Segundo alunos, docentes e técnicos administrativos da FMTM, em nota ao *Jornal de Uberaba* de 2 de dezembro de 2003, por meio de suas associações e diretórios acadêmicos, a aprovação do PL traria benefícios para a instituição e a região:

Sua aprovação possibilita dotar a instituição de agilidade para a tomada e implantação de decisões que, com certeza, propiciarão condições adequadas para a plena utilização de sua capacidade instalada – no aspecto acadêmico – sem geração de custos adicionais. A reorganização da área física viabilizará a

implantação de laboratórios específicos e, em consequência, poderá ser ampliada a oferta de outros cursos de graduação na área da saúde, demanda existente na região de abrangência da FMTM (JORNAL DE UBERABA, 02 dez. 2003, s./p.).

Enquanto tramitava o citado PL – devendo passar pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Educação e Cultura; de Finanças e Tributação; de Constituição e Justiça; e de Redação –, a FMTM, ainda em comemoração aos seus 50 anos de fundação, realizou, em 19 de fevereiro de 2004, cerimônia de entrega da Medalha Juscelino Kubitschek a ex-diretores da instituição e a sócios-fundadores, contando com a presença do presidente Lula, também homenageado. Na ocasião, o presidente da República reiterou seu compromisso em transformar a FMTM em universidade:

Quero dizer a vocês que estou aqui neste momento, cumprindo um compromisso que eu assumi quando vim a Uberaba no ano passado participar de uma feira de agronegócio, onde muitos estudantes reivindicaram, por meio de uma faixa, que essa faculdade fosse transformada numa universidade. Sabedor de que este processo já andou pelo Congresso Nacional e que foi retirado da pauta, eu quero, antes de fazer o meu pronunciamento, dizer para vocês que é importante ter em conta que mandar um projeto para o Congresso Nacional é apenas a primeira etapa. A segunda etapa, é que os nossos deputados precisam trabalhar intensamente, lembrando sempre que outras faculdades pelo Brasil a fora querem se transformar em universidades e que, portanto, nem todo mundo é favorável que seja exatamente a de Uberaba. Muita gente quer que seja a do seu estado. Mas como nós somos mineiros, e como mineiros que somos, preferi andar devagar e sempre, nós vamos fazer uma coisa de cada vez. Eu acho que nós temos todas as condições. Tenho certeza de que o governador Aécio, o nosso vice Clésio, os nossos deputados, independentemente do partido a que pertençam, estarão conosco nesta empreitada (LULA, 2004, p.1-2).

Em seu discurso, Lula retomou o fato ocorrido em 1994, quando o antigo PL n.º 4.856/1994, que também tratava da transformação da FMTM em universidade, foi retirado de pauta em reunião parlamentar. Em paralelo, o presidente citou a reivindicação de deputados pela criação de universidades em seus estados, não abrangendo, prioritariamente, Minas Gerais, tendo em vista, inclusive, o entendimento de que Minas já era privilegiada quanto à oferta de ensino superior público.

A principal preocupação, nesse sentido, era com a bancada de deputados baianos, que pleiteava a criação de universidades na Bahia e no Nordeste de forma geral, haja vista que as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, juntas, somavam apenas 24% do total de brasileiros matriculados no ensino superior no ano de 2000²⁰⁴,

²⁰⁴ Na região Norte, os matriculados correspondiam a 4%; na região Centro-Oeste, a 8%; na região Nordeste, a 15%; na região Sul, a 20%; e na região Sudeste, a 52%.

conforme dados do Censo Demográfico daquele ano. Ilustram essa situação as palavras do deputado Fernando de Fabinho, do Partido da Frente Liberal (PFL-BA), proferidas em sessão da Câmara dos Deputados no dia 16 de junho de 2004, onde foi votado, dentre outros, parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público sobre a transformação da FMTM em universidade:

Quero fazer um desabafo ou uma reclamação e também levar esse tema ao conhecimento de todos os que nos veem e ouvem, especialmente os meus conterrâneos da Bahia. O Governo Federal está ansioso para atender o pleito de Minas Gerais por mais uma universidade. O que mais tem funcionado no Sudeste deste País são faculdades e universidades federais. O Nordeste, entretanto, espera mais entusiasmo do Governo para viabilizar a existência de mais faculdades e universidades na região. O município de Feira de Santana tem aproximadamente 500 mil habitantes. Se contabilizarmos a população das 20 cidades mais próximas chegaremos a um contingente de mais de 2 milhões de habitantes. Entretanto, a Universidade Federal da Bahia é a única existente. Por isso, estamos lutando para que o Governo Federal se sensibilize e crie no Nordeste mais uma universidade federal para atender à expectativa do povo nordestino. Esperamos que Feira de Santana e o Estado da Bahia sejam tratados com bastante carinho pelo Ministro da Educação. Feira de Santana dispõe de estrutura e condições para receber uma universidade que atenda às expectativas de desenvolvimento educacional da população. Nada temos contra os mineiros e a Região Sudeste, mas lutamos pelo desenvolvimento do Nordeste, da Bahia e de Feira de Santana, de forma especial (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 16 jun. 2004, p.28.511).

Cita-se que, além da demanda por mais universidades na região Nordeste, o PFL fazia oposição ao PT, o que acendia a luz de alerta dos defensores da criação da UFTM em Uberaba que, apesar de ser uma cidade interiorana, estava próxima, do ponto de vista geográfico, de outras universidades federais, como a própria UFU, em Uberlândia, a cerca de 100 km de distância.

Assim, nessa mesma sessão em que foi apresentado o parecer do relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, Isaías Silvestre, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), favorável à transformação da FMTM em universidade, foi discutida, também, a possível criação de outras universidades, como a Universidade Federal de Feira de Santana, na Bahia; a Universidade Federal do Sertão, em Pernambuco; a Universidade do Vale do São Francisco, em Pernambuco e na Bahia; a Universidade do Semi-Árido, bem como a transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró em universidade. Percebe-se que, nesse momento, era forte o movimento pela criação de instituições federais de ensino superior no país, novas ou a partir da transformação de escolas isoladas existentes, especialmente em localidades interioranas e estados nordestinos.

Como parte desse movimento de expansão e interiorização do ensino superior, a transformação da FMTM em universidade seguia sendo analisada no âmbito da Câmara, recebendo do relator Isaías Silvestre o seguinte parecer:

A proposta é oportuna e faz justiça com uma das mais importantes instituições de ensino superior do país. Há que se louvar a iniciativa do governo, até porque condiz com o pensamento de muitos companheiros nesta Casa, segundo os quais é preciso dar uma dimensão mais voltada ao interior do país na criação de universidades (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 16 jun. 2004).

No dia 26 de maio de 2004, o PL foi aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público por unanimidade, e, em seguida, encaminhado para a Comissão de Educação e Cultura, cujo relator designado foi o deputado Gilmar Machado (PT). Ali o projeto sofreu uma modificação importante, com a retirada da condição de especialização na área da saúde.

Essa alteração ocorreu após audiência pública organizada pelo deputado Gilmar Machado, juntamente com o deputado Anderson Aduato, no dia 25 de outubro de 2004, nas dependências da FMTM. A finalidade do encontro era receber sugestões ao projeto de transformação da instituição em universidade, já que o prazo para apresentação de emendas ao PL n.º 2.681/2003 na Comissão de Educação e Cultura da Câmara findava no dia 29 de outubro. Conforme declarou Gilmar Machado ao *Jornal da Manhã*, por meio da audiência, pretendia-se ouvir a comunidade escolar para, então, encaminhar a matéria para votação em até 15 dias. Segundo ele, era necessário saber se a comunidade gostaria de incluir novos *campi* ou outras mudanças antes da apreciação do PL (JORNAL DA MANHÃ, 21 out. 2004, p.5).

Nessa audiência, conforme Gilmar Machado em seu voto de relatoria, foi sugerido pelos presentes que a futura universidade não limitasse seus cursos à área da saúde, considerando a demanda por formação gratuita de nível superior em áreas diversas do conhecimento:

Quanto a essa questão levantada, ficou claro, após a análise do art. 2º do Projeto de Lei com a comunidade, que a nova Universidade não estará limitada apenas a este ramo do saber, que já cuida com excelência reconhecida por todos, mas poderá também, dentro do que a autonomia universitária lhe faculta, ampliar seus cursos para diferentes ramos do saber (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 19 nov. 2004, p.49.938).

Além disso, no referido debate com a comunidade, levantou-se a necessidade de ampliar a atuação da pretendida universidade para outras cidades interioranas da região,

como Frutal, Iturama e Araxá, por meio da abertura de novos *campi*. Gilmar Machado ainda acrescentou que, apesar das discussões em torno da abertura desses *campi*, isso não seria incluído no PL, apresentando os seguintes motivos:

Lamentavelmente esta relatoria, por força da Constituição, não poderá promover os remanejamentos de pessoal sugeridos para a implantação dos *campi* avançados. Isso por que, a “criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração”, nos termos da letra a do § 1º do art. 61 da Constituição Federal, são de iniciativa privativa do Presidente da República. Se impusermos estas alterações no Projeto do Executivo, fatalmente o Projeto sofrerá parecer contrário nas Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, ou mesmo veto Presidencial, o que de maneira nenhuma se espera. A implantação de *campi* interiorizados pela futura Universidade Federal do Triângulo Mineiro é absolutamente meritória, conta com o apoio deste relator e, tenho certeza, com o apoio de todos os membros desta Casa, assim como do Governo Federal, que tem projeto claro de democratização do acesso ao ensino superior no país, democratização esta que passa necessariamente pela interiorização das IFES. Em vista da condição de Universidade que será conferida a FMTM, não se faz necessário incluir nenhuma autorização específica na Lei que a transformará em universidade para que possa expandir *campi* para as cidades circunvizinhas, abrir novos cursos e ampliar vagas (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 19 nov. 2004, p.49.938).

Essa ampliação foi, alguns anos depois da criação da UFTM, viabilizada pela pactuação da instituição ao Reuni, quando novos cursos e novos *campi* foram incluídos na proposta de crescimento da universidade. Todavia, a cidade de Frutal não foi contemplada, e na cidade de Araxá não houve força política para implantar o *campus* até o presente momento, embora tenha havido concurso para provimento de cargos nessa cidade. Os aprovados foram remanejados para o *campus* de Uberaba e para o *campus* de Iturama, aberto em 2015.

De qualquer modo, é importante destacar que a audiência pública, realizada na FMTM em outubro de 2004, teve impacto importante na história da instituição, pois ali nasceu a proposta de universidade com abrangência mais ampla de áreas do conhecimento, bem como o plano de expansão contemplando outros *campi*. Por certo, essas ideias podem ter sido ventiladas internamente em contextos anteriores, no entanto, não foram encontrados registros dessas discussões em outras fontes.

Ainda quanto à citada audiência, acrescenta-se que, para Anderson Adauto – que, naquele momento, já havia sido eleito prefeito de Uberaba para 2005 –, a criação da universidade seria importante impulsionadora do desenvolvimento da cidade, atraindo pessoas e proporcionando a geração de mais receitas. Por isso, ele e outras lideranças da Câmara Federal já haviam requerido urgência na aprovação do PL n.º

2.681/2003²⁰⁵ desde abril de 2004, considerando que a nova universidade já estava contemplada na proposta orçamentária do ano seguinte, com a previsão de criação de pelo menos dois cursos de graduação na instituição.

Como o pedido de urgência ainda não havia sido acatado, o PL seguiu trâmite normal, recebendo parecer favorável do relator Gilmar Machado na Comissão de Educação e Cultura, no qual afirmou que a FMTM possuía, dentre outros aspectos, as condições estruturais necessárias para se transformar em universidade, já que, nas palavras do relator, oferecia cursos de graduação e pós-graduação de excelência, contando com 73% do corpo docente formado por mestres e doutores.

Assim, em 10 de novembro de 2004, o PL n.º 2.681/2003 foi aprovado unanimemente pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, sendo encaminhado para as Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça, seguindo fluxo padrão, já que o requerimento de urgência feito por Anderson Aduato ainda não havia sido aprovado. Sua aprovação faria com que o PL fosse levado diretamente a plenário após passar pela Comissão de Educação e Cultura.

Nessa mesma data, Marcos Montes, que havia sido prefeito de Uberaba de 2001 a agosto de 2004 – quando deixou o cargo para assumir a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes de Minas Gerais –, reuniu-se em Brasília com os deputados federais José Carlos Aleluia e Eliseu Resende, ambos do PFL, para tratar da apreciação do PL n.º 2.681/2003. José Carlos era presidente do PFL da Bahia, que estava pressionando Lula pela criação de mais uma universidade pública federal no estado²⁰⁶. Marcos Montes temia que os deputados do PFL-BA votassem contra o projeto de transformação da FMTM em universidade²⁰⁷.

No dia seguinte, em depoimento ao *Jornal da Manhã* de 11 de novembro de 2004, José Carlos Aleluia afirmou que uma possível oposição à aprovação do projeto de transformação da FMTM em universidade pelos deputados baianos do PFL era uma situação criada. Além disso, o deputado confirmou que havia na Câmara uma preocupação suprapartidária em relação à concentração de universidades em alguns estados brasileiros em detrimento de outros (JORNAL DE UBERABA, 12 nov. 2004). Todavia, conforme o deputado, os pefelistas baianos não fariam oposição à criação da universidade em Uberaba, tampouco à criação de outras universidades, como a

²⁰⁵ Requerimento n.º 1.703/2004.

²⁰⁶ A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia foi criada em 2005.

²⁰⁷ Em 1995, conforme declaração do entrevistado identificado como Ex-diretor 1, o PFL foi contra a aprovação do PL n.º 4.856/1994, que transformaria a FMTM em universidade.

Universidade Federal do ABC, que tramitava na Câmara. Eles seriam favoráveis à criação dessas instituições, sem abrir mão de lutar para que o Nordeste também fosse contemplado.

Havia, no entanto, outros opositores à ideia de transformar a FMTM em universidade, sobretudo considerando a precariedade em que se encontrava o Hospital Escola:

Há quem discorde da transformação da FMTM em universidade, além do PFL da Bahia. Os contrários à causa argumentam que seria melhor investir no saneamento do Hospital Escola do que criar a instituição federal de ensino (JORNAL DE UBERABA, 28 out. 2004, s./p.).

A matéria não cita quem seriam esses sujeitos contrários ao projeto da FMTM, mas deixa claro que, apesar de ter o apoio de grande parte da imprensa, de alunos, professores e outros servidores da instituição, além de agentes políticos relevantes, a transformação da faculdade em universidade, conforme já discutido, não era um desejo unânime.

Ademais, o PL n.º 2.681/2003 seguiu para a Comissão de Finanças e Tributação em novembro de 2004, cujo relator era Eliseu Resende, do PFL de Minas Gerais. Nessa direção, enfatiza-se que a bancada pefelista mineira já havia declarado apoio à transformação da FMTM em universidade e, coerentemente, o voto do referido relator também foi favorável à aprovação do PL.

Contudo, no parecer, explicou-se que, apesar da estrutura da FMTM já se assemelhar naquele momento à de uma universidade, haveria sim impacto orçamentário no que se referia ao quadro de pessoal, representando um acréscimo anual em torno de R\$ 397.000. Tendo em vista que esse recurso estava previsto na Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2005, a Comissão de Finanças e Tributação também aprovou o PL n.º 2.681/2003, encaminhado, dessa vez, para a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

Nessa comissão, foram analisadas questões referentes aos “aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação” (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 29 jun. 2005, p.29.547), sob a relatoria do deputado Odair Cunha (PT). Não havendo objeções, o PL foi aprovado, seguindo direto para o Plenário, já que havia sido aprovado o pedido de urgência na sua tramitação. Assim, no dia 6 de julho de 2005, a Câmara aprovou a redação final do PL, encaminhando-o ao Senado.

Por sua vez, no Senado, o PL n.º 2.681/2003 transformou-se no PL n.º 56/2005, sem alteração de seu teor, sendo aprovado no dia 12 de julho de 2005, “em recorde de três dias, através de ação do senador Aelton Freitas”, que encabeçou requerimento de urgência para a matéria (JORNAL DE UBERABA, 30 de julho de 2005, p.A5). Esse senador, em sessão do Plenário, afirmou:

A maturidade da instituição para assumir o *status* de universidade, ao lado de outras tantas no Estado de Minas Gerais, e poder desenvolver com maior profundidade e amplitude a pesquisa, o ensino e a extensão com os benefícios da autonomia (DIÁRIO DO SENADO FEDERAL, 13 jul. 2005, p.23.334-23.335)²⁰⁸.

No cenário apresentado, aprovado o texto final do PL em questão, foi feito seu encaminhamento para sanção presidencial. O presidente poderia sancioná-lo até o dia 8 de agosto de 2005, e o fez em 29 de julho desse ano, no Palácio do Planalto, durante solenidade de entrega da terceira versão do projeto de reforma universitária elaborada pelo Grupo Executivo da Reforma Universitária do MEC.

Na mesma ocasião, o presidente da República sancionou a criação da Universidade Federal da Grande Dourados, por desmembramento da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; a transformação da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas – Centro Universitário Federal em Universidade Federal de Alfenas; a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia; e a transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró em Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Portanto, a FMTM transformou-se em universidade em um movimento nacional de expansão das Ifes, que se consolidaria com o Reuni, conforme rememorou o Ex-dirigente 2 em sua entrevista:

Foi decisão política de expansão da universidade em nível nacional. Tanto é que, por exemplo, a formação da UFTM foi junto com a do Recôncavo Baiano e com a de Alfenas, por uma clara decisão política e, vou te dizer, até negociação política. Tipo assim, vocês aprovam a minha que eu aprovo a sua. Foi desse jeito. Assim, o relato que eu tenho da votação lá no Congresso foi desse jeito. As lideranças se reuniram: Vamos aprovar todo mundo isso aqui? Aprovou porque já estava bem recebido pelo governo, era uma proposta apresentada pelo MEC e já vinha, digamos assim, à sombra do que viria ser o REUNI mais tarde (EX-DIRIGENTE 2, 2022).

²⁰⁸ Essas falas ocorridas durante as sessões são aqui registradas por evidenciarem a forma pela qual esses sujeitos enxergaram a transformação da FMTM em universidade, permitindo que se compreenda, em certa medida, o seu envolvimento nesse processo.

Figura 19 – Lula sanciona transformação da FMTM em universidade (29 de julho de 2005)



Fonte: Jornal de Uberaba (30 jul. 2005, p.1) – Fotógrafo desconhecido.

Sob o título *Sonho que virou realidade*, a matéria do *Jornal de Uberaba* de 30 julho de 2005 noticiou a sanção presidencial que transformou a FMTM em UFTM. O então diretor da instituição, Edson Luiz Fernandes, ao referir-se a esse evento, declarou que, de fato, a comunidade acadêmica vivia a concretização de um sonho, perseguido por gerações de alunos, diretores, professores e demais servidores:

A comunidade FMTM vive hoje a concretização de seu sonho maior, acalentado por tantas gerações, por todos os seus fundadores, dirigentes, professores, servidores técnico-administrativos e alunos: atingir a sua maioria acadêmica ao transformar-se em Universidade Federal do Triângulo Mineiro. A semente plantada em abril de 1953 torna-se árvore frondosa e fecunda no momento atual. A obra do presidente Juscelino Kubitschek se consolida com a obra do presidente Lula (JORNAL DE UBERABA, 30 jul. 2005, p.A5).

Desse modo, o PL n.º 56/2005 deu origem à Lei n.º 11.152, de 29 de julho de 2005, segundo a qual a UFTM teria por objetivo “ministrar ensino superior de graduação e pós-graduação, promover atividades de extensão e desenvolver a pesquisa, em especial, na área da Saúde” (BRASIL, 2005, p.1). Esse trecho deixa clara a intenção de atender àqueles que desejavam permanecer ofertando cursos no campo da saúde. Todavia, a fim de atender à demanda por formação em áreas diversas, na prática, o instrumento legal deixou aberta a possibilidade de criação de cursos em outros campos de conhecimento.

A importância social e até mesmo econômica da transformação da FMTM em universidade era incontestável para a cidade e região e, também por isso, figuras políticas envolvidas nesse processo fizeram questão de registrar seus nomes na história da universidade que nascia. Nessa direção, a imprensa local destacava a participação do senador Aelton Freitas e do prefeito de Uberaba, Anderson Aduino, dando espaço para que se manifestassem quanto à sua atuação, bem como quanto ao seu compromisso com a nova universidade. Ao *Jornal de Uberaba*, (30 jul. 2005, p.A5), Aelton Freitas reafirmou “o propósito de continuar lutando para a UFTM”, buscando garantir mais recursos para a instituição, como vinha fazendo em relação à UFU.

Um fato interessante é que, tanto Aelton Freitas quanto Anderson Aduino fizeram referência a uma possível federalização e incorporação do Centro de Ensino Superior de Uberaba (Cesube) pela UFTM. Para Aduino “a sanção do presidente Lula fortalece ainda mais a intenção de se federalizar o CESUBE, cuja campanha está em fase de mobilização da sociedade” (JORNAL DE UBERABA, 30 jul. 2005, p.A5).

O Cesube havia sido criado em 1991 como fundação municipal, e enfrentava problemas financeiros, mesmo cobrando mensalidades de seus quase 700 alunos e recebendo subsídio orçamentário do município. Apesar disso, a sua incorporação à UFTM nunca foi efetivada, e os cursos ofertados pelo Cesube foram assumidos pela Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro (FCETM), conforme anunciado em 2009.

Outrossim, a importância política da transformação da FMTM em universidade fez com que diferentes atores intentassem deixar registrada nesse processo a sua participação. Exemplifica tal questão a declaração do entrevistado para esta tese identificado como Ex-dirigente 1, ao referir-se a um dos deputados que trabalhou pela criação da UFTM:

Ele se diz o responsável pela transformação. Não é que ele foi o responsável. Quando um gol é marcado várias pessoas trabalharam naquela bola até ela chegar lá na frente, onde cruzaram a bola e ele estava na porta da área e cabeceou. Sem dúvida ele tem o mérito dele. Fotograficamente foi ele que fez o gol. Mas não é verdade, isso foi um trabalho muito lento, de muitas pessoas (EX-DIRIGENTE 1, 2022).

Também o Ex-dirigente 4 afirmou que outra figura política da região o havia procurado a fim de pedir que ele falasse de sua participação no processo de criação da UFTM. Todavia, as análises aqui realizadas apontam que, apesar da atuação importante desses sujeitos – dentre os quais a imprensa destacou Anderson Aduino, Aelton Freitas,

Marcos Montes, Gilmar Machado, dentre outros –, a transformação da FMTM em UFTM não se deu pelo esforço isolado de um ou de outro sujeito, tampouco foi consequência inevitável de um contexto de expansão do ensino superior vivenciado no país à época. Ela ocorreu, é verdade, por intermédio de oportunidades criadas por políticas públicas de ensino superior, no entanto, só foi possível por causa da atuação de servidores, dirigentes e alunos da instituição, bem como por causa do apoio de políticos e da própria sociedade uberabense, destacando-se a ação da imprensa. Todos estes buscaram, a seu tempo e modo, vencer o conservadorismo existente em Uberaba e na própria faculdade.

Sobre isso, o Ex-dirigente 2 esclareceu que havia oposições ao crescimento da FMTM por parte de grupos internos à instituição, porém as resistências não eram declaradas. Entretanto, esses grupos, ao mesmo tempo em que não se opunham diretamente à transformação da instituição em universidade, também não agiam no sentido de apoiá-la. Assim declarou o referido entrevistado em relação às pessoas que eram contrárias ao projeto:

Conservadoras, muito acomodadas com a condição em que estavam. Então, tinha o desejo da ampliação, talvez por um grupo pequeno que trabalhou muito por isso. Não encontrou oposição, pelo menos formal, mas não encontrou apoio (EX-DIRIGENTE 2, 2022).

Por ser velada, não foram encontrados registros sobre essa resistência interna em atas ou outros documentos oficiais, contudo, as falas do citado entrevistado enfatizam que ela ocorreu e se manteve, inclusive, durante a implementação dos primeiros cursos da UFTM.

Então tinha, assim, uma resistência grande, mas ela não era muito manifesta. Pelo risco de você, por exemplo, ser taxado de trabalhar contra o crescimento e o aumento da importância da instituição. [...] A resistência era mínima. Eu acho que, às vezes, até, como eu te falei, silenciada pela própria possibilidade de ser mal visto tanto pelo restante da instituição quanto pela cidade de maneira geral. Então, não houve nenhuma resistência declarada não. Houve críticas (EX-DIRIGENTE 2, 2022).

Essas críticas eram, sobretudo, direcionadas à abertura da nova universidade à criação de cursos fora da área da saúde. Isso porque foram anos pleiteando que a FMTM se tornasse uma universidade especializada em saúde, considerando que a sua expansão para outros campos do conhecimento mexeria com toda a organização da instituição, trazendo professores com formações e experiências diferentes, bem como atraindo

alunos com perfis diversos também. Sem falar na necessidade de adequações estruturais para comportar laboratórios e espaços específicos para outros cursos.

Ainda que a Lei n.º 11.152/2005, que criava a UFTM, citasse que a atuação da instituição dar-se-ia, em especial, na área da saúde, a criação de cursos em outras áreas seria uma realidade, principalmente a partir do Reuni.

4.3 PRIMEIROS CURSOS DE GRADUAÇÃO CRIADOS NA UFTM

Com a transformação da FMTM em universidade em julho de 2005, abriu-se o caminho para a criação de novos cursos de graduação, que deveriam ser organizados em um curto espaço de tempo, para ingresso dos estudantes já no ano de 2006. Era necessário que se criassem cinco cursos e, deste modo, a UFTM optou por criar, prioritariamente, cursos da área da saúde que constavam em seus projetos anteriores de transformação em universidade²⁰⁹ e que já estavam aprovados pela Congregação da FMTM²¹⁰. Contudo, era preciso seguir as recomendações do MEC que sugeriam o aumento de vagas em graduações no turno da noite e, dessa forma, foram escolhidos dois cursos de licenciatura em Letras.

Assim, por meio da Resolução UFTM n.º 5, de 21 de novembro de 2005, foram criados os cursos de graduação em Nutrição, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Letras – Português e Inglês e Letras – Português e Espanhol, inaugurando a expansão da UFTM para a área das ciências humanas.

Na mesma resolução foi aprovada a criação dos cursos de graduação em Psicologia e Educação Física, entretanto sua oferta só foi possível em 2008 e 2009, respectivamente. A tabela a seguir demonstra a ampliação de cursos realizada após a transição de FMTM para UFTM:

Quadro 12 – Primeiros cursos de graduação criados com a transformação da FMTM em universidade

<i>Curso</i>	<i>Turno</i>	<i>Vagas anuais ofertadas</i>				
		<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>
Medicina	Diurno	80	80	80	80	80

²⁰⁹ Aqui se faz referência aos projetos de transformação da FMTM em universidade elaborados na década de 1990, conforme discutido no capítulo 3.

²¹⁰ Após a transformação da FMTM em UFTM, o órgão colegiado máximo da instituição deixou de ser chamado de Congregação e passou a ser Conselho Universitário.

Enfermagem	Diurno	40	40	40	40	60
Biomedicina	Diurno	20	20	20	20	40
Nutrição	Diurno	-	20	20	40	60
Fisioterapia	Diurno	-	20	20	40	60
Terapia Ocupacional	Diurno	-	20	20	40	60
Letras-Português e Inglês	Noturno	-	15	15	30	30
Letras-Português e Espanhol	Noturno	-	15	15	30	30
Psicologia	Diurno	-	-	-	20	60
Educação Física	Diurno	-	-	-	-	60

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Percebe-se que a instituição, no intervalo de tempo entre a sua reestruturação em universidade e sua adesão ao Reuni, criou quatro cursos da área da saúde (perfazendo sete cursos no total) e três cursos da área de humanas, incluindo as duas licenciaturas e o curso de Psicologia. Em relação a esses cursos de graduação criados em 2005, o entrevistado Ex-dirigente 2 assim explicou:

Foram pensados a partir dos projetos anteriores da Faculdade de Medicina, daquela universidade voltada pra saúde. Letras entrou por causa de licenciatura. A gente queria ter um pé nas licenciaturas e queria ter um curso noturno, fazia parte até da política de utilização integral da área da universidade (EX-DIRIGENTE 2, 2022).

A criação dos dois cursos de Letras pode ser mais bem compreendida voltando-se o olhar para a crescente demanda por cursos de formação de professores, intensificada, sobretudo, a partir da promulgação da LDBEN n.º 9.394/1996. Ocorre que a oferta de cursos de licenciatura concentrava-se na rede privada de ensino superior, em especial na região Sudeste. Sobre isso, Tanuri (2000) apontou que, em 1996, grande parte dos professores da educação básica era formada em cursos de nível médio, em sua maioria ofertados por instituições estaduais. Porém, quanto ao nível superior, a licenciatura em Pedagogia, por exemplo, no ano de 1994, somava 337 cursos, dos quais 239 pertenciam à iniciativa privada, o que correspondia a 71%. Do mesmo modo, os demais cursos de licenciatura eram ofertados principalmente pelo setor privado, na forma de licenciaturas curtas²¹¹.

²¹¹ A partir da LDBEN n.º 9.394/1996, todas as licenciaturas passaram a ser plenas, em contraponto às licenciaturas curtas, que eram apêndices de cursos bacharelados. Ou seja, o aluno cursava o bacharelado e complementava uma carga horária para obter o grau de licenciado.

Esses dados demonstram a enorme contradição que circunda a formação de professores no Brasil, já que o perfil dos alunos matriculados em cursos de licenciatura, conforme Oliveira Sá (2019, p.38), correspondia a “estudantes de idade acima da média, que trabalham, que têm menor renda, pais menos escolarizados e maior dependência de bolsas. Nelas, se concentra a heterogeneidade que estes estudantes representam”, se comparados ao perfil predominante dos alunos de ensino superior do país. Portanto, era preciso pensar ações para que esses alunos trabalhadores tivessem espaço nas instituições públicas.

Dentre os variados e complexos aspectos que envolvem a questão das licenciaturas no Brasil, ressalta-se que a rede privada, usufruindo da abertura dada pelo governo para sua expansão, ocupou espaço na oferta desses cursos, destacando-se, nesse aspecto, a utilização da modalidade de ensino a distância (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015).

Por sua vez, o governo precisava lidar com a necessária garantia de acesso, sobretudo dos professores em exercício sem formação superior, aos cursos de licenciatura, seja por meio de bolsas para matrícula em instituições particulares, seja por meio da abertura de cursos nas Ifes. Nesse cenário, desde a sua campanha de governo, Lula já sinalizava a importância de aumentar a oferta de cursos de graduação voltados à formação de professores de diferentes áreas, a fim de suprir as carências da educação básica²¹²:

Os problemas do ensino médio não param por aí. Um deles é a falta de uma política de formação continuada de professores. Outro é a carência permanente de professores nas áreas específicas de Matemática, Física, Química e Biologia. Falta disposição para dialogar com as universidades, de modo a elaborar, conjuntamente, uma política de incentivo para as licenciaturas, a reformulação desses cursos e o estabelecimento de metas para a formação de professores, iniciativas que amenizariam, principalmente nos Estados, a grave situação em que se encontram as escolas que oferecem nível médio, devido justamente à falta desses professores, assim como à falta de laboratórios, equipamentos, bibliotecas e condições físicas e ambientais de estudo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p.16-17).

Desse modo, após ganhar as eleições, Lula e sua equipe de governo empreenderam esforços no sentido de expandir a oferta de cursos de licenciatura no país por meio de dois importantes programas no âmbito do ensino superior: o Prouni e o Reuni. O Prouni foi destinado, dentre outros grupos, a professores da rede pública de

²¹² Maués e Souza (2013) e Oliveira Sá (2019) discutem, também, que a escassez de professores na educação básica não deriva apenas da ausência de cursos de licenciatura, mas do desinteresse pela profissão, motivado, principalmente, por questões salariais.

educação básica, para cursarem, como bolsistas em instituições privadas, os cursos de graduação em Pedagogia, Normal Superior e outras licenciaturas, conforme a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que instituiu o programa²¹³.

Já o Reuni veio com a finalidade, dentre outros aspectos, de promover a ampliação e a consolidação das Ifes por meio não só da democratização do acesso a cursos de graduação, como da permanência neles, assim como do melhor aproveitamento de recursos estruturais e humanos existentes nas instituições (BRASIL, 2007). Em relação a esse aspecto, o documento que apresentava as diretrizes gerais do Reuni indicava a existência de espaços ociosos nas Ifes, principalmente no período noturno. Por isso, uma das dimensões do referido programa era aumentar o número de vagas de ingresso, em especial nesse turno. Isso seria particularmente importante para professores da rede básica de ensino, já que, como eram alunos trabalhadores, teriam maiores dificuldades para frequentarem cursos de graduação no período diurno.

Na recém-criada UFTM, a ociosidade dos espaços no turno da noite era uma realidade e, assim, recebendo também a demanda pela abertura de licenciaturas, a universidade optou pela criação desses cursos no noturno, como acontecia com outras Ifes do país, a exemplo da própria UFU (SOUZA, 2013).

A implementação dos dois cursos de Letras, no entanto, foi cheia de desafios, já que eram os primeiros cursos fora da área da saúde em uma instituição que, tradicionalmente, era referência nesse campo. Barbosa et al (2016) reúnem diversas memórias relacionadas ao início dos cursos de Letras, desvelando alguns dos desafios encontrados pelo seu corpo de professores:

As dificuldades surgiram logo no início. Não tínhamos espaço físico para todas as atividades, a biblioteca não possuía acervo voltado para os cursos de Letras e éramos um grupo reduzido de apenas seis docentes no primeiro semestre. A UFTM vinha de uma longa tradição de ensino e pesquisa na área de saúde e nós, docentes dos cursos de Letras, estávamos atuando em uma área nova para a instituição. Nesse sentido, o principal desafio em nível institucional foi manter e ampliar a presença de uma nova área, com todas as suas particularidades que diferiam do que até então a universidade vinha desenvolvendo (E.T.R.A., s./a. apud BARBOSA et al, 2016, p.187).

Outros docentes relataram dificuldades similares e foram além, abordando as relações de poder que poderiam se modificar a partir da criação de cursos em áreas que não fossem da saúde. Assim, mais do que criar cursos na área de humanas, a UFTM estava abrindo a possibilidade para que as forças políticas internas fossem, aos poucos,

²¹³ A concessão de bolsas aos professores da rede pública de educação básica não estava atrelada a condições socioeconômicas, todavia, eles não poderiam matricular-se em cursos bacharelados.

alteradas pela entrada de sujeitos de outros campos do saber, com outras formações e visões de mundo.

Muitos foram os desafios enfrentados pelos professores que, com paciência, e com total apoio do então reitor, Prof. Virmondes Rodrigues Júnior, foram vencendo um a um. Inicialmente ficaram lotados na Coordenadoria do Curso de Graduação em Medicina, pois, ainda sem o seu Regimento, não havia lugar no organograma da instituição para eles. Nos diversos setores da universidade, não eram reconhecidos e eram recebidos com estranhamento, tamanha a diferença com o que os servidores tinham lidado até então. Não havia livros para o curso na biblioteca, nem servidores à noite, para atender as necessidades dos docentes e discentes. Nas disputas pelas bolsas de pesquisa, de iniciação científica, dentre outros, os docentes e alunos do curso nunca eram contemplados, pois não tinham publicações no PUB-MED, uma das exigências das então regulamentações da instituição. Aos poucos o grupo foi sendo reconhecido pelo seu trabalho e pelos seus esforços e foi conseguindo assumir o seu lugar na UFTM (BARBOSA et al, 2016, p.23).

A criação dos cursos de Letras e, depois, das demais licenciaturas e engenharias, causava embates em âmbito institucional, com manifesto receio de que caísse o padrão de qualidade que se acreditava ter naquele momento, pois os cursos existentes já estavam consolidados na área da saúde e tinham boas notas em avaliações do MEC. Os questionamentos vinham na seguinte direção:

Como vão ficar os cursos de licenciatura? Com uma baixa demanda, com uma demanda menos qualificada e tal. Como que vão ficar os cursos de engenharia? E a gente sabe que têm fatores que também são muito intensos. A gente não tinha certeza da qualidade dos professores que iriam comparecer nos nossos concursos e tudo, e isso você vai encontrar nas gravações das reuniões do Conselho, quase que diário. Era recorrente, era frequente, em todas as reuniões tinham palavras nesse sentido (EX-DIRIGENTE 2, 2022).

A apreensão dos conselheiros da UFTM tinha relação com a tradição da própria instituição, acostumada a lidar com um grupo relativamente homogêneo, tanto de alunos quanto de docentes. Sobre esse aspecto, Oliveira Sá (2019), pesquisando a realidade da Universidade Federal de Alfenas-MG – que guarda muitas similitudes com a trajetória da UFTM –, demonstra que, de fato, os cursos da área da saúde contam, historicamente, com um alunado mais elitizado, até mesmo porque são cursos que, em geral, são ofertados nas Ifes em período integral, excluindo a maior parte dos alunos trabalhadores. Ainda segundo o autor, cursos de outras áreas do conhecimento, principalmente quando ofertados no turno da noite, atraem justamente aqueles que estão no mercado de trabalho, cujo perfil aponta uma renda familiar de até três salários mínimos, especialmente no caso das licenciaturas.

Aspectos dessa ordem parecem ter preocupado a comunidade acadêmica em relação à expansão da UFTM para a área das ciências humanas. Era um novo perfil de sujeitos, em cursos com novas demandas e objetivos sociais que não animavam a totalidade daqueles que já estavam na instituição.

Em relação aos outros cursos criados, pertencentes ao campo da saúde, parece não ter havido dificuldades da mesma ordem, já que eram cursos planejados desde meados de 1990, e faziam parte do projeto de universidade da então FMTM. A ideia de criá-los, portanto, já havia sido amadurecida pela comunidade acadêmica.

Isso não tinha muita preocupação porque acho que eles [cursos da área da saúde] já estavam mais amadurecidos e ainda prevalecia na cabeça de algumas pessoas aquela ideia da universidade especializada. E foi quando veio a questão das licenciaturas, que foi o primeiro enfrentamento nosso em vencer a especializada, né. E depois com as engenharias... nós passamos por isso duas vezes. Até nos primeiros concursos, por exemplo, você abria... nós vamos abrir concurso pra doutores. Não havendo candidatos, vai permanecer o mesmo edital aberto para mestres, vamos fechar turmas. Parava aí. E assim, nos primeiros concursos só entraram doutores. E com isso o argumentos dos outros de queda de qualidade e tudo caiu por terra. Você ouvia uma ou outra fala depois, isolada (EX-DIRIGENTE 2, 2022).

Percebe-se que, para parte dos professores da instituição, existia o temor de que docentes de outras áreas do conhecimento não conseguissem manter ou elevar o padrão de referência da UFTM, o que se acreditava possível na área da saúde. Todavia, conforme depoimento do Ex-dirigente 2, esse receio não se confirmou, já que a instituição recebeu corpo docente qualificado em todos os cursos abertos, tanto da saúde quanto das humanas. Citando-se os cursos de Letras, no primeiro concurso realizado, dos cinco professores aprovados, três eram mestres e dois doutores (BARBOSA et al, 2016).

Fato é que os cursos da área da saúde já eram um consenso no imaginário da instituição, considerados, inclusive, necessários para atendimento de demandas do próprio Hospital Escola da UFTM, além das demandas regionais.

Apesar de mais bem aceitos, os novos cursos da área da saúde, criados em 2005 e iniciados no ano seguinte, também enfrentaram problemas de diversos tipos, conforme depoimentos colhidos de docentes que estiveram presentes na fase de implementação desses primeiros cursos.

A professora identificada como Prof. Nutrição acompanhou o início do curso de graduação em Nutrição da UFTM e, em entrevista para esta pesquisa, pôde rememorar

algumas das dificuldades com as quais docentes e alunos precisaram lidar nesse período:

A estrutura física era muito escassa, trabalhávamos em um imóvel alugado (a famosa Casa Azul, na Rua Getúlio Guaritá). Era uma casa pequena em que foram instaladas, a princípio, as salas dos professores. À medida que o curso foi progredindo, precisamos montar um Laboratório de Bromatologia nessa casa, em situação bastante precária e insegura, para que os alunos do 3º período pudessem ter a disciplina de Bromatologia. Em um semestre seguinte, precisamos pedir emprestado o Laboratório de Técnica Dietética do curso técnico de Nutrição do CEFORES, para a disciplina de Técnica Dietética. Todos esses arranjos eram simples adaptações e não condiziam, em absoluto, com o que o curso precisava. Em termos de recursos humanos, tínhamos inicialmente uma professora que era lotada no Departamento de Clínica Médica, disciplina de Nutrologia, e assumiu a Coordenação do Curso de Nutrição. Efetivamente, eu fui a primeira professora a prestar concurso para uma vaga de docente efetiva do curso de Nutrição, e dei a primeira aula para a primeira turma deste curso. [...] Em toda a história do Curso de Nutrição, desde seu início até agora, em 2023, o número de docentes para as disciplinas profissionalizantes esteve muito aquém da necessidade (PROF. NUTRIÇÃO, 2023).

Infere-se que o crescimento da instituição no campo da saúde, ainda que planejado havia mais de dez anos, não foi isento das situações de precariedade que, em algum momento, marcaram a história dos demais cursos já existentes. Essa, aliás, foi uma das discussões levantadas nos estudos de Souza (2013), Zago (2013) e Karwoski (2013), bem como em Andes (2007), que afirmam que a expansão do ensino superior, realizada sobretudo a partir do Reuni, apesar de ter melhorado em muitos aspectos as condições das Ifes, não as deixou suficientemente aparelhadas para o crescimento por que passaram, ocasionando, principalmente, a precarização das atividades de docência.

A FMTM, apesar de ter sido uma referência no campo da saúde, parece não ter tido conhecimento suficiente sobre as reais necessidades de cada novo curso planejado nessa área. Corrobora essa afirmação a fala da entrevistada, Prof. TO, ao referir-se aos questionamentos que recebia dos dirigentes da faculdade à época: “eles falavam: tem tantos laboratórios assim? Precisa disso tudo? Precisa de tantos livros? Então, mas eu penso que as pessoas não tinham, na verdade, noção” (PROF. TO, 2023). Segundo a professora, havia a ideia de que os novos cursos seriam subcursos da Medicina, que precisariam de menos recursos e até menos professores.

Nesse contexto, o professor entrevistado do curso de graduação em Fisioterapia da UFTM, identificado como Prof. Fisioterapia, destacou as limitações que percebeu no início do curso:

Como todo início, muitas dificuldades estavam presentes. A primeira era que não havia nenhum fisioterapeuta docente na instituição, e para começar o curso teria que ter no mínimo dois professores fisioterapeutas para as disciplinas específicas, então, tivemos que correr atrás de vagas de docentes, inclusive para algumas disciplinas básicas, sendo estas as que apresentaram a maior dificuldade, pois os docentes já existentes não estavam aceitando ministrar mais aulas para os novos cursos. Por isso, algumas vagas docentes foram disponibilizadas para o ICBN²¹⁴. Outra grande dificuldade era o espaço físico, local para as coordenações de curso, secretarias e salas de aulas, bem como para os laboratórios específicos do curso, onde, na época, fomos alocados temporariamente no shopping Urbano Salomão, até a conclusão das obras do Centro Educacional. Por fim, os materiais necessários para as aulas práticas pré-profissionalizantes, que tivemos que procurar recursos de outras formas, inclusive por parceria público-privada (PROF. FISIOTERAPIA, 2023).

Mesmo no âmbito da aceitação, os depoimentos dos professores entrevistados deixam transparecer que houve questões a serem enfrentadas, pois, conforme demonstra o trabalho de Oliveira Sá (2019), mesmo entre os próprios cursos da área da saúde parece haver certa hierarquização.

Professores das disciplinas básicas (ICBN principalmente) diziam abertamente que preferiam não dar aulas para os alunos da Nutrição, e um professor desse instituto chegou a publicar na plataforma Moodle uma comparação estatística que mostrava que as notas dos alunos da Nutrição eram menores que dos alunos dos cursos tradicionais. Ocorriam brigas e ameaças em corredores, frequentemente relatados por nossos alunos. Infelizmente, tivemos uma agressão gravíssima a uma aluna, provavelmente feita por estudantes de Medicina da UFTM, o que a levou a abandonar o curso e a instituição. Lutamos muito para que professores das disciplinas básicas entendessem o que era o curso de Nutrição e a necessidade da formação básica adequada, mas falando francamente ainda não estou convencida que esse entendimento foi alcançado (PROF. NUTRIÇÃO, 2023).

Na visão da entrevistada Prof. TO essa hierarquização existia, até mesmo, dentro do próprio curso de Medicina, conforme áreas de atuação. Essa lógica se replicava na relação dos alunos desse curso com os demais. Nesse sentido, ela relata situações ocorridas também entre professores das disciplinas básicas da saúde e alunos de seu curso, demonstrando que, em alguns casos, os alunos da Terapia Ocupacional eram desprestigiados e, até, desrespeitados.

Dentre as dificuldades enfrentadas pelo curso de Terapia Ocupacional listadas pela entrevistada, estão as ligadas ao número insuficiente de professores, de laboratórios e ao desprestígio sentido por seus alunos.

Quanto ao curso de Fisioterapia, na percepção do professor entrevistado, os alunos não se sentiam menos aceitos pelos veteranos da instituição. Os problemas

²¹⁴ Instituto de Ciências Biológicas e Naturais.

enfrentados foram maiores em relação ao trabalho que envolvia docentes e técnicos administrativos:

O início foi um pouco tortuoso, principalmente em relação aos docentes e técnicos da instituição, pois o que viam era um aumento de trabalho, de carga horária de aulas, mais alunos nos laboratórios e para estudos extra-aula, já quanto aos acadêmicos foi percebido uma integração total desde o início, sem rivalidades ou preconceitos (PROF. FISIOTERAPIA, 2023).

Essas questões foram abordadas para que se compreendam melhor os contornos internos da transformação da FMTM em universidade, mas, claramente, são insuficientes para que se conheçam de forma aprofundada as realidades históricas da implementação dos cursos citados. Isso porque haveria necessidade de considerar as memórias de outros docentes, técnicos administrativos e alunos que fizeram parte desse processo e de proceder a análises mais robustas sobre esse período histórico, ultrapassando, inclusive, o recorte temporal estabelecido para este trabalho.

Todavia, os depoimentos servem para ilustrar as contradições que permearam o processo de criação e implementação dos primeiros cursos de graduação da nova universidade originada da tradicional FMTM. Mesmo para os cursos que faziam parte do projeto de universidade especializada em saúde, os recursos humanos e materiais que se afirmava ter em todos os projetos de transformação da faculdade em universidade não foram suficientes, segundo a avaliação dos professores aqui entrevistados. Cada qual à sua maneira, todos os cursos criados, da graduação em Medicina às licenciaturas em Letras, enfrentaram dificuldades para se manterem em funcionamento, embora nem todos tenham tido que afirmar sua importância para a comunidade acadêmica.

Importa ressaltar que, para agregar outras áreas do conhecimento à saúde, foi preciso vencer forças conservadoras, resistências de cunho político, bem como abrir mão de projetos construídos de forma coletiva ao longo de anos. Esses foram apenas os primeiros desafios da UFTM que, após adesão ao Reuni em 2007, passaria, de fato, pela experiência de se abrir a uma gama de cursos das ciências humanas, tecnológicas e exatas, além de encabeçar a abertura de um *campus* fora de sede. Assim, passar a contar com um quantitativo equilibrado de cursos em diversas áreas foi, sem dúvida, o divisor de águas que marcou o fim do projeto de universidade especializada em ciências da saúde a partir da FMTM.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este trabalho de pesquisa buscou compreender por que a FMTM permaneceu sendo uma faculdade isolada de ensino superior desde a sua federalização (1960) até a sua transformação em universidade (2005), enquanto instituições privadas e públicas da região, criadas posteriormente, alcançaram o status de universidade anos antes.

Assim, à luz de referenciais teórico-metodológicos da História e Historiografia da Educação, em interface com estudos científicos realizados por autores do campo das Políticas de Educação, buscou-se proceder à análise e crítica de fontes primárias constituídas por documentos, fotografias, recortes jornalísticos, registros de memorialistas e outros, arquivados pela UFTM, pelo Arquivo Municipal de Uberaba e pelo Arquivo Público Mineiro. Acrescentou-se a esses documentos a riqueza dos depoimentos dos sujeitos entrevistados que, gentilmente, aceitaram rememorar experiências de vida que se cruzaram com a história da instituição pesquisada. Lacunas deixadas pelas fontes documentais puderam ser, em diversos momentos, preenchidas pelos depoimentos, lançando luz sobre fatos que se encontravam obscurecidos. Dessa forma, enquanto abordagem metodológica, a História Oral permitiu que se fizessem conhecidos, sob o prisma desses sujeitos, fatos que ajudaram a tecer a trajetória da UFTM.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a história da citada instituição foi, sim, tecida com fios representados por relações políticas, econômicas, sociais e culturais que, juntas, formaram a universidade que hoje se apresenta, atuando em diversas áreas do saber, deixando para trás o antigo projeto de universidade especializada na área da saúde.

Os participantes da pesquisa, enquanto parte dessas relações, puderam compartilhar suas percepções acerca do movimento de construção da universidade. Em virtude da possibilidade de se explorar cientificamente os seus depoimentos, as transcrições das entrevistas foram mantidas como apêndices deste trabalho, a fim de que possam ser utilizadas posteriormente em estudos que tenham por objetivo investigar, sob a perspectiva da História, a UFTM e o ensino superior de Uberaba e região.

Ademais, a partir dos referenciais teóricos e da análise crítica das fontes já citadas, elaborou-se a presente tese para responder ao problema de pesquisa proposto. Todavia, é preciso destacar que não seria possível desenvolver uma resposta única para

esse problema e, portanto, a tese se refere, justamente, à compreensão de que múltiplos fatores e sujeitos contribuíram para que a FMTM se mantivesse como faculdade federal isolada por 45 anos.

Considerando-se o recorte temporal adotado na pesquisa, não poderia mesmo haver um fator único que pudesse ser responsabilizado pela não transformação da FMTM em universidade. Isso porque o período entre 1960 e 2005 compreende uma gama enorme de eventos, mudanças, avanços e retrocessos na sociedade brasileira, fazendo jus ao termo “denso” utilizado por Ricupero (2014). Por isso, em cada capítulo, foram construídas porções da tese que, conjuntamente, responderam à questão central: por que a FMTM, após a sua federalização, levou 45 anos para se transformar em universidade?

Em síntese, a resposta a essa pergunta remete ao contexto em que a instituição foi federalizada. A princípio, logo após a sua fundação, em 1953, a FMTM passou a enfrentar dificuldades de ordem financeira, o que parece não ter sido plenamente sanado nem após a federalização. Assim como outras instituições privadas de ensino superior do país, a FMTM via na federalização a única saída para manter a oferta do curso de graduação em Medicina, que era, inclusive, ofertado, majoritariamente, por instituições públicas, devido ao alto investimento necessário para o seu custeio.

No final da década de 1950, a FMTM envidava seus esforços na campanha pela federalização, e a transformação em universidade ainda não era uma pauta institucional, haja vista que era preciso, antes de tudo, manter aberto o único curso que ela oferecia. Embora houvesse o desejo de se criar uma universidade em Uberaba – conforme declarou o então deputado federal Mário Palmério mesmo antes da criação da FMTM (FONSECA, 2012) –, esse desejo só foi formalizado em meados de 1960, por meio de proposta nascida entre os universitários da cidade.

Nos primeiros anos após a conquista da federalização, a FMTM esteve envolvida com demandas próprias da burocracia estatal, que lhe eram, até então, desconhecidas. Por estar enredada com questões ligadas ao enquadramento de seus professores e dos demais servidores, com a elaboração de documentos oficiais obrigatórios, bem como pelo fato de ainda enfrentar problemas orçamentários e de manutenção dos hospitais com os quais tinha convênio para a realização das práticas médicas, a instituição não tinha um projeto organizado para se transformar em

universidade. Dentre as suas prioridades, estava a construção de um Hospital Escola próprio, o que viria a se concretizar anos depois.

Apesar de as políticas públicas naquele contexto estarem voltadas para a formação de um sistema federal de ensino superior, as urgências da FMTM eram de outra natureza. Além disso, por não querer tomar o caminho adotado por outras instituições como a UFU e a Uniube, que se constituíram como universidade a partir do agrupamento de diferentes faculdades isoladas, a FMTM precisou consolidar-se como faculdade federal antes de encabeçar um projeto de transformação em universidade.

Pode-se afirmar que esta foi, afinal, uma escolha institucional, pois, em meados de 1960, surgiu, por iniciativa do DCE de Uberaba, a proposta de criação de uma universidade pública na cidade por meio da federalização das faculdades isoladas privadas existentes à época e de sua posterior agregação à FMTM.

Essa proposta chegou a ser analisada pelo governo federal, que, em contrapartida, ofereceu a criação de uma universidade sob a forma de fundação, com natureza jurídica de direito privado, o que permitiria agrupar faculdades públicas, como a FMTM, e privadas, como eram as demais. Desse modo, não aconteceria a federalização das faculdades particulares, seguindo o modelo que havia sido utilizado com outras universidades, como a própria UnU, dentre outras que, depois de alguns anos, foram totalmente federalizadas (SOUZA, 2013).

A proposta para constituir-se com a natureza jurídica de fundação, conforme discutido no segundo capítulo, era coerente com as políticas de educação superior da época – que caminhavam nos sentidos de frear os movimentos de federalização iniciados no Governo Getúlio Vargas –, assim como com a proposta de reduzir os gastos com o ensino superior público e de abrir espaço para o crescimento do setor privado que, não se pode deixar de citar, apoiou o golpe militar de 1964.

A FMTM, por meio de sua Congregação, colocou-se contra o projeto de universidade que o MEC apresentava para Uberaba, sendo, inclusive, citada pela imprensa local como responsável pela não criação da universidade na cidade. Em resposta, a faculdade justificou que aceitar vincular-se a uma universidade de direito privado seria um retrocesso, visto que, na sua concepção, isso representaria um processo de privatização.

Ao mesmo tempo, o MEC propunha outro caminho para que a FMTM deixasse de ser uma escola isolada, a saber, sua agregação a uma universidade já consolidada,

como a UFMG, em Belo Horizonte. Essa proposição baseava-se no entendimento de que as universidades deveriam ser, preferencialmente, o lugar de oferta do ensino superior, devendo as faculdades isoladas, sempre que possível, vincularem-se a uma universidade já existente. Essa ideia – que rondou a FMTM por décadas – também foi refutada pela Congregação da FMTM, temendo, sobretudo, reduzir-se a mais uma faculdade dentre outras que compunham a UFMG, o que significaria perda de poder decisório, inclusive para a gestão de recursos humanos e materiais.

Fica claro que a opção escolhida pela FMTM para a sua transformação em universidade seria, então, a da consolidação como instituição de ensino e pesquisa, que pudesse demonstrar relevância e abrangência em seu campo de atuação. Dessa maneira, a faculdade iniciou seu processo de expansão criando cursos de pós-graduação na área da saúde, bem como de graduação em Enfermagem e Obstetrícia (1989) e em Ciências Biológicas-Modalidade Médica (1999), além de cursos técnico-profissionalizantes em saúde. Durante esse processo, especificamente a partir de 1993, a FMTM passou a pleitear ao governo federal a sua transformação em universidade especializada em ciências da saúde, já que era esse seu campo de atuação, e seus dirigentes acreditavam que haveria condições de desenvolver os cursos de forma articulada, compartilhando espaços de aprendizagem, laboratórios e professores de áreas básicas – o que não ocorreu plenamente (no capítulo 4, foram citadas as diversas dificuldades enfrentadas pelos cursos da área da saúde criados em 2005).

Contudo, nos anos de 1990, em um cenário de contenção de investimentos na educação superior pública – e não apenas nela, mas em todo o aparelho estatal –, as poucas instituições isoladas que conseguiram se transformar em universidade foram aquelas que puderam comprovar densidade científica por meio de publicações, quantidade de cursos ofertados e qualificação do corpo docente. Sendo assim, embora contasse com um quadro de professores muito qualificados, a FMTM não atingiu o patamar de instituições como a Escola Superior de Agricultura de Lavras e a Escola Paulista de Medicina, que alcançaram o status de universidade em 1994.

Além disso, percebe-se que faltavam lideranças políticas interessadas em pleitear a demanda da FMTM ao governo federal. Mário Palmério que, enquanto deputado federal, havia feito a ponte entre Uberaba e a Presidência da República para a criação da FMTM nos anos de 1950, estava agora envolvido na reitoria de sua própria universidade, a Uniube, criada em 1988. Essa ausência de figuras políticas atuando por

Uberaba fez enorme diferença, pois mesmo que as políticas de ensino superior implementadas nesse período tenham desfavorecido a fundação e o crescimento das instituições federais, por meio de articulações políticas, foi possível atender ao pleito de universidades como a UFU, criada em 1969 e federalizada em 1978.

Nota-se que, ainda que as diretrizes dos militares para a educação superior caminhassem no sentido da retração das federalizações e da abertura à iniciativa privada, Rondon Pacheco, chefe da Casa Civil na década de 1960, articulou a criação e a federalização da UnU. Sua atuação fez com que Uberlândia estivesse mais alinhada com os interesses do governo naquele contexto, ao passo que em Uberaba eram percebidos mais focos de resistência.

Junta-se a isso o conservadorismo da cidade de Uberaba, cuja história está atrelada ao domínio de famílias tradicionais que não tinham interesse em um amplo desenvolvimento local, ao menos no que diz respeito ao ensino superior público. Isso porque a criação de uma universidade federal em Uberaba atrairia pessoas e negócios, fazendo com que se diversificassem as relações econômicas e comerciais, como aconteceu em Uberlândia. Essa constatação confirmou uma das hipóteses apresentadas na introdução deste trabalho, segundo a qual se presumia que as escolhas políticas feitas para o desenvolvimento da cidade de Uberaba, voltadas para o setor agropecuário e suas tradições, contribuíram para que a FMTM não se transformasse em universidade.

Outra hipótese levantada era que os uberabenses não desejavam o crescimento da FMTM com a abertura de novos cursos de graduação, sobretudo em áreas que não fossem da saúde. Essa hipótese foi, em parte, refutada, pois se verificou que a sociedade de Uberaba ansiava pela criação de uma universidade pública, conforme mostram, especialmente, as fontes jornalísticas. Todavia, conforme explanado, não houve interesse político por parte dos dirigentes da cidade com relação a essa demanda.

Esse conservadorismo se refletia na própria faculdade, conforme depoimentos dos entrevistados ao afirmarem que havia resistências internas ao crescimento da instituição, especialmente para abarcar outras áreas de conhecimento. Fazer crescer a FMTM representava ter que negociar internamente com pessoas de campos diferentes, com interesses e vivências diversas, abrindo-se para disputas por recursos, espaços e poder decisório, o que, por comodismo ou interesse político, desejava-se evitar.

A comunidade acadêmica da FMTM almejava que ela se tornasse uma universidade, afinal, havia um sentimento de inferioridade entre as faculdades isoladas.

No entanto, as fontes demonstram que era consenso que isso acontecesse desde que a instituição permanecesse nos limites da área da saúde. Claro que havia um projeto sério de atendimento às demandas do Hospital Escola – que eram demandas também da sociedade –, assim como era compreensível a ideia de compartilhamento de espaços, estruturas, recursos humanos e materiais entre os cursos criados, contudo, não se pode ignorar que havia uma intenção, mesmo não declarada, de que os médicos continuassem na gestão da instituição.

Dessa maneira, pelos múltiplos fatores aqui apresentados, a FMTM permaneceu até 2005 como uma instituição federal isolada de ensino superior. Sua transformação em UFTM, em síntese, foi viabilizada pela luta da própria instituição, que foi ao encontro de políticas de expansão e de democratização do ensino superior implementadas durante o Governo Lula com a mediação de figuras políticas da cidade e da região que atuaram para convencer o governo federal da viabilidade e importância dessa demanda.

Pode-se concluir, portanto, que foi confirmada a hipótese de que as políticas públicas para o ensino superior, voltadas para o crescimento do setor privado, deixaram de beneficiar a FMTM com a sua transformação em universidade. Obviamente, elas não foram as únicas responsáveis por isso, mas atravancaram esse processo na medida em que não priorizaram o fortalecimento da rede federal de educação superior do país. Isso começou a ser alterado com a eleição do presidente Lula em 2003, provando que as políticas adotadas pelo governo federal também foram responsáveis pelos rumos da instituição.

Compreende-se que houve um entrelaçamento de questões políticas – das mais amplas às mais localizadas – com decisões internas, interesses de sujeitos e grupos específicos, e ainda com fatores econômicos, sociais e culturais que, de forma conjunta, colaboraram para que a FMTM se mantivesse como tal e passasse a ser UFTM apenas em 2005, aumentando o rol de universidades federais criadas nesse período.

Sabe-se, porém, não ter sido possível elencar a totalidade de questões que contribuíram para que a FMTM levasse mais de quatro décadas para se tornar uma universidade após a sua federalização. Os fatos analisados ao longo do trabalho, porém, contribuem de forma significativa para a construção da história da instituição e para a compreensão de sua realidade. Sem isso não se pode ter clareza do presente, tampouco vislumbrar possibilidades concretas para o futuro.

Sobre esse aspecto, é importante salientar que, embora haja vasto acervo de documentos relativos à UFTM, composto por atas, fotografias, ofícios, recortes de jornais e outros já citados, esses documentos encontram-se espalhados por vários setores da instituição – e fora dela, como os encontrados nos arquivos públicos –, alguns em condições desfavoráveis à sua conservação. Isso prejudica o conhecimento da comunidade acadêmica sobre a história de sua instituição, o que se traduz, dentre outros aspectos, em projetos pedagógicos de cursos de graduação que não demonstram consciência histórica nem conhecimento de suas próprias origens.

Também por isso, apesar da riqueza de fontes, a história da UFTM a partir de 1960 ainda não havia sido objeto de pesquisa acadêmica, o que, em parte, justifica a relevância deste trabalho. Há, sim, artigos que assumem um caráter mais memorialístico, publicados por pessoas que fizeram parte da instituição, tendo grande importância para esta pesquisa, ao lado das demais fontes documentais e orais.

Por outro lado, merece destaque a ausência de documentos relacionados à história dos cursos de Ciências Biológicas-Modalidade Médica e dos demais criados em 2005, por ocasião da transformação da FMTM em UFTM. Há projetos de criação, com ementas, bibliografias e outros elementos técnicos e pedagógicos, porém quase nada sobre o contexto de sua escolha, as dificuldades enfrentadas e outras questões que só puderam ser minimamente conhecidas por intermédio dos depoimentos dos entrevistados. A história dos cursos de graduação da UFTM seria, portanto, uma demanda relevante de pesquisa.

É importante ressaltar, ainda sobre as fontes de pesquisa, que elas revelaram diversos outros aspectos que constituem possibilidades de investigação no campo da História da Educação, os quais não foram aqui abarcados em virtude do tempo disponível para a conclusão do doutorado, bem como por não terem relação direta com o problema que motivou a pesquisa. Julga-se importante, entretanto, citar alguns deles como forma de contribuir com estudos futuros.

A história do Hospital Escola, construído na década de 1970, sem dúvida, é um desses objetos que carecem de análises mais aprofundadas, dada a sua importância para a UFTM enquanto espaço de prática dos estudantes da área da saúde, bem como em razão do atendimento imprescindível que presta à cidade de Uberaba e região. Artigos de jornais, relatos memorialísticos e depoimentos orais demonstram que a construção do Hospital Escola foi fruto de muita luta da comunidade acadêmica e, ao longo dos anos,

enfrentou diversos problemas financeiros e de gestão que o deixaram em estado de precariedade (CIDADE LIVRE, 26 abr. 2003).

Outra instituição vinculada à FMTM e sobre a qual há poucos registros é a Creche Pingo de Mel, construída na década de 1990 pela faculdade para atender a demanda de mães e servidores que estavam em atividade (FMTM, 1993c). Por quanto tempo essa creche funcionou? Como foi pensada? Quais eram suas concepções filosóficas? Qual o perfil de seus professores e alunos? Estas são algumas das questões que podem nortear o desenvolvimento de pesquisas no domínio da História das Instituições de Ensino.

Ainda há uma infinidade de temáticas que podem ser extraídas a partir do presente trabalho, perpassando pela atuação do movimento estudantil na cidade de Uberaba e, em especial, na FMTM, haja vista a abundância de documentos históricos relacionados ao tema, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960. Há, também, a questão da luta dos universitários da cidade pela federalização das faculdades particulares isoladas em meados de 1960; a história do Cesube e a proposta de incorporação deste à FMTM em 2005; questões de gênero nos cursos de graduação ofertados pela FMTM, já que os dados demonstram maioria masculina nas primeiras turmas do curso de graduação em Medicina e o contrário no curso de graduação em Enfermagem e Obstetrícia; os impactos da transformação da FMTM em universidade para a cidade de Uberaba; dentre outros temas.

Por fim, espera-se que este trabalho possa não apenas fomentar novas pesquisas, como também fortalecer e fazer avançar o campo da História e Historiografia da Educação. Sem a menor pretensão de exaurir o tema, o objetivo, aqui, foi fornecer subsídios, ao lado de outros trabalhos, para o fortalecimento da consciência histórica da comunidade acadêmica da UFTM, gerando pertencimento e comprometimento com a construção da história que se faz dia a dia.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves et al. **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

AGUIAR, Vilma. **Ampliação e diversificação do acesso no ensino superior: a formação do sistema de massa no setor privado (1995-2010)**. 2013. 224 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. <https://doi.org/10.1590/1678-987316245708>

AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia e Política**, v.24, n.57, p.113-126, mar. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/4BhqdWbbvKRGRKPBwhH3QQN/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 04 abr. 2023.

ALMEIDA, Wilson Mesquita. **Recursos FIE(I)S: estado e financiamento do ensino superior lucrativo brasileiro**. Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS. Formato remoto, dez. 2020. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/44-encontro-anual-da-anpocs>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

ALVES, Francielle Aparecida; DANTAS, Sandra Mara. Um punhado de bravos: Operação MED: história, memória e identidades. **Caderno Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v.30, n.2, p.1-28, jul./dez. 2017. <https://doi.org/10.14393/cdhis.v30n2.2017.41696>

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDES. As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior. **Cadernos ANDES**, n.25, p.1-41, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/novas%20faces%20reforma%20universitaria.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

ARAUJO, José Carlos Souza. O ensino superior em Minas Gerais entre 1889 e 1968: cenários, problematizações e desafios para a pesquisa. In: CARVALHO, Carlos Henrique; FILHO, Luciano Mendes de Faria (Coord.); NETO, Wenceslau Gonçalves; CARVALHO, Carlos Henrique (Org.). **História da educação em Minas Gerais: da Colônia à República**. 3 v. Uberlândia: Edufu, 2019.

BARBOSA, Andreza. A (dês)articulação do movimento estudantil: décadas de 80 e 90. **Educação: teoria e prática**, v.10, n.18, p.5-14, jul./dez., 2002. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/1139/1045>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

- BARBOSA, Juliana Bertucci et al (Org.). **Uma década dos cursos de Letras da UFTM: memórias, lutas e conquistas**. Uberaba: UFTM, 2016.
- BARROS, José D'Assunção. Os Campos da História: uma introdução às especialidades da História. **Revista HISTEDBR On Line**, Campinas, n.16, p.17-35, dez. 2004.
- BATISTA, Edlamar. **Ensino superior no Brasil 1980-1991**. IPEA: Brasília; Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2502/1/td_0321.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2023.
- BILHARINHO, Guido. **Uberaba: dois séculos de história** (de janeiro 1930 a dezembro 2007). 2. ed. Vol. 2. Uberaba: Instituto Triangulino de Cultura, 2009.
- BILHARINHO, José Soares. **História da medicina em Uberaba**. Academia de Letras do Triângulo Mineiro; Bolsa de Publicações do Município de Uberaba: Uberaba, 1980.
- BILHARINHO, José Soares. **História da medicina em Uberaba**. IV vol. Arquivo Público de Uberaba; Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro: Uberaba, 1993.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11 ed. v. 1. Brasília: Editora UnB, 1998.
- BOITO JUNIOR, Armando. A burguesia no governo Lula. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n.21, p.52-77, 2005.
- BORTOLANZA, Juarez. Trajetória do ensino superior brasileiro: uma busca da origem até a atualidade. **XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária**. Mar Del Prata, nov. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 out. 2019.
- BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A história dos estudantes “excedentes” nos anos 1960: a superlotação das universidades e um “torvelinho de situações improvisadas”. Dossiê: Educação e ditaduras na Ibero-América, **Educ. Rev.**, n.51, p.123-144, mar. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/LRjYPXnRxwFHYwMG6RwzYzd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 nov. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602014000100009>
- BUARQUE, Cristovam. **A universidade numa encruzilhada**. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR +5, UNESCO, Paris, 23-25 jun. 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/palestra6.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- BUENO, Ronaldo da Rocha Loures; PIERUCCINI, Maria Cristina. **Abertura de escolas de medicina no Brasil: relatório de um cenário sombrio**. 2. ed. Associação Médica Brasileira; Conselho Federal de Medicina, 2005. Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/abertura%20de%20escolas%20de%20medicina%20no%20brasil%20->

%20relatrio%20de%20um%20cenrio%20sombrio%202%20edio.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales** (1929-1989): a revolução francesa da historiografia. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão. **São Paulo em perspectiva**, v.14, n.1, p.61-72, 2000. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/spp/a/k4TVwx6cyh7JyxJgQ53snyL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 21 abr. 2022. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000100007>

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mãos à obra, Brasil**: proposta de governo. Brasília, 1994. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/b27wf/pdf/cardoso-9788599662663.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CARDOSO, Priscilla Gama. **Público e privado na educação superior**: uma análise da homeopática contrarreforma universitária no Brasil (1995-2010). 2011. 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2011.

CARDOSO, Ricardo Jader. **Centro de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Triângulo Mineiro**: da concepção à maturidade. Uberaba: UFTM, 2006.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 20, p. 915-988, jun. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/82397/85375>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

CASTILHO, Fausto. **O conceito de universidade no projeto da Unicamp**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, Curitiba, n.28, p. 125-140, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/6kD9QTwtmfKbtBqMjYGrVNd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 16 mar. 2023. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200009>

CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013.

COELHO, Edmundo Campos. **A sinecura acadêmica**: a ética universitária em questão. Editora Revista dos Tribunais Ltda: São Paulo, 1988.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. **Educ. Soc.**, Campinas, v.25, n.88, p.677-701, out. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/H6DGXS548SGQppcXMxDnzpn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 06 dez. 2022. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000300003>

CORBUCCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luis Cláudio; MEIRA, Ana Paula Barbosa. Evolução da educação superior privada no Brasil: da reforma universitária de 1968 à década de 2010. **Radar**, v.46, ago. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7066/1/Radar_n46_evolu%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso: 07 dez. 2022.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

CUNHA, Luiz Antônio. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. **Cad. Pesq.**, n.101, p.20-49, jul. 1997. Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/751/763>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007a. <https://doi.org/10.7476/9788539304561>

CUNHA, Luiz Antônio. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. **Educ. Soc.**, Campinas, v.28, n.100, Especial, p.809-829, out. 2007b. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/tecv35NPhMLYGgFjxyhHVRkD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 05 jul. 2023. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300009>

CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v.35, n.27, p.357-377, abr./jun. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000200002>

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação escolar no Brasil: o público e o privado. **Trab., Educ., Saúde**, v. 4, n. 1, mar. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/rGyMFsTqfMRLgqjJkRrGnbx/?lang=pt>>. Acesso em: 23 nov. 2022. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462006000100009>

DOMINGUES, Viviane Pedroso. **Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência história**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH) – São Paulo, jul. 2011.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. 3 ed. Tradução do Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG. Petrópolis: Vozes, 1981.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n.28, p.17-36, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>

FERREIRA, Neirimar de Castilho. **Pioneirismo no ensino superior em Uberaba: a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro (1947-1950)**. 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba, Uberaba, 2015.

FILHO, Adriano Neves dos Santos. **Infraestrutura no Brasil: realidade e dilemas da via única para o desenvolvimento nacional**. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

FILHO, Geraldo Vieira. **O ensino superior no município de Uberlândia – 1957 a 1978: o papel das lideranças locais e do governo federal**. 1993. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

FONSECA, André Azevedo. **A construção do mito Mário Palmério: um estudo sobre a ascensão social e política do autor de Vila dos Confins**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. <https://doi.org/10.7476/9788539302680>

FRANCO, Isaura Melo. **A juventude estudantil pelo olhar dos jornais do Triângulo Mineiro: entre a tutela e a subversão (décadas de 1950 e 1960)**. 2020. 317 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

FRANCO, Maria Ciavatta. Quando nós somos o outro: questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. **Educação e Sociedade**, ano XXI, n.72, p. 197-230, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n72/4200.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2019.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai et al. Expansão da educação superior e arquiteturas acadêmicas: tensões e desafios. **Série-Estudos**, Campo Grande, n.30, p.117-139, jul./dez. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000300011>

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

GATTI JÚNIOR, Décio; GATTI, Giseli Cristina do Vale. A história das instituições escolares em revista: fundamentos conceituais, historiografia e aspectos da investigação recente. **Educativa**, Goiânia, v.17, n.2, p.327-359, jul./dez. 2015.

GENTILI, Pablo; OLIVEIRA, Dalila Andrade. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: SADER, Emir. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 4ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação brasileira**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

HARTOG, François. **Crer em História**. Tradução de Camila Dias. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. Traduzido por Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KARWOSKI, Acir Mário. Expansão dos cursos de graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). In: SOUSA, José Vieira. (Org.). **Educação Superior: cenários, impasses e propostas**. Campinas: Autores Associados, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Edunicamp, 2013.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil**. [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/df6bv/pdf/lopes-9788599662823.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2021. <https://doi.org/10.7476/9788599662823>

LOPES, Sonia Maria Gomes. A criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro em Uberaba-MG: de instituição privada a instituição isolada de ensino superior (1953-1960) por meio do processo de federalização. **III EHECO**. Catalão, 2015, p. 714-725.

LOPES, Sonia Maria Gomes. **A criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro: primeiros anos (1953 a 1960)**. 2016. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

LOPES, Maria Antonieta Borges; CHAPADEIRO, Edmundo. Retrospectiva histórica dos 50 anos da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro. **Revista Médica de Minas Gerais**, v.13, n.4, p.297-309, out./dez. 2003. Disponível em: <<http://rmmg.org/artigo/detalhes/1544>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)**. Uberlândia: EDUFU, 2010. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-247-2>

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MACHADO, Sonaly Pereira de Souza. **História do Instituto Zootécnico de Uberaba: uma instituição de educação rural superior (1892 a 1912)**. 2009. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

MAGALHÃES, Justino. **Comunicação: Contributo para a história das instituições educativas: entre a memória e o arquivo**. Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho, 1998.

MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SCHUGURENSKY, Daniel. A educação superior no Brasil diante da mundialização do capital. **Educação em Revista**,

Belo Horizonte, v.32, n.04, p.205-225, out./dez. 2016. <https://doi.org/10.1590/0102-4698162033>

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil (1995-2010). **Revista Brasileira de Educação**, v.20, n.60, jan./mar. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QKyJmCvwkGxsJqg7vSCC4xk/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 06 jul. 2023. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206003>

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. **Revista de Economia Política**, v.26, n.1, p.58-74, jan./mar. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/f4cK8XCb9sK7b5RjPLQ6zdy/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 26 jun. 2023. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572006000100004>

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v.30, n.106, p.15-35, jan./abr. 2009, Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/RKsKcwFYc6QVFBHy4nvJzHt/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2022. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100002>

MAUÉS, Olgaíses Cabral; SOUZA, Michele Borges. **A expansão da educação superior no Brasil e as políticas de formação de professores**. Cadernos de Educação, UFPEL, n.45, p.68-81, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/3823>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

MELO, Marcelo Paula. Governo Lula e a nova face do neoliberalismo no Brasil. **Emancipação**, v.7, n.1, p.177-200, 2007.

MINTO, Lalo Watanabe. **A educação da “miséria”**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. 2011. 322f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **As relações perigosas**: Brasil – Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Modernizando a repressão: a USAID e a polícia brasileira. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v.30, n.59, p.237-266, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882010000100012>

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**, n.14, p.35-193, mai./ago. 2000. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/ee69/d8739b40d5fc10f5587fd998ff9ff7ca5833.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2021.

OLIVEIRA, Francisco. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

OLIVEIRA SÁ, Thiago Antônio. **Por que eles se vão?** O abandono no ensino superior público pós-expansão do acesso. 2019. 218f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

PAULA, Eustáquio Donizeti. **Regime militar, resistência e formação de professores na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba/MG (1964 – 1980)**. 2007. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Mestrado em Educação, Universidade de Uberaba, Uberaba, 2007.

PEREIRA, Wander. **A ordem política e a reforma universitária**: o processo de federalização da Faculdade de Odontologia de Uberlândia (1968 a 1978). 2012. 311 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho no Brasil pós-neoliberal**. Brasília: Liber Livros, 2011.

POERNER, Arthur. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 5 ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.200-212. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

PONTES, Hildebrando. **História de Uberaba e a civilização no Brasil Central**. 2. ed. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.

PRESOT, Aline Alves. **As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964**. 2004. 150 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REZENDE, J. M; RASSI, A. Justa homenagem. **Rev. Goiana Med.**, v.32, p.107-108, 1986.

RICCIOPPO FILHO, Plauto. **Ensino superior e formação de professores em Uberaba-MG (1881-1938)**: uma trajetória de avanços e retrocessos. 2007. 509 F. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade de Uberaba, Uberaba, 2007.

RICUPERO, Rubens. Prefácio: Uma história do presente. In: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **As relações perigosas**: Brasil – Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

RODRIGUES, Jaime et al. (Org.). **A Universidade Federal de São Paulo aos 75 anos: ensaios sobre história e memória**. São Paulo: UNIFESP, 2008.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAMPAIO, Helena. Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.29, n.84, p.43-55, fev. 2014. Disponível em: <

https://www.researchgate.net/publication/274853379_Diversidade_e_diferenciacao_no_ensino_superior_no_Brasil_conceitos_para_discussao>. Acesso em: 04 abr. 2023.

<https://doi.org/10.1590/S0102-69092014000100003>

SANTOS, Cláudio Wilson; MORORÓ, Leila Pio. O desenvolvimento das licenciaturas no Brasil: dilemas, perspectivas e política de formação docente. **Rev. HISTEDBR Online**, Campinas, v.19, p.1-19, 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652339>>.

Acesso em: 28 jun. 2023. <https://doi.org/10.20396/rho.v19i0.8652339>

SATO, Silvana Rodrigues de Souza. **Movimentos de democratização do acesso: análise do perfil dos inscritos e classificados à Universidade Federal de Santa Catarina em perspectiva longitudinal (2001-2015)**. 2018. 266f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 1 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póesis Pedagógica**, v.8, n.2, p.4-17, ago./dez. 2010.

<https://doi.org/10.5216/rpp.v8i2.14035>

SAVIANI, Dermeval. A política educacional no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3 v. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. Ricos e pobres nas universidades. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, set. 2003. Disponível em:

<http://www.schwartzman.org.br/simon/ricos_pobres.htm>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SILVA, Eliane Lopes; COSTA, Lucia Cortes. O desemprego no Brasil na década de 1990. **Emancipação**, v.5, n.1, p.9-36, 2005. Disponível em:

<<https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/58/56>>. Acesso em: 17 nov. 2022.

SILVA, Francisco Jacob Paiva da Silva. **A reforma universitária brasileira dos anos 90: projetos em disputa**. 1999. 257f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Universidade pública brasileira no século XXI: educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. **Espacios em blanco**, n. 23, p.119-156, jun. 2013.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma no Estado e mudança na produção**. 2 ed. Uberlândia: Navegando, 2020. <https://doi.org/10.29388/978-65-81417-08-6>

SILVA, Norma Lucia; CONTIM, Divanice; AMARAL, Igor Antonino de Lima. **Histórias e memórias da Enfermagem**. Uberaba: EDUFTM, 2022.

SILVA, Ruth de Sousa Ferreira. **Genealogia do Curso Superior de Música da Universidade de Uberlândia, MG (1957 – 59)**. 2021. 211f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

SOUZA, Marilsa Aparecida Alberto Assis. **O grupo escolar Minas Gerais e a educação pública em Uberaba (MG) entre 1927 e 1962**. 2012. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SOUZA, Márcia Cristina Soares Cabrera. O programa REUNI na Universidade Federal de Uberlândia (2008 – 2012). 2013. 264f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

SOUZA, Sauloéber Tarsio. O ensino superior pelas lentes do jornal Correio de Uberlândia (1950-1970). **Revista História e Cultura**, v.9, n.2, p.429-446, 2020. <https://doi.org/10.18223/hiscult.v9i2.2976>

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. História, memória e História da Educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 3 v. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n.14, p.61-193, mai./ago. 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HsQ3sYP3nM8mSGSqVy8zLgS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Coleção Anísio Teixeira. 10 v. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

TEIXEIRA, Wagner da Silva. **Educação em tempos de luta: história dos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964)**. 2008. 229f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

- TEODORO, Antonio. **A educação em tempos de globalização neoliberal**: os novos modos de regulação das políticas educacionais. Brasília: Liber, 2011.
- THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, n.5, jun. 2002, p.9-29. <https://doi.org/10.51880/ho.v5i0.47>
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado** – história oral. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem**: indagações sobre o século XX. Tradução de Joana Angélica D'Ávila Melo. São Paulo: Arx, 2002.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- VASCONCELOS, Isamara Martins. **A federalização do ensino superior no Brasil**. Dissertação. 2007. 134p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.
- VIDAL, Diana Gonçalves. História da educação comparada: reflexões iniciais e relato de uma experiência. **História da Educação, Pelotas**, v.5, n.10, p.31-41, jul/dez. 2001.
- WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. **Papel das elites no desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba (MG) – 1919 a 1960**. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- ZAGO, Jacqueline Lima Oliveira. **A implementação do Programa Expansão (2003) e do REUNI (2007) na UFTM**. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.
- Fontes:**
- Documentos oficiais*
- BRASIL. **Projeto de Lei n.º 2.419/1957**. Equipara as subvenções concedidas às Faculdades de Medicina de Sorocaba, Juiz de Fora, Triângulo Mineiro e Ciências Médicas de Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br>>. Acesso em: 24 mar. 2022.
- BRASIL. **Dados censitários de 1960**. Brasília, 1960a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t9_mg.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- BRASIL. **Projeto de Lei n.º 1.879/1960**. Dispõem sobre a federalização da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro e da Faculdade de Medicina de Juiz de Fora. Brasília, 1960b. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1205169&filename=Dossie-PL%201879/1960>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 53.642, de 28 de fevereiro de 1964**. Dispõe sobre a duplicação de matrículas no primeiro ano das escolas superiores. Brasília, 1964. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53642-28-fevereiro-1964-393724-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. **Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966 (Síntese)**. 2. ed. Documentos EPEA: Brasília, 1965. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/handle/123456789/1073>>. Acesso em: 27 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto n.º 58.921, de 27 de julho de 1966**. Suspende as atividades da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais. Brasília, 1966. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58921-27-julho-1966-399512-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BRASIL. **Por uma nova política para a educação superior brasileira**. Brasília, 1985. Disponível em: <<https://www.schwartzman.org.br/simon/comissao.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Relatório do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior**. Brasil, 1986. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/geres.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 9.491, de 09 de setembro de 1997**. Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei 8.031, de 12/04/1990 (PND) e dá outras providências. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9491&ano=1997&ato=f65kXRE1ENJpWTb0f>>. Acesso em: 22 nov. 2022

BRASIL. **Lei n.º 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei n.º 2.681/2003**. Transforma a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - FMTM em Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, e dá outras providências. Brasília, 2003a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=187224&filename=Ultimo%20Despacho%20-%20PL%202681/2003>. Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL. **Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a Reforma Universitária brasileira**. Brasília, 2003b.

BRASIL. **Exposição de motivos: anteprojeto de lei da educação superior**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/anteprojeto.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 11.152, de 29 de julho de 2005**. Transforma a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - FMTM em Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111152.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.152%2C%20DE%2029,Art.>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. **Reuni – Reestruturação e expansão das universidades federais**. Diretrizes gerais. Brasília, 2007. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. **Análise sobre a expansão das universidades federais (2003 a 2012)**.

Brasília, 2012. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 04 abr. 2023.

CAPES. **Boletim CAPES n.º 141**, de agosto de 1964. Disponível em:

<<https://memoria.capes.gov.br/index.php/boletim-informativo-n-141>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CAPES. **Boletim CAPES n.º 177**, de agosto de 1967. Disponível em:

<<https://memoria.capes.gov.br/index.php/boletim-informativo-n-177>>. Acesso em: 26 ago. 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mãos à obra: proposta de governo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008. Disponível em:

<<https://static.scielo.org/scielobooks/b27wf/pdf/cardoso-9788599662663.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

CNRES. **Uma nova política para a educação superior**. Brasília, nov. 1985.

Disponível em: <<https://www.schwartzman.org.br/simon/comissao.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO. **Projeto de Lei n.º 4.856, de 1994**. (Impresso – Arquivo da Reitoria da UFTM).

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n.º 2.681/2003**.

Transforma a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - FMTM em Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, e dá outras providências. Disponível em:

<<https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais/-/ver/pl-2681-2003>>. Acesso em: 28 mai. 2023.

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei n.º 56/2005**. Transforma a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - FMTM em Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/74613>>. Acesso em: 29 mai. 2023.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil**: uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Uma escola do tamanho do Brasil**: programa de governo 2002 – Coligação Lula presidente. 2002. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbs/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/16-umaescoladotamanhodobrasil.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

Fontes documentais:

ALESP. **Tarso Genro explica projeto de Reforma Universitária**. [2004]. 11 de agosto de 2004. <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=264282>.

BORGES JÚNIOR, Randolfo. **Nossa Faculdade de Medicina, sua história, seu destino**. Palestra proferida no I Congresso Médico dos Ex-alunos da FMTM, III Congresso Médico da SMCU e VII Congresso Médico do Interior da AMMG. Uberaba, 1983. (Cópia impressa – Arquivo da Reitoria da UFTM).

CAGV. **Ata de 2 de abril de 1956**. (Manuscrito – Arquivo do DAGV).

CAGV. **Ata de 28 de maio de 1957**. (Manuscrito – Arquivo do DAGV).

CAGV. **Ata de 16 de agosto de 1957**. (Manuscrito – Arquivo do DAGV).

CAGV. **Revista do Centro Acadêmico “Gaspar Vianna”**. Uberaba, 1964. (Cópia impressa – Arquivo da Reitoria da UFTM).

CAGV. **O Epíplon**. Uberaba, abr. 1976. (Impresso – Arquivo do DAGV).

CAGV. **O Epíplon**. Uberaba, 1980. (Impresso – Arquivo do DAGV).

CAGV. **O Epíplon**. Uberaba, jun. 1982. (Impresso – Arquivo do DAGV).

CAGV. **O Epíplon**. Uberaba, mar. 1990. (Impresso – Arquivo do DAGV).

CAGV. **O Epíplon**. Uberaba, mai. 1990. (Impresso – Arquivo do DAGV).

CAGV. **O Epíplon**. Uberaba, ago. 1990. (Impresso – Arquivo do DAGV).

CAGV. **O Epíplon**. Uberaba, jun. 1994. (Impresso – Arquivo do DAGV).

DCE. **Ofício n.º 175-66/67**. Esclarecimento (Faz). Uberaba, 1967. (Datilografado – Arquivo CAGV).

FMTM. **Ata da Congregação da FMTM, de 23 de junho de 1958**. Uberaba, 1958a. (Livro manuscrito – Arquivo da Reitoria da UFTM).

FMTM. **Ata da reunião da CTA, aos 10 de dezembro de 1958**. Uberaba, 1958b. (Cópia impressa – Arquivo da Reitoria da UFTM).

FMTM. **Ata da Congregação da FMTM, de 10 de fevereiro de 1960**. Uberaba, 1960a. (Livro manuscrito – Arquivo da Reitoria da UFTM).

FMTM. **Ata da Congregação da FMTM, de 20 de julho de 1960**. Uberaba, 1960b. (Livro manuscrito – Arquivo da Reitoria da UFTM).

FMTM. **Ata da Congregação da FMTM, de 22 de agosto de 1960**. Uberaba, 1960c. (Livro manuscrito – Arquivo da Reitoria da UFTM).

FMTM. **Ata da 4ª reunião da Congregação, aos 12 de dezembro de 1960**. Uberaba, 1960d. (Cópia impressa – Arquivo da Reitoria da UFTM).

FMTM. **Ata da Congregação da FMTM, de 23 de novembro de 1961**. Uberaba, 1961. (Livro manuscrito – Arquivo da Reitoria da UFTM).

FMTM. **Documento encaminhado pela FMTM à presidência da república**. 31 de maio de 1963. (Cópia impressa – Arquivo do Curso de Licenciatura em História da UFTM).

FMTM. **Reivindicações da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro**. Uberaba, 19 nov. 1968. (Cópia impressa – Arquivo da Reitoria da UFTM).

FMTM. **Revista Comemorativa do 25º aniversário da FMTM – 1954-1979**. Uberaba, nov. 1979. (Cópia impressa – Arquivo da Reitoria da UFTM).

FMTM. **Carta-consulta para autorização de funcionamento da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM**. Uberaba, 1993a. (Impresso – Arquivo da Reitoria da UFTM).

FMTM. **Jornal da FMTM**, a.1, n.2, Uberaba, fev. 1993b. (Impresso – Arquivo da Comunicação Social da UFTM).

FMTM. **Jornal da FMTM**, a.1, n.3, Uberaba, mar. 1993c. (Impresso – Arquivo da Comunicação Social da UFTM).

FMTM. **Jornal da FMTM**, a.1, n.7, Uberaba, set. 1993d. (Impresso – Arquivo da Comunicação Social da UFTM).

FMTM. **Justificativa da necessidade social de criação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, especializada em Ciências da Saúde**. Uberaba, 1994a. (Impresso – Arquivo da Reitoria da UFTM).

FMTM. **Jornal da FMTM**, a.2, n.11, Uberaba-MG, dez. 1994b. (Impresso – Arquivo da Comunicação Social da UFTM).

FMTM. **Jornal da FMTM**, a.2, n.12, Uberaba-MG, mar. 1995. (Impresso – Arquivo da Comunicação Social da UFTM).

FMTM. **Federalização: onde começou**. Uberaba, 1997a. (Cópia impressa – Arquivo da Reitoria da UFTM).

FMTM. **História e médicos da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro**. Uberaba, 1997b. (Impresso – Arquivo da Reitoria da UFTM).

FMTM. **Ata da Congregação da FMTM, de 28 de novembro de 1997**. Uberaba, 1997c. (Livro manuscrito – Arquivo da Reitoria da UFTM).

FMTM. **Relatório de gestão 1993-1997**. Uberaba, 1997d. (Impresso – Arquivo da Reitoria da UFTM).

FMTM. **Projeto para criação da UFTM**. Uberaba, dez. 1998. (Impresso – Arquivo da Pró-Reitoria de Planejamento da UFTM).

FMTM. **Jornal da FMTM**, n.28, a.VI, Uberaba, ago. 1999. (Impresso – Arquivo da Comunicação Social da UFTM).

FMTM. **Escola de Enfermagem**. Uberaba. 2003a. (Cópia impressa – Arquivo do Curso de Licenciatura em História da UFTM).

FMTM. **As campanhas do CAGV**. Uberaba. 2003b. (Cópia impressa – Arquivo do Curso de Licenciatura em História da UFTM).

KUBITSCHEK, Juscelino. **Discurso de inauguração da XXII Exposição Agropecuária, no quadro das comemorações do centenário de Uberaba**. Uberaba, 3 de maio de 1956. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1956/19.pdf/view>>. Acesso em: 04 jan. 2022.

LUIZA BRASIL, Ana. **FMTM: em busca de uma história**. Uberaba, 1993. [não publicado]. (Cópia impressa – Arquivo da Reitoria da UFTM).

LULA. **Discurso do presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de inauguração da 69ª Expozebu**. Uberaba, 03 de maio de 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

LULA. **Discurso do presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega da Medalha JK, alusiva ao 50º aniversário da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro**. Uberaba, 19 de fevereiro de 2004. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>>. Acesso em: 18 abr. 2023.

MEC. **Mensagem n.º 1.121, de 07 de dezembro de 1994**, do Poder Executivo. Encaminha PL n.º 4.856, de 1994. (Cópia impressa – Arquivo da Reitoria da UFTM).

MEC. **Tarso Genro entrega projeto de reforma universitária a Lula**. Brasília, 21 de julho de 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/3640-sp-570275976>.

NUNES, Mozart Furtado. Relatório de Gestão. [30 nov. 1960]. In: LUIZA BRASIL, Ana. **FMTM: em busca de uma história**. Uberaba, 1993. [não publicado]. (Cópia impressa – Arquivo da Reitoria da UFTM).

PREFEITURA DE UBERABA. **Bando de dados**. Uberaba: 1985. (Datilografado – Arquivo Público de Uberaba).

SESU/COPLAN. **Informação n.º 001 – Sesu/Coplan, de 27 de outubro de 1994**. Brasília, 1994. (Cópia impressa – Arquivo da Reitoria da UFTM).

SESU/MEC. **Parecer da Comissão Verificadora designada pela Portaria MEC n.º 1.927/1998**. Brasília, fev. 1999. (Cópia impressa – Arquivo da Pró-Reitoria de Planejamento da UFTM).

Fontes jornalísticas:

CIDADE LIVRE. 26 de abril de 2003. Uberaba, 2003. (Impresso – Arquivo da Comunicação Social da UFTM).

CIDADE LIVRE. 27 de abril de 2003. Uberaba, 2003. (Impresso – Arquivo da Comunicação Social da UFTM).

CIDADE LIVRE. 29 de abril de 2003. Uberaba, 2003. (Impresso – Arquivo da Comunicação Social da UFTM).

CORREIO DA MANHÃ. 22 de agosto de 1968. Rio de Janeiro. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=94841&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 10 mar. 2022.

CORREIO CATÓLICO. Uberaba, MG. 03 de setembro de 1957. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

CORREIO CATÓLICO. Uberaba, MG. 03 de junho de 1958. (Impresso – Arquivo do DAGV)

CORREIO CATÓLICO. Uberaba, MG. 1º de julho de 1958. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acesso em: 15 fev. 2022

ESTADO DE MINAS. **Quem teme a reforma?** Belo Horizonte, MG, 19 de fevereiro de 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/a210205_refteme.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 16 de novembro de 1968. (Impresso – Arquivo do CAGV).

FOLHA DE SÃO PAULO. **Cristovam Buarque é demitido por telefone**. 23 de janeiro de 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u57458.shtml>>. Acesso em: 04 abr. 2023.

JORNAL DA FMTM. **Me Dê um cigarro aí**. Uberaba, MG, a.V, dez. 1998. (Cópia de transcrição impressa – Arquivo do Curso de Licenciatura em História da UFTM).

JORNAL DA MANHÃ. Uberaba, MG. 27 de abril de 2003. (Impresso – Arquivo da Comunicação Social da UFTM).

JORNAL DA MANHÃ. Uberaba, MG. 29 de abril de 2003. (Impresso – Arquivo da Comunicação Social da UFTM).

JORNAL DA MANHÃ. Uberaba, MG. 17 de agosto de 2003. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

JORNAL DA MANHÃ. Uberaba, MG. 20 de agosto de 2003. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

JORNAL DA MANHÃ. Uberaba, MG. 21 de agosto de 2003. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

JORNAL DA MANHÃ. Uberaba, MG. 21 de outubro de 2004. (Impresso – Arquivo da Comunicação Social da UFTM).

JORNAL DA MANHÃ. Uberaba, MG. 23 de outubro de 2004. (Impresso – Arquivo da Comunicação Social da UFTM).

JORNAL DA MANHÃ. Uberaba, MG. 10 de novembro de 2004. (Impresso – Arquivo da Comunicação Social da UFTM).

JORNAL DA MANHÃ. Uberaba, MG. 11 de novembro de 2004. (Impresso – Arquivo da Comunicação Social da UFTM).

JORNAL DA MANHÃ. Uberaba, MG. 02 de maio de 2015. Disponível em: <<https://jmonline.com.br/novo/?edAnterior>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

JORNAL DE UBERABA. Uberaba, MG. 29 de outubro de 1995. (Cópia impressa – Arquivo do Curso de Licenciatura em História da UFTM).

JORNAL DE UBERABA. Uberaba, MG. 02 de dezembro de 2003. (Impresso – Arquivo da Comunicação Social da UFTM).

JORNAL DE UBERABA. Uberaba, MG. 11 de novembro de 2004. (Impresso – Arquivo da Comunicação Social da UFTM).

JORNAL DE UBERABA. Uberaba, MG. 12 de novembro de 2004. (Impresso – Arquivo da Comunicação Social da UFTM).

JORNAL DE UBERABA. Uberaba, MG. 30 de julho de 2005. (Impresso – Arquivo da Comunicação Social da UFTM).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 04 de maio de 1957. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 03 de setembro de 1957. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/memorial_imprensa_docs/photo.php?lid=17069>. Acesso em: 11 jan. 2022.

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 04 de junho de 1958. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/memorial_imprensa/3127/18233.JPG>. Acesso em: 11 jan. 2022.

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 06 de junho de 1958. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/memorial_imprensa_docs/photo.php?lid=58967>. Acesso em: 11 jan. 2022.

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 07 de novembro de 1958. (Impresso – Arquivo do DAGV).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 11 de março de 1959. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 30 de março de 1959. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 1º de abril de 1959. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 06 de abril de 1959. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 09 de abril de 1959. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 22 de abril de 1959. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 23 de junho de 1959. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 1º de julho de 1959. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 02 de julho de 1959. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 03 de setembro de 1959. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 07 de janeiro de 1960. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 16 de dezembro de 1960. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 14 de abril de 1967. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 28 de abril de 1967. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 05 de maio de 1967. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 06 de maio de 1967. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 25 de agosto de 1967. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 11 de novembro de 1988. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 11 de junho de 1999. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba-MG. 25 de junho de 1999. (Impresso – Arquivo Público de Uberaba).

O ESTADÃO. 4 de maio de 2003. Disponível em:
<<https://www.estadao.com.br/politica/lula-e-ruralista-em-clima-de-paz-em-uberaba/>>.
Acesso em: 10 fev. 2022.

O GLOBO. **Uma reforma urgente**. 21 de dezembro de 2004. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/2004.12.30.15.46.3.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

THE NEW YORK TIMES. **Reds lead Brazil tax riot spree that causes damage of \$6,000,000**. Nova York, EUA. 26 de abril de 1952. Disponível em:

<<https://arquivopublicouberaba.blogspot.com/2017/07/o-dia-em-que-uberaba-foi-destaque-no.html>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

Entrevistas

EX-DIRIGENTE 1. Uberaba, 28 mar. 2022. Tipo de arquivo [Mp4]. 3h 2min 50seg. Entrevista concedida a Giselle Abreu de Oliveira, na UFTM.

EX-DIRIGENTE 2. Uberaba, 15 mar. 2022. Tipo de arquivo [Mp4]. 1h 24min 23seg. Entrevista concedida a Giselle Abreu de Oliveira, na UFTM.

PROF. FISIOTERAPIA. Uberaba, 06 de julho de 2023. Tipo de arquivo [Doc]. Entrevista concedida a Giselle Abreu de Oliveira.

PROF. NUTRIÇÃO. Uberaba, 06 de julho de 2023. Tipo de arquivo [Doc]. Entrevista concedida a Giselle Abreu de Oliveira.

PROF. TERAPIA OCUPACIONAL. Uberaba, 11 de julho de 2023. Tipo de arquivo [Mp4]. 28min 44seg. Entrevista concedida a Giselle Abreu de Oliveira, na Cafeteria São Lucas, em Uberaba.

EX-ALUNO CAGV. Uberaba, 23 de setembro. 2022. Tipo de arquivo [Mp4]. 1h 42min 55seg. Entrevista concedida a Giselle Abreu de Oliveira, via Google Meet.

EX-DIRIGENTE 3. Uberaba, 2014. Tipo de arquivo [Mp4]. 2h 12min 4seg. Entrevista concedida para o Projeto de pesquisa História dos 60 anos do Curso de Medicina e 25 anos do Curso de Enfermagem: histórias, memórias, trajetórias. (Arquivo do Curso de Licenciatura em História da UFTM).

EX-DIRIGENTE 4. Uberaba, 2014. Tipo de arquivo [Mp4]. 2h 57min. Entrevista concedida ao Projeto de pesquisa História dos 60 anos do Curso de Medicina e 25 anos do Curso de Enfermagem: histórias, memórias, trajetórias. (Arquivo do Curso de Licenciatura em História da UFTM).

APÊNDICE A – ENTREVISTA EX-DIRIGENTE 1

Entrevistadora: Giselle Abreu de Oliveira

Data: 28 de março de 2022

Local: UFTM

Metodologia: Entrevista realizada de forma presencial, gravada em arquivo de áudio Mp4

G: Quando chegou à instituição, como ela era? Já se ventilava essa ampliação da instituição, em termos de transformação em universidade e da criação de outros cursos?

ED1: Bom, eu posso começar a dizer a você que eu entrei aqui na faculdade em 1965 e me formei em 1970. Eu sei que em 1967 houve a doação desses 19 mil metros quadrados que compõem o Hospital de Clínicas hoje, o antigo hospital escola. Aquele prédio antigo se chamava Hospital da Santa Casa de Misericórdia.

Em 1967 houve um movimento para que fosse então doado. Me lembro que o presidente do Diretório Acadêmico era o [nome ocultado] e, inclusive, eu era tesoureiro do Diretório Acadêmico. Eu estava no 3º ano em 1967.

E foram doados esses 19 mil metros quadrados. Agora, na realidade, no país tudo depende muito da situação política. Então, por que não se tornou universidade antes? Porque era uma instituição isolada? Aí eu vou me reportar a 1981, quando meu antecessor na direção da Faculdade era o Professor Doutor [nome ocultado]. Naquela época ele participou da criação do CODESFI, Conselho de Diretores das Escolas Superiores Federais Isoladas, e eram 13 instituições no país, todas públicas. Tinha a Faculdade de Ciências Médicas de Porto Alegre, no Paraná tinha o CEFET, que se tornou Faculdade tecnológica, tinha o CEFET do Rio, da Bahia e de Belo Horizonte. Tinha a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, tinha Alfenas, tinha Diamantina, que eram as de Minas Gerais. Tinha a ESAM de Mossoró, no Rio Grande do Norte, e tinha a Escola Federal de Ciências Agrárias, que era em Belém do Pará, e tinha também a Faculdade Paulista de Medicina. Então eram 13.

Bom, o que eu me lembro é que era um desejo de todos se tornar uma universidade. Até porque o termo “isolado” era um termo pejorativo, parece que você era isolado porque não era universidade. Embora, a escola de Medicina, antes de se tornar universidade, ela chegou a ter o melhor curso médico do País.

Eu me lembro que o Murilo Hingel, que foi o Ministro da Educação na época do Itamar Franco, no dia 08 de dezembro de 1994, ele transformou a Escola Paulista de Medicina na Unifesp, na Universidade Federal de São Paulo. E eu esqueci também de Lavras, que também era isolada. Era a ESAU, Escola Superior de Agricultura de Lavras.

E por que as duas passaram e as demais não? É porque elas tinham maior densidade científica. Tinham mestrados, doutorados. Nós já tínhamos aqui, mas o nosso era incipiente ainda. Então, é que tinham maior densidade científica.

E no dia 15 de dezembro de 1994, se não me engano, o Murilo Hingel, que era o Ministro da Educação, encaminhou para a Câmara dos Deputados a transformação da Federal do Triângulo Mineiro, da Escola Estadual de Engenharia de Itajubá, e da Fundação de São João Del Rei.

Você que Minas Gerais tinha 12 instituições federais naquela época: tinha 6 universidades e tinha 6 que não eram universidades, que eram isoladas.

E, no dia 8 de dezembro de 1994 foi ao Congresso Nacional e a Escola Paulista de Medicina passou para a Unifesp.

As 5 tinham apresentado o projeto: a Paulista, Lavras, Triângulo Mineiro, Federal de Itajubá e a Fundação de São João Del Rei. Esse material tenho até em casa, o pedido pra transformar. E aí somente autorizaram duas. E, no dia 15 de dezembro, uma semana depois, encaminharam pro Congresso o pedido do Triângulo Mineiro, Itajubá, Federal de Itajubá, e São João Del Rei.

Eu me lembro que lá pro dia 15 de janeiro de 1995, já tinha mudado o Ministro, era o Paulo Renato Sousa, gaúcho, que fez pós-graduação na USP, tinha sido reitor da Unicamp, e foi ministro do Fernando Henrique durante os 8 anos do governo.

Mas então nós fomos trabalhando, conversando com todos os deputados nesse período...

G: O senhor era o diretor, na época?

ED1: Eu era o diretor. Nós fomos conversando no sentido que aprovassem. E aí têm duas situações lamentáveis...

G: Esse foi o primeiro projeto de transformação em universidade?

ED1: Esse foi o primeiro projeto. Então, quando foi no dia 15 foi a plenário. Eu estava lá dentro do plenário na Câmara dos Deputados. E nós tínhamos pedido, no dia anterior, como a Escola Federal de Itajubá não tinha nenhum deputado, nós procuramos o deputado Raul Belém, que era de Araguari, para que lesse um sumário da densidade científica, duas páginas apenas. Nós pedimos ao Vagner Nascimento que lesse a nossa, aqui do Triângulo Mineiro. E conversamos com o Aécio Neves pra que lesse a de São João Del Rei.

Não sei se foi exatamente dia 15, mas foi no meio do mês. O projeto foi ao plenário. Eu me lembro que Raul Belém abandonou o recinto, não leu de Itajubá. O deputado Vagner Nascimento ficou andando com o nosso projeto debaixo do braço e não pediu a palavra. E o único que se posicionou foi o Aécio.

Eu me lembro que, acho que era Inocêncio Oliveira, o presidente da Câmara dos Deputados, um dos primeiros a usar a palavra foi o Roberto Jefferson, defendendo a transformação das três instituições.

E eu me lembro que tinha uma outra deputada do Rio de Janeiro, a Sandra Cavalcante. O Roberto Jefferson era do PTB e essa deputada ela concordou também. Eu tinha conversado com vários deputados, mas eles não se posicionaram. Eu me lembro de um deputado federal que é de Juiz de Fora, do Partido dos Trabalhadores, eu esqueci o nome dele... ele foi brilhante. Ele disse o seguinte: “Nesse momento uso a palavra e abandono o meu partido para manter as tradições mineiras e sou favorável”.

G: Por que o partido, naquele momento, era contra?

ED1: O PT era contra tudo. Só foi favorável quando foi o Lula, mas quando era outro, era contra. Quando então esse deputado se posicionou favorável, essa outra deputada que era do PFL, falou assim: “Se existe alguém do Partido dos Trabalhadores que é favorável, ela eu retiro o meu apoio”. Para mostrar o nível de animosidade.

Na sequência, o presidente da Câmara falou assim: “Nesse momento, recebo uma comunicação do Ministério da Educação retirando esses três projetos. Porque era um projeto do executivo, que o Murilo Hingel encaminhou e agora é o Ministro Paulo Renato Sousa que retira. Não há como não retirar”. E ele tirou os três projetos.

G: E ele justificou?

ED1: Não, ele retirou simplesmente. Mas, para mostrar o componente político, ainda no final, não sei exatamente quando, mas depois você pode ir ao Google. Verifica quando foi criada a Universidade Federal de São João Del Rei, a fundação. Foi no governo do Fernando Henrique, Foi a única que criou. Porque tinha o Aécio, que era do PSDB e era o pessoal dele. E as outras ficaram esperando. E não havia muito o que falar, o que fazer.

O tempo passou, professor [nome ocultado] assumiu, tentou também. Não conseguiu. Veio o professor [nome ocultado], que o sucedeu e também não conseguiu. Então, o que a gente pode concluir com isso é que era um projeto político em que todas as instituições federais que eram chamadas isoladas, passaram pra universidades. Todas. E que aí tinha um grande obstáculo. E eu volto lá atrás.

Em 1995, antes de chegar no dia 15 de janeiro, eu fui ao Senado, falar com Antônio Carlos Magalhães, que era senador da Bahia com muita força. E levei o professor Aluizio Rosa

Prata, que nós trouxemos aqui na minha primeira gestão, da Universidade de Brasília para cá. E graças a ele foi criada a primeira pós-graduação. Um sujeito brilhante. Ele formou, acho que em 1944 ou 1945, na antiga faculdade da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, que depois se transformou na UFRJ.

E o pai do Antônio Carlos Magalhães era amigo pessoal dele. Porque ele foi para a Universidade da Bahia, foi professor titular de doenças infecciosas, e o pai do Antônio Carlos Magalhães tinha uma fundação. E o professor Aluizio passava na casa do pai do Antônio Carlos para levá-lo para a fundação uma vez por semana.

Eu e o professor Aluizio fomos lá falar com o Senador Antônio Carlos. Assim foi feito. Agora lembrei o nome daquela deputada: ela se chama Sandra Cavalcante. [...] Aí nós estávamos falando do Professor Aluizio Rosa Prata, que no mês de janeiro de 95 nós fomos falar com esse senador. Chegando lá esse senador disse o seguinte: “Meu caro diretor, estou aqui com o professor Aluizio e ao vê-lo lembro do meu pai porque ele era amigo do meu pai. Os que eram amigos do meu pai, ou que foram amigos do meu pai, também são meus amigos. Mas eu nada posso fazer”. Porque naquela época existiam 52 instituições federais de ensino superior.

G: Isso foi antes do projeto ir ao Congresso?

ED1: Isso, do Congresso estava lá. E ele falou assim: “Existem 52 instituições federais de ensino superior, e 12 estão em Minas. Na Bahia, minha velha e querida Bahia tem duas: a Universidade Federal e um Centro Federal de Educação Tecnológica. Como é que eu vou ajudar as instituições federais de Minas a se tornarem universidade, se a minha Bahia só tem duas?” E acabou realmente não virando nada.

G: Esse projeto que chegou ao Congresso em 1995 foi o primeiro projeto de transformação?

ED1: Na realidade, quem deixou o primeiro projeto não fui eu. Foi o professor [nome ocultado]. E na verdade não foi um projeto, foi um pedido. Ele deixou um pedido. Eu assumi, numa quinta-feira. E aí tinha um pedido lá, mas aquilo era esparso. A Paulista ainda era isolada, Lavras era isolada, que passou de ESAL para Universidade Federal de Lavras, UFLA.

No dia 8 de dezembro, as duas passaram para universidade. E no dia 15 mandaram o projeto. Mas mandar projeto no final do ano, não anda. E depois, nos primeiros dias de janeiro, a gente estava lá, passando de gabinete em gabinete, andando.

Havia um repórter, o Paulo Nogueira, tirou muitas fotos da gente lá. Ele deve ter muitas fotos, inclusive uma minha com o Roberto Jefferson.

E eu achei ele, no mínimo, extremamente coerente. Independente dos males ou benefícios que ele pode ter trazido, eu fiquei amigo dele. E para justificar isso, tem uma frase de Santo Agostinho que diz o seguinte “embora eu não aprove os pecados do pecador, eu gosto do pecador”.

Porque ele foi muito coerente e muito valente. Inclusive, no dia anterior, eu andando por lá, ele foi um amigo do Fernando Collor até o último momento. Inclusive quando o pessoal queria votar para a aposentadoria do Itamar e tinha deixado o Fernando Collor.

E ele sozinho falou que não aceitava. E o Fernando Collor foi injustiçado, porque embora votasse o impeachment dele, no dia anterior ele pediu demissão. Não cabia processo, mas todo mundo queria fazer festa, televisão... mas tudo bem.

Então esse projeto ficou por lá. Quando o presidente Lula entrou, essa é a orientação que eu vejo, ele queria fazer o berço político dele em São Bernardo do Campo e pegar a antiga Faculdade de Medicina do ABC e criar a Universidade Federal do ABC. Então ele acabou criando lá e criou uma a mais na Bahia, acho que é a Universidade Federal do Recôncavo Baiano, alguma coisa assim. Eu sei que a Bahia deve ter três federais hoje.

Então esses projetos, todos... Diamantina passou para Federal, Alfenas passou para universidade, Itajubá passou de IFEI para UNIFEI. A outra, em Mossoró, passou para a Universidade Federal do Semiárido. A do Pará passou a ser também universidade.

E até, erradamente, a Escola Paulista, mantinha o desejo (que eu acho até o correto) de se tornar uma Universidade Federal da Área da Saúde. Mas colocaram uma série de outros cursos. Eu não sei se é a vaidade pessoal de quem assume, que quer deixar o nome na história. Mas, foi uma situação delicada. Eu lembro de, na época, o reitor da UFRJ dizer que eles tinham 35 cursos diferentes lá, era como um Frankenstein. É cabeça de um, perna de outro... era difícil administrar.

A única que passou para ser Universidade Federal de Ciências da Saúde foi a de Porto Alegre, a antiga Fundação Federal Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Foi a única que passou e continuou como Universidade de Ciências da Saúde.

E isso é muito interessante, porque nem hospital ela tem. Ela tem a Santa Casa.

G: Convênios?

ED1: É. Mas ela movimenta a Santa Casa. Eu talvez até seja criticado pelo que eu vou falar agora, mas não existe movimento grevista. A gente sabe que o servidor público tem muita estabilidade. Mas, na realidade, ninguém tem estabilidade. O que tem no serviço público é chefia imediata não atuante, chefias que não atuam. E se ela for atuante ou não for, o salário dela é o mesmo no final do mês. Ela não quer ser antipatizada. E esse é o mal das universidades públicas, seja estadual, municipal ou federal. Porque o sistema acaba sendo corroído. Não existe uma cobrança e as conotações são muito políticas.

Então, todas elas foram aos poucos... Fala-se muito que, na época, o Deputado Federal de Iturama... não lembro o nome dele. Ele ficou no lugar do José de Alencar, porque ele era suplente do José de Alencar. Então... O Aelton Freitas. Ele se diz o responsável pela transformação. Não é que ele foi o responsável. Quando um gol é marcado, várias pessoas trabalharam naquela bola até ela chegar lá na frente, onde cruzaram a bola e ele estava na porta da área e cabeceou. Sem dúvida que ele tem o mérito dele. Mas, fotograficamente foi ele que fez o gol. Mas não é verdade, isso foi um trabalho muito lento, de muitas pessoas. E, eu não sei, pessoalmente, se foi ou não um progresso.

Se transformar a nossa instituição em universidade, em sentido amplo. Eu não sei... Para os cursos da área da saúde não foi bom. Houve uma conotação bastante negativa, o hospital hoje está em uma situação bastante difícil. Até falei com o reitor, cheio de problemas. Sempre procuro explicar porque a situação não pode ser resolvida, porque tudo tem que dar errado. Então o hospital está regredindo, eu até perguntei quando vão fechar o hospital dessa maneira. Eu saí um pouco do assunto...

G: Quando o senhor disse que assumiu, existia um pedido de transformação da instituição em universidade, mas não tinha um projeto. Mas esse pedido era para que a FMTM virasse uma universidade de Ciências da Saúde?

ED1: Ainda não estava claro lá, mas eu entendi que sim. No ato final a gente ia transformar em Ciências da Saúde. Fica mais fácil administrar, é muito simples. Os cursos interdependem. Quando você põe uma série de outros cursos fica complicado.

G: O documento que foi apreciado depois, em 1995, ele já era um projeto de criação dessa Universidade em Ciências da Saúde? Tinha descrição dos cursos? Como ele foi construído?

ED1: Na época foi até o professor [nome ocultado], ele estava aqui, que mostrou que a gente tinha o mestrado e o doutorado. Só que não eram tantos. Tanto que Lavras, uma instituição muito mais antiga, e a Paulista, nem se fala, ela foi criada em 1933... E, em 1988, eu era diretor, e estava fazendo 50 anos da primeira turma que se formou na Paulista. E convidaram as 12 outras instituições para estarem presentes. E o responsável pela Nefrologia lá era filho do professor Jairo Ramos, professor emérito da Paulista. Ele de toga, em um movimento bastante simbólico, ritualístico, reuniu a congregação... Alguns representantes dos que tinham se formado há 50 anos estavam lá. E ele contou um fato que é extremamente importante.

Quando, em 1933, a Escola Paulista ia se chamar Faculdade Paulista de Medicina, e o pessoal da Faculdade de Medicina de São Paulo queria integrar a USP, criada primeiro, com muito mais recursos. Que São Paulo é um país dentro de outro país, falando de recursos financeiros, e ele nunca quis se valer de recursos federais, sempre caminhou com os próprios pés. Geralmente, o produto interno bruto do Brasil cresce 1%, lá cresce 2%. Se aqui cresce 2, Lá cresce 4, 6. Porque eles nunca quiseram depender do Governo Federal, principalmente depois que foi perder aquela guerra de 1932.

Então, o Osvaldo Ramos, filho do Jairo Ramos, comandando os trabalhos, contou essa história. Que o pessoal da então Faculdade de São Paulo dizia: “Vocês vão criar uma escolinha? Como é que é o nome dessa escolinha mesmo?” E aí, o pessoal da então Faculdade Paulista de Medicina falou assim: “Nós aceitamos! Aqui nem vai ser uma faculdade, vai ser uma escola”. Então, de todas as faculdades de medicina que existiam no Brasil, somente a paulista que era escola. Porque eles diziam ao aluno quando chegava, na primeira semana do calouro: “Olha, isso aqui nem faculdade, é só uma escolinha. Mas vocês têm que ser muito bons, para mostrar para quem é de universidade que nós somos tão bons quanto eles ou melhores”. Chamou eles para briga, no bom sentido de briga. Então é interessante dizer isso aí para mostrar como as pessoas realmente constroem a história. E a Paulista saiu por isso, muita gente boa, até da própria USP foi para lá, realmente vestiu a camisa. Então, a Paulista surgiu dessa maneira. Mas tudo tem um projeto político por trás. Tudo tem. Não adianta você ter condições técnicas se não houver apoio político.

Eu me lembro que a Escola Paulista... Eu estava lá em Brasília, e eu verificava que os diretores da Escola Paulista procuravam senadores do nordeste e de outros estados, oferecendo: “Se você tem alguém precisando de cirurgia cardíaca, ou de cirurgia complexa, ou de neurocirurgia, nós colocamos o hospital à sua disposição”. Então esse pessoal mandava verba para a Paulista.

Em Uberlândia, quando foi criada a universidade, se não me engano foi em 1977, eles contrataram quase 200 profissionais, entre médicos, psicólogos, engenheiros e outros profissionais. Colocou a maioria deles dentro do Ministério em Brasília. Como falta servidor dentro dos ministérios, eles ganhavam por Uberlândia, não ganhavam nada do ministério. Podia até ter um cargo, ganhar um pouquinho a mais. Cada um era um representante de Uberlândia. Foi essa visão que faltou pra nós aqui ao longo do tempo. Então, eu sempre falo o seguinte: você fazer sua instituição crescer porque a lei permitiu, você fez o mínimo. Você tem que aproveitar, mesmo que a lei não permita, e fazer o máximo. Desde que não seja nepotismo, desvio de verba, dinheiro no bolso... tudo bem.

Em janeiro de 87, o diretor que me antecedeu, Dr. José Fernando Borges Bento, deixou um projeto em andamento. E graças à Maria Justina Leal de Sousa, que era chefe dos recursos humanos da antiga Faculdade de Medicina, ela era a mulher das missões impossíveis. Não tem ninguém igual a ela, nem nunca houve. E ela conseguiu elaborar todo aquele projeto para aproveitamento de servidores da FUNEPU. Mas, o que ela fez: havia o Decreto n.º 2.280, que permitia que servidores que substituíam terceiros fossem aproveitados. Como assim? Dou dois exemplos:

A colega Arlinda Vargas Alves da Silva é anestesista. Quando, ainda em 85, no tempo do Dr. José Fernando, ela tinha pegado a residência e nos procurou, eu era diretor clínico. Falei com o José Fernando e ele disse que tinha um colega cirurgião vascular que estava com tumor no cerebelo. Então a Arlinda ficou substituindo ele. E teve um outro colega, o Paulo Roberto Borges Cherulli, no lugar do Waldemar Vieira Júnior, que se mudou para Cuiabá.

Esse Decreto 2.280 permitia que você colocasse outro servidor no mesmo lugar, recebendo dinheiro do governo, carimbado como contracheque, embora ele fosse extra quadro. Em janeiro de 1987, já na minha gestão, nós pusemos 204 servidores que eram da FUNEPU no quadro federal. Dizendo que eles recebiam, mas só tinha dois que recebiam. E, enquanto a gente colocou 204, a Escola Paulista colocou 950. Tudo isso era uma jogada, no tempo do Sarney que permitia tudo.

G: Sem concurso que você fala?

ED1: Sem concurso, era chamado o trem da alegria. E quando a gente fez isso, na UFRJ, O Horácio Macedo colocou 3500. Só nós três que colocamos, ninguém mais. Nós aproveitamos o buraco, interpretamos a lei, como a gente queria. E já dizia o Martin Luther King, que a mim não interessa as leis, a mim interessa o que dizem os intérpretes da lei. Então é assim que você faz a instituição crescer.

G: E aí abriu vaga para chamar outros para a FUNEPU?

ED1: Não, passou tudo para o quadro federal.

G: E tinha um pré-requisito do número de servidores para transformar em universidade?

ED1: Não, o forte mesmo era a pesquisa. Era a quantidade de trabalhos publicados, número de alunos matriculados no Mestrado e no Doutorado e a densidade científica. Fala-se que a instituição atinge sua maturidade através da pós-graduação.

G: E nessa época que o senhor estava na gestão, vocês fizeram uma proposta para a ampliação da instituição em termos de cursos a serem criados?

ED1: Ainda não. Primeiro passaria para universidade e depois iria ser como aconteceu aqui. Quando foi publicada a lei, em 1º de agosto de 2005, não sabiam quais cursos teriam. E o professor [nome ocultado], que estava lá, se reuniu com o pessoal e foi fazer o levantamento. A princípio não teria nenhum outro curso além da área da saúde. Como Lavras que teria apenas agrárias ou da área rural, mas na época incluíram até Direito.

Eu brinquei com o Silas, que foi o primeiro reitor de lá, que era o diretor, que ele podia fazer o seguinte: poderia colocar pós-graduação em Direito, tem Direito Agrário. Mas não precisava manter o curso de graduação em Direito. É, você pode até montar a pós graduação. Porque lá o pessoal tem uma densidade científica muito grande. Essas universidades mais antigas, elas são mais tradicionais.

Então, esse projeto ficou no Ministério da Educação desde a nossa época, em 1995, e só foi reativado na época do Lula. Porque ele também queria deixar seu nome na história, opinião pessoal minha, mas ele também tinha um projeto político, o berço político dele era São Bernardo. Com isso, ele faria o que a gente chama popularmente de [inaudível], eu crio esse, mas também preciso criar esse. Ele teve que ceder também à pressão da Bahia, criar mais uma universidade na Bahia. A Bahia só tinha dois cursos.

Se você se lembrar, por exemplo, eu disse que das 52 federais, 12 estavam em Minas. Das então, naquela época, 49 escolas agrotécnicas federais, 11 eram em Minas. São Paulo não tinha nada. São Paulo tinha a Paulista, que foi a primeira, que federalizou quando federalizou aqui. Depois, a outra, se não me engano, foi em 1977, quando os nordestinos queriam criar uma Federal da Paraíba, Universidade Federal de Campo Grande, uma coisa assim. Ou a Federal Rural de Pernambuco... Não lembro mais. E foram pedir apoio à bancada Paulista que era maior. Eles aceitaram, mas em contrapartida queriam criar em São Carlos, que foi a 2º Federal de São Paulo. E a terceira instituição federal foi a Universidade Federal do ABC. Porque o paulista sempre quis caminhar com os próprios pés.

G: Em São Paulo há mais instituições de ensino superior estaduais, né?

ED1: Sim, é uma mentalidade diferente. Por exemplo, a FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, é 1% de todos os impostos arrecadados do estado de São Paulo. E o segundo maior orçamento do país é de São Paulo, o primeiro é da União. O terceiro maior orçamento do país é a cidade de São Paulo, maior que o estado do Rio e Minas. Então, o estado de São Paulo é um estado que arrecada muito. E se você pegar em Minas Gerais é 0,5%. E 0,5%, se você for ver, não gasta nem toda a verba. O senhor [nome ocultado] trabalhou um tempo na FAPEMIG, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

E, para mostrar essa diferença entre os dois estados, a própria USP, no pós-guerra, ela trouxe muita gente da Alemanha. Porque se fala muito que a pesquisa e o conhecimento não têm partido ideológico. A Argentina buscou o que ela pôde. O próprio estado de Minas buscou da Alemanha. E muitas vezes ficavam com melindres. Ah, o partido... Mas o sujeito é pesquisador, não estava atuando na frente de batalha. Então, eu estou derivando um pouquinho pra mostrar como é que se construía a universidade.

Mas Uberlândia foi muito interessante, porque eles não falam né?! Mas Uberlândia começou a criação, pelo menos o reitor da época, Martins... Inclusive no dia 10 de agosto de 95, uma quarta-feira, o José Luís Alves, que era chefe de gabinete do então prefeito Anderson Aduato, me chamou para que eu estivesse lá e sugerisse os novos cursos de Uberaba. E estava lá presente esse colega que eu esqueci o nome e que foi reitor de Uberlândia, como diretor da FACTHUS. E ele falou que em Uberlândia foi criada assim. Era um projeto para criar, no tempo do Geisel, a Universidade Federal do Rio Grande, na cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul. E quando esse projeto chegou lá, era um decreto lei, tinha 4 ou 5 considerandos, e foi criada a Universidade Federal do Rio Grande. O chefe da Casa Civil, o ministro da Casa Civil, era o Rondon Pacheco, e ele chegou no irmão dele e falou: “Coloca duas linhas: estendam-se os benefícios acima citados, criando também a Universidade Federal de Uberlândia”. Ele assinou, o ministro da educação assinou, o ministro da fazenda assinou, o presidente assinou e criou em Uberlândia.

A nossa foi criada em 1954, Uberlândia foi em 1964, a faculdade de Medicina de lá. Então, o que houve, inclusive depois, para se mostrar que não tinha custos para Uberlândia, fizeram o primeiro estatuto da universidade que o aluno tinha que pagar. Mas era para inglês ver... Falaram: “Vamos aprovar, mostrar que não tem custo, que o aluno vai pagar e depois nós rasgamos isso”. E aprovou e rasgou depois. É assim que se faz. Mas nós não tivemos essa coragem de fazer isso aqui.

Tem uma expressão do Winston Churchill que diz que o pessimista vê em cada uma oportunidade uma dificuldade, o otimista vê em cada dificuldade uma oportunidade. Então era isso que tinha que ser feito, e Uberlândia fez isso. Então, a Faculdade de Medicina estava louca para federalizar, porque quando colocaram a Faculdade de Medicina no primeiro e segundo ano sobrou dinheiro. Quando eles puseram o paciente para tratar no terceiro ano, houve um déficit grande. Porque o paciente, mesmo com um quadro simples, precisa pedir mais exames para mostrar que não é outra coisa, e aí sobrecarrega. E onde tem aluno as coisas são lentas. Aqui no hospital particularmente, não digo hoje, mas naquela época, operava uma vesícula e ficava uma semana. Tudo é lento.

E correram para fazer com que federalizasse. Então, a diferença entre Uberaba e Uberlândia não é o tamanho da cidade; o tamanho da cidade é decorrência do tamanho da mentalidade.

E tem algumas coisas que eu nem sei se poderia contar para você porque são deprimentes. Porque quando foi criada a Universidade Federal de Uberlândia, eu estava dentro do Hospital São José com o colega Marco Antônio Amui Salum, e a gente estava aguardando chegar um material para fazer uma craniotomia em um paciente que tinha um tumor cerebral. E, enquanto o material não chegava, a gente estava na sala. Nesse momento chegou o Dr. José Roberto Rodrigues da Cunha e disse o seguinte: “Vocês viram? Vocês viram? Criaram a Universidade Federal de Uberlândia! Isso é um crime. O Brasil é um país pobre”. Ele era colega da bancada do Pedro Aleixo, colega da bancada da UDN, vice presidente da república, colega do Costa e Silva, que era o vice presidente. Naquele época ofereceu para criar em Uberaba a Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Ele disse: “Eu foi contra porque o Brasil é um país pobre. Agora cria em Uberlândia?”. Isso, para mim, é o suprasumo da não visão do futuro. Então isso me machucou demais.

G: Então existiu essa oferta?

ED1: Ele falou para mim, existiu. Ele era deputado federal. O vice-presidente da República, do Costa e Silva, era o Pedro Aleixo da UDN. Ele era da UDN e ofereceu pra ele. Ele tinha uma força enorme. E Uberlândia era menor do que Uberaba. Uberlândia era uma cidade de

forasteiros e tinha um comércio muito forte. Uberlândia só pegou barranco quando criou a universidade, aí passou a ser uma cidade que tinha cultura, porque antes não tinha nada. Com a universidade sim.

De imediato eles contrataram mais de 3.000 pessoas, entre professores e área administrativa. Se você pega hoje, se fosse contratar cada um por R\$5.000,00 cada um, o que daria? Fora os aposentados. O que gera lá em Uberlândia? Aqui não teve visão de futuro.

Então, Uberlândia sempre fez isso. Em 1977, pra mostrar o que foi Uberlândia, quando o Geisel foi inaugurar a Usina de Volta Grande, a hidrelétrica, eu fiquei no Hospital São Domingos como anestesista de retaguarda. O Marco Antônio Amui Salum, cirurgião, acompanhou o Geisel. Pegaram um helicóptero aqui no aeroporto para ir até a beira do Rio Grande. Ele ouviu quando Geisel disse que era a primeira vez que ele via uma usina de porte ser inaugurada sem estar ligada por asfalto à cidade polo mais próxima, que era Uberaba. Porque dois anos antes o Rondon Pacheco tinha sido governador de Minas e ele pegou esse dinheiro daqui para construir Araxá-Uberlândia, todo mundo sabia disso na época. Você pegava os mapas na época, Uberaba e Volta Grande estavam asfaltadas. Você pegava Araxá-Uberlândia, no mapa não estava asfaltado.

Então, a lei que se dane. Eu quero ajudar minha cidade. Agora, nesse ponto, Uberlândia foi muito ruim. Porque todos os políticos que passavam por lá, eles faziam uma fagocitose, eles comiam os vizinhos. Tudo que eles puderam tirar dos vizinhos... Ao contrário de Ribeirão, que não está disputando a economia com Uberlândia. Tem 30 cidades em volta. Lá é uma cidade muito rica, porque ela tem riqueza de trinta e poucas cidades. Rondon Pacheco quando pôde, tirou o curso de Veterinária de Tupaciguara e levou para Uberlândia. Então, hoje Uberlândia não precisa, ela anda com os próprios pés. Mas, mesmo assim ainda faz isso.

E aqui em Uberaba nós somos extremamente expectantes. Onde passou o governador de Minas, um secretário e deixou gente de Uberlândia, lá em Belo Horizonte, sendo atuante. Aqui nós não deixamos. E te digo mais, Guilherme Dorsa foi na década de 30, junto com meu pai, montaram a primeira empresa de ônibus urbano em Uberaba. E, na sequência, os motoristas de praça, ou choferes de praça, fizeram piquetes junto ao prefeito pedindo que cassassem o alvará porque estavam tirando os passageiros deles. Mas eles tiraram da charrete, o ônibus tira do motorista e, nas capitais, o metrô tira do ônibus. É questão de evolução.

Mas, o que eu quero dizer, o Guilherme mudou para Uberlândia e lá ele casou com a filha do Carlos Saraiva e criou a casa Carlos Saraiva, que em 1990 passou a chamar MIG. Então, o empreendedorismo e o cooperativismo são a grande marca do 3º Milênio.

José Luiz Tejon disse que, há dois anos atrás, foi feita uma pesquisa nas 50 cidades com o melhor IDH, tirando as capitais. As 50 melhores é onde tinham cooperativismo e empreendedorismo. As 50 piores não tinham nenhum dos dois. E o Guilherme Dorsa dizia ao meu pai que quando o pessoal de Uberlândia ia fazer compra, dos vendedores que chegavam de São Paulo, se reuniam na associação comercial. Compravam em atacado e voltavam para São Paulo, se eles pulassem o Rio Paranaíba eles não iam comprar nada deles. Goiânia comprava de Uberlândia, Brasília sendo construída comprava de Uberlândia. Aí você começa a entender porque Uberlândia cresceu.

Mas, em novembro do ano passado, eu estava fazendo um curso e alguns de nós fomos visitar a Cervejaria Itaipava. Eles já tinham gasto 1 bilhão e 500 milhões. E eu perguntei por que a empresa veio para Uberaba. Porque o dono da empresa, que é de Petrópolis, chamou o Zema para criar uma segunda fábrica de cerveja, até tem mais, mas são muito pequenas. E o Zema indicou Uberlândia. Ele foi para Uberlândia, na prefeitura, e lá ele explicou o que queria, mas ele não foi tão bem recebido. Em Uberaba ele já foi mais bem recebido. E é a maior fábrica de cerveja da América Latina, perde só para os EUA.

Então, até quem atende o telefone tem que ser bem qualificado. As coisas não acontecem por acaso.

O que eu acho, são dois aspectos. Primeiro, foi uma tentativa que existiu no passado, desde o professor [nome ocultado], eu, [nome ocultado], mas que aconteceu no governo Lula que tinha um desejo político de fato. E eu tenho certeza que essa transformação, se fosse em outro governo que não do PT, não aconteceria, eles bloqueariam, como bloquearam as nossas. Então, eu tenho certeza que a Universidade Federal do ABC não tinha uma densidade científica

tão grande. Essa nova que criaram na Bahia, era nova. Qual a densidade científica de uma coisa que não existe ainda? Aí o que é? É o desejo político. Se tiver um embasamento técnico, melhor. Mas se tem um forte embasamento técnico, mas não tem o desejo político, não acontece.

G: Então o senhor acha que essa transformação da FMTM em universidade não aconteceu antes por questões políticas?

ED1: Sem dúvida! Eu acredito que o Itamar Franco, a impressão que eu tenho, é que foi uma pessoa muito séria, muito dedicada, muito competente e honesta. Talvez de todos esses presidentes que passaram até hoje foi o mais sério e mais honesto deles. E ele tinha o Murílio Hingel, que era o Ministro da Educação, também era um homem muito sério. Mas, nós não tínhamos uma densidade científica. A Paulista estava muito à nossa frente. Porque São Paulo é diferente das outras cidades, até de países né?!

Então, por exemplo, a Folha de São Paulo colocou na primeira página há uns 6, 8 anos: O turismo da saúde. São 3 bilhões de dólares que gastam em São Paulo de pessoas que vêm de fora. Ou da Europa ou dos Estados Unidos. O Presidente do Paraguai veio tratar da Leucemia dele. Só não veio o Hugo Chávez, diz que ele queria ficar no Hospital Sírio Libanês, mas tinha que guardar um andar todo pra ele. Foi o que disseram. “Não, um andar nós não podemos”. Então ele foi pra Cuba.

Então São Paulo hoje é uma cidade... mas naquela época já era diferente. Porque tinha pesquisas sérias, pessoas sérias, muito dedicadas. E nós não tínhamos. Éramos uma faculdade do interior e lutamos com muita dificuldade para chegarmos nessa posição em que estamos. Agora, sem o apoio político a coisa não acontece. Lamentavelmente não acontece.

G: E tinha na época alguma questão de Uberlândia querer criar uma Universidade do Triângulo Mineiro?

ED1: Não. Não ia chamar Universidade Federal do Triângulo Mineiro porque já tinha a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro. Nunca houve isso. Se existiu eu não tomei conhecimento. Além disso, o pessoal de Uberlândia é muito bairrista. Eu tenho certeza que iriam colocar Uberlândia, como ficou a UFU. Eles lutariam pelo Uberlândia e não pelo Triângulo Mineiro.

G: E sobre a criação da UNIUBE? O senhor acha que houve alguma relação entre sua criação e a não transformação da FMTM em universidade? Pode ter tido alguma relação com maiores investimentos no setor privado?

ED1: Não, porque as fontes são diferentes. E a então FIUBE, Faculdades Integradas de Uberaba, já tinha um curso anterior ao nosso de Medicina, que foi da Odontologia. Fala-se de 1953, mas não foi 53. Se não me engano, em 28 de abril de 53, 18 profissionais, sendo 1 professor, que era o Palmério, 1 advogado, que é Lauro Savastano Fontoura, e 16 médicos se reuniram na casa dele ali na... Para fazer a ata de fundação. Entre fundar e criar a distância é grande. Foi fundada no papel, mas começou em fevereiro ou março de 54. Até então era no papel. Porque ela podia existir em 53 e o curso começar em 55, 56... Então lá, aí depende da interpretação A fundação sim. Ela foi criada em 54, porque aí vem, exatamente, o decreto. Em 54 foi o Juscelino, né. E depois ele federalizou. [assunto diverso].

Então, o que houve na época... Eu não tenho o material. Maria Antonieta Borges Lopes tem. Quando foi em 1953, se não me engano foi até início de abril de 53, Uberaba sempre foi uma cidade muito pacata, passiva. E o Governador de Minas era o Juscelino Kubistchek, e o Secretário da Fazenda era o Tancredo Neves. Nas entradas e saídas da cidade, colocaram guaritas com fiscais. Você comprava um par de botinas, você saía: “Você tem nota fiscal?” Você traz um queijo da fazenda vai ser emitida nota fiscal? Quem emitia nota fiscal naquele tempo? E aquilo eclodiu. O Doutor Randolfo Borges, em uma matéria que ele escreveu, ele falou assim: “Houve um dia de abril [que eu não sei] verdadeiras hordas desciam das sete

colinas em direção às coletadorias estaduais e quebraram tudo”. O Doutor [inaudível] Martins, que naquela época estava nos Estados Unidos fazendo uma especialização, passou numa banca de jornal, claro, tudo escrito em inglês, e viu “Uberaba”. Eu não sei o termo em inglês, mas estava lá, como se fosse “Quebra quebra em Uberaba”. A repercussão foi quase que no mundo todo.

E a principal... Porque falo que são três hipóteses para a criação da nossa faculdade. Uma delas seria essa, que o Juscelino, já pretendendo ser candidato à presidência da república, procurou angariar apoio, perguntou a Uberaba: “O que vocês querem?”. Aí se cria a faculdade.

O Palmério não fala isso. Ele fala que foi projeto político dele. Porque a faculdade era dele, era particular. E tem uma terceira que eu não me lembro mais qual seria. Então, essa faculdade foi criada dessa maneira. E depois, nos últimos dias do Juscelino, antes dele passar o cargo, ele federalizou. Federalizou Alfenas, Diamantina e a própria Paulista. Foram essas três que passaram para federais. Todas na época chamadas de isoladas. Como eu disse, esse termo “isolada” é porque não era integrante de universidade. Embora, a gente sabia disso, você pode ter uma instituição isolada com muito conhecimento.

G: Foi ventilado vincular a UFTM à UFMG, na época?

ED1: Houve uma época. Houve sim. Eu não me lembro mais, mas houve essa hipótese. Não sei te dizer mais, mas houve. [inaudível].

G: Na época, anterior a isso, foi o período onde foi construído o Hospital Escola, né?!

ED1: Não, o Hospital Escola é velho. Ele é antigo. Era a Santa Casa que também recebeu o nome de Hospital Escola. Já o outro hospital que está lá, ele começou a ser construído na época do Dr. Alberto Lopes Cançado e foi finalizado pelo Dr. João Junqueira. E o Dr. José Fernando conseguiu inaugurar esse hospital. Foi um ato de bravura dele, coisa que falta no pessoal hoje. Porque em 1980, houve concurso para admitir 214 servidores federais, entre médicos, enfermeiras, psicólogos, vários níveis. E esse concurso foi feito em 80, mas falaram que ia ter contratação até o final do ano. Mas, no último dia do ano, fizeram um decreto dizendo que só poderiam ser contratados no ano de 81.

Aí, o Dr. Gladston Rodrigues da Cunha, que foi reitor aqui de Uberlândia, um sujeito fabuloso que nos ajudou muito [inaudível], coincidiu o mandato dele como secretário executivo do MEC, secretário da educação superior do MEC, com o do Dr. José Fernando, aqui. E esse pessoal não pôde ser chamado em 81. Quando foi em dezembro, o Gladston telefonou para o José Fernando e falou que os 214 servidores não poderiam ser chamados, porque o governo ia fazer, no último dia do ano, um decreto postergando o chamamento deles para 82. Aí o José Fernando falou: “Tudo bem”. Como naquela época não tinha nada online e o avião chegava aqui trazendo o Diário Oficial de Brasília dois ou três dias depois. Aí o que o José Fernando fez, ele convocou todos os 214 para estarem no primeiro dia útil na Faculdade de Medicina e serem admitidos.

Quando o Diário Oficial chegou, todos já estavam contratados. O pessoal chama de turma do réveillon. Mas ele não poderia fazer isso. O pessoal do MEC queria que ele demitisse o pessoal, mas ele não demitiu. Ele buscou ajuda, mas não tinha verba para pagar eles depois de julho. E a desculpa era que ele não sabia, porque o Diário Oficial chegou dois, três dias depois.

E ele não aceitou demitir ninguém, que era para o ministro demitir inclusive ele. Porque ela não ia mandar ninguém embora. O pessoal foi e mandou a verba para pagar o salário de todo mundo, porque ele era um homem de coragem.

O José Fernando desativou o hospital velho, admitiu 214 pessoas e jogou no hospital. Não tinha estrutura adequada, não tinha nada, foi tudo sendo comprado. Mas a estrutura já estava pronta. Doutor Junqueira deixou pronto.

G: E o hospital iniciou as atividades ou ele já funcionava?

ED1: Não, o hospital estava parado. Era aquela múmia parálitica, não tinha nada. Zero! Não tinha como funcionar. Ele pegou os funcionários do antigo Hospital Escola e colocou com os novos para funcionar. Inclusive com pronto-socorro, porque não tinha.

G: Nessas décadas de 1970 e 1980 já se pensava em ampliar a faculdade?

ED1: Pensar, pensava. Mas o pessoal, primeiro, não tinha coragem suficiente. Segundo, você não faz nada sem apoio político. Você precisa de pessoas que brigam por isso.

G: E porque o senhor acha que não teve?

ED1: Aí é uma questão de mentalidade. Quando foi criar, por exemplo, o curso de Enfermagem em 1987, o Marcelo Palmério mandou um ofício da então FIUBE. Ele queria criar o curso de Enfermagem lá na FIUBE, Faculdades Integradas de Uberaba. Ele queria criar lá, mas não tinha hospital, era pra dar suporte aqui no Hospital Escola para o curso de Enfermagem lá. Eu chamei o Marcelo e falei: “Marcelo, esse assunto eu vou levar na Congregação”. Ele disse: “Mas você tem autonomia pra decidir isso!”. Eu disse: “Correto, mas nem tudo que eu posso fazer é o que eu devo fazer. Se eu assinar essa autorização eu vou ser achincalhado aqui e vou sofrer um problema político muito sério. Eu vou levar lá e vou lavar minhas mãos. Se eles não quiserem...” Aí por unanimidade falaram que a universidade tinha que tentar a criação do Curso de Enfermagem. Um professor até tinha dito que o Doutor Junqueira já havia tentado e não havia conseguido. Eu disse: “Professor, tentar o que é fácil não tem graça. Vamos tentar o que é difícil”. [assuntos diversos]. E aí imediatamente fizemos o projeto, levamos para o Conselho Federal de Educação, hoje Conselho Nacional, né. E no final de 88, nós fomos duas ou três vezes no Conselho, ficou pronto o projeto. Aí ficou pronto em novembro de 88 e juntamente com a chamada pro vestibular de 89 entrou o curso de Enfermagem.

G: Era uma necessidade formativa? Tinha demanda de enfermeiros? Era uma necessidade do Hospital?

ED1: Demais. O único hospital que tinha muitas enfermeiras era o Hospital São Domingos, que tinha enfermeiras de curso superior. Tinha 28 enfermeiras lá dentro, formadas por elas. E tinha o curso técnico de Enfermagem, mas eram poucos profissionais nos hospitais, um ou dois.

Mas os convênios pediam mais profissionais. Então, o que se falava (eu não posso provar isso), era que os convênios mais renomados, sérios e exigentes, perguntavam quantas enfermeiras tinham e pediam para que profissionais do estado de São Paulo tirassem o registro em Minas para dar o nome lá.

Na época foi criado o curso com 20 alunos, apenas. Hoje parece que são 20 ou 30 por semestre. Depois criaram mais cursos. Aqui foi o primeiro da cidade. Teve um anterior que foi fechado, das Irmãs Dominicanas, e era de nível técnico e superior. Uberlândia não tinha curso de Enfermagem, os mais próximos eram Goiânia, Ribeirão, Belo Horizonte e Alfenas.

G: E o de biomedicina?

ED1: O de biomedicina teve até um fenômeno que eu achei muito curioso. No meu mandato, em 97, toda papelada mandada foi para criar o curso de Fisioterapia, não o de Biomedicina. E isso porque tinha um antagonismo político muito forte. Então tudo que a gente fazia, eles procuravam cortar.

E a gente tinha um centro de reabilitação, então eu entendia que o curso que a gente tinha prática era Fisioterapia. Mas, quando mudou a gestão, tirou tudo. E aí colocaram Biomedicina. E depois foi criado Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

A gente tinha vários projetos, mas não conseguimos fazer tudo isso a tempo. Porque tudo é lento, muito burocrático e todo mundo tem medo. Eu não vejo profissionalismo nenhum na administração. Todo mundo tem medo. Então é complicado.

G: E o senhor recorda, se na época, a comunidade, os alunos, os professores... queriam a ampliação? Para a oferta de outros cursos?

ED1: Eu acho que sim. E aí tem duas facetas: tem aqueles que têm consciência e aqueles que pensam como a massa. Mas, de maneira geral, sim.

O que eu acho é que se a gente tivesse ficado na área específica... Eu não sou egoísta de pensar só na minha área, mas é que pode dar cursos melhores, sem contaminações. Hoje nós vemos cursos... Talvez eu possa ser criticado por isso. Cursos de História, Filosofia.. que não levam a nada. Cursos que quase que são fechados. Cursos que só questionam, não levam a nada, não dão solução. E Medicina, se você for romântico, você perde o doente. Precisa ser objetivo.

Então, o desejo tinha sim, se fizesse uma enquete todo mundo queria. Porque as pessoas acham a universidade uma coisa fabulosa. E a nossa, por sorte, nós tivemos o [nome ocultado]. Que tinha uma afinidade muito grande com o Lula, o partido dele, e abriu as portas. Se fosse outro não tinha conseguido.

Mas hoje é tudo muito lento, burocrático e o pessoal morre de medo de tudo. E a instituição não cresceu dessa maneira, então ela está regredindo.

G: E quanto à sua relação com a FMTM... O senhor se formou aqui e já entrou na instituição como professor?

ED1: Eu me formei em 70, fui para o Rio de Janeiro e fiz minha residência e voltei no final de 72. Em maio de 73 eu fui contratado para o corpo docente. E fiquei até 1º de fevereiro de 2016.

Eu estava vendo tudo isso que está acontecendo e eu confesso que não tenho estômago para ficar vendo tantas coisas dando errado. O EBSEH era uma coisa boa, mas o pessoal não entendeu a função dele. Ele nasceu no Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Ele foi criado pelo Geisel na década de 70 e era a única fundação pública, mas de direito privado.

E aí montaram o Hospital de Clínicas com todos os servidores celetistas. Professores e outros cargos da universidade eram RJU, mas dentro do hospital eram celetistas. Eu não sei se é questão cultural ou se tinha um concurso seletivo, mas o hospital funcionava muito bem. Então todo mundo achava que os Hospitais Escolas que não iam bem era porque não eram celetistas, então tinha que copiar o de Porto Alegre.

E foi quando criaram o EBSEH. Mas a coisa não funciona assim. Porque a gente tira o regime RJU e coloca o celetista, mas ele pega o mesmo vício do RJU. A gente usava o meio de avaliação o CHA. C de conhecimento - o que sabe fazer, H de habilidade - sabe como fazer, e o A de atitude - o que sabe fazer, sabe como fazer e quer fazer.

Então, não adianta ter conhecimento e habilidade e não querer. E o que mais tem dentro do hospital é gente que não quer fazer, não quer trabalhar. E aí as coisas não dão certo. E esse é o problema do serviço público. A chefia imediata não cobra, ele não faz e recebe do mesmo jeito.

G: Na época da ditadura militar, o senhor estava aqui. Sentia que o regime tinha algum impacto na instituição?

ED1: Não, a gente era muito criança. Mas eu não tinha muita ligação, nunca fui ativista. Eu sei que havia infiltração. Teve um colega de turma do meu irmão, o Nelson Assis, que formou em 65, porque era ativista e meu irmão formou em 63. Eu sei que havia o policiamento, como deveria ter em todas as instituições federais.

G: O movimento estudantil era forte nessa época? O senhor se lembra como aluno ou como professor?

ED1: Tinha um pessoal muito ativista, um colega de turma meu inclusive. Quando o JK veio aqui eles sequestraram ele, mas tudo era festa. O JK era muito aberto. Quando eu era jovem não gostava muito dele, porque o jovem é contra o governo e o sistema. Mas eu sei que existia isso com o Nelson Assis, que se formou dois anos depois. Fez o curso de Medicina em 8 anos.

[Gravação interrompida involuntariamente e assuntos diversos]

ED1: Quando foi dia 18 de outubro de 85, era uma sexta-feira, e a faculdade tinha que nomear o novo mandato para começar dia 21, na segunda-feira. Eu estava no ambulatório Maria da Glória e os alunos, e eu sempre me relacionei bem com os alunos, mesmo aqueles que eram contra mim. A: “Dr. [nome ocultado], tudo bom?” Eu: “Tudo bem!” A: “Fiquei sabendo que o pessoal está arrumando um churrasco pro [nome ocultado], que ele vai ser nomeado.”

G: E porque ele achava que ia ser nomeado se ele estava em 6º na lista?

ED1: Pois é, podiam escolher qualquer um. Isso era política. Mas eu chamei o José Fernandes, que me apoiou, e falei o que estava acontecendo. Ele chamou o ministro de Minas e Energia, que era ligado ao PFL. E o ministro falou que chamaram ele e contaram que o candidato tinha desistido e podiam nomear o outro. Mas ninguém tinha desistido.

E aí ele foi atrás do Marcos Maciel, mas o decreto de nomeação estava na mesa do secretário de educação superior e faltava assinar e levar para o Sarney. Mas conseguiram reverter tudo.

Na segunda à noite, eu estava em casa e me falaram que eu podia ir no dia seguinte para tomar posse. Eu estava tão desligado que fui de ônibus para Brasília. Cheguei às 9h lá.

A Susana Aparecida Silveira, uma menina extremamente agressiva contra mim, estava dentro da sala.

Eu: “Bom dia, Susana. O que você está fazendo aqui?” E ela: “Vou falar com o Dr. Romaniel”. Eu: “Sobre?” Ela: “O processo sucessório”. Eu: “Pois é, Susana. O processo já acabou. Aqui é só minha nomeação. Eu tomo posse agora, às 9h”. Ela disse: “Mas eu não acredito, isso não é possível!”

G: Ela era da faculdade?

ED1: Era, devia fazer o 2º ano de medicina.

Ela disse: “Isso não pode acontecer”. Eu perguntei: “Você não quer assistir minha posse?” Ela disse: “Eu posso falar?” Eu respondi: “Pode. Você sempre pode falar, eu dou a palavra para você. O que você achar que deve falar, você fala”.

Aí tinha umas 5 ou 6 pessoas na minha posse e ela falou, falou, falou e bateu em todo mundo: “Questão democrática, porque os alunos ganharam. O Dr. [nome ocultado] ganhou com os funcionários, perdeu por um ou dois votos”.

Na terça eu vim para Uberaba e na quarta eu passei no Hospital Escola, bem cedo. E depois fui para a faculdade. O José Fernando foi me passar a administração. Depois de um tempo, a Lúcia que era a secretária me informou que o [nome ocultado] estava lá querendo falar comigo sobre o processo sucessório.

Ele me perguntou se eu podia ir em uma reunião com ele, eu fui. Antes de eu entrar, tinha uma faixa escrito que na universidade estavam trocando a democracia pelo reforço do PFL local. Trouxeram uma aluna da UNE que falou uns 15 minutos, e depois devolveram a palavra para mim. E eles queriam que eu renunciasse.

G: Quem os alunos tinham elegido?

ED1: Era o [nome ocultado], mas vou explicar mais pra frente.

E eu falei que não ia renunciar porque o Brasil tinha passado por uma fase muito difícil depois que alguém renunciou. E fui descontraído. Chegou um repórter para tirar foto e perguntou onde estava o comando de greve. E eu perguntei se poderia sorrir para tirar a foto. E os alunos ficaram fazendo perguntas e mais perguntas. E um perguntou o que o boi Zebu tinha haver com a ABCZ. E eu fiz uma analogia, sobre o nascimento de Cristo, que preferiu nascer junto de uma espécie bovina do que em no Palácio de Herodes. Então o boi não era tão ruim. E que o boi era trabalho, era alimento e que não era ruim não. E que eles afirmavam que tinha

ganhado na democracia, mas questionei como foi a eleição entre os alunos. Porque a greve era só até o 3º ano, do 4º para frente não estava porque eles me conheciam.

G: Estavam em greve?

ED1: Estavam porque eu não podia assumir. E o [nome ocultado] dava aula nos primeiros períodos, então estavam ligados a ele. E quando foi feita a votação dos professores e funcionários teve hora marcada, mas a deles não. O professor passava de sala em sala, acompanhando os alunos. E eles queriam outra votação. Aí eu questionei que, se eu perdesse eu poderia solicitar outra votação e eles iriam fazer. E expliquei que eles foram manipulados, que as urnas foram até eles.

Me entregaram um abaixo-assinado para que eu renunciasse. Até hoje eu tenho ele. E foram escrevendo, sem deixar espaço.

Quando eu fui sair, os alunos perguntaram se podiam fazer o que quisessem. E eu respondi que sim, tudo que a ética, a justiça e a lei permitissem, poderiam fazer. E eles queriam fazer panfletos, mas o mimeógrafo deles estava estragado, e eles queriam o do Hospital Escola. E um outro aluno me contou que tinha diversos cartazes ofensivos contra mim, mas que ele ia retirar.

O engraçado é que naquele tempo eu usava um blazer, tipo safári. Cheguei em casa e não suportava o suor. E lembrei de um estudo que quando você persegue é adrenalina, quando é perseguido é noradrenalina. Eu tive que tomar banho para poder voltar.

Depois de uns dias, cerca de 5 alunos do comando de greve do 5º ano foram falar comigo. Que no período de greve eles tiveram uma prova e eles perderam, mas a professora não queria dar outra. E se eles não fizessem estavam reprovados, iam perder o ano.

Eu fiquei de falar com a professora, pedi para um colega falar com ela e interferir nela. E ele já falou que os alunos precisavam aprender a ser responsáveis, que tomavam uma atitude e depois não a suportavam. E eu falei que, se tivesse a idade deles e pusessem na minha cabeça o que colocaram na cabeça deles, eu ia pensar igual a eles. Eles não estavam errados, errado é quem colocou aquilo na cabeça deles, sabendo que eu não era daquele jeito.

Um desses alunos era o Moisés Medina Gomide, que toda vida quando me olhava, ele desfiava um ódio, uma coisa violenta. Era 85, ela fazia o 5º ano. Em 86 fazia o 6º, e ele prestou prova para residência. E foi o último classificado na prova de Clínica Médica. Em maio, um aluno da Clínica Médica pediu demissão, saiu e ficou uma vaga. Mas eu não era obrigado a chamar. Chamava até março, já era maio.

Mas como não tinha uma legislação dura na residência médica, eu mandei chamar ele. E ele não acreditava que eu tinha feito aquilo. E na sequência, os alunos do Diretório Acadêmico me procuraram porque eles deram um cheque sem fundo para uma empresa. Eles fretaram um ônibus para ir em Brasília falar com o Ministro e deram um cheque sem fundo. E eles queriam saber se eu podia cobrir o cheque sem fundo deles.

G: E eles iam falar sobre o que?

ED1: Defendendo o [nome ocultado] e contra mim.

G: E a greve era por isso também?

ED1: Não, mas foi antes da greve. Foi na época do processo sucessório. A greve tinha acontecido... eu tomei posse na terça, aquele dia era uma quarta, então já não deu mais tempo.

G: E por que eles estavam de greve? Porque eles não votaram? É isso?

ED1: Não, votaram. Qual aluno que você controla mais fácil? É o do 1º, 2º e 3º ano. Do 4º ano para frente é mais difícil. Estão dentro do hospital, estão em estágio, residente não pode votar porque está em cirurgia... Então, o [nome ocultado] pegou fortemente no 1º, 2º e 3º anos massivamente. Eu não tive quase voto nenhum.

G: E os alunos estavam em greve por causa da eleição?

ED1: Queriam que eu renunciasse para prevalecer o [nome ocultado]. Então, o mais curioso... Eu chamei o Carlão do orçamento e finanças. “Carlão, os meninos do Diretório Acadêmico tem um cheque sem fundo junto da Líder. Você não tem algum dinheiro para pagar isso não?” Ele: “Uai, Doutor, o Governo Federal repassou um dinheiro do FNDE, mas pode repassar para instituições que estão juntos e o Diretório Acadêmico é um”.

Passou o dinheiro que eles estavam devendo e cobrimos. Então, eu ajudei o comando de greve que foi contra mim a passar de ano; um deles, o mais radical, foi fazer residência em Clínica Médica em dois anos e não era a época de chamar, eu chamei. E mandei pagar o cheque sem fundo.

Mas o aluno não tem culpa. Eu chamo isso de ponta de lança, e quem comanda a ponta é quem tá no cabo. O cabo, como dizia o Lenin, são inocentes úteis. Mas quem tá no cabo não aparece, aparece a ponta que tá ferindo. Então, o aluno, é o que mais apanha coitado. Porque ele entra em briga, porque ele só tem coração, é muito emotivo e quem faz a cabeça dele, solta. E foi isso que aconteceu.

O meu primeiro mandato foi muito tranquilo, porque tinha muito professor idoso, naquela época, que era contra o [nome ocultado]. E o [nome ocultado] veio...

Quando eu voltei 4 anos depois do meu mandato, muitos já tinham aposentado. Não tinha mais ninguém, ele era o suprassumo. Então, contornava tudo, interferia em tudo... Foi um problema enorme para nós.

[Assuntos diversos].

APÊNDICE B – ENTREVISTA EX-DIRIGENTE 2

Entrevistadora: Giselle Abreu de Oliveira

Data: 15 de março de 2022

Local: UFTM

Metodologia: Entrevista realizada de forma presencial, gravada em arquivo de áudio Mp4

G: O senhor foi aluno da instituição? Como foi sua chegada à instituição, suas impressões? E sobre a transição da FMTM à UFTM?

ED2: (Assuntos diversos) Para você ter uma ideia, quando o hospital atual foi inaugurado, ele era o diretor do hospital e em seguida, ele foi o diretor da faculdade, e foi na gestão dele que o Curso de Enfermagem foi criado. Depois foi o [nome ocultado], que foi responsável pela criação da Biomedicina, depois do da Enfermagem. Tanto o Dr. [nome ocultado], quanto o [nome ocultado] fizeram os movimentos em favor da ampliação da Faculdade de Medicina. De uma maneira bem sucedida na criação desses dois cursos, cada um criou um e ainda digamos assim, na preparação de um projeto, apesar do conflito existente entre eles, os dois trabalharam de forma independente para a FMTM tornar-se uma universidade. O projeto inicial deles girava em torno de uma universidade especializada em saúde. Tanto é que se você retornar aos documentos da universidade à época, as propostas de criação de curso, inclusive já algumas delas aprovadas, pelo órgão superior, que era a Congregação, já tinha aprovado, por exemplo, o Curso de Nutrição, um dos primeiros a serem implementados na primeira fase, até porque esses projetos já estavam, assim, de uma certa forma, avançando na construção de projetos pedagógicos, que permitiram a sua proposição mais rápida ao MEC, e a consolidação mais adequada do processo de consolidação. O Dr. [nome ocultado] é uma palavra muito boa que você vai ter, infelizmente os outros dois diretores, o Dr. [nome ocultado] e o Dr. [nome ocultado] já faleceram, então vivos estamos eu, o [nome ocultado] e o José Fernando Borges Bento.

[Assuntos diversos]

ED2: Eu entrei na instituição como aluno em 1980, e em 1980 era diretor o Junqueira, Francisco Naves Junqueira e o Dr. [nome ocultado] era o diretor do hospital. Em 1983 o Hospital de Clínicas começou a funcionar, assim, efetivamente com a saída do funcionamento da Santa Casa, que ela ficou até fechada por muitos anos, e a mudança para o hospital gradativa. O hospital não estava pronto à época como ele está hoje. Ele começou com as atividades ainda com alguns blocos em construção que se seguiu normalmente até que hoje ele está com a carga plena. Mas, na época, o [nome ocultado] era o diretor... Quando eu coleí grau em 1985, em dezembro o [nome ocultado] era o diretor da Faculdade de Medicina, que na época era só Faculdade de Medicina. Em 1988 eu prestei um concurso para professor, e sou professor desde 1988. Quem me deu posse foi o [nome ocultado], que assinou minha carteira de trabalho, porque naquela época, com a nova Constituição, não tinha mais o servidor público, era regime único de previdência, todo mundo CLT. Depois que o Collor reintroduziu o Regime Jurídico Único no Serviço Público. Depois foi diretor [nome ocultado], depois foi o [nome ocultado], depois o José Fernando, e aí veio o processo de transformação que já estava com um projeto de lei tramitando no Congresso Nacional à época dentro de um grande projeto de fortalecimento da educação brasileira no governo do Lula e que estava entre eles o projeto da UFTM, junto com o projeto de criação de uma universidade na Bahia e ainda, se eu não me engano, estava junto tramitando simultaneamente o de Alfenas. E os três foram votados, inclusive com votos de liderança no senado pela última etapa, no mês de julho de 2005, que foi quando houve o processo de transformação. Àquela época a gente já tinha escolhido o diretor da Faculdade de Medicina, num processo muito semelhante àquele que você vem acompanhando aqui: de consulta à comunidade, cada seguimento correspondendo a 1/3 dos votos. Quem disputou comigo foi o Dr. Hélio de Moraes. Do meu lado foi muito tranquilo, o professor Hélio também não sentiu muita pressão, como sentiram os anteriores, não. Tanto é que a gente trabalha junto e

pesquisa até hoje, nunca rompemos, apesar das disputas. Eu estava eleito inclusive com o processo no MEC, enviado ao MEC, de diretor da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro. E com essa criação, o próprio projeto da criação deixava o ministro responsável pela indicação do reitor.

G: Professor, você estava falando do Reuni, em alguns documentos não institucionais, mas assim, nos projetos pedagógicos, por exemplo, cita que a Universidade foi criada no contexto do Reuni, mas na verdade foi antes, né?

ED2: Foi antes, foi antes. O REUNI nos permitiu a consolidação, você vai ver que a transformação foi em 2005 e o REUNI veio em 2009. Então foi assim, três anos antes, na verdade três anos e meio antes que isso aconteceu. O Reuni, na verdade, o que ele nos permitiu: consolidar o *Campus Sede*, na época a gente não fez nenhum projeto fora da Sede, os projetos fora da Sede vieram posteriormente ao Reuni. E o REUNI, ele como concepção nacional, ele estava sendo discutido entre os setores e o Ministério da Educação, a ANDIFES, que é a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Nível Superior, e a proposta central do REUNI era a ampliação e a interiorização. E a proposta efetiva do MEC, ela estava sendo construída num limite de ampliação de 20%. Se isso acontecesse linearmente, as universidades do Norte e do interior não iriam atingir um patamar de ampliação, que era o objetivo central. Não iria acontecer uma interiorização suficiente e nem o fortalecimento das instituições nas capitais mais frágeis que permitisse uma competitividade, por exemplo, com instituições como a Federal do Rio de Janeiro, a UFMG e mesmo a UFU, aqui em Uberlândia, que são muito grandes. E com esta visão a gente apresentou ao ministro em uma reunião que estava sendo, estava acontecendo no Maranhão, porque uma vez por ano as reuniões da ANDIFES deixavam de ser em Brasília e iam ser na sede da universidade do dirigente da ANDIFES, no caso era o professor Natalino, que era o reitor do Maranhão, então nós estávamos lá... eu cheguei pro ministro e falei isso... ele tava saindo, eu fiquei vigiando ele, era 5h30, 6h da manhã, ele ia sair do hotel, ele estava lá fazendo o check out dele, eu cheguei com uns minutinhos, levantei cedo só pra falar uma coisa pra você: Eu falei: “Olha, essa história de 20% não vai funcionar. Não vai ter fortalecimento do Norte e nem fortalecimento da interiorização, que é ponto chave da proposta”.

G: Era um aumento de 20% de quantidade de vagas?

ED2: Sim, financiamento de vagas. Então, tipo assim, se eu tinha 600 professores eu podia aumentar mais 20%.

G: E aí você poderia criar cursos, né?

ED2: Poderia e deveria criar cursos. Tinha que ter contraproposta de criação de cursos. Na verdade, isso não veio em número de vagas, isso veio em condições de custeio da universidade e a gente podia distribuir do jeito que quisesse.

G: Porque tendo recursos você pode criar vagas?

ED2: Isso. Aí acertava tudo. Tudo acertadinho pra isso. Tanto é que tinha que ter vaga de professores, por isso que houve uma outra rodada lá na frente pra criação de unidades fora de sede, né. Então, ele disse: “Qual a sugestão que você tem?” Eu: “Passa isso pra 40 ou 50% pra universidades que têm menos de 500 professores, e pras universidades do Norte e do Centro-Oeste [inaudível] independente de estarem em capitais ou não”. Então, universidades do interior como Santa Maria, UFU e Juiz de Fora ficaram limitadas aos 20%. Pequenas como a UFTM, como a UFAL, como Lavras, nós pudemos chegar aos 40%. Na época a gente estava com uma vantagem muito boa também que hospital e universidade estavam no mesmo CNPJ. Então o orçamento do hospital entrava dentro do orçamento da UFTM. Então isso nos deu uma vantagem financeira muito grande, tanto do ponto de vista de recursos para ter mais vagas,

quanto do ponto de vista também de recursos para investimentos. Pra nós que tínhamos três cursos funcionando no prédio central ali do Mercado, naqueles dois anfiteatros com a fachada de tapiocanga e em sete salas de aula no segundo andar do Centro Administrativo. E era essa a estrutura física que a gente tinha, e tinha que avançar e avançar rápido. Só com recursos que a gente conseguiu incluir no orçamento, por conta de termos o Hospital e de chegarmos aos 40%, que isso foi possível. Esse espaço aqui já existia, adquirido, inicialmente, pelo professor [nome ocultado]. Ele foi mexendo as pecinhas do tabuleiro, na medida do possível, e depois o professor [nome ocultado], comprou o restante do terreno, que era histórico. O doutor [nome ocultado] comprou via FUNEPU, o direito de um dos herdeiros. E depois que concluiu, o professor [nome ocultado] conseguiu fechar todo o negócio. Isso foi patrimônio da FUNEPU muito tempo. Estava num embrólio jurídico, inclusive com o doutor [nome ocultado] sendo processado para devolver o dinheiro que ele usou, público, para comprar um bem no nome da FUNEPU. Na época, o presidente da FUNEPU era também o diretor da faculdade. Estava no estatuto da FUNEPU. Eu estava também como presidente da FUNEPU. Simplesmente a gente doou para a universidade. Empobrecia a FUNEPU, e o Ministério Público ficou atento a esse ato, mas não tinha solução. Era um processo no Tribunal de Contas que o professor [nome ocultado] já tinha perdido. Ele tava na fase de execução e só não foi executado porque o objeto do processo foi desfeito. O processo estava todo estruturado no fato de ter usado dinheiro do hospital da universidade para adquirir o terreno, a medida que o terreno foi passado para a universidade, o objeto desapareceu e desapareceu também o processo e a condenação. Então a gente já estava contando com essa área para fazer a expansão da universidade, mas ela não era suficiente pra eu projeto de longo prazo, principalmente pensando nos aspectos... o que você espera da estrutura de uma universidade. Com *campus* onde as pessoas podem se encontrar, onde as interações entre os alunos de diversos cursos podem acontecer... e a gente estava trabalhando em uma área para instalar a universidade e a primeira coisa que veio à nossa cabeça foi trabalhar lá na área da Univerdecidade, que era uma fazenda que foi doada de um proprietário aqui de Uberaba, foi doada pra Embrapa, pra que ela montasse... foi dada também como objeto que tinha que ter um centro de pesquisa. A Embrapa como não tinha interesse ou condições de montar um centro de pesquisa, terceirizou essa pesquisa para a Epamig e cedeu essa propriedade para a Epamig. Então, a negociação com a Embrapa, foi feita ao mesmo tempo com a Embrapa e com a Epamig, para que a gente tivesse aquela área que deve dar uns 500 mil metros quadrados, mais um pouquinho porque depois a prefeitura doou mais uma parte para a construção do *campus*. Inicialmente ficou só com as engenharias, naquela parte inicial onde funcionou o CESUBE. Foi feita uma reforma importante lá para adequação de instalação, porque lá estava completamente destruído pelo abandono. Depois foi construída edificação ao lado, na área que já era doação da Embrapa. No começo não tinha...

G: As engenharias já funcionavam lá?

ED2: Elas começaram em área alugada aqui no Shopping Urbano Salomão. A gente alugou lá. Tinham os dois cinemas que a gente alugava como salas de aula, mais outras salas de aula no mesmo andar, que foram adaptadas ali. E a medida que esse prédio ficou e a parte da engenharia lá em cima ficou concluída, e no começo nem a urbanização, as avenidas... o asfalto ainda não estava pronto. Os alunos das primeiras turmas de engenharia, depois que mudamos pro prédio novo, inclusive, ainda enfrentaram poeira e lama pra terem acesso ao prédio. Isso foi em 2010. [Assuntos diversos].

Na verdade, a gente nem tinha recurso pra fazer aquele projeto. A gente tinha um recurso pra acesso na ordem de 800 mil e aquele projeto do jeito que estava, estava orçado em 8 milhões. Aí, nós éramos muito pouco treinados para fazer a gestão da quantidade de recursos que estávamos fazendo. E isso eu não estou falando só da UFTM, porque tem toda uma equipe de compra, de licitação, de montagem de processos... mas eu acho que das universidades de maneira geral, inclusive as grandes, porque eles receberam muito dinheiro. Então, estava em uma situação em que era muito comum não haver condição da execução completa do orçamento. E como acontecia isso no cenário global: se a universidade não conseguia executar o orçamento, esse dinheiro era devolvido ao Tesouro Nacional no dia 1º de janeiro. Se a

universidade não consegue, o MEC não consegue. Se o MEC não consegue, a vista que tem no Ministério do Planejamento é: “Olha, eles estão pedindo dinheiro demais. Não precisam disso tudo”. A partir daí, a gente preparava um projeto, como foi esse da urbanização. Estava tudo prontinho, às vezes até licitado. A gente não tinha dinheiro e isso as pessoas falavam: “Professor, como é que o senhor vai licitar uma obra de 8 mil se só tem 800 pra empenhar?” O Diretor Financeiro ficava doidinho: “O Senhor vai ser preso!” Eu dizia: “Não, não vou ser preso não!” Já ficava tudo preparado. Aí eu ia lá no MEC em dezembro, os empenhos já estavam todos fechados e, quando chegava no finalzinho do ano, assim, dia 28 de dezembro, até 31 de dezembro, pra você ter uma ideia. Tinha dias que eu já estava em casa com minha família preparando pro almoço do dia 31, me ligavam do MEC falando assim: “Professor, está aberto o empenho e o senhor tem direito a empenhar mais 5 milhões”. Eu ligava pro Eustáquio, a gente já sabia dessa possibilidade. “5 milhões pra empenho e eu vou empenhar lá na obra da urbanização da Univerde”. E assim foi feito.

Pro material de consumo a gente fazia não uma licitação direto, mas uma tomada de preços. Tomada de preço porque eu tinha dinheiro pra comprar 100, mas eu fazia uma tomada de preços pra 500. Aí você comprava os 100 e os outros 400 você tinha mais um ano pra comprar naquele mesmo valor caso houvesse interesse de ambas as partes. E chegava no final do ano eu ligava pro MEC e dizia tenho aqui mais 5 milhões de possibilidade de empenho pra materiais de consumo. Eles mandavam 3 e nós comprávamos. A gente conseguia fazer, por exemplo, os estoques de materiais de construção, de materiais de laboratório (15:30) [...].

G: O projeto de criação da universidade já existia e a intenção era de que fosse uma universidade apenas da área da saúde...

ED2: O projeto original tramitou com essa condição, na época foi o deputado Gilmar Machado, que era presidente da Comissão de Educação da Câmara, que tirou da proposta essa universidade especializada em saúde, ficou só Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

G: Ele retirou em que momento?

ED2: Ele retirou a nível de Comissão de Educação, em 2003. Esforços de colocar isso em pauta sempre ocorreram, principalmente na década de 90, quando Dr. [nome ocultado] e Dr. [nome ocultado] assumiram mais fortemente. [...] Era mais um desejo político de aumento de influência regional. Se você pegar, por exemplo, os professores da Medicina, estava todo mundo nessa área de conforto dando aulas pra Medicina, só pra Medicina. A Anatomia só funcionava pela Medicina, depois veio Enfermagem, depois veio a Biomedicina, mas tava até suportável porque houve um aumento de professores, mas não houve aumento de espaço de laboratórios. Então tinha, assim, uma resistência grande, mas ela não era muito manifesta. Pelo risco de você, por exemplo, ser taxado de trabalhar contra o crescimento e o aumento da importância da instituição. Mas você ouvia falas assim, na hora que esse prédio aqui do lado foi inaugurado, entrou um professor da Medicina e falou assim: nossa isso aqui agora vai ficar bom pra Medicina. Eu falei: Não! Esse andar aqui tem mais isso, esse aqui tem mais outro. Isso aqui não é só da Medicina, é da universidade. A Faculdade de Medicina agora é um curso dentro de uma universidade federal, não é um curso sozinho. Aí ele só fez assim: perdemos muito. Perdemos nada, a não ser a dominância política, isso eu concordo. Mas, na verdade, eu acho que todos os três cursos que já estavam em funcionamento acabaram ganhando. Um aumento de diversidade, inclusive de professores de formação em áreas diferentes, com mais leque, mais abertura de raciocínio, de visão do mundo, dos problemas que cada um de nós às vezes enfrenta individualmente. Eu acho que essa parte está superada... mas a grande motivação eu acho que foi política. Pensando nisso, vou ver se eu consigo contar. Eu era estudante ainda, eu ouvi de um médico o seguinte: quando foi pra ser criada a UFU, era pra ser UFU, mas era pra ser UFU em Uberaba. Universidade Federal de Uberaba à época, isso era década de 70, ainda no governo militar, ainda na época do Rondon Pacheco que recusou a transformação da Faculdade de Medicina em universidade, sob o argumento de que o país era muito pobre, não tinha dinheiro pra investir em universidade e tinha que investir esse dinheiro em outras áreas. O Rondon

Pacheco na condição que ele era de ministro, se sentindo natural de Uberlândia, porque ele não é de Uberlândia de nascimento, ele pegou o projeto e levou pra Uberlândia. Uberlândia, você tem lá na história, que a Engenharia que era o curso isolado federal. Encampou todo esse projeto e trouxe até a Medicina que era um curso particular. E tem lá seus problemas, raízes de criação até hoje. O Hospital de Clínicas da UFU, uma parte dele, não está no terreno da universidade, está no terreno da fundação. Uma parte dele foi construída pela fundação.

G: Então nessa década já existia o projeto de uma universidade na região. Esse projeto surgiu de onde?

ED2: Provavelmente da cabeça de alguém em Brasília. Porque foi uma coisa que foi oferecida primeiro à Uberaba e depois à Uberlândia. Em Uberaba isso foi recusado. [Assuntos diversos] Isso foi recusado por uma liderança política importante de Uberaba e depois, seguramente, foi oferecido para Uberlândia, visto a importância disso eu acredito que para a região, como potencial de desenvolvimento que uma universidade representa, de atração de investimentos de outra categoria, porque a categoria de investimento muda à medida que você oferece novas possibilidades de educação às pessoas que estão naquela região. Quando eu falo de investimento é investimento privado, de outras empresas que passam a dar importância pra região por aquilo que essa região está oferecendo do ponto de vista da educação, da saúde, comunicação.

G: Você acredita que o fato de haver uma instituição privada forte em Uberaba pode ter influenciado a FMTM no que se refere à sua transformação em universidade? Pode ter atrasado esse processo? Houve algum interesse político em que a FMTM não se expandisse?

ED2: Seguramente teve. Falo isso porque quando a gente estava preparando os projetos dos nossos cursos, o professor Marcelo Palmério, que é o reitor da UNIUBE, por várias vezes me perguntou, ele nunca tentou interferir, mas me perguntou que cursos a gente ia abrir. E quando eu disse: Nessa fase nós vamos abrir as licenciaturas. Ele disse assim: Vou fechar as minhas. Na verdade ele não fechou, acho que ele transformou em ensino à distância. Ele falou: Desse jeito eu vou acabar... eu disse: não vai, vou te falar porque. Você criou Medicina, a nossa Medicina era muito forte, e ela está dando certo. Então, porque você acha que na hora que a gente fizer um projeto de engenharia, a sua engenharia vai acabar? A gente vai atrair mais candidatos pra engenharia. Só que aí, 15, 14 candidatos por vaga pra UFTM e os outros? Pra onde você acha que eles vão? Eles vão ficar com você. Tanto é que depois você vai lembrar que a própria FACHTUS criou cursos de engenharia depois que nós abrimos. E cursos assim, ele tinha um curso de Engenharia Elétrica que tinha um laboratório fantástico. Eu me lembro muito bem disso. Então, não atrapalha. Acha que atrapalha, mas não atrapalha. Na verdade, se atrapalhar um pouco é só um sinal de uma mudança de estratégia e reorientar a forma de conduzir o curso que você acha que está sendo prejudicado pela iniciativa de um curso público. O maior prejuízo que a UNIUBE teve com a abertura e a expansão da UFTM eu vou te dizer, foi na perda de professores já qualificados que eles atraíram pra Uberaba. Por exemplo, no curso de Psicologia, que a gente esqueceu de mencionar, no curso de Fisioterapia, que eram cursos muito consolidados e com pessoal altamente titulado da UNIUBE, muitos desses professores vieram pra cá. Das engenharias vieram poucos. Das engenharias nós tivemos mais egressos da pós-graduação. Não eram nem professores, eram alunos da pós-graduação recém concluintes de seus mestrados e doutorados que vieram da UFU e de São Carlos. Que é onde a gente tem um pouquinho de conflito né, o pessoal da UFU e de São Carlos é muito bom.

G: Resgatando questões da sua fala, em relação à criação da universidade especializada na área da saúde, ela tinha como objetivo consolidar ainda mais o curso de Medicina?

ED2: Não, não passava pelo objetivo de consolidar o curso de Medicina não. O que a gente via nas falas e nas defesas era que a gente já tínhamos um curso de Medicina bastante consolidado

e esse curso hoje é capaz de permitir ou de colaborar na criação de outros cursos na área da saúde. Aí se pensou na Nutrição, tinha um projeto para Fonoaudiologia, tinha um projeto pra Psicologia, que foi implementado, pra Fisioterapia, tinha uma proposta de Farmácia. Farmácia eu lembro que foi colocada de lado pela necessidade de uma estrutura de laboratório muito pesada. Na época teve pesquisa pra construir esse laboratório voltado pra Farmacologia... e até porque não tinha Farmácia na UFU também. Mas foi mais uma busca, não de dar sustentação pra Medicina, mas mais no conforto do que a estrutura da Medicina permitia pra uma expansão fácil nessas outras áreas. O que já tinha até do ponto de vista de trabalhadores, inclusive, porque tanto o curso de Enfermagem quanto o curso de Biomedicina, nas áreas menos profissionalizantes, eles contavam muito com professor substituto, que era um cargo que estava fora da carreira, mas que a universidade tinha muita liberdade de usar dessa forma esse professor substituto. Não é como hoje que você depende de X% do seu quadro efetivo, mais recursos de orçamento e tal... naquela época não. Então, eu posso até te falar que tanto os cursos técnicos do CEFORES quanto o curso de Enfermagem, principalmente, contaram muito com a atuação do professor substituto. O curso de Biomedicina, como 70% do conteúdo transita pela básica da Medicina, então ele pesou menos, do ponto de vista de necessidade. Mas o curso de Enfermagem que era metade, a básica ajudou a ter uma parte, depois precisava da profissionalizante... a Enfermagem chegou a ter mais de vinte professores substitutos pro conteúdo específico. E muitas dessas pessoas eram, inclusive, enfermeiros que atuavam no hospital.

G: Dentro da universidade havia resistência em relação à criação da universidade especializada na área da saúde?

ED2: A resistência era mínima. Eu acho que, às vezes, até, como eu te falei, silenciada pela própria possibilidade de ser mau visto tanto pelo restante da instituição quanto pela cidade de maneira geral. Então, não houve nenhuma resistência declarada não. Houve críticas. Eu acho que elas passam ou permeiam o tempo inteiro. Mas a crítica maior que eu recebi, inclusive por pessoas da área, foi: Onde você estava com a cabeça quando você cria um curso de Engenharia? Eu falei: Não, mas nós não estamos criando um curso de Engenharia não. São sete! E foi muito responsável por essa estruturação do curso, inclusive com Projeto Pedagógico, o professor Davi. Era um professor da Universidade Federal de Viçosa, que estava emprestado pra um campus ou uma atividade em Araxá e uma das coisas é que ele teve interesse em vir pra cá, então logo no começo a gente fez uma pergunta. Mandamos uma vaga pra Viçosa, ele veio pra cá e trabalhou em toda a estruturação dos cursos de Engenharia.

G: E quando o projeto da criação da universidade tramitou na Câmara, na Comissão da Educação, o projeto foi modificado.

ED2: Foi modificado pelo Gilmar Machado, que era na época o presidente da Comissão de Educação da Câmara, foi prefeito de Uberlândia. Ele foi presidente da Comissão de Educação e ainda no governo Lula, principalmente no segundo governo, eu me lembro muito bem, do Gilmar Machado ser o presidente da Comissão de Finanças também. Ou seja, ele presidia aquelas disputas que os deputados têm todos por emendas, porque é dinheiro que chega aqui, dinheiro que chega pra lá, e a gente trabalhava nessas emendas também. Tinha uma emenda que eles chamavam de emenda de bancada. Essa emenda de bancada era coordenada em Belo Horizonte pela bancada, pelos deputados mineiros que existiam, naquela época eram muitos, era bastante dinheiro. E costumava ser dividido proporcionalmente ao número de alunos que a universidade tinha. E a gente era... nós e Alfenas, éramos os menores, a gente até um pouquinho menor que Alfenas, porque Medicina consome muito, né. A gente era miudinho, né. E a UFMG levava tudo, ou quase, levava muito... Viçosa levava muito, a UFU levava muito, e eram as três que mais recebiam recursos. E as outras, Uberaba, Alfenas, Lavras recebia um pouco mais também, Ouro Preto recebia muito. Bom, e tinha uma reunião dos reitores mineiros. Numa dessas reuniões de reitores mineiros eu chamei os pititicos e falei tipo assim: Vamos propor alguma coisa diferente aqui? E eles assim: O que você está pensando? Eu to pensando o

seguinte: vamos propor que metade do dinheiro seja dividida igualmente e a outra metade proporcional. [inaudível] Então vai aumentar bastante pra gente, do ponto de vista de receber o dobro, mais um pouquinho. Mas eu fiz as contas, se isso acontecer a UFMG perde muito pouco, do ponto de vista percentual. Aí eles assim: Ah, eles não vão concordar com isso não. E se a votar e bater o pé, porque a gente ganha, né. Se fosse por voto a gente ia ganhar. Se a gente votar e bater o pé é perigoso até eles cortarem a nossa emenda só pra atrapalhar o negócio pra gente. Aí fez a reunião na expectativa de tentar negociar e convencer só que não deu certo. O pessoal estava com tanto dinheiro e com tanta dificuldade em executar o orçamento que eles não se importavam com isso. E o Gilmar nessa comissão, vamos dizer assim, muitas vezes favorecia que as emendas de Minas fossem mais cheinhas. Então tinha emenda individual, que ele colocava pra universidade A, universidade B e tinha duas mesas de bancada. Primeiro, uma que era pra Belo Horizonte, que ficava o dinheiro para a Prefeitura de Belo Horizonte e outra que era pras universidades federais mineiras, ficava pra ser ratiado conforme as universidades definiam nessa reunião que a gente tinha lá. E a partir daquele ano nós começamos a dividir de uma maneira mais humanitária.

G: E quanto ao projeto de transformação da FMTM em universidade, por que nos anos 90 ele foi recusado?

ED2: Tinha que ser um projeto... porque tinha um impacto orçamentário, tinha que ser um projeto de iniciativa do governo, porque ele tinha que demonstrar, durante seu trâmite, que tinha recurso orçamentário pra custear. Na época, eu me lembro muito bem, que a gente até tinha o argumento de que ele não teria impacto, que o impacto dele seria zero. Mas o impacto dele zero, que era muito fala do [nome ocultado], ele não estava por cima do orçamento global da universidade, mas por cima dos recursos de administração, por exemplo, as funções, os FCs, os FGs, não aumentariam dentro da estrutura. Tanto é que, num primeiro momento, antes de 2005, não aumentou. Foi depois que o MEC falou: Olha, todas as universidades vão ter isso, no mínimo, essas garantias. Foi aí que chegaram os CDs, mais FGs, que permitiram, digamos, os cargos serem, de uma certa forma, compensados com recurso de representação. Esse projeto foi encaminhado e nunca chegou a tramitar porque não havia interesse à época do MEC, nem vou dizer do MEC, do governo, em promover expansão do ensino superior público. Não chegou a tramitar. Não sei nem se ele chegou a ser analisado do ponto de vista técnico.

G: Quando ele chegou a tramitar nos anos 2000, só foi aprovado por que tirou a questão da especialidade em saúde?

ED2: Tirou três palavrinhas: especializada em saúde. Eu sei que foi o Gilmar porque ele sempre me falava isso: Se você tem Engenharias é porque eu fiz isso.

G: E qual era a justificativa pra essa mudança?

ED2: Deixar mais oportunidades pra instituição. Não limitar o projeto de criação na área de atuação. Até no entendimento global as universidades não podem ou não devem estar limitadas à área de atuação. Mais tarde veio até uma legislação que mencionava isso, que pra ser universidade você tem que ter cursos em mais de três áreas do conhecimento, você tem que ter um número X de programas de pós-graduação, mestrado, doutorado. Tudo isso foi uma das coisas que nos comprometeu muito, porque tinha data, a data era 2016, que, as instituições pra manterem o título de universidade com autonomia, porque os centros universitários ou instituições isoladas não têm autonomia didática, tudo depende do MEC. A universidade já tem mais autonomia, precisava ter no mínimo cinco programas de mestrado e dois de doutorado e na época a gente não tinha. Então, digamos assim, foi um esforço concomitante na criação de novos cursos de graduação e no fortalecimento e na criação de novos programas de pós-graduação.

G: E como foram escolhidos esses novos cursos na transformação da FMTM em universidade? Como foi pensado?

ED2: Primeiramente foram pensados assim; já tinham programas prontos da área de saúde que já tinham cursos prontos. Então, naquele intervalo curto e já amadurecida a escolha, inclusive com discussões nos órgãos colegiados, nós fomos primeiro por esse lado. Existia uma demanda do próprio MEC, da necessidade das universidades públicas trabalharem mais na qualificação dos professores do ensino básico, então isso nos levou muito pra área da educação, e ainda veio a questão das Engenharias, né. O país à época, naquele desenvolvimento mais amplo, inclusive importando ou trazendo engenheiros de fora pra trabalharem nas indústrias brasileiras, pra trabalharem no Brasil, uma demanda alta das Engenharias e o próprio MEC sinalizou: criem programas de Engenharia. Quantas instituições queriam criar Medicina, mas depois você viu que eles criaram, tendo os pré-requisitos pra criação do curso de Medicina, porque dava muito status pra universidade, né, mas isso a gente já tinha. Então nós focamos, digamos, nos estudos sobre [inaudível] em nível nacional para a escolha dos novos cursos. Não foi ideia reinventar cursos, porque apareceram cursos de toda natureza, né. A gente não propôs reinventar nada, tanto é que as Engenharias são todas básicas. As mais novas daquelas que foram criadas aqui foram as Engenharias de Alimentos e a Ambiental. E tudo dentro de uma necessidade do país, de segurança alimentar, de produção de alimentos, qualidade de meio ambiente, preocupação com o meio ambiente, além das básicas, né, Civil, Mecânica, Elétrica... Quando o MEC sinalizou e a gente começou a discussão temática do REUNI a gente já começou a preparar esse estudo de quais seriam os cursos, quando eles iriam se viabilizar, qual era o impacto deles na necessidade de servidores, de área física e tudo, porque quando o REUNI surgiu a gente teve dois meses pra apresentar o projeto. Os projetos já estavam sendo construídos. A própria discussão conceitual do REUNI era feita dentro da ANDIFES com o Ministro, o Secretário da Educação Superior, às vezes com Secretário Executivo. A discussão era muito aberta, muito franca, então a gente já sabia inclusive com perspectivas de quais universidades seriam capazes de atingir dentro daqueles percentuais.

G: E os cursos criados em 2005 foram pensados de que forma?

ED2: Foram pensados a partir dos projetos anteriores da Faculdade de Medicina, daquela universidade voltada pra saúde. Letras entrou por causa de licenciatura. A gente queria ter um pé nas licenciaturas e queria ter um curso noturno, fazia parte até da política de utilização integral da área da universidade.

G: Houve resistências em relação à criação desse curso?

ED2: Não, não. A gente criou uma comissão específica pra preparar, por exemplo, os projetos pedagógicos. O que houve foi o seguinte, você prepara o projeto pedagógico pra outra pessoa trabalhar. Na hora que aquelas pessoas que são contratadas e concursadas chegam muitas vezes elas não se enxergam naquele projeto pedagógico e elas vão propor alguma mudança. Foi isso que aconteceu. E, assim, eu diria pra você que foram mudanças conceituais às vezes bastante profundas. O projeto original ele tinha como se fosse um ciclo básico das Licenciaturas e era uma das coisas que a gente pretendia colocar não só nas Licenciaturas, mas também na Engenharia. Na Engenharia até prevalece. Ma era a possibilidade de mudança. Por exemplo, você entra na História e resolve fazer Geografia, o seu primeiro ano foi tão comum, pelas disciplinas mais de cunho pedagógico e algumas de conceitos, que você não precisaria nem fazer um concurso, você fazia a opção posterior. Você entrava com sua segurança de História... não, mas eu prefiro Geografia porque eu estou me identificando mais com o programa da Geografia. Você não tinha que prestar outro vestibular. Você só fazia matrícula na Geografia. No modelo da do ABC e naquela época a do ABC nem tinha sido criada. Esse modelo não é um modelo novo, é o modelo de Bologna. Mas não deu certo, não. Nós ficamos com o modelo de Coimbra. [Assuntos diversos].

G: E sobre a transformação da FMTM em universidade, você se recorda de fatos que comprovem a demanda local por essa transformação?

ED2: Diversos. Por exemplo, a gente foi convidado várias vezes pra levar o projeto e discutir o projeto, por exemplo, na Prefeitura. Na ADESG, Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, no própria Secretaria de Educação do Estado. Mas em Uberaba foi mais voltado pra discussão na Prefeitura, na Câmara de Vereadores e na ADESG. A comunicação com os políticos na época, não importava a bandeira da sua ideologia, eram todas favoráveis à expansão da universidade. Na sociedade essa expansão era muito bem vista porque pra maioria das pessoas representava um aumento significativo das oportunidades, principalmente numa escola pública e gratuita. Então, não havia projeto de expansão de universidade que não fosse bem recebido. [Assuntos diversos].

G: A que você atribui a aprovação do projeto de transformação da FMTM em universidade no ano de 2005?

ED2: Foi decisão política de expansão da universidade em nível nacional. Tanto é que, por exemplo, a formação da UFTM foi junto com a do Recôncavo Baiano e com a de Alfenas, por uma clara decisão política e vou te dizer, até negociação política. Tipo assim, vocês aprovam a minha que eu aprovo a sua. Foi desse jeito. Assim, o relato que eu tenho da votação lá no Congresso foi desse jeito. As lideranças se reuniram: Vamos aprovar todo mundo isso aqui? Aprovou porque já estava bem recebido pelo governo, era uma proposta apresentada pelo MEC e já vinha, digamos assim, à sombra do que viria ser o REUNI mais tarde. [Assuntos diversos].

G: A que você atribui o fato da FMTM ter permanecido 45 anos como faculdade pública isolada?

ED2: O conforto das pessoas. Você está em uma zona de conforto, em uma cidade do interior, onde muitas das lideranças de Uberaba não tinham interesse no crescimento, porque à medida que você cresce você compartilha oportunidades, inclusive oportunidades de poder. Então Uberaba como uma cidade conservadora que é e que sempre foi, nunca teve interesse num crescimento muito grande. Toda vez que você cria uma universidade você cresce. Foi isso que aconteceu com Uberlândia. Uberlândia antes da UFU e Uberlândia depois da UFU. E na hora que você cresce você traz investidores de fora, com muito dinheiro, com muito recurso, que vai, de certa forma, digamos, sombrear o poder financeiro das elites da cidade. [Assuntos diversos]. Porque você vê, digamos assim, grande famílias da região que têm interesse em manter a coisa como está e elas não estão no agronegócio, elas estão em outras áreas da economia.

G: E de certa forma, à frente da instituição era sempre um grupo de médicos, claro, porque era Faculdade de Medicina, mas mesmo quando criou-se a Enfermagem e a Biomedicina eram sempre médicos...

ED2: Conservadoras, muito acomodadas com a condição que estava. Então, tinha o desejo da ampliação, talvez por um grupo pequeno que trabalhou muito por isso. Não encontrou oposição, pelo menos formal, mas não encontrou apoio. Lembra que naquela época o cenário era muito difícil, de convencimento. Tanto é que mesmo regiões, ou mesmo instituições que tinham mais interesse em crescer, que tinham mais força política, elas não conseguiram crescer muito ou não cresceram. E tem outra coisa também, naquela época a gente vivia com uma coisa na cabeça, desde a época que eu era aluno. Tipo assim, não vai existir mais uma instituição isolada. Assim, a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro ia pertencer a uma universidade. Na época se discutia ou se aventava nas conversas de corredor que seria a UFU ou a UFMG. Não sei se foi por ameaça, assim: Olha, a gente precisa se mexer logo porque se não a gente vai ficar vinculado à UFU. Mas a UFU também chegou a ser discutida, cogitada tanto nos corredores quanto em alguma fala de reunião de Conselho.

G: Havia receio de que a ampliação fizesse cair a qualidade da instituição?

ED2: Isso sempre foi discutido e sempre colocado assim como uma ameaça. Hoje nós temos um curso de Medicina que é 4, um curso de Biomedicina que é 5, o melhor curso do país, um curso de Enfermagem que está entre 4 e 5... como que vão ficar os cursos de Licenciatura? Com uma baixa demanda, com uma demanda menos qualificada e tal. Como que vão ficar os cursos de Engenharia? E a gente sabe que tem fatores que também são muito intensos, a gente não tinha certeza da qualidade dos professores que iriam comparecer nos nossos concursos e tudo, e isso você vai encontrar nas gravações das reuniões do Conselho, quase que diário. Era recorrente, era frequente, em todas as reuniões tinha palavras nesse sentido.

G: Em relação aos cursos da saúde...

ED2: Isso não tinha muita preocupação porque acho que eles já estavam mais amadurecidos e ainda prevalecia na cabeça de algumas pessoas aquela ideia da universidade especializada. E foi quando a questão das Licenciaturas, que foi o primeiro enfrentamento nosso em vencer a especializada, né. E depois com as Engenharias... nós passamos por isso duas vezes. Até nos primeiros concursos, por exemplo, você abria... nós vamos abrir concurso pra doutores. Não havendo candidatos, vai permanecer o mesmo edital aberto para mestres, vamos fechar turmas. Parava aí. E assim, nos primeiros concursos só entraram doutores. E com isso o argumentos dos outros de queda de qualidade e tudo caiu por terra. Você ouvia uma outra fala depois, isolada, mas...

[Assuntos diversos]

G: Sobre a criação dos cursos de Enfermagem e Biomedicina, pode-se dizer que visaram suprir necessidades do Hospital Escola?

ED2: A Enfermagem foi claramente isso. E na verdade, na época era mais grave, mas hoje a gente ainda tem. A Organização Mundial de Saúde prevê ou calcula que você deve formar dez enfermeiros pra cada médico. E a gente tem investido nisso há muito tempo e ainda não conseguiu chegar nesse nível. Mas você vê aqui em Uberaba a gente forma mais médicos que enfermeiros. Tá certo que tem outras instituições que só formam enfermeiros e não formam médicos, mas a relação de profissionais está bastante prejudicada. Isso foi um dos grande motivos da criação do curso de Enfermagem. O de Enfermagem foi implantado eu não estava aqui. Ele foi implantado bem entre a minha saída e o meu retorno. Ele começou em 89 e eu entrei em outubro de 88, o curso já tinha sido aprovado inclusive pelo MEC. Agora o de Biomedicina veio muito com a justificativa que é a seguinte: O desenho inicial da Biomedicina não era pra formar um profissional biomédico que atuasse também na área de laboratório de patologia clínica. Ele estava voltado, quase que exclusivamente, pra formar um profissional voltado pra pesquisa. E a ideia, principalmente defendida pelo Dr. [nome ocultado] era que esse profissional iria atuar na docência e na pesquisa do ciclo básico dos cursos de saúde, porque estava cada vez mais difícil você ter médicos interessados em Bioquímica, em Farmacologia, Imuno, Parasito. E essas áreas básicas seriam melhor supridas por um curso de Biomedicina do que, por exemplo, por um curso de Biologia ou de Farmácia, esse pelo custo elevado de laboratório, estrutura de equipamentos caríssimos à época. Hoje não são tão caros assim mais não ou nosso poder aquisitivo melhorou muito.

[Assuntos diversos]

APÊNDICE C – ENTREVISTA PROF. FISIOTERAPIA

Entrevistadora: Giselle Abreu de Oliveira

Data: 06 de julho de 2023

Local: -

Metodologia: Entrevista respondida via e-mail

G: Havia, desde meados de 1990, um projeto de transformação da FMTM em universidade especializada na área da saúde. O curso de Fisioterapia compunha o rol de cursos a serem criados (Havia cursos como Farmácia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, dentre outros). Isso, entretanto, só foi possível em 2005, com a transformação da faculdade em universidade. Essa universidade não ficou restrita ao campo da saúde, permitindo a criação de cursos de outras áreas, como os cursos de Letras. Considerando esse contexto, você saberia dizer por que o curso de Fisioterapia foi escolhido para estar entre os primeiros cursos criados na nova universidade? Havia fatores que facilitavam a implementação deste curso?

P.F: Desde 1995 havia uma vontade dos gestores da FMTM de iniciar o curso de fisioterapia devido a atuação que os fisioterapeutas tinham em toda a faculdade, desde o ensino, a pesquisa e a extensão, como por exemplo: no ensino a fisioterapia colaborava com as disciplinas da medicina como reumatologia, ortopedia, fisioterapia e outras, na extensão atuávamos favorecendo a atenção integral a algumas enfermidades e sempre tivemos atividades de pesquisa relacionados à ações da fisioterapia. Esta atuação pró-ativa dos profissionais fisioterapeutas sempre despertou o interesse da instituição de implantar o curso, inclusive neste ano de 1995 foi montado o primeiro projeto pedagógico do curso de fisioterapia da FMTM, mas infelizmente a instituição não conseguiu junto ao MEC aprovação. Outros fatores que facilitariam a implantação do curso seria que as áreas básicas são semelhantes à da medicina e já havia todos os laboratórios e docentes para início, e as áreas profissionalizantes na grande maioria utilizaria os setores já existentes nos ambulatórios, hospital e Centro de Reabilitação.

G: O curso encontrou dificuldades para sua implementação? Se sim, de que ordem? (Pensar das relações entre as pessoas, estrutura física, material, humana, etc).

P.F: Como todo início muitas dificuldades estavam presentes, a primeira era que não havia nenhum fisioterapeuta docente na instituição, e para começar o curso teria que ter no mínimo 02 professores fisioterapeutas para as disciplinas específicas, então tivemos que correr atrás de vagas de docentes, inclusive para algumas disciplinas básicas, sendo estas as que apresentaram a maior dificuldade, pois os docentes já existentes não estavam aceitando ministrar mais aulas para os novos cursos, por isso algumas vagas docentes foram disponibilizadas para o ICBN, outra grande dificuldade era o espaço físico, local para as coordenações de curso, secretarias e salas de aulas, bem como para os laboratórios específicos do curso, onde tivemos na época fomos alocados temporariamente no shopping Urbano Salomão, até a conclusão das obras do Centro Educacional. Por fim os materiais necessários para as aulas práticas pré profissionalizantes, que tivemos que procurar recursos de outras formas inclusive por parceria público privada.

G: Como o curso foi recebido pelos alunos, docentes e técnicos que já trabalhavam na instituição com os cursos de Medicina, Enfermagem e Biomedicina?

P.F: O início foi um pouco tortuoso, principalmente em relação aos docentes e técnicos da instituição, pois o que viam era um aumento de trabalho, de carga horária de aulas, mais alunos nos laboratório e para estudos extra-aula, já os acadêmicos foi percebido uma integração total desde o início, sem rivalidades ou preconceitos.

G: Como foi a chegada dos primeiros professores?

P.F: Foi perfeita, os três primeiros docentes foram eu, e as professoras Elaine Leonezi e Luciane Fernandes, que permanece até hoje na instituição, e depois de 01 ano vieram mais 03 professores, neste período realmente a universidade percebeu que o curso seria um dos mais grandiosos do país. Como foi em 2010 eleito pela editora Abril o melhor curso de Fisioterapia do Brasil.

G: Você conseguiria descrever qual era a visão do curso em relação à abertura da universidade a outras áreas do conhecimento (que não fosse a saúde)?

P.F: Bem antes da transformação da FMTM em universidade já havia participado de várias reuniões sobre a expansão e Reuni, portanto quando foi efetivamente implantado o curso de fisioterapia e ocorreu sem desenvolvimento com chegada de novas turmas e docentes sempre discutíamos este processo de expansão da UFTM e criação de novos curso, portanto foi muito natural e importante, pois houve a integração entre vários curso que não são da área da saúde com o curso de fisioterapia para atuações em conjunto, seja no ensino, pesquisa ou extensão. E o curso de fisioterapia sempre buscou essa integração multi, inter ou transdisciplinar com todos os curso da instituição, independente da área.

APÊNDICE D – ENTREVISTA PROF. NUTRIÇÃO

Entrevistadora: Giselle Abreu de Oliveira

Data: 06 de julho de 2023

Local: -

Metodologia: Entrevista respondida via e-mail

G: Havia, desde meados de 1990, um projeto de transformação da FMTM em universidade especializada na área da saúde. O curso de Nutrição compunha o rol de cursos a serem criados (Havia cursos como Farmácia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, dentre outros). Isso, entretanto, só foi possível em 2005, com a transformação da faculdade em universidade. Essa universidade não ficou restrita ao campo da saúde, permitindo a criação de cursos de outras áreas, como os cursos de Letras. Considerando esse contexto, você saberia dizer por que o curso de Nutrição foi escolhido para estar entre os primeiros cursos criados na nova universidade? Havia fatores que facilitavam a implementação deste curso?

P.N: Não sei responder esta questão com precisão, porque eu ingressei na UFTM, mediante concurso público para provimento de cargo efetivo, em 04 de setembro de 2006. Não tive nenhum contato prévio com a instituição ou qualquer servidor da instituição. Na data do meu ingresso, o Curso de Nutrição já tinha sido autorizado e inclusive já contava com um Projeto Pedagógico e uma matriz curricular aprovada. Mas acredito que o que levou à escolha do Curso de Nutrição, em detrimento de outros cursos, foram dois fatos: o primeiro seria a real necessidade do município de ter mais nutricionistas, e o segundo foi ter o Hospital de Clínicas da UFTM como principal área de atuação do nutricionista. Vale salientar que a Nutrição Clínica é apenas uma das áreas possíveis de atuação do nutricionista, e que tivemos muitas dificuldades para inserir nossos alunos em estágios em Nutrição em Saúde Pública e Nutrição em Unidades de Alimentação e Nutrição.

G: O curso encontrou dificuldades para sua implementação? Se sim, de que ordem? (Pensar das relações entre as pessoas, estrutura física, material, humana, etc).

P.N: Sim, muitas e de todas as ordens possíveis. A estrutura física era muito escassa, trabalhávamos em um imóvel alugado (a famosa Casa Azul, na rua Getúlio Guaritá), era uma casa pequena em que foram instaladas, a princípio, as salas dos professores. À medida que o curso foi progredindo, precisamos montar um Laboratório de Bromatologia nessa casa, em situação bastante precária e insegura, para que os alunos do 3º período pudessem ter a disciplina de Bromatologia. Em um semestre seguinte, precisamos pedir emprestado o Laboratório de Técnica Dietética do curso técnico de Nutrição do CEFORES, para a disciplina de Técnica Dietética. Todos esses arranjos eram simples adaptações e não condiziam, em absoluto, com o que o Curso precisava. Em termos de recursos humanos, tínhamos inicialmente uma professora que era lotada no Departamento de Clínica Médica, disciplina de Nutrologia, e assumiu a Coordenação do Curso de Nutrição. Efetivamente, eu fui a primeira professora a prestar concurso para uma vaga de docente efetiva do Curso de Nutrição, e dei a primeira aula para a primeira turma deste curso. Depois, outros professores, por concursos para vagas docentes efetivas ou mesmo substitutas, ingressaram, a partir do segundo semestre de 2007, e tivemos também o ingresso de uma professora por transferência. Em toda a história do Curso de Nutrição, desde seu início até agora, em 2023, o número de docentes para as disciplinas profissionalizantes esteve muito aquém da necessidade.

G: Como o curso foi recebido pelos alunos, docentes e técnicos que já trabalhavam na instituição com os cursos de Medicina, Enfermagem e Biomedicina?

P.N: Na verdade foi recebido muito mal. Professores das disciplinas básicas (ICBN principalmente) diziam abertamente que preferiam não dar aulas para os alunos da Nutrição, e

um professor desse instituto chegou a publicar na plataforma Moodle uma comparação estatística que mostrava que as notas dos alunos da Nutrição eram menores que dos alunos dos cursos tradicionais. Ocorriam brigas e ameaças em corredores, frequentemente relatados por nossos alunos. Infelizmente, tivemos uma agressão gravíssima a uma aluna, provavelmente feita por estudantes de Medicina da UFTM, o que a levou a abandonar o curso e a instituição. Lutamos muito para que professores das disciplinas básicas entendessem o que era o Curso de Nutrição e a necessidade da formação básica adequada, mas falando francamente ainda não estou convencida que esse entendimento foi alcançado.

G: Como foi a chegada dos primeiros professores?

P.N: Foram professores que prestaram concursos para vagas efetivas com 40h de dedicação exclusiva na maioria das vezes, mas tivemos alguns professores que ingressaram como substitutos e passaram apenas um curto espaço de tempo conosco. Isso enfraqueceu muito laços que deveriam ter sido formados nesse início e não foram. Atualmente, somos 14 docentes integrando o Departamento de Nutrição, responsáveis por todas as disciplinas de conteúdo profissionalizante do Curso, que ainda lutamos para criar nossas raízes na UFTM. Mas a verdade é que esta instituição não nos acolheu bem, sentimos que nós e nossos alunos sempre fomos preteridos em relação ao corpo docente e alunos de Medicina, Biomedicina e Enfermagem. Quando comparações eram tecidas pela gestão, sempre víamos uma parâmetro muito injusto, nos cobrando desempenho similar a cursos já estabelecidos há muitos anos, com estrutura física e docente bem consolidada e suficiente, coisa que nunca nos aconteceu.

G: Você conseguiria descrever qual era a visão do curso em relação à abertura da universidade a outras áreas do conhecimento (que não fosse a saúde)?

P.N: Na minha opinião, o Curso de Nutrição sempre foi favorável à abertura da universidade a outras áreas do conhecimento, primeiro porque entendemos que universidade envolve todas as áreas do conhecimento, e segundo porque sabemos que conhecimentos de diversas áreas interagem para capacitar melhor nossos alunos e nossas entregas para a sociedade. Nunca fomos contrários a isso e permanecemos com esta mesma visão.

APÊNDICE E – ENTREVISTA PROF. TERAPIA OCUPACIONAL

Entrevistadora: Giselle Abreu de Oliveira

Data: 11 de julho de 2023

Local: Cafeteria São Lucas

Metodologia: Entrevista realizada de forma presencial, gravada em arquivo de áudio Mp4

G: Você compreende o porquê da escolha do curso de Terapia Ocupacional (TO)? Sabemos que ele fazia parte dos projetos de transformação da FMTM em universidade, anteriores à sua entrada na instituição. Mas você conseguiu perceber nesse movimento por que TO fazia parte disso?

PTO: Eu penso que por dois motivos principais, eu diria: um deles por ser da área da saúde, então, a universidade não precisaria investir tanto em laboratórios porque já tinha os outros cursos da área da saúde. Então, professores, docentes, né, da área saúde, de Anatomia, Neuro, Patologia, e por aí vai. A outra questão seria a necessidade mesmo de mercado. Naquela época tinha uma certa demanda, meio que reprimida, mas algumas pessoas já vislumbravam que seria necessário não só TO, mas Fisio... Eu penso que os três cursos, Fisioterapia, Nutrição e TO, foram nesse sentido, por causa de uma facilidade, se é que a gente pode dizer assim, por causa dos outros cursos de Medicina, Enfermagem e Biomedicina que já existiam. Então não seria um começar de novo, do zero. E pela demanda que era crescente do Hospital Escola, na cidade como um todo, né; então, eu penso que essas foram as principais causas.

G: E você lembra se havia, nessa época, resistência à criação de cursos em outras áreas?

PTO: Ah, nunca me chegou nada assim, então eu penso que não. Eu penso que o de Letras foi escolhido, na época, porque poderia ser Letras-Português e Letras-Espanhol, sei lá, isso já daria conotação de três cursos. Fatalmente já dariam os cinco que eram necessários para a criação da universidade.

G: Professora e nesse início o curso enfrentou dificuldades mesmo sendo da área da saúde? Porque sempre foi colocado que existia estrutura para a criação de cursos na área da saúde. Mas essa estrutura realmente existia?

PTO: Existia estrutura, assim, grosso modo, existiam os laboratórios, mas o que eu percebi é que existia uma falta de docentes já nas áreas básicas dos cursos que aí estavam ou, pelo menos, esse era o discurso, que era insuficiente, precisava de concurso. Então parece que os novos cursos eles aproveitaram, não sei se eu posso usar essa palavra que é meio pesada, né; assim, com esses novos cursos da área da saúde eles poderiam contratar mais profissionais. Também a gente teve muitas dificuldades, não foram algumas, foram muitas! Primeiro porque não se tinha tempo. Eu trabalhava na instituição seis horas por dia e ainda dava aula numa instituição particular eu não tinha mais tempo para me dedicar e nem sei se as pessoas me receberiam também, mas eu fui cobrada sobre isso depois.

G: Esses professores que entrariam para a área básica atenderiam a todos os cursos?

PTO: A todos os cursos. Então seria isso, mas, em um primeiro momento, eu não sei se não chegou a um número suficiente ou se o concurso não aconteceu antes, acho que foi acontecendo aos poucos também, e os professores ficaram desorientados. Um deles chegou e disse: olha ou são 70 horas da minha disciplina, porque eu tinha sugerido 50 horas, e ele falou ou são 70 ou não são. Professor, então muito obrigada, não será. Não teve essa disciplina no meu currículo. Então, até que em reunião era sempre cobrado. Eu falei para vocês que eu também não tive esse tempo, vocês poderiam ter me procurado, ninguém o fez, então, não vamos começar remoendo, vamos partir daqui para frente. A situação está posta; daqui para frente nós vamos fazer como? Então foram coisas difíceis para acomodar no início e a maior dificuldade para mim, eu fico muito irritada com essa situação, foi que um professor das biológicas, né, das básicas, colocou

uma fórmula estatística e pelo que os alunos me contaram ficou claro que ele tinha provado por $a + b$ que os alunos de TO eram burros. Aquilo me irritou profundamente, sabe? Respirei fundo, pensei o que eu ia fazer, discuti com os professores e aí a gente decidiu que tinha que chamar esse professor e eu o chamei. Eu chamei ele falou: oi, que é que foi? Chegou assim bem sem graça. Olha, foi que você colocou uma fórmula na lousa e pelo pouco que eu entendo de estatística ficou muito claro para mim, mostrando que os alunos de TO são burros. Professor, agora eu vou te fazer só uma pergunta: as coisas são unilaterais? Se os meus alunos não tiram nota na sua disciplina a culpa é 100% deles? Qual é a sua parte nessa história? Até quando você vai querer enfiar disciplinas de Medicina... a carga horária que você quer enfiar nos meus alunos é três vezes mais, é cinco vezes mais. Não é justo. Então, eu espero de você e de cada professor que vem dar disciplinas básicas pra TO que tenham o bom senso de fazer um outro plano de ensino para essas pessoas. Ele gaguejou, gaguejou... Ele ficou muito sem graça. Com os alunos a estratégia foi outra. Eu chamei os meninos no cinema, lá do Urbano Salomão, e falei: Olha, tem um professor, não é novidade para vocês, que ele está provando por $a + b$ que os alunos de TO são burros. Eu não estou coordenando um curso para ouvir uma coisa dessas e eu queria que vocês entendessem que vocês passaram no vestibular, eu sei que não é dos mais concorridos, mas teve uma peneira, algumas pessoas ficaram de fora. Então eu confio e acredito na capacidade de vocês. Então eu quero saber o que vocês querem. Vocês vão acatar isso para vocês ou vocês vão reagir? E aí foi um reboliço, uma coisa bacana, sabe? As ideias foram surgindo e eles decidiram o seguinte: aqueles que já tinha passado pela disciplina iriam ajudar os que estavam com dificuldade. Acabou essa história. Então foi legal. Outra coisa é que assim, no próprio curso de Medicina parece que existe uma subjugação por categorias, por área de atuação, de docente para aluno, do mal eu diria, né, e eles queriam passar isso para frente. E aí no vestibular, no trote, eles puseram penico na cabeça desses alunos de TO. Na hora que eu vi aquilo eu pensei: ah, isso não tá normal de novo. E eu tinha que ter cuidado, eu tinha que falar de um jeito que se eles tomassem birra aí que ia ser penico ia ser outra coisa, né. Aí eu catei um deles lá outro dia e falei: olha, que história é essa de por penico... Não, é só um chapéu. Eu falei: não, não é chapéu. Vocês são inteligentes, vocês sabem que não é chapéu. Falei: olha, vocês estão colocando uma carga negativa no meu curso e eu não estou achando isso bacana. Vocês são criativos, eu tenho certeza que vocês conseguem coisa melhor. Vocês passaram no curso de Medicina. Então meio que eu desafiei eles. Eu tive uma conversa assim, sem puxar orelha, mas disse: olha, eu trabalho muito para ver o curso de TO, os meus alunos, com penico na cabeça, e eu aposto que vocês têm coisa melhor para oferecer. Não se repetiu nos próximos anos. Então assim, precisa respirar fundo e pensar, né. E assim, pessoal de apoio eram aqueles que sobravam na universidade para secretaria, para isso, para aquilo, né. E aí, de novo, a gente respirava fundo. Era o que tinha e a gente tentava fazer de limão uma limonada e acabava que saía, né, de um jeito ou de outro deu certo.

G: Você sentia que existia preconceito em relação ao curso de TO

PTO: Olha, eu não diria que é em relação ao curso de TO, não. Eu senti assim, que o curso de Medicina era o top e o resto era o resto, né. Só que eu nunca pensei dessa forma, eu nunca me senti menor por ter escolhido outro curso. Eu nunca pensei em passar em Medicina, mas eu tenho certeza que se eu quisesse eu teria estudado e teria passado, mas nunca foi questão para mim porque eu não queria, então, eu não peguei isso para mim. Tanto que quando os alunos iam formar eles vieram: ah, professora, porque a gente quer... Eles queriam formar e queriam colocar os nomes no lugar da Medicina, eu falei: gente, vem cá, deixa eu entender uma coisa, a gente chegou quantos anos depois na instituição? Vocês querem passar todo o mérito deles e sentar na janelinha? Eu não estou entendendo. Falei: não, a gente tem que construir a nossa história. Eu não passava a mão na cabeça. Eu não me achava nem pior, porque eu tinha certeza que eu não era, e nem passava a mão na cabeça. Olha, vamos fazer a nossa história aqui, não depende disso, Põe em outro lugar. Qual é o problema? Mas tinha essas questões, o médico sempre se acha o médico, por mais humilde que ele seja. Engraçado isso, né. Eu tenho muitos amigos médicos, é cultural isso, né. Tenho muitos amigos médicos, amo de paixão, eu não me assusto com essas, né. Vez ou outra... mas nunca me incomodou também. E os alunos da

Medicina, eles se acham, então, por causa dessa hierarquização negativa que existe, chega nos outros eles querem pisotear, sabe. Compra quem quer, né.

Então foram Muitas dificuldades, né. De infraestrutura dos primeiros laboratórios... Mas nada disso era surpresa para mim. Também, todo começo é difícil. Você chegar em um lugar e ter tudo prontinho, eu não esperava isso realmente. Mas apesar de tudo eu te falo que valeu a pena, sabe. Quando eu vejo alunos que, como eu, se não tivessem tido uma oportunidade como essa, bacana, talvez não tivessem feito o curso superior. E eu vejo eles com doutorado, com pós-doc, que não é mérito meu isso, é mérito deles, mas eu fico feliz de alguns terem chegado tão longe.

G: Eu havia te perguntado sobre preconceito, mas, na verdade, a palavra que eu queria usar era aceitação.

PTO: Sim tanto que alguns, a maioria, para te falar a verdade, para ser bem sincera, porque assim, até contratar professores para essas áreas mais específicas e direcionar mais para os cursos eram os da Medicina, e para eles eram como se fossem subcursos mesmo, né. Muitos pensavam dessa forma, e eu lá com os alunos ficava tentando ali, né...

[Assuntos diversos]

G: E dentro do curso havia resistência à universidade se abrir a outras áreas?

PTO: Assim, os mais tradicionais eu lembro que falavam: Ah, isso aqui vai virar uma bagunça. Mas na minha cabeça, eu formada lá em São Paulo, eu achava que o negócio era ampliar mesmo. É como se eu não desse muita bola para isso, sabe. Eu tinha certeza absoluta que isso ia sair. Eu não duvidava, não questionava, e também não fiquei surpresa quando outras pessoas foram ocupando outros cargos que não médicos. Então isso é uma guerra de mercado, dentro da universidade, mas é. Mas assim, em pensar que os outros cursos eram subcursos, isso eu não tenho dúvida, isso tinha sim, mas eu não ligava muito para isso.

G: E você percebe que tinha uma questão política de não interesse em revezamento dos grupos que dirigiam a instituição?

PTO: Eu penso que sim, que existia esse receio. Eu, nos corredores, acabava ouvindo algumas conversas, né, de que outras pessoas tomariam cargos importantes. Eu percebi essa reserva, essa não aceitação mesmo, porque por muito tempo foi a Medicina que comandou tudo. Então poucos funcionários sabiam, mas assim, a maioria era fechada mesmo com relação a isso. Ao mesmo tempo eu também via profissionais formados em outras universidades, não médicos, já com o olho grande para cargos altos também. Então eu acho que o medo de um você via, e a vontade do outro também. [Assuntos diversos]

Mas é isso quer queira quer não em todo lugar têm pessoas com capacidade de gestão. Em todo curso têm pessoas com capacidade de ocupar cargos administrativos, pró-reitorias, enfim, e eu penso que quem estava acostumado a ter isso só trocando os nomes, mas sempre na mesma categoria, penso que isso realmente não foi algo bacana, palatável. Eu penso que aconteceria com outro, se tivesse só um curso aqui e chegassem outros. Eu penso que é do ser humano isso mesmo. [Assuntos diversos]

G: Você acredita que quando a instituição colocava nos seus projetos que tinha condições estruturais para ofertar novos cursos da área da saúde ela não conhecia quais eram, de fato, as necessidades desses cursos?

PTO: Sim, eles falavam: tem tantos laboratórios assim? Precisa disso tudo? Precisa de tantos livros? Então, mas eu penso que as pessoas não tinham, na verdade, noção, por exemplo... Para um pontapé inicial tava bom, porque é melhor começar, eu pensava assim, do que não começar. [Assuntos diversos]

APÊNDICE F – ENTREVISTA EX-ALUNO CAGV

Entrevistadora: Giselle Abreu de Oliveira

Data: 23 de setembro de 2022

Local: Google meet

Metodologia: Entrevista realizada de forma remota, gravada em arquivo de vídeo Mp4

G: Primeiramente, como era a FMTM no período da ditadura? O senhor como estudante, como presidente do centro acadêmico, então é uma questão delicada, né, um momento delicado da história, principalmente para quem era estudante. Mas eu queria que o senhor me contasse se você sentia algum tipo de repressão e como é que isso impactava na atuação dos estudantes na faculdade.

EA-CAGV: Naquela época a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro lutou com muita dificuldade, já era um militar que comandava a nação e as verbas difíceis, tudo com muito custoso para poder vencer, mas fomos caminhando. E o movimento estudantil no Triângulo Mineiro era quase de esquerda naquele tempo, mas aquele tempo era uma esquerda diferente da esquerda de hoje, então a gente tinha até orgulho de ser esquerdista, hoje não, hoje avacalhou tudo né... e a gente faz então uma avaliação assim, hospital escola não tinha, tinha a Santa Casa que a gente, eu ia como presidente, ia lá em Brasília trazer as verbas que eram usadas pra farmácia. Ia na Drogasil e comprava os medicamentos. Então sempre precisava desse valor para poder tocar os leitos da Santa Casa, que era muito grande, com um movimento muito grande. Quem era presidente era um outro, Mário Guido Silva Miranda e José [inaudível] Messias, ele era já aluno, um ano na minha frente, ele saiu candidato a presidente do CAGV, Centro Acadêmico Gaspar Viana, e ele perdeu a eleição. Naquela época tava saindo o Frango Assado ali perto da prefeitura, a lanchonete, né, o frango ficava rodando e os cachorros olhando... Então ele saiu de madrugada, conversando e tal, ele saiu muito chateado, perdeu. Aí eu falei para ele: calma, você vai sair na outra. Ele: de jeito nenhum, eu vou perder. Eu disse: eu vou sair como teu vice; eu saio e você vai ganhar. Saiu e nós ganhamos. Ganhamos a eleição. Eu, naquele tempo, era de um grupo de esquerda violento, prefiro nem falar. Porque tinha Polop; a AP, Ação Popular; MR8; JUC; e JOC. A JUC inclusive era do bispo, ele dava apoio lá. E eu era da Polop, a mais radical. Política Operária, daquelas violentas mesmo, de comício, furava cadeira, ia nas fábricas fazer comício, até Polícia Militar vinha, às vezes nem tempo de levar cadeira dava. Largava a cadeira e saía correndo.

G: O senhor já participava desse grupo antes de ser aluno da FMTM?

EA-CAGV: Já participava. Quando era secundarista eu fui, não é que fui preso eu fui detido lá no Acaiaca, em Belo Horizonte, que eu fiz cursinho lá, mas eu era secundarista. Aí todo mundo que estava preso lá, a família foi, sabia que era secundarista, tirou. Não secundarista, superior, né. Eu como era secundarista, ninguém foi me tirar. Eu não estava nem fichado, entendeu? Bom, isso é outra etapa. Já era como estudante, fazendo cursinho lá no Mário de Oliveira, em BH. Aí, voltando agora, o Mário Miranda assumiu. Aí é aquele negócio de dinheiro para tocar a escola, aquela dificuldade, e eu que viajava pra poder trazer as verbas. Aí uma vez eu falei: Mário, vamos no Aluizio Pimenta, que ele era reitor da UFMG. Então, eu falei: olha vamos lá, quem sabe se ele pega a direção da nossa escola. A nossa escola é federal Naquele tempo, nem existia campus avançado. Depois que surgiu essa palavra “campus avançado”. Mas naquele tempo nós já tínhamos uma intuição. Isso foi em 68... 67, 68. A data assim, a gente está muito impreciso. 79 anos! Quer dizer que faz anos. Já fiz jubileu de médico, 50 anos, faz tempo. Então

fomos lá, no Aluizio Pimenta, e ele nos informou que infelizmente não tinha condição naquele tempo, mas que ele ia estudar com muito carinho. Ele viu a franqueza nossa, a luta nossa e tudo. Então nós viemos para cá, pra Uberaba. Ele quer saber de uma coisa, vamos transformar isso aqui em hospital escola e aí o Governo é obrigado a mandar essa verba normalmente, já sai do orçamento. Mário: Nossa, vai ser uma luta danada, mas quem vai fazer essa proposta em Assembleia? Eu falei: eu! Você vai fazer? Eu vou fazer! Então vamos. Convocou a Assembleia e eu apresentei a proposta de federalização da Santa Casa. A Santa Casa pertencia ao bispo de Uberaba. A entidade. Mas foi também porque tinha muito gasto na paróquia, entendeu. Já havia aí um conflito muito grande, pois a Santa Casa pertencia ao bispo. A luta foi grande com vários setores aí da sociedade, muitas vezes não poderemos dar nome aos bois porque pode até respingar até hoje, mas foi complicado esse processo.

G: Só para eu entender: quando vocês foram na UFMG, vocês foram pedir para que a FMTM fizesse parte da UFMG?

EA-CAGV: Isso. Passaria à direção da UFMG, com um patrimônio e tudo. Direção e tudo. Um campus universitário de hoje. Resolveram chamar de campus. Desde aquele tempo nós já tínhamos ideia de que alguém tinha que tomar, porque não conseguimos passar pra universidade. Porque tinha a escola do Mário Palmério, de Direito, tinha a escola de Comércio do Mário Palmério, que inclusive eu leciono lá, tinha a de Engenharia, que inclusive eu, como professor de química, fui examinador lá na faculdade de Engenharia. Mário Palmério foi um dos desembargadores, é, embaixador do Paraguai, tem até livros publicados, tem músicas também que ele compôs... lindas. Então voltando ao assunto, nós resolvemos federalizar. Foi na Assembleia. Federalizamos. Então tem que tomar uma escola, tomar no sentido de entrar todo mundo e ficar na sala dia e noite. Em um movimento mesmo, conflituoso, pesado. E tivemos que sustentar isso, mesmo de forma muito difícil. Aliás, a minha turma de médicos formados em 69 é que é o baluarte do meu movimento. Eles me deram todo o apoio. Porque a turma, eu era quarto anista, quinto anista, os sexto anistas já estavam formando, não se interessavam. Os quinto anistas no outro ano já iam ser sexto. Então ficou da nossa turma para trás. O primeiro ano era bicho que a gente chama, né. Não tinham moral nenhuma, assim, politicamente. Então era só aquele grupinho. A minha turma de 69, famosa turma de 69, que até hoje nós comemoramos e temos até um chat entre nós, né. Muito unidos. Então ficou nesse ponto. Quando tomamos a escola e eu fui até Brasília pra conversar. Eu fretei três ônibus, não com dinheiro meu, com dinheiro da turma. Tinham aqueles miudinhos, pagavam cá, pagavam... Três ônibus com 50 pessoas para fazer um movimento. O presidente era o Costa e Silva, em plena ditadura militar. Foi um movimento perigoso mesmo. Fomos pra lá e eu tinha uma barba até aqui na cintura. Na cintura não, uns 10 cm pra baixo do queixo. Barbudo, magérrimo, uma pastinha preta debaixo do braço e entramos no Palácio da Alvorada. Um senhor: como o senhor chama? Quer falar com quem? Eu disse: Costa e Silva. Casa Civil era o Rondon Pacheco e o meu tio foi colega do Rondon Pacheco, [nome ocultado], famoso. Ele era deputado, de direita, ex-UDN. Agora você imagina. Aí chegou lá na portaria da Alvorada eu falei: fala pro Rondon que é o [nome ocultado]. Ele achou que era meu tio. Eu cheguei na antessala, pra entrar na sala do Rondon, passava ali para depois ir no Costa e Silva. Eu só vi metralhadora engatilhando. A hora que viram a minha barba... Aí eu falei: não, não, pelo amor de Deus, eu sou amigo aí e tal; fala pro Rondon que é o [nome ocultado] sobrinho. Aí que acalmou tudo. Nessa época lá estava o Sérgio Pacheco, que era filho do Rondon Pacheco. Fantástico, faleceu num acidente vindo pra Uberaba, pra me ver. A gente era muito amigo. A alguns quilômetros de Uberaba ele faleceu. Um animal atropelou ele; caiu em cima do carro dele. Bateu, né. Bom, então ele me recebeu e

tal, falei com Costa Silva, através do Rondon Pacheco. Acalmou e tal: não, esse aí eu conheço a família e tal. Então ficou nesse pé. Conversamos, mas não federalizava. E a minha turma acampada. 150 rapazes lá em Brasília, em frente ao Palácio. Vários professores nos apoiavam. Não podiam apoiar abertamente, porque cada um tinha o seu interesse, mas a maioria deles, eu acho que quase totalmente, apoiava porque via o passo que a gente estava dando, descortinando. Eu pensava, naquele tempo, a palavra universidade, uma palavra muito profunda. É transcendental; é atrás da montanha, atrás do oceano, você entendeu? Então eu achava que a universidade tinha que ser uma coisa ampla e a mentalidade da nossa era um pouco assim, sem muita evolução. Então fizemos esse movimento e um dia eu cheguei, já no quinquagésimo quinto dia de greve, e eu falei: meu Deus do céu, não vai resolver esse negócio; e a turma já tava cansada; vai estourar vai voltar todo mundo pra casa e eu vou ficar sozinho. E outra vantagem, também muito cansativa, eu exigia muito dos meus colegas. Acampamos, mas a ordem é que eles não podiam jogar um baralho, um truque, uma dama, um xadrez, jogava nada, tinha que levar um livro para estudar. Porque o repórter podia passar e filmava ou tirava uma foto e punha: a turminha aqui de Uberaba, os grevistas, vieram beber e comer. Vagabundos, não querem estudar e vêm agitar. Então eu proibi isso, dada à vivência da gente. Não tenho noção de onde eu aprendi essas táticas. Aí foi muito bom. Aí fomos no Costa e Silva já pela quinta vez. Não deu certo. Vim embora. Aí resolvi ir no Rio, não sei porquê. Fui pro Rio, eu tinha um primo lá, Dr. Geraldo Brigadão, que era advogado. Mora com a família no Rio. E lá eu fui conversando com ele, e ele falou: E como é que está? Falei: Ah tá assim, assim. Ele falou: a tua greve não tá pesada. Falei: Uai, mas que pesada? O que é que é isso? Eu vim matutando. Até logo, obrigado. Falei: o que é que eu vou fazer agora? Por que que não tá tão pesada? [inaudível] Que pesada é essa? Aí conversando com meu primo, o Dr. Geraldo Brigadão, ele falou: ah esse pesada é porque a tua greve não dá nome; e vai lá resolve o problema de Uberaba, ninguém fica sabendo, e acabou. Matou a charada pra mim. Porque os estudantes era aquela visão inocente, ideológica de estudante. Doutor Geraldo já era um advogado de peso, mais velho, o irmão dele era comunista, Zé Brigagão, já era comunista. Ele entendia muito da política brasileira. Então ele entendeu o que o presidente Costa e Silva tava falando, tipo assim, a greve de vocês não tem expressão, ou seja, se eu fizer alguma coisa não vai ser marketing político para mim. Mas não falou isso não, ele não quis falar isso abertamente. Mas eu tava com tanta coisa na cabeça. Aí o Dr. Brigadão, meu primo, falou: espera um pouquinho. Pegou o telefone e falou no Posto seis, onde tinha a Globo antigamente, no Posto 6. Telefonou pro primo dele lá e disse: que jornal você vai fazer aí? Ah vou fazer o Jornal Nacional. Aí ele falou: Olha, é aqui o nosso campo porque o Costa e Silva assiste o Jornal Nacional. Aí ele falou: olha, você vai entrevistar meu primo, [nome ocultado]. Aí tudo bem, vieram me entrevistar. Me convidaram, eu fui para lá, me entrevistaram. Aí, dali mais ou menos quatro dias eu fui para Brasília. E a turma lá. E eu viajando. Eles lá com recursos deles próprios, dos estudantes, me esperando porque eu era o líder, o chefe deles. Eu já tinha dado a ordem pra não ausentar. Se não fosse a turma de 69, a minha turma, não existia essa universidade. Eles foram impecáveis, como um soldado mesmo. Então quando eu voltei para Brasília, depois dessa entrevista, aí eu falei com Rodon Pacheco, ele já me recebeu diferente. Aí foi “tudo bem?”, “tudo bem!”, cafezinho... Aí a entrevista apareceu em rede nacional e ele conseguiu mostrar a causa de Uberaba. Eles repetiram dois, três dias em horário diferente. Então se espalhou no Brasil toda aquela reportagem.

G: Como aconteceu também com a federalização da instituição. Se ela não tivesse aparecido nos jornais, se não tivesse tomado a proporção que tomou, eu acho que não teria acontecido.

EA-CAGV: Sim. Mas aí então consegui, o Costa e Silva baixou o decreto federalizando a Santa Casa. Eu peguei e vim embora para cá; fizeram o decreto eu vim embora para cá, pra Uberaba, né, continuar meus estudos, e não trouxe a turma, não; deixei a turma lá e vim ver como é que tava mormaço ali. Aí um perfeito da época, não vou citar o nome, ele já faleceu, muito honrado, muito meu amigo, ele tentou ir de avião lá, foi lá e tentou pegar o decreto. Olha, aí o Rondon Pacheco falou: não, aqui só entrega pro presidente. Aí ele ainda testou, falou: não, eu quero falar com o Costa e Silva, aí foi no Costa e Silva. Eu era vice-presidente, mas na hora eu tava assumindo a presidência. O presidente ficou lá, ele não veio comigo. Então, quando eu fiquei sabendo eu voltei lá. Eu trouxe o decreto. Entreguei, ficou... De lá para cá veio só melhorando. Aí foi criada a universidade porque descortinou, abriu como se fosse a cortina de um palco, entendeu? Universidade Federal... então vamos agora ter tudo. [Assuntos diversos]

Uma parte que ficou lá era contra mim, era mais uma parte a favor do bispo, entendeu. Eles não queriam dar o abraço a torcer. Inclusive saiu no Lavoura e Comércio que eu estava traindo as cinzas de Frei Eugênio. E eu fui pesquisando, pesquisando, e descobri que o Hospital Vera Cruz, lá em cima da São Benedito, era da Paróquia do Bispo de Uberaba, só que alugado por Vandir, que era um professor nosso de Anatomia, o catedrático era um outro que não lembro agora, né. Então eu fui no jornal Lavoura Comércio e como entrevistado perguntei: mas como aluga o Santa Cruz particular, para médico atender particular na Medicina? Não está pisando nas cinzas de Frei Eugênio? Só eu que tô pisando? Então foi uma questão política e religiosa, foi bem pesada essa época em Uberaba.

[Assuntos diversos]

G: Eu tenho uma pergunta para te fazer só que eu queria voltar em uma questão antes porque você colocou sobre o quanto os estudantes eram atuantes, em especial a sua turma. [Explicações diversas] Então vocês se reuniam para discutir o que estava acontecendo com os estudantes no Brasil?

EA-CAGV: Isso. Sem dúvida nenhuma. Itaúna foi aonde teve um congresso da juventude estudantil de esquerda. Espancadamente fechado, com muita delicadeza, a base de cacete.

G: Vocês sentiam essa repressão militar em Uberaba?

EA-CAGV: Não. Interessante, viu. Não. Inclusive eu fui detido, por causa de uns problemas que houve, políticos também. Fui detido quase 20 dias, fiquei numa solitária preso. A comissão Meira Mattos, do general Meira Matos, é que fazia a interrogação. Era uma mesa comprida. Eles punham um capuz na gente e saía para me levar da solitária em que eu estava, aí falavam: abaixa aqui, abaixa aqui se não você vai bater a cabeça e aí eu abaixava. Depois você descobre tudo. Eu era aluno nessa época. Às vezes eles rodavam a gente assim e falavam: segue em frente. Bom, aí eu era interrogado à noite. Foi a única tortura que eu tive, não me bateram, não me levaram em pau de arara, não me arrancaram unha, nada disso. Essa Meira Matos tinha mais ou menos assim na mesa uns oito tenentes da polícia militar, do exército, então eles perguntavam sempre... oito vezes me interrogaram, sempre a mesma coisa. E eu fiquei com aquela ideia fixa: tenho que falar a mesma coisa sempre, senão eles vão acabar comigo. Então sempre falava a mesma coisa: sou nacionalista, lá tá precisando de escola, lá tá precisando de

hospital, não tem hospital, vão pegar o dinheiro, pegam e somem com tudo. Eu abri o jogo. Existia um jogo de interesse da escola, como dá do hospital, não vou dar nome aos bois, mas tinha gente, tinha forças, que não queriam que federalizasse porque existia uma vontade de um certo grupo de privatizar porque o lucro ia ser grande, o hospital e a escola também.

G: Esse episódio em que o senhor foi preso, foi durante a greve pela federalização da Santa Casa?

EX-CAGV: Não. Esse episódio foi em 68 mais ou menos. Aí eu fui pego porque Deolindo Couto era o diretor das faculdades isoladas, é como se fosse um ministro da educação, ele perdeu a política no Pará, deram um carguinho para ele, mas era um cargão porque várias escolas eram isoladas. Não tinha universidade, a não ser Minas Gerais, São Paulo e tal. Então aí eu vi a importância de criar a universidade, mas ficou aquilo incubado também, porque eu fui embora também, tava o sexto ano fora, né. Então, agora o episódio, quando eles viram que eu estava batendo sempre na mesma tecla, aí eu pensei: quer saber de uma coisa, eles não vão me tirar daqui nunca. Você sabe, dá um medo, né. A gente fala agora... Como é que eu vou fazer? Aí eu tinha um colega que fez, na época ele estudava em Belo Horizonte, chamava Vilas, ele fez o CPOR, mas não saiu do exército. Parece que teve uma boca e seguiu carreira. E lá ele viu no buraco da fechadura ali, aí eu olhei e falei: Meu Deus, é o Vilas! Falei: Vilas, Vilas. Porque da prisão não lembro, pra falar a verdade.

[Assuntos diversos]

G: Eu só queria entender uma coisa que o senhor já falou e que também é importante. Sobre a vinculação da FMTM à UFMG. [Explicações diversas]. O senhor sabe de onde veio essa ideia?

EA-CAGV: Pra te falar a verdade eu não sei. Não lembro. E eu, inclusive, fiquei um pouco aborrecido porque mudaram até o nome do Centro Acadêmico Gaspar Viana. Porque quando assumiram os militares eles acabaram com esse centro, tanto é que acabaram até com a UNE. E eu fiquei magoado porque eu estive lá uma vez, acho que uma das primeiras vezes que eu fui na festa da turma de cinco anos, eu fui lá no centro acadêmico e achei uma coisa fria. Conheci lá o presidente, bati um papo, porque tinha uma foto minha num painel fazendo discurso para federalização da Santa Casa, e mais nada. Não tinha decreto, não tinha essa história do decreto que eu peguei, que foi minha turma que fez. E eu falei, inclusive na minha turma: “olha, nós estamos reunidos aqui no maior prazer, mas estou aborrecido. Se não me engano eu toquei nesse assunto numa reunião de turma que o Guerra, professor de Neurologia, foi nosso paraninfo. Eu toquei no assunto com um assistente dele que foi meu colega, irmão, o Marcos Amui. Falei: Que isso, Marcos! Tanta coisa que nós lutamos, não tem nada nosso. Nada da turma. O que vocês passaram!” Ele tava na luta.

[Assuntos diversos]

Inclusive na reunião de turma que teve, nós convidamos, sempre convidávamos o paraninfo quando era vivo, o Guerra, ele inaugurava umas placas lá conosco, e eu falei um discursinho lá e comecei a chorar de emoção, aí não deu para terminar. Mas eu tava falando da ingratidão dos colegas que nos seguiram, que nos substituíram, que não dão o devido valor naquele monumento, que ali custou muitas lágrimas, muito sacrifício nosso. Eles, os próprios colegas, não dão valor. Eu fiquei magoado.

G: O movimento estudantil foi muito perseguido e descaracterizado. Em conversa com o pessoal do DAGV, eles falaram da dificuldade de encontrar pessoas para fazerem parte da diretoria. Então teve esse enfraquecimento.

EA-CAGV: A UNE, naquele tempo prendiam muito o presidente da UNE, então tinha treze vice-presidentes e eu era um deles. Então saía no jornal: “Prendeu o João Pedro”, então é meu lugar agora. Então eu ia. Nessa época que eu fui preso. Os vice-presidentes eram setorizados. Eu representava a região do Triângulo Mineiro. Agora eu lembrei.

G: Ah, uma curiosidade: o professor José Mauritano era mesmo comunista?

EX-CAGV: Comunista! Foi muito bacana! Ele era um dos mais inteligentes, um dos melhores professores, entendeu? Inclusive eu fui representante de turma os 6 anos. Eu estava aqui em Campestre descansando, chegava lá ele dizia: Olha, você é representante de turma, viu. Eu? Por que não põem em votação? Porque não é outro? Eu to cansado. É você mesmo! Então eu chegava lá, ele chegou e marcou uma prova, só pra você ter ideia de como ele era. Ele era seco. Marcou a prova, aí eu cheguei e a turma: Mas o que que é isso? Marcou a prova de Fisiologia pra amanhã, que é que isso? Pensei: Nossa Senhora, agora eu vou expulso disso aqui. Entrei lá, bati no escritório: Com licença, professor. Pois não, pode entrar. Escutei a voz lá dentro e entrei. Professor, tenho uma reclamação pra falar. Pois não, fala. Falei: sou representante da turma. Parabéns. Eu disse: obrigado. Falei: o senhor marcou uma prova pra amanhã, nem eu estou preparado. A minha turma tá quase me linchando. Faz o seguinte: faça o que você quiser. Que dia você quer marcar? Aí eu falei: espera um pouquinho. Fui lá e perguntei pra turma: que dia que tá bom para vocês? Ele era ótimo! E outra coisa, ele queria federalizar também a Santa Casa. O Mauritano, o Jorge Azôr, grande homem, Mário, Arlindo, o Furtado, Jorge Furtado, todos eles foram espetaculares lá. Lutaram muito pela Santa Casa, pelo hospital. Todos os professores foram fantásticos. Nossa! Mas esses, assim, especialmente, entendeu?

G: A que o senhor atribui o fato do centro acadêmico, mesmo com tanta repressão, ter continuado ativo?

EA-CAGV: Eu acho que foi mais a história dele, porque quando a rapaziada chega, quem vai pro centro acadêmico é porque já gosta da política universária. Aí vendo aquele passado que ficou lá, desde os primeiros, Mário Lúcio, os outros todos que vieram, foram criando a coragem, não deixaram mudar nem o nome. Aliás, na polícia federal ele tá mudado, mas ela não mudou não. É Centro Acadêmico Gaspar Viana, CAGV. A polícia federal mudou o nome em todo o Brasil. Acabaram os centros, viraram diretórios. Mudava a estrutura dele, né. Porque parece que tinha que seguir um estatuto que o Ministério da Educação fez na época militar, entendeu? Tirava muito, como se diz, a atuação política da gente, do presidente do centro acadêmico. [Explicações diversas] Era uma mudança profunda, porque cortava a autonomia de domínio do centro acadêmico, do diretório acadêmico.

G: [Explicações diversas] O jornal Lavoura Comércio do dia 18 de outubro de 1967 fala da ideia de federalizar as escolas superiores de Uberaba e criar a Universidade Federal do Triângulo Mineiro. [Explicações diversas] Nesse contexto, o que o senhor se lembra sobre essa ideia de universidade? E como foi o desfecho dessa história?

EA-CAGV: Mais ou menos me vem na cabeça. É porque em 69, como eu te falei, eu saí. Mas antes tinha isso aí sim. Nós colocamos, eu coloquei principalmente, como presidente do centro acadêmico, esse obstáculo, de não aceitar. Porque na Universidade do Triângulo Mineiro tinha

muitas escolas e elas não iam entrar, eram todas particulares e davam um lucro tremendo. Então nem adiantava querer encerrar com eles que não conseguia. Então eu sempre incutia na cabeça deles lá, quando conversava, chamava para conversar, o professor Mauritano, por exemplo, conversava muito comigo, adquiriu muita confiança, viu a minha bandeira política estudantil, então eu conversava com ele sobre a finalidade, certo. Porque não adiantava. Ou nós criamos uma Universidade do Triângulo Mineiro, a Medicina, e ela cria as outras faculdades do Triângulo Mineiro. [Assuntos diversos] Nós éramos a favor da criação da universidade com a Faculdade de Medicina só, e essa faculdade criava o resto. Porque os outros eram particulares e eram mais que nós, se fosse uma votação nós perdíamos. Eu tinha medo dessa palavra “votação”. Porque junta os corpos docentes, a união da Odontologia, Farmácia, então iam superar a nossa.

G: Mas essas escolas queriam ser federalizadas, né?

EX-CAGV: Ah, na época, eu não lembro, mas devia ser. Eu não convivia muito com eles, a não ser lá do Mário Palmério, que eu era chefe da cadeira de Química do primeiro, segundo, terceiro ano, mas não tinha esse contato político lá, porque politicamente eu tava em outro lugar.

G: O senhor tinha muito contato com o Mário Palmério?

EX-CAGV: Muito! Meu Deus, muito!

G: E o senhor percebia se ele era a favor da criação dessa universidade?

EA-CAGV: Universidade dele. Aliás, você lembra lá onde era a Faculdade de Direito, de Engenharia? Um prédio bonito, lindo, de estilo holandês, aquelas colunas, ele morava lá dentro, entendeu? Agora os filhos dele estão tocando, mas ele queria a universidade pra ele, particular. Ele tinha uma cabeça fantástica! Fantástica. Eu conversava muito com ele, eu gostava dele, porque eu gostava de cantar, então ele tinha umas guarânias lindas, entendeu? Era muito fantástico! Muito bom.

G: O senhor acha que essa Universidade do Triângulo Mineiro que juntaria todas as faculdades não saiu do papel por causa da não participação da FMTM ou por outros motivos?

EA-CAGV: Não, não, por outros motivos. Deve ser algum motivo que eles se desentenderam entre eles lá. A faculdade de Direito, de Engenharia, que era particular, né. Tinha a São Tomás de Aquino, a Economia Doméstica, que também era uma faculdade, entendeu? Espetacular, mas essa até desapareceu, não deu continuidade. Mas aí eu acho que foi o interesse deles lá, cada um queria ser o chefe, o reitor, entendeu? Então não chegou a conclusão nenhuma, acabou. Não chegaram num acordo.

G: Mas na FMTM existia o desejo de se criar uma universidade?

EA-CAGV: Ah existia. Tanto existia que, na época, eu fui atrás do Alúcio Teixeira com o meu presidente, que era o Mário Guido, falei no começo, pra ver se ele ia dirigir a nossa escola. Se encampasse a... usava essa palavra, hoje não usa, hoje é o campus avançado. Naquele tempo nem existia isso, mas eu já pensava: Puxa vida, o único jeito de sair dessa de virar particular é passar para a Universidade Federal de Minas Gerais.

G: Por que vocês viam o risco de virar particular?

EA-CAGV: Porque já tinha um desembargador que era de Uberaba, não vou citar nome, porque ele morreu, e o diretor da Escola que era Alfredo Sabino de Freitas, eles já tinham assinado para particularizar. Isso aí está escondido, né. Porque quando fizeram uma reunião da congregação, raros professores contra, não assinaram, como Mauritano, o Jorge Azôr, eles não assinaram, mas foi assinado pela maioria, porque não tinha sangue de luta lá dentro da escola, como o Jorge Azôr, por exemplo, foi fundador. O Jorge Furtado foi fundador, forte. Quando eu cheguei e falei: não, muito bem. Mas você tá de acordo com isso? Falei: estou de acordo, plenamente. Porque eu sabia que já ia direto lá pro diretor da escola. Ia dizer: Olha, o presidente dos discentes, porque nós éramos discentes, docente, professor, e discentes, nós; então o professor assinou, o diretor assinou, o discente quer também: acabou. Estava privatizado. Quando foi pra eu assinar, eu fiz a coisa mais bonita do mundo, foi a primeira vez que eu comi metade de um papel. Assinei, amassei, engoli metade e saí correndo. Eu fui embora pra rodoviária, pra rodovia de medo deles me pegarem, pegar a rodovia e ir embora pra Brasília. Eu fiz isso senão eu não pegava o documento que já estava assinado. Aí eu perguntei: tem cópia? Não, não tem. Porque eu queria assinar as outras. Mentira, era só pra ver se tinha cópia. Essa informação você não vai achar em lugar, é coisa íntima. Entre sala, três homens.

G: E eles queriam privatizar para juntar com as outras instituições?

EA-CAGV: Não, não, não. Era só um grupo de certos professores que queria ganhar dinheiro. Imagina, uma mensalidade que hoje está pagando nove mil cada aluno... Ah Nossa Senhora, o lucro, né. Esses professores que eu citei o nome, pra poder fazer a escola federal, foi uma guerra que eles tiveram.

G: Por que essa privatização mesmo assinada não se efetivou?

EA-CAGV: Porque eu sumi com o documento. O ministro Tarso Dutra, não chegou nele. Eu engoli e fui embora. Eu roubei, comi metade e fui embora para o Rio, pra quebrar o pau com o ministro. [Assuntos diversos] Mas aí o que eu estava dizendo, que eu fiquei muito chateado que eu fui preso e a turma nem estava sabendo disso. [Assuntos diversos] Isso foi em 68. [Assuntos diversos] Isso não tem registro porque pra eles agora que virou aquele monumento, todo mundo falou: Você assinou? Não, não, não. Virou monumento lá, aquela beleza toda. Imagina, eu e o Mário Miranda imaginávamos aquilo lá.

G: E já se pensava em, ao invés de se ligar a FMTM à UFMG, que ela criasse outros cursos ou outras faculdades?

EA-CAGV: Como eu te falei, sendo universidade, a palavra já fala, universal. É justamente isso, que a FMTM fosse a mãe de todas elas. Era essa a ideia.

G: E vocês já pensavam em cursos que vocês queriam fossem criados?

EA-CAGV: Não, não. Isso aí não tinha nada estruturado. Pensava-se em Odontologia, Farmácia, coisa mais fácil de ser criada. Não sei se você chegou a ver uma revista que na contracapa eu fiz um artigo. Toda revista que saía pela pelo DOPS. Todas passavam, no meu tempo, né. Aí tem um artigo lá na contracapa, antes de fechar a revista. [Explicações diversas]. Chamando a atenção do povo brasileiro que, na época dos militares, os cientistas estavam saindo todos daqui, estavam sendo perseguidos, não tinha dinheiro para pesquisa, abandonaram. Mas olha, uma coisa violenta que eu falei, na época, no contexto. Inclusive, até o discurso de

formatura minha passou pelo DOPS. Aí carimbou tudo. Carimbou, mas eu fiz improviso. [Assuntos diversos]. Aquela escola é o que é hoje por causa da minha turma. [Assuntos diversos] E outra coisa também, foi a primeira vez que teve excedente e que o governo foi obrigado a receber excedente. Porque no meu tempo, quando eu fiz o vestibular, em 64, em Botucatu, primeira faculdade, primeiro ano, ficamos excedentes, eu e um colega meu que se chamava Benevenuto. Excedentes, não tinha vaga. Aí o Jango entrou e falou: não, a culpa é do governo, se passaram, de hoje em diante, passou, a escola que se vire. Quer verba? Vem aqui que nós se complementamos. Porque era uma guerra, é igual casa de pobre quando junta mais, chega mais um filho, é mais uma boca. Mesma coisa, né. Então na minha turma, eu era presidente, quando eu fui pegar a verba me falaram: mas vai ficar com quantos excedentes? Aí eu conversei com o corpo docente, me recebeu bem e tal. 14. Então nós temos 50 vagas com mais 14 excedentes, 64 ao todo. Então em troca disso eu recebi dinheiro.

G: [Explicações diversas] Por que a FMTM demorou 45 anos para virar universidade depois de federalizada? A que o senhor atribui esse fato?

EA-CAGV: Eu acho, principalmente, falta de amor à escola, a Uberaba. Porque nós temos um amor a Uberaba, eu e os meus colegas, a festa de formatura nossa é uma festa, nós somos uberabenses mais do que nós somos daqui, entendeu? Cada um de sua cidade respectiva, né. Então faltou cabeça e amor à cidade para criar uma Universidade do Triângulo Mineiro. Você quer coisa mais bonita do que isso? Muito ideal. Os que nos sucederam não fizeram o que precisava. Cada um foi cuidar da sua vida, porque só pensa em dinheiro. Primeiro não tinha contato político, esse é outro fator também. Pra você conseguir alguma coisa no Brasil, até hoje, você tem que ter o caminho das pedras. Se não tiver, dança. E outra coisa, vale muito do presidente do centro acadêmico, da formação dele. Eu, por exemplo, não admitia fazer um A no banheiro, entendeu? Uma escrita qualquer. Eu identificava quem escreveu e ele ia lá apagar. Hoje você olha as universidades é uma coisa horrorosa. Isso aí é pessoa que não tem nem berço. Nossa Senhora, impressionante. Mas os tempos mudaram, né, mas não podia ter mudado tanto desse jeito.

G: E o senhor acha que teve um interesse das faculdades particulares em que a FMTM não crescesse?

EA-CAGV: Tem muita política nisso aí. Uberaba é um antro de política fantástico. São várias correntes. Essa resistência é mais calada. Ela é bloqueada sem ninguém saber que está bloqueando. Olha, não fala que sou eu não, mas eu não assino.

G: Vocês se lembram de universidades públicas cobrarem mensalidade. Na FMTM já cobrou?

EA-CAGV: Não, não lembro. Na FMTM nunca cobrou. Pode ter sido isso aí sim. Tentaram, mas o Parlamento tirou tudo. Se você pegar no meu discurso, inclusive, eu falo sobre isso. Eu chamo a atenção dos colegas, nós formamos em uma escola federal, sem gastar um tostão, então cada um de nós deve para a nação, temos que devolver em trabalho, em tantas consultas. Gratuitamente para pagar aquele benefício que nos fez. Se você ler esse documento você vai... gostar, não sei. Mas ainda mais que é um artigo que eu fiz escondido, ele vale ouro.

[Assuntos diversos]

Você vê que depende muito da vivência do líder. Da vivência dele. Isso é muito importante. Eu, por exemplo, já sabia disso tudo. Eu vivia no meio estudantil, e vivia no meio de repórter. Então sabia que eles iam lá não para fazer reportagem sobre a greve, mas para pescar os erros, gravar e mostrar para o povo. Pra achar baralho, dama, lendo, deitado nas redes, entendeu? Então chamava e explicava e eles seguiram certo.

[Assuntos diversos]

Em uma das reuniões que nós tivemos lá, eu encontrei com um professor que foi assistente do Mauritano, formou lá em Uberaba, muito na minha frente, [nome ocultado]. Encontrei com ele, abraçamos, viramos amigo, além de ser assistente do Mauritano, né. Aí eu virei pra ele: Vocês são frouxos demais, eu vou embora para casa chateado. Por que? O que é que houve? Eu falei: não, pelo seguinte: não tem um diretor formado aqui na escola. Vocês têm que reunir, estudar e tomar essa escola, como ex-aluno. Aí que começou, veio o [nome ocultado], veio ele. Aí eu falei isso aí e parece que começou a surtir efeito.

[Assuntos diversos]

Olha, esse da federalização da Santa Casa a gente não fala abertamente porque já passou, não tem nem como provar. Eu fui inclusive atropelado passou uma caminhonete, aonde era o Tip Top, na frente do Galo de Ouro, aqui em Uberaba, aí tinha a entrada do Tip Top, Galo de Ouro, Grande Hotel, veio uma caminhonete pelo passeio, eu estava no passeio, mas foi a conta deu encostar e virar até o rosto. Ela passou assim, tentativa de assassinato. Inclusive os colegas, o José Hernandez, já faleceu, a turma mais unida comigo também na política: olha, cuidado que eles vão te pegar.